



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 622

Quinta-feira - 25 de Novembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Arroio Trinta.....	1
Braço do Trombudo.....	4
Caçador.....	21
Campo Alegre.....	22
Canoinhas.....	23
Catanduvas.....	24
Chapadão do Lageado.....	27
Concórdia.....	29
Cordilheira Alta.....	30
Coronel Martins.....	32
Corupá.....	35
Ermo.....	36
Forquilha.....	37
Fraiburgo.....	38
Garopaba.....	45
Garuva.....	45
Gaspar.....	56
Imbituba.....	64
Iomerê.....	69
Irineópolis.....	70
Itapoá.....	70
Joaçaba.....	71
Lauro Muller.....	72
Luzerna.....	74
Massaranduba.....	74
Monte Carlo.....	75
Pinheiro Preto.....	77
Porto Belo.....	98
Porto União.....	130
Rio do Sul.....	132
São Lourenço do Oeste.....	163
São Pedro de Alcântara.....	164
Schroeder.....	164
Siderópolis.....	182
Tunápolis.....	185
Turvo.....	193
Vidal Ramos.....	194
Videira.....	194

Consórcios Públicos

CIMVI.....	194
------------	-----

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 171, de 24/11/2010.

PORTARIA N° 171, de 24/11/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, PERSEU LUIZ CASALETTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2009 à 01/10/2010, e gozo das mesmas no período de 01/12/2010 a 30/12/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de novembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Portaria N° 172, de 24/11/2010.

PORTARIA N° 172, de 24/11/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CRISTIANO SERIGHELLI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL I, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2009 à 01/10/2010, e gozo das mesmas no período de 01/12/2010 a 30/12/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de novembro de 2010.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 173, de 24/11/2010.

PORTARIA Nº 173, de 24/11/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, EGIANE REGINA MENEGUZZI PIACENTINI, brasileira, casada, ocupante do cargo Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 03/11/2009 à 03/11/2010, e gozo das mesmas no período de 01/12/2010 a 30/12/2010, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de novembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 174, de 24/11/2010.

PORTARIA Nº 174, de 24/11/2010.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 98 da Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, ocupante do cargo Efetivo AUXILIAR OPERACIONAL II, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2009 à 01/11/2010, e gozo das mesmas no período de 16/12/2010 a 14/01/2011, sendo que o mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de novembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

METAS BIMESTRAIS 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE **ARROIO TRINTA**UNIDADE: **CONSOLIDADO****METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO 2011(ART. 13, DA LEI 101/2000)**

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		10.895.309		1.591.077		1.670.210		1.837.670		1.711.356		2.082.940		2.002.056
RECEITAS CORRENTES		10.395.300		1.591.076		1.670.209		1.837.667		1.561.354		1.732.938		2.002.056
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	359.700	-	53.955	-	133.089	-	53.955	-	43.164	-	35.970	-	39.567
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	403.600	-	64.576	-	64.576	-	64.576	-	64.576	-	72.648	-	72.648
- RECEITA PATRIMONIAL	0	631.000	-	119.890	-	119.890	-	100.960	-	100.960	-	94.650	-	94.650
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	26.400	-	4.400	-	4.400	-	4.400	-	4.400	-	4.400	-	4.400
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	8.850.730	-	1.327.610	-	1.327.609	-	1.593.131	-	1.327.609	-	1.504.625	-	1.770.146
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	123.870	-	20.645	-	20.645	-	20.645	-	20.645	-	20.645	-	20.645
RECEITAS DE CAPITAL		500.009		1		1		3		150.002		350.002		-
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	-	-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	150.000	-	-	-	-	-	-	-	150.000	-	-	-	-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	9	-	1	-	1	-	3	-	2	-	2	-	-
REC. CONTRIBUIÇÕES	0	613.500	-	98.160	-	98.160	-	98.160	-	98.160	-	110.430	-	110.430
TOTAIS		11.508.809		1.689.237		1.768.370		1.935.830		1.809.516		2.193.370		2.112.486

ARROIO TRINTA, 20 DE OUTUBRO DE 2010

CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

Braço do Trombudo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

PREFEITURA MUNICIPAL

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Ata de Registro de Preço 5/2010 FMS

Número do Registro de Preços: 5/2010 **Data do Registro: 25/08/2010** **Válido até: 25/08/2011**

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5 PAREDE FINA BISEL TRIFACETADO (1545)	UND	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,0400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	3
2	AGULHA DESCARTÁVEL 20X5,5 PAREDE FINA BISEL TRIFACETADO (1385)	UND	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	0,0400	3
3	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7 PAREDE FINA BISEL TRIFACETADO (1386)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,0400	1
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	3
4	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8 PAREDE FINA BISEL TRIFACETADO (1387)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	3
5	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7 PAREDE FINA BISEL TRIFACETADO (1388)	UND	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,0400	3
6	AGULHA DESCARTÁVEL 30X8 PAREDE FINA BISEL TREIFACETADO (1389)	UND	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,0400	3
7	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12 PAREDE FINA BISEL TREIFACETADO (1390)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	0,0400	2
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SOLIDOR	0	0,0400	3
8	Atadura de crepe - 4cm, 13 fios c/ 4,5mt, embaladas individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056 (1731)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medi House	0	0,1900	1
9	Atadura de crepe - 10cm, 13 fios c/ 4,5mt, embaladas individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056 (1732)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medi House	0	0,4300	1
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SANFARMA	0	0,4400	2
10	Atadura de crepe - 12cm, 13 fios c/ 4,5mt, embaladas individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056 (1733)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medi House	0	0,5200	1
11	Atadura de crepe - 15cm, 13 fios c/ 4,5mt, embaladas individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056 (1734)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medi House	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Atadura de crepe - 20cm, 13 fios c/ 4,5mt, embaladas individualmente, conforme normas ABNT NBR n° 14056 (1735)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MEDI HOUSE	0	0,9300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medi House	0	0,9400	2
13	Almotolia tansparente bico reto 100 ml (1814)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	0,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. PROLAB	0	1,2500	2
14	AGUA OXIGENADA 1 LT (139)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	2,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rioquimica	0	2,6100	2
15	Alcool glicerinado 70% 1lt (1611)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rioquimica	0	5,0000	1
16	Álcool iodado 1lt (1736)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Saneativo	0	6,7800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	7,5600	2
17	ÁLCOOL 70 % 1 LT (986)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RICIE	0	2,3800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Wirath	0	2,5100	2
18	ALGODAO HIDROFILO EM BOLAS C/100 GR (1211)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAROL	0	2,4200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	2,5800	2
19	ALGODAO HIDROFILO 500g (90)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Euro Med	0	5,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAROL	0	6,3000	2
20	ABAIXADOR DE LINGUA C/100 (88)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Gina	0	1,3600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ESTILO	0	2,2500	2
21	Água deionizada (destilada) gl 5 litros (1612)	GL	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	5,1600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DENTAL TEC	0	5,3900	2
22	AGUA DESTILADA P/INJ AMP C/5 ML (1469)	AMP	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISOFARMA	0	0,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1100	2
23	APLICADOR P/ SOLUÇÕES PARENTERAIS (EQUIPO) MACRO GOTAS (1393)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,3600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MEDPLAST	0	0,5200	2
24	Compressa de gase 7,5x7,5, 13 fios, pacote 500 unidades, peso mínimo 465 a 475 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa (1613)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	America	0	10,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Compressa de gase 10x10, 13 fios, pacote 500 unidades, peso mínimo 980 a 1.010 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa (1737)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	America	0	26,3400	1
			HOSPFAR IND.E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6512)	ESTRELA	0	30,5100	2
26	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO (FRASCO 20 ML) (1009)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	HIPOLABOR	0	2,4500	2
27	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% GEL (TB DE 30 GR) (826)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	HIPOLABOR	0	1,9500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	2,0200	2
28	COLETOR P/ MATERIAL PERFURO-CORTANTE EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEÁVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, EM FORMATO QUADRADO, COM CAPACIDADE DE 7 L. (1299)	UND	HOSPFAR IND.E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6512)	RAVA	0	1,5700	1
			SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	CARTOON BOX	0	1,8800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	CARTOON	0	1,9600	3
29	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE LT (582)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rioquímica	0	9,4600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	11,2000	2
30	Catgut Simples, fio de sutura absorvível c/ agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24 (1615)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SHALON	0	47,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	51,6100	2
31	Catgut simples fio e sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 mm 75 cm cx c/24 (1815)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SHALON	0	47,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	51,6100	2
32	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx c/24. (1816)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SHALON	0	47,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	51,6100	2
33	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx c/24 unid. (1817)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SHALON	0	47,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	51,6100	2
34	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50 cm, pct c/50 unidades. (1818)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAROL	0	36,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	America	0	36,7700	2
			SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	FAROL	0	38,9900	3
37	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m rolo grande (1821)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MISSNER	0	3,0500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Missner	0	3,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HOSPFAR IND.E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6512)	PROCITEX	0	4,4800	3
38	ESCOVA P/ COLETA DE PREVENTIVO (314)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Kolplast	0	0,2000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	KOLPLAST	0	0,2100	2
39	ESPATULA DE AYRES P/ COLETA DE PREVENTIVO (897)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ESTILO	0	0,0400	1
40	Espéculo vaginal descartável tam.P (1740)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ADLIN	0	0,7800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Adlin	0	0,8000	2
41	Espéculo vaginal descartável tam.M (1741)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ADLIN	0	0,9200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Adlin	0	0,9500	2
44	Envelope para esterilização auto selante, 70mmx230mm, cx c/200 unidades. (1824)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	23,6800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MEDIPACK	0	23,6900	2
45	FITA MICROPORE 2,5 CM X 10,0 MTS (898)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MISSNER	0	1,6800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Missner	0	1,7500	2
46	Fio de sutura 4-0, comprimento do fio 45 cm, agulha de ½, com corte reverso e 16 mm de espessura, poliglactina. Incolor/trançada absorvível. (sutura sintética, absorvível, estéril, composta de copolímero obtido a partir de Glicolida e Lactida, revestida com Poliglactina 370 e Estearato de Cálcio. Incolor, construída por trançamento, esterilizados por óxido de Etileno). Cx c/ 12 Unidades (1825)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	17,9200	1
47	FIO SUTURA 4.0 C/AGULHA 3 CM C/24 ENVELOPES (NYLON) (1364)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	PROCARE	0	15,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	15,7700	2
48	FIO SUTURA 2.0 C/AGULHA 3CM C/24 ENVELOPES (NYLON) (1155)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	PROCARE	0	15,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	15,7700	2
49	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTA TAM G C/ 8 UNID (1471)	PCT	SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	MASTERFRAL	0	6,9000	1
50	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTA TAM M C/ 8 UNID (1078)	PCT	SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	MASTERFRAL	0	7,0600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ALL CARE	0	7,0700	2
52	GEL CONTACT (900)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Naturalmax	0	0,8600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DENTAL TEC	0	2,3100	2
53	Luva de procedimento tam PP cx c/100 (1743)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NUGARD	0	10,0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	10,6900	2
54	Luva de procedimento tam P cx c/100 (1618)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NUGARD	0	10,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	10,6900	2
55	Luva de procedimento tam M cx c/100 (1619)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	10,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NUGARD	0	10,0800	2
56	Luva de procedimento tam G cx c/100 (1620)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	10,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NUGARD	0	10,0800	2
57	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5 (501)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	EMBRAMAC	0	0,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,8700	2
58	LUVA CIRURGICA ESTERIL TAM 8,0 (1010)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	EMBRAMAC	0	0,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,8700	2
59	Luva cirúrgica estéril tam 8.5 (1745)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	EMBRAMAC	0	0,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,8700	2
60	Luva ginecológica estéril pct c/ 100 (1621)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	PLAST LUVA	0	2,2400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Descarlucas	0	3,7600	2
61	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm (pct c/10 unidades). (1826)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ALL DESC	0	8,7500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Protdesc	0	11,4700	2
62	Lençol descartável sem elático 2mx90cm (pct c/10 unidades) (1827)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ALL DESC	0	5,4000	1
63	Lamina para preventivo ponta fosca c/ 100 (1747)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	2,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SOLIDOR	0	2,2900	2
64	POTE PARA LÂMINA DE PREVENTIVO DE PLÁSTICO COM TRÊS DIVISÕES (1566)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. PROLAB	0	0,1900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Adlin	0	0,5000	2
65	Papel lençol desc. branco 70 cm x 50mts (1746)	RL	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pluma	0	7,5000	1
66	PAPEL CREPADO 30X30 CM CX C/500 UND (1301)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	68,8200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	POLAR FIX	0	69,2300	2
67	PAPEL CREPADO 40X40 CM CX C/ 500 UNID (1302)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	117,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	POLAR FIX	0	118,7800	2
68	Papel crepado 60x60 cm cx c/500 (1828)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	POLAR FIX	0	237,7800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Polar Fix	0	243,7300	2
69	Pinça anatômica dissecação com serrilha normal 14cm (1760)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	6,3300	1
70	Pinça Kocher hemostática 14cm (1761)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	17,2700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	17,6900	2
71	Pinça Kelly Reta 14cm (1762)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	12,9100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	13,2600	2
72	Polvidine (PVPI) 1lt (1622)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glicolabor	0	7,8900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	9,1000	2
73	Sabonete liquido anti-séptico1lt (1623)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Wirath	0	2,5800	1
74	SCALP N.23 (81)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	LAMEDID	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,1100	2
75	SERINGA 1 ML C/AGULHA 13X4,5 DESCARTÁVEL (1366)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DESCARPACK	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Med Goldman	0	0,1500	2
76	SERINGA DESCARTAVEL 3ml (72)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DESCARPACK	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,1400	2
77	SERINGA DESCARTAVEL 5ml (73)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DESCARPACK	0	0,1300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,1600	2
78	SERINGA DESCARTAVEL 10ml (74)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,2300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DESCARPACK	0	0,2800	2
79	SERINGA DESCARTAVEL 20ml (75)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embramac	0	0,3900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DESCARPACK	0	0,4300	2
80	SONDA URETRAL DE ALIVIO N.º12 (502)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medsonda	0	0,3600	1
			HOSPFAR IND.E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6512)	MARK MED	0	0,3800	2
81	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 8 (1003)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medsonda	0	0,3400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010 Data do Registro: 25/08/2010 Válido até: 25/08/2011

Objeto da Compra: Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MARK MED	0	0,3500	2
82	Solução a base de glutaraldeído 2% esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. 1 litro (28 dias). (1829)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	5,3200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rioquimica	0	5,6600	2
83	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO DESC. TAM. 30 LT (910)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NECKPLAST	0	0,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1200	2
84	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO DESC. TAM. 100 LT (1365)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	NECKPLAST	0	0,1800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,2200	2
85	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 250 ML (1088)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,1600	1
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SEGMENTA	0	2,1700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TEXON	0	2,5300	3
86	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 100 ML (1089)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,1500	1
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SEGMENTA	0	2,2200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TEXON	0	2,3200	3
87	SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICO 500ML (1549)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,7700	1
			WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6314)	SEGMENTA	0	2,7800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TEXON	0	3,2400	3
88	TERMOMETRO CLINICO (243)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	PREMIUM	0	1,7400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Incoterm	0	2,8000	2
			SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	ACCUMED	0	2,8500	3
89	Tiras reagentes para teste de glicemia com método de aspiração capilar, que meça por tecnologia de amperometria cx c/50 unid, com 10 aparelhos em comodato. (1834)	CX	SANTAMED COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS (6457)	J&J-ONE TOUCH ULTRA	0	24,9600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TRUE READ	0	24,9700	2
90	VASELINA LIQUIDA 1 LT (141)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Wirath	0	8,1700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RIOQUIMICA	0	14,0000	2
91	Tesoura íris curva 10cm delicada (1832)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	9,4600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9,6600	2
92	Tesoura íris reta 10 cm delicada (1833)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	9,4300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010**Número do Registro de Preços: 5/2010** **Data do Registro: 25/08/2010** **Válido até: 25/08/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de material médico hospitalar/ambulatorial para as Unidades Sanitárias de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Golgran	0	9,6600	2

BRACO DO TROMBUDO , 25 de Agosto de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**Ata de Registro de Preço 7/2010**

Página: 1/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	OLEO 90 (369)	LTS	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	14,0000	1
2	GRAXA (1871)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	14,0000	1
3	ANEL TRAVA (1883)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	1,5000	1
4	Arruela 1/2 (5555)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1500	1
5	Parafuso 3/8x3 (5557)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,8500	1
6	Tinta e Solvente (5565)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Anjo	22,5000	1
7	Arruela 7/8 (5566)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3200	1
8	Porca M8 (5568)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1500	1
9	Arruela 5/8 (5572)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,2000	1
10	Arruela 3/4 (5573)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3000	1
11	Arruela 1" (5574)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3500	1
12	Ferro redondo (5579)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	6,1500	1
13	Oxigênio (5583)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	AGA	115,0000	1
14	Retentor 00266 (5587)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	5,5000	1
15	Retentor 00262 (5588)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	7,8000	1
16	Aço 1045 (5590)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	8,9000	1
17	Bronze (5591)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metalpim	59,0000	1
18	Material de Limpeza (litros) (5593)	LT	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Fransul	5,0000	1
19	Arruela 5/16 (5596)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1200	1
20	Ferro chato (5598)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	6,5000	1
21	Flange (5600)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	4,5000	1
22	Solda Mig (5605)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	42,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010

Número do Registro de Preços: 7/2010

Data do Registro: 22/02/2010

Válido até: 22/02/2011

Objeto da Compra: Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
23	Ferro cantoneira (5606)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	5,2000	1
24	Parafuso 7/8x4 (5611)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	5,2500	1
25	Porca 7/8 (5612)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,8000	1
26	Parafuso 1/4x1 (5618)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,2000	1
27	Porca 1/4 (5619)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,2000	1
28	Braçadeira Plástica (língua sapo) (6085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0,3800	1
29	Nylon (6086)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	32,0000	1
30	Pino Trava Cardã (6088)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	18,0000	1
31	Unhas p/ Subsolador (6102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metisa	41,7500	1
32	Viga "U" (6103)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	5,2500	1
33	Serviço especializado em mão-de-obra (homem) (6978)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	25,0000	1
34	Serviço especializado em torno (6979)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	40,0000	1
35	Aço 1045 trefilado (6980)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	12,7000	1
36	Aço 1045 quadrado trefilado (6981)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	17,0500	1
37	Anel O'ring (6982)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	1,6000	1
38	Arruela 1/4 (6983)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1000	1
39	Arruela 3/8 (6984)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1300	1
40	Arruela 7/16 (6985)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1400	1
41	Cano (6986)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	6,1000	1
42	Chapa preta (6987)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	5,8500	1
43	Cola silicone (6988)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Gymcol	6,5500	1
44	Cola tipo 3M (6989)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	3M	5,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
45	Cupilha 4,5x50mm (6990)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0,9000	1
46	Cupilha 6,5x60mm (6991)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	1,0000	1
47	Disco de corte 7" (6992)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Kronenflex	9,0000	1
48	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	1,0000	1
49	Eletrodo OK 46 2,5mm (6994)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	1,0000	1
50	Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	1,6000	1
51	Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	2,6000	1
52	Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	3,0000	1
53	Engraxadeira reta 1/4 (6998)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,5000	1
54	Engraxadeira reta 3/8 (6999)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,5000	1
55	Engraxadeira 45° 5/16 (7000)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,6000	1
56	Engraxadeira 45° 3/8 (7001)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,6000	1
57	Parafuso 1/4x2 (7002)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,4000	1
58	Parafuso 1/4x3 1/2 (7003)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,4000	1
59	Parafuso 5/16x1 aço (7004)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,4000	1
60	Parafuso 5/16x1 1/2 aço (7005)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,5000	1
61	Parafuso 5/16x2 aço (7006)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,6000	1
62	Parafuso 5/16x2 1/2 (7007)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,5000	1
63	Parafuso 5/16x3 (7008)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,6500	1
64	Parafuso 5/16x3 1/2 (7009)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,7500	1
65	Parafuso 3/8x1 aço (7010)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,5500	1
66	Parafuso 3/8x1 1/2 (7011)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
67	Parafuso 3/8x2 aço (7012)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0000	1
68	Parafuso 3/8x2 1/2 (7013)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0500	1
69	Parafuso 3/8x3 1/2 (7014)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,9500	1
70	Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0000	1
71	Parafuso 7/16x3 aço (7016)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,1500	1
72	Parafuso 1/2x1 aço (7017)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0000	1
73	Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0500	1
74	Parafuso 1/2x2 aço (7019)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0500	1
75	Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0800	1
76	Parafuso 1/2x3 aço (7021)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,7000	1
77	Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,7700	1
78	Parafuso 1/2X4 aço (7023)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,0000	1
79	Parafuso 9/16x2 (7024)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,2000	1
80	Parafuso 9/16x3 (7025)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,5000	1
81	Parafuso 5/8x2. (7026)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,6000	1
82	Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,9000	1
83	Parafuso 5/8x3 aço (7028)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,2500	1
84	Parafuso 5/8x3 1/2 aço (7029)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,5000	1
85	Parafuso 5/8x4 aço (7030)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	3,0000	1
86	Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	3,5000	1
87	Parafuso 3/4x2 aço (7032)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,5000	1
88	Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
89	Parafuso 3/4x3 aço (7034)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	3,3000	1
90	Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	4,0500	1
91	Parafuso 3/4x4 aço (7036)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	4,2500	1
92	Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	4,7000	1
93	Parafuso 3/4x5 aço (7038)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	5,0000	1
94	Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	8,5000	1
95	Parafuso 3/4x8 aço (7040)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	8,9500	1
96	Parafuso 7/8x3 (7041)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	4,0000	1
97	Parafuso 7/8x4 1/2 (7042)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	5,5000	1
98	Parafuso 7/8x5 (7043)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	6,9500	1
99	Parafuso 1x3 (7044)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	10,0000	1
100	Parafuso 1x6 1/2 (7045)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	20,0000	1
101	Parafuso M6x50 8.8 (7046)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3500	1
102	Parafuso M8x50 8.8 (7047)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3000	1
103	Parafuso M8x100 8.8 (7048)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,1000	1
104	Parafuso M10x50 8.8 (7049)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,9500	1
105	Parafuso M10x80 8.8 (7050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,5000	1
106	Parafuso M10x100 8.8 (7051)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,8500	1
107	Parafuso M12x50 8.8 (7052)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,4000	1
108	Parafuso M12x80 8.8 (7053)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,9000	1
109	Parafuso M12x100 8.8 (7054)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,2000	1
110	Parafuso M14x80 8.8 (7055)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	3,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
111	Parafuso M14x100 8.8 (7056)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	3,7500	1
112	Parafuso M16x80 8.8 (7057)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	5,5500	1
113	Parafuso M16x120 8.8 (7058)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	6,0000	1
114	Parafuso M18x80 8.8 (7059)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	5,6000	1
115	Parafuso M18x100 8.8 (7060)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	6,5500	1
116	Parafuso M20x130 8.8 (7061)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	7,0000	1
117	Pino elástico 6x70mm (7062)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	1,8000	1
118	Pino elástico 8x70mm (7063)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	2,0000	1
119	Pino elástico 10x70mm (7064)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	2,0000	1
120	Pino trava "R" (7065)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,9000	1
121	Porca 5/16. (7066)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,2500	1
122	Porca 3/8. (7067)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3000	1
123	Porca 7/16 (7068)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1500	1
124	Porca 1/2. (7069)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,4500	1
125	Porca 9/16 (7070)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,3000	1
126	Porca 5/8. (7071)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,8000	1
127	Porca 3/4. (7072)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,9500	1
128	Porca 1 (7073)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	2,5000	1
129	Porca M6 (7074)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,1000	1
130	Porca M10 (7075)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,2500	1
131	Porca M12 (7076)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,4500	1
132	Porca M14 (7077)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
133	Porca M16 (7078)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,0000	1
134	Porca M18 (7079)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,2000	1
135	Porca M20 (7080)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	1,9000	1
136	Retentor 00524 (7081)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	8,0000	1
137	Retentor 00009 (7082)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	9,0000	1
138	Retentor 00161 (7083)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	8,5000	1
139	Retentor 00188 (7084)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	10,0000	1
140	Retentor 00459 (7085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	7,9000	1
141	Retentor 00485 (7086)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	10,0000	1
142	Retentor 00517 (7087)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	7,0000	1
143	Retentor 00810 (7088)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	9,5000	1
144	Retentor 01180 (7089)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	15,0000	1
145	Retentor 02005 (7090)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	5,5000	1
146	Retentor 40000 (7091)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Wylerson	10,0000	1
147	Rolamento 32205 (7092)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	27,1500	1
148	Rolamento 32206 (7093)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	28,0000	1
149	Rolamento 32207 (7094)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	30,0000	1
150	Rolamento 32208 (7095)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	32,0000	1
151	Rolamento 32209 (7096)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	34,0000	1
152	Rolamento 32210 (7097)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	UCR	38,0000	1
153	Rolamento 6201 ZZ (7098)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	10,5000	1
154	Rolamento 6202 ZZ (7099)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	13,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
155	Rolamento 6203 ZZ (7100)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	13,8000	1
156	Rolamento 6204 ZZ (7101)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	15,1000	1
157	Rolamento 6205 ZZ (7102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	20,0000	1
158	Rolamento 6206 ZZ (7103)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	24,0000	1
159	Rolamento 6207 ZZ (7104)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	35,0000	1
160	Rolamento 6208 ZZ (7105)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	38,0000	1
161	Rolamento 6209 ZZ (7106)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	40,0000	1
162	Rolamento 6012 ZZ (7107)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	68,0000	1
163	Rolamento 6304 ZZ (7108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	19,0000	1
164	Rolamento 6305 ZZ (7109)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	26,0000	1
165	Rolamento 6306 ZZ (7110)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	35,0000	1
166	Rolamento 6307 ZZ (7111)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	42,0000	1
167	Rolamento 6308 ZZ (7112)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	59,0000	1
168	Rolamento agulha HK 4020 (7113)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	INA	54,6000	1
169	Rolamento agulha HK 3020 (7114)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	INA	14,5000	1
170	Sextavado (7115)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	5,2500	1
171	Tela bateadeira cereais (7116)	MT	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	22,0000	1
172	Trava quebra dedo (7117)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	3,0000	1
173	Tubo SKF (7118)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010**Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 22/02/2010****Válido até: 22/02/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e material para serviços de torno e mão-de-obra (homem) para tratores, implementos agrícolas e máquinas pesadas e de grande porte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
174	Óleo hidráulico. (7119)	L	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	LUBRAX	6,2000	1

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Fevereiro de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.636

DECRETO nº 4.636 de 01 de outubro de 2010.

Suplementa dotação orçamentária por remanejamento entre despesas e excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2676 de 17/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais), pelo remanejamento entre despesas e Excesso de Arrecadação, conforme segue:

04.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.00.0002- Aplicações Diretas	R\$ 67.500,00
3.3.90.00.0023- Aplicações Diretas	R\$ 167.000,00
3.3.90.00.0064- Aplicações Diretas	R\$ 116.000,00
SOMA	R\$ 350.500,00

10.301.0008.2.151- Manutenção do setor de Farmácia

3.3.90.00.0067- Aplicações Diretas	R\$ 500,00
10.301.0008.2.062- Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.0066- Aplicações diretas	R\$ 7.000,00
SOMA	R\$ 7.500,00
SOMA	R\$ 358.000,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e pelo Excesso de arrecadação no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), conforme segue:

04.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.0002- Aplicações diretas	R\$ 7.500,00
3.1.90.00.0157- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
3.3.71.00.023- Aplicações diretas	R\$ 69.000,00
3.1.90.00.064- Aplicações diretas	R\$ 66.000,00
SOMA	R\$ 202.500,00

10.301.0008.2.151- Manutenção do setor de Farmácia

3.3.90.00.00027- Aplicações Diretas	R\$ 500,00
SOMA	R\$ 500,00
10.301.0008.2.062- Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.0157- Aplicações diretas	R\$ 7.000,00

SOMA	R\$ 7.000,00
EXCESSO DE ARRECAÇÃO	R\$ 148.000,00
TOTAL	R\$ 358.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de outubro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 4.681

DECRETO nº 4.681, de 04 de novembro de 2010.

Delega poderes para autenticação de documentos.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam delegados poderes para autenticarem documentos de interesse da Prefeitura Municipal de Caçador, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados:

AVELINO ALVES DE OLIVEIRA

ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT

CELSON LUIZ THOMÉ

ELIANE BEATRIZ DUPONT MACHADO

VALQUIRA APARECIDA ALVES RIBEIRO

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

ROSILENE MANNES

SAMARA APARECIDA ROARIS

ROSELY APARECIDA SORGATTO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 4.425, de 02 de fevereiro de 2010 e 4.460, de 30 de março de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 4.685

DECRETO nº 4.685, de 17 de novembro de 2010.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área original de 865,30 m² (oitocentos e sessenta e cinco metros e trinta décimos quadrados), de propriedade de Márcia Aparecida Vieira Franco de Oliveira, localizado na Rodovia Osvaldo Olsen, Bairro Gioppo, no Loteamento Jardim Santa Maria, objeto da matrícula nº 13.080, do R.I. desta Comarca, resultando em três glebas, tudo em conformidade com o memorial descritivo e mapas, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, conforme segue:

Gleba "A" com área de 94,80 m² (noventa e quatro metros e oitenta décimos quadrados), doada para a Rua Zélio Rodrigues, confrontando; ao Norte, com a Rua Zélio Rodrigues (parte do lote 18), medindo 7,00 metros; ao Sul, com a Rua Zélio Rodrigues (parte do Lote 20), medindo 7,05 metros; ao Leste, com a "Gleba "B", medindo 14,09 metros e ao Oeste, com a Rua Zélio Rodrigues (parte da Firma Madevalli), medindo 13,00 metros.

Gleba "B" com área de 386,50 m² (trezentos e oitenta e seis metros e cinquenta décimos quadrados), confrontando; ao Norte,

com o lote 18, medindo 23,90 metros; ao Sul, com o lote 20, medindo 24,71 metros; ao Leste, com a "Gleba C", medindo 17,88 metros e ao Oeste, com a "Gleba A" (rua Zéio Rodrigues), medindo 14,09 metros.

Gleba "C" com área de 384,00 (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados), confrontando; ao Norte, com o Lote 18, medindo 20,00 metros; ao Sul, com o Lote 20, medindo 20,24 metros; ao Leste, com a Rodovia Osvaldo Olsen, medindo 21,00 metros e ao Oeste, com a "Gleba B", medindo 17,88 metros.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de novembro de 2010.

Saulo Sperotto - Prefeito Municipal.

Gilberto Nicolao Haudsch - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Edital de Convocação Nº 001/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 23 de novembro de 2010. Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Vivian de Lemos Estrowispy
Anne Caroline Zasnieski Diniz
Leonardo Felipe Duarte

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.243 de 20 de Outubro de 2010

DECRETO Nº 6.243 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.535 de 16 de dezembro de 2009, em seu Artigo 10; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 32.609,08 (trinta e dois mil, seiscentos e nove reais, oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração
03.01 -	Serviço de Administração
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 161,39	
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário
2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 580,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental
2.014 -	Transporte Escolar
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 28.767,69	
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
400000.00.519 -	Despesas de Capital
440000.00.519 -	Investimentos
449000.00.519 -	Aplicações Diretas
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente
R\$ 1.000,00	
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
1.009 -	Distribuição de Muda de Árvores de Matas Nativas
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita
R\$ 1.500,00	

07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico
 2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 500,00
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
 11.01 - Coordenadoria de Cultura
 2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 100,00
TOTAL R\$ 32.609,08

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração
 03.01 - Serviço de Administração
 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339091.00.136 - Sentenças Judiciais R\$ 149,55
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 11,84
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 200,00
 339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas
 R\$ 380,00
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
 2.014 - Transporte Escolar
 300000.00.161 - Despesas Correntes
 330000.00.161 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.161 - Aplicações Diretas
 339039.00.161 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 28.767,69
 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
 300000.00.519 - Despesas Correntes
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.519 - Aplicações Diretas
 339036.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 1.000,00
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico
 2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas

339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 500,00
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
 11.01 - Coordenadoria de Cultura
 2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 100,00
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
 1.009 - Distribuição de Mudanças de Árvores de Matas Nativas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 500,00
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 32.609,08

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de outubro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do edital de Pregão Presencial n.º 28/2010 MUNICÍPIO DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, torna público que, foram efetuadas alterações no objeto do Pregão eletrônico n.º 28/2010. Diante disto, foram transferidas as datas para cadastro de propostas no site até às 09:00 horas do dia 08/12/2010 e disputa do pregão para às 10:00 horas do dia 08/12/2010. Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital (aceso livre) e pregão (acesso identificado): <http://www.licitacoes-e.com.br>.

LEOBERTO WEINERT
 Prefeito

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1.719

DECRETO Nº 1.719, de 05 de novembro de 2010.

"CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE AS OBRAS REALIZADAS NA RUA ANGELO GUERRA, DECORRENTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009, NA MODALIDADE DO CONVITE Nº 16/2009, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Ficam classificados os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria, na Rua Ângelo Guerra, entre a Severiano Guerreiro e Rua da Paz:

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
001	03	46	58-2	Município de Catanduvas	27,50
002	03	50	57-4	Alcir Antonio Mayer	15,00
003	03	51	56-6	José da Rocha	15,00
004	03	52	55-8	Adélia Appel	15,00
005	03	56	54-0	Omerito Luiz Nora	27,50
			TOTAL		100,00

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
001	04	60	72-8	Município de Catanduvas	27,50
002	04	64	71-0	Município de Catanduvas	15,00
003	04	65	70-1	Município de Catanduvas	15,00
004	04	66	69-8	Sérgio Togni	15,00
005	04	70	68-0	Remi Picolli	27,50
			TOTAL		100,00

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
001	06	71	85-0	Município de Catanduvas	15,00
002	06	72	86-8	Rosane Aparecida Appel	15,00
003	06	73	87-6	José Valdemar dos Santos	15,00
004	06	74	88-4	Renato da Luz	15,00
005	06	75	89-2	Valdemir Antonio Pereira	15,00
006	06	76	90-6	Augusto Antonio Ritter	15,00
007	06	77	91-4	Lúcia Appel	15,00
008	06	78	92-2	Wilson Pieri	15,00
009	06	79	93-0	Sérgio Togni	15,00
010	06	80	94-9	Sérgio Togni	15,00
011	06	81	95-7	Sérgio Togni	40,00
			TOTAL		190,00

Art. 2º A presente classificação decorre do Processo Licitatório nº 23, de 20 de fevereiro de 2009 na modalidade do Convite nº 16/2009, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Fica criada a Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal

- Lei Complementar 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - CARLOS AUGUSTO CZECH - Resp. Setor de Tributos da Prefeitura

II - EDSON LUIZ FILIPINI - Secretaria de Infraestrutura

III - IVAN CLÁUDIO SACCHET - Mercado Imobiliário

IV - ADEMAR JOÃO NICHETTI - Mercado Imobiliário

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de cinco (5) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 05 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretario de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria em 05 de novembro de 2009.

Decreto Nº 1.721

DECRETO Nº 1.721, de 10 de novembro de 2010.

"CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE AS OBRAS REALIZADAS EM PARTE DA RUA HERCÍLIO LUZ, DECORRENTES DO TERMO DE ACORDO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REGIME DE MUTIRÃO DE 21/05/2010, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal), art. 2º § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010 e Lei Complementar nº 64, de 6 de maio de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Classifica os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria na Rua Hercílio Luz, entre Rua Venceslau Braz e Rua Duque de Caxias:

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
001	06	127	186-4	Ido Miguel Dalla Maria	40
002	06	98-99-p	187-2	Gerson Luis Bittencourt	13
			TOTAL		53

Parágrafo único. Nos termos do art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, estão sujeitos a Cobrança de Melhoria os proprietários Lindeiros que não aderiram ao regime de mutirão conforme Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 21/05/2010.

Art. 2º A presente classificação decorre do Termo de Acordo



para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 21/05/2010, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa a Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech - Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II - Edson Luiz Filipini - Secretaria de Infraestrutura

III - Ivan Cláudio Sacchet - Mercado Imobiliário

IV - Ademar João Nichetti - Mercado Imobiliário

Art. 4º Compete à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 21/05/2010 e emitir no prazo de cinco (5) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 10 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretario de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria em 10 de novembro de 2009.

Editais de Contribuição de Melhoria Nº 001/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2010

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomin, Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações), faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvas, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedos em parte da Rua Angelo Guerra, Regina, nesta cidade de Catanduvas(SC).

1 - DO LOCAL

Rua Angelo Guerra, na cidade de Catanduvas, SC, numa área pavimentada de 2.568,17m² e extensão de 240,00 metros, bocas de lobo, tubulação, meio-fios e cordões.

2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

As normas para a execução dos serviços foram descritas no memorial descritivo do projeto, o qual é parte integrante do processo licitatório que selecionou a proposta mais vantajosa para execução da obra, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

- Serviços iniciais;
- Drenagem pluvial;
- Meio-fios;
- Pavimentação; e
- Sinalização vertical.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Angelo Guerra, que foram valorizados, conforme Decreto anexo de nº 1.719, de 05 de novembro de 2010.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para as zonas diretamente atingidas, é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra, e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 40.000,50, de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Quadra	Lote	Imóvel	Proprietário	Valorização (por metro de testada)	Testada (metro)	Contribuição de Melhoria (acréscimo no valor do imóvel)
03	46	58-2	Município de Catanduvas	60,00	27,50	1.650,00
03	50	57-4	Alcir Antonio Mayer	60,00	15,00	900,00
03	51	56-6	José da Rocha	60,00	15,00	900,00
03	52	55-8	Adélia Appel	60,00	15,00	900,00
03	56	54-0	Omerito Luiz Nora	60,00	27,50	1.650,00
04	60	72-8	Município de Catanduvas	150,00	27,50	4.125,00
04	64	71-0	Município de Catanduvas	150,00	15,00	2.250,00
04	65	70-1	Município de Catanduvas	150,00	15,00	2.250,00
04	66	69-8	Sérgio Togni	150,00	15,00	2.250,00
04	70	68-0	Remi Picolli	150,00	27,50	4.125,00
06	71	85-0	Município de Catanduvas	60,00	15,00	900,00
06	72	86-8	Rosane Aparecida Appel	60,00	15,00	900,00
06	73	87-6	José Valdemar dos Santos	60,00	15,00	900,00
06	74	88-4	Renato da Luz	60,00	15,00	900,00
06	75	89-2	Valdemir Antonio Pereira	60,00	15,00	900,00
06	76	90-6	Augusto Antonio Ritter	60,00	15,00	900,00
06	77	91-4	Lúcia Appel	60,00	15,00	900,00
06	78	92-2	Wilson Pieri	150,00	15,00	2.250,00

06	79	93-0	Sérgio Togni	150,00	15,00	2.250,00
06	80	94-9	Sérgio Togni	150,00	15,00	2.250,00
06	81	95-7	Sérgio Togni	150,00	40,00	6.000,00
TOTAIS					390	40.050,00

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas na Rua e Edital de Licitação respectivo, está expresso na tabela abaixo:

Serviços Custo unitário R\$/m² Custo total da obra
 R\$ Valor custeado pelos contribuintes R\$
 Serviços iniciais; drenagem pluvial; meio-fio; pavimentação; e sinalização vertical. 47,53 122.057,02 40.050,00
 TOTAL 122.057,02 40.050,00

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 10 (dez) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, de juros de mora de 1% ao mês e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

Parágrafo único. Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital o memorial e projetos executivos das obras, planilha orçamentária, Edital de Licitação das obras, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 10 de novembro de 2010.
 GISA APARECIDA GIACOMIN
 Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria em 10 de novembro de 2010.

Edital de Contribuição de Melhoria Nº 002/2010 EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2010

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações) e art. 2º, §3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvas, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedos em parte da Rua Hercílio Luz, Centro Oeste nesta cidade de Catanduvas (SC).

1 - DO LOCAL

Rua Hercílio Luz, na cidade de Catanduvas, SC numa área pavimentada de 3.415,18 m²; extensão de 220,06 metros; largura e pavimentar conforme planta baixa bem como drenagem, sinalização, bocas de lobo, tubulação, meio fio e cordões.

2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

As normas para a execução dos serviços foram descritas no memorial descritivo do projeto, o qual é parte integrante do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 21/05/2010, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

- Serviços iniciais;
- Drenagem pluvial;
- Meio-fios;
- Pavimentação; e
- Sinalização vertical.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Regime de Mutirão, situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Hercílio Luz, que foram valorizados, conforme Decreto anexo de nº 1.721, de 10 de novembro de 2010.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria tem como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria deu-se de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para os proprietários ou possuidores não aderentes ao regime de mutirão nas zonas diretamente atingidas, é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra, e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 7.950,00, de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)	Contribuição de Melhoria (acréscimo no valor do imóvel)
001	06	127	186-4	Ildo Miguel Dalla Maria	40	6.000,00
002	06	98 e 99-p	187-2	Gerson Luis Bittencourt	13	1.950,00
TOTAL					53	7.950,00

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas na Rua e Orçamento da obra, está expresso na tabela abaixo:

Serviços	Custo unitário R\$/m²	Custo total da obra R\$	Valor custeado pelos contribuintes R\$
Serviços iniciais; drenagem pluvial; meio-fio; pavimentação; e sinalização vertical.	38,06	129.976,65	7.950,00
Nota: Parte da obra foi absorvida pelos proprietários que aderiram ao regime de mutirão.			

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 10 (dez) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, de juros de mora de 1% ao mês e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

9.1 Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital o memorial e projetos executivos das obras, planilha orçamentária, Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 21/05/2010, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, e que não aderiram ao regime de mutirão, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 11 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria em 11 de novembro de 2010.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 075/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 075/2010

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso I e parágrafo único, alínea "d", da Lei nº 0458, de 18 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 10.704,96 (dez mil, setecentos e quatro reais e noventa e seis centavos) da seguinte dotação do orçamento vigente:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026 - Execução e Man. do Programa Saúde da Família
R\$ 10.704,96

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 10.704,96 (dez mil, setecentos e quatro reais e noventa e seis centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026 - Execução e Man. do Programa Saúde da Família
R\$ 10.704,96

Art 3º Por conta do excesso de arrecadação da Fonte de Recurso
101 - (Receita de Impostos e Transferência de Impostos), no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fica aberto um Crédito Suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria da Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2021 - Man. da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 45.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de novembro de 2010.
JOSÉ BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 076/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 076/2010
"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso I e parágrafo único, alínea "d", da Lei nº 0458, de 18 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art 1º Por conta do Excesso de arrecadação da Fonte de recurso
113 - (Transferência do Fundeb 60%), no valor de R\$ 34.196,23 (trinta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e vinte e três centavos) e por excesso de arrecadação da Fonte de Recurso 114 - (Transferência do Fundeb 40%), no valor de R\$ 22.797,47 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do Fundeb - 60%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 34.196,23

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
114 - Transferência do Fundeb - 40%

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 22.797,47

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de novembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 077/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 077/2010
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso I e parágrafo único, alínea "d", da Lei nº 0458, de 18 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), da seguinte dotação do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
114 - Transferência do Fundeb - 40%
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 76.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do Fundeb - 60%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 45.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 31.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de novembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 077/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 077/2010
- PM
CONVITE Nº 40/2010 - PM

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 02 de dezembro de 2010, às 09:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório nº 077/2010, Modalidade Convite nº 40/2010, cujo objeto é a aquisição de cestas de natal para distribuir aos servidores efetivos, comissionados e contratados da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores e aos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado pela passagem do ano de 2010. Os itens que deverão compor as cestas de natal seguem anexos ao edital. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 25 de novembro de 2010.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital de Homologação DAS INSCRIÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 006/99 de 23.12.99 e a Lei nº 0085 de 30.06.99, RESOLVE, tornar público:

I - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos do Processo Seletivo Nº 001/2010/SMECE, para admissão de professores em caráter temporário - ACT, de Educação Infantil, para atuação no período de férias de 03 de janeiro à 4 de fevereiro de 2011:

Nº INSCRIÇÃO	NOME
001	Cláudia Lopes
002	Roseli Lourdes Macário
003	Julie Mara de Oliveira
004	Josiani Machado de Pinho
005	Marinelma Raymundo
006	Beatriz Karnoski Jasper
007	Regiane Maquez
008	Luana Franz
009	Denise Machado Klettenberg
010	Valdirene Mohr
011	Neuza Sebold de Almeida

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado/SC, 25 de novembro de 2010.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MEIRELEIN GRACH MACHADO
Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esportes

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL**

Portaria Nº 045/2010, de 23 de Novembro de 2010
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 045/2010, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.
Concede Pensão por Morte ao dependente presumido da servidora MARIZETE FÁTIMA MASSON PEGORARO, segurada ativa do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, II, 8º e 18, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, II, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte ao senhor CLÁUDIO PEGORARO, dependente presumido da servidora MARIZETE FÁTIMA MASSON PEGORARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, função: Zelador, nível GSO1, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 1581, segurada ativa do IPRECON.

Art. 2º Os proventos serão equivalente à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu o falecimento, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de novembro de 2010.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 23 de novembro de 2010.

RONI FINGER GONÇALVES
Escriturária

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 136/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2010- PMC

Objeto: Aquisição de gênero alimentício para os Grupos de Convivência dos Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 09h15min do dia 08/12/2010.

Abertura: dia 08/12/2010, às 09h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Credenciamento Nº 1/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - FUMAS
SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SEMAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2010

Objeto: Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, laboratorial e de fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia e psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar nº 163, de 26.07.99 e Decreto nº 4.155, de 16.09.99.
Prestadores: Prestador de serviços de saúde, empresas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativa ou não.
Credenciamento: à partir de 29/11/2010.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na sede do SEMAS, na Rua Atalípio Magarinos, nº 326, nesta cidade, no horário das: 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (49) 3442-0248.

Concórdia, SC, 24 de novembro de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Presidente do FUMAS

Edital de Tomada de Preços Nº 5/2010 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 0005/2010 - FMS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ ou construção civil para execução de obra de reforma e alteração do Piso Térreo da Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, Tipo: Menor Preço Global.
Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 15/12/2010.
Abertura: dia 15/12/2010, às 08:30h
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 24 de novembro de 2010.
MARIA LUIZA MARCON
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº104/2010

DECRETO Nº 104/2010
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 3.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

DA: Secretaria da Cultura e Esportes
05.01 - Secretaria da Cultura e Esportes
05.01.27.812.2508.2.021 - 4.4.90.00 - 1.0000.0 - 58 - Aplicações Diretas 3.000,00
PARA: Secretaria da Cultura e Esportes
05.01 - Secretaria da Cultura e Esportes
05.01.27.812.2508.2.021 - 3.3.90.00 - 1.0000.0 - 60 - Aplicações Diretas 3.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de novembro de 2010.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 23/11/2010**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 23/11/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.565,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.024,20
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	3.787,30
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	3.787,30
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.236,90
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	7.236,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.540,90
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.540,90
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	3.324,54
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.216,36

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 180, de 23 de Novembro de 2010

DECRETO Nº. 180, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal V.P. nº. 095/97, de 09/09/1997 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA - conforme abaixo:

1 - Órgãos Públicos Municipais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

- Titular - Valdecir de Souza
- Suplente - Fabiane Cenci Inacio

II - Departamento de Assistência Social:

- Titular - Deisy Paula Teixeira Pertussatti
- Suplente - Dinaura Dall'Acqua

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular - Adriana S. M. Buratto
- Suplente - Rute de Jesus

IV - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular - Gilson Eduardo Pahl
- Suplente - Gibarir Jose Madella

V - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular - Carolina de Fatima de Jesus
- Suplente - Lucas Cuchi

2 - Organizações Representativas da Participação Popular:

I - Representantes da Associação de Pais e Professores - APP - do Município:

- Titular - Arlindo Picetti
- Suplente - Jairo Gaio

II - Representantes da Educação Especial - APAE

- Titular - Libera G. Fim
- Suplente - Vilse Pozzer

III - Representantes dos Diretores das Escolas de Nível Básico e Médio do Município:

- Titular - Maria Nilce M. Somavilla
- Suplente - Lorete M.B.Favretto

IV - Representantes das Associações existentes no Município:

- Titular - Fabio Madella
- Suplente - Adriano Bertan

V- Representantes das Cooperativas Existentes no Município:

- Titular - Kátia Ramos do Amaral
- Suplente - Leonir Pedro Bottega

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 055, de 23 de março de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC, em 23 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 115, de 24 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 115, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 29/11/2010 à 28/12/2010.

Nome	Cargo	Referências
Avenir Cecatto	Vigia	03/2007 à 2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário N.011 /2010

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.011 /2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar n. 008 de 11 de julho de 2003 torna público que estarão abertas às inscrições para teste de seleção visando a contratação de professores, monitores de programas, Assistente Social e

Agente de Combate de Endemias em caráter temporário, nas condições estabelecidas por este edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A seleção será regida por este edital e executada por Comissão de Seleção instituída através do Decreto Nº. 177 de 17 de Novembro de 2010 emanado do chefe do Poder Executivo.

1.2. O Processo destina-se a selecionar candidatos para contratação em caráter temporário, para desempenho das atividades descritas nos quadros I e II do item 2.3 deste edital.

1.3 O presente processo seletivo fundamenta-se nas Leis Complementares n. 003 e 004, ambas de 09 de abril de 2003, e Leis Complementares n. 018 e 019 de 30 de dezembro de 2005, Lei Complementar n. 008 de 11 de julho de 2003 e demais legislação aplicável.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas nos dias 06 a 08 de Dezembro de 2010 nos seguintes horários: matutino das 08h30min às 11h00min e vespertino das 13h30min às 16h00min horas – junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Coronel Martins, localizada na Rua Gloria n. 7, Centro, Coronel Martins-SC.

2.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;

Ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;

Estar em gozo dos direitos políticos;

Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

O candidato realizará a sua inscrição de acordo com o quadro abaixo e atenderá as exigências para a função escolhida:

I - QUADRO PARA INSCRIÇÃO

Área de Atuação	Disciplina	Habilitação Necessária
Educação Infantil Ensino Fundamental Programas Sócios Educativos (PETI, Bolsa Família,...)	Educação Geral	Curso de ensino superior completo na área de Pedagogia.
Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	Curso de ensino superior completo na área.
Ensino fundamental	História/Geografia	Curso de ensino superior completo na área.
Ensino Fundamental	Filosofia/Religião	Curso de ensino superior completo na área ou em área afim. Desde que conte na grade curricular com um mínimo de 60h.
Ensino fundamental Educação infantil	Informática	Curso de Ensino Superior Completo na área, ou cursando em qualquer período.
Ensino Fundamental	Ciências/Agroecologia	Curso de ensino superior completo na área.
Educação Física	Educação Física	Curso de ensino superior completo na área, ou cursando.
Ensino Fundamental	História/Geografia	Curso de ensino superior completo na área, ou cursando.

Secretaria Municipal de Educação	Monitor de Projeto Social; Projeto de Dança	Licenciatura em qualquer Área comprovação de experiência e conhecimento na área de dança, comprovado através de certificado
Secretaria Municipal de Educação	Monitor de Projeto Social: Instrutor de Violão	Ensino Fundamental completo.
Secretaria Municipal de Educação	Monitor de Projeto Social; Projeto de Teatro.	Licenciatura em qualquer Área comprovação de experiência e conhecimento na área de Teatro, comprovado através de certificado

II - QUADRO PARA INSCRIÇÃO

Área de Atuação	Cargo	Habilitação Necessária
Secretaria Municipal de Saúde	Assistente Social	Curso de ensino superior completo na área.
Secretaria Municipal de Saúde.	Agente de Comb. De Endemias	Segundo Grau Completo.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO

Por ocasião da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

Carteira de Identidade;

CPF (Cadastro de Pessoa Física);

Diplomas, certificados e/ou comprovantes de cursos para os inscritos no quadro I e II do item 2.2.1 de acordo com a exigência para o cargo;

Certidão de tempo de serviço, para os inscritos no quadro I do item 2.2.1;

Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício do cargo ou função;

2.4 Será fornecido aos inscritos o comprovante conforme Anexos III.

2.5 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.6 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail ou fac-símile.

2.7 É de inteira responsabilidade do candidato à atualização do endereço e do número do telefone.

2.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone que deverá ser formalizada por escrito, sob pena de desclassificação.

2.9 A homologação das inscrições será afixada no mural da Prefeitura Municipal a partir das 13h00min horas do dia 10 de Dezembro de 2010.

3 – DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO E LOCAL DE ATUAÇÃO.

3.1 O Candidato concorrerá às vagas de professores, instrutor de violão, Monitor de Dança, Monitor de Teatro, Agente de Combate a endemias e Assistente Social que o município de Coronel Martins, necessita para atender as demandas temporárias e de excepcional interesse público para atuação nas Secretarias e Áreas descritas nos Quadros I e II do item 2.2.1 deste edital.

3.2 Os aprovados serão contratados com vencimentos e em conformidade com o quadro abaixo:

QUADRO I

Cargo de Professor	Habilitação	Carga Horária	Salário Base
Educação Infantil			
Ensino Fundamental			
Programas Sócios Educativos (Peti, Bolsa Família,...)	Curso de ensino superior completo na área de Pedagogia.	20 horas semanais	R\$ 930,52
Ensino Fundamental	Licenciatura Plena em Letras	20 horas semanais	R\$ 930,52
Ensino Fundamental	Curso de ensino superior completo na área de Filosofia. Ou em área afim Desde que conte com um mínimo de 60 h.	10 horas semanais	R\$ 465,26
Ensino Fundamental	Curso de Ensino Superior Completo na área de Informática, ou cursando em qualquer período.	20 horas semanais	R\$ 930,52
Ensino Fundamental	Licenciatura Plena Ciências	20 horas semanais	R\$ 930,52
Monitor de Projetos: instrutor de Dança	Secretaria M. de Educação Cultura e Esportes	30 h. semanais	R\$ 863,19
Monitor de Projetos: instrutor de Teatro	Secretaria M. de Educação Cultura e Esportes	30 h. semanais	R\$ 863,19
Monitor de Projetos: instrutor de Violão	Secretaria M. de Educação Cultura e Esportes	30 h. semanais	R\$ 863,19

QUADRO II

Cargo	Área de Atuação	Carga Horária	Salário Base
Assistente Social	Secretaria M. de Saúde	40 h. semanais	R\$ 2.725,73
Agente de Endemias	Secretaria M. de Saúde	40 h. semanais	R\$ 559,12

3.3. O contrato de trabalho poderá estabelecer carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais aos cargos constantes no Quadro I, variando de acordo com a necessidade do serviço, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente ao número de horas contratadas.

4 – DA CLASSIFICAÇÃO E DAS PROVAS

4.1 Para os cargos relacionados no quadro I, a classificação do processo de seletivo será através da soma de títulos, os quais receberão a seguinte pontuação:

PONTOS	TÍTULOS
30	Curso de ensino superior completo na disciplina específica de atuação.
20	Curso de Pós-Graduação completo na disciplina específica de atuação.
8	Cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área de educação realizados no ano de 2009 e 2010:
10	até 40 horas;
13	de 41 horas até 70 horas;
15	de 71 horas até 100 horas;
18	de 101 horas até 130 horas;
	acima de 131 horas.

2	Cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento na disciplina específica de atuação realizados no ano de 2010:
4	até 40 horas;
6	de 41 horas até 80 horas;
8	de 80 horas até 120 horas;
	acima de 120 horas.
1	Cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento em qualquer área de atuação:
2	de 40 horas até 80 horas;
3	de 81 horas até 160 horas;
	acima de 161 horas.
	Tempo de Serviço na disciplina específica de atuação:
1	de 6 meses até 24 meses;
2	de 25 meses até 36 meses;
3	de 37 meses até 48 meses;
4	de 49 meses até 60 meses;
5	acima de 61 meses.

4.1.1 Para os inscritos nos cargos referentes ao quadro II a classificação do processo de seletivo será através de prova de conhecimentos gerais, específicos, português e matemática conforme conteúdo programático em anexo IV. A prova será realizada no dia 20 de Dezembro de 2010 com início às 14:00 Horas, tendo como local a Escola Municipal Monteiro Lobato, rua Glória número 07 Coronel Martins – SC.

4.1.2 A prova de conhecimentos gerais, específicos, português e matemática para os candidatos inscritos nos cargos referentes ao quadro II, será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, sendo 10 questões de conhecimentos específicos e contendo 10 questões de conhecimentos gerais, português e matemática, tendo como peso de 0,50 para todas as questões.

4.1.3 Cada questão de múltipla escolha terá 4 (quatro) alternativas, sendo (A – B – C – D) onde apenas UMA alternativa de cada questão estará correta e cada questão valerá 0,5 (meio) Pontos.

4.1.4 a classificação se dará em ordem decrescente da soma total de pontos.

4.2 os itens 4.3 até o item 4.8 seguintes são válidos somente para os inscritos nas vagas referentes ao quadro I do item 2.2.1 deste edital.

4.3 Para contagem do tempo de serviço será considerado como data limite o dia 30 de novembro de 2010.

4.4 No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração a partir de 15 (quinze) dias, como 01 (um) mês completo.

4.5 Para contagem de pontos dos cursos de atualização e ou aperfeiçoamento tanto na disciplina quanto em qualquer área de atuação serão considerados somente os cursos realizados nos anos de 2009 e 2010.

4.6 Na computação dos pontos, os títulos já considerados para efeitos de pontuação não serão somados novamente.

4.7 A classificação ocorrerá na área de atuação e por disciplina, em ordem decrescente da soma total dos pontos.

4.8 Em caso de empate terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios, sucessivamente:

1º - Maior idade;

2º - Maior tempo de serviço para os inscritos no Quadro I do item 2.2.1 deste edital;

3º - Sorteio.

4.9 Será eliminado do processo seletivo o candidato:

Que não preencher de forma legível a ficha de inscrição, bem como os que contiverem dados inverídicos;

Que não atender os requisitos de habilitação necessária para a área de atuação e disciplina escolhida; e

Que apresentar mais de uma ficha de inscrição para este edital, hipótese em que será considerada apenas a última inscrição.

4.10 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá

prazo de 2 (dois) dias para apresentar recurso em conformidade com a alínea "b", § 1º do Art. 3º da Lei Complementar n. 008 de 11 de julho de 2003, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado diretamente ao Presidente da Comissão de Seleção.

4.11 Julgadas as provas e a documentação exigida pelo edital para a ocupação das vagas do quadro I e II, a lista dos candidatos aprovados no teste seletivo nº 11/2010 será divulgada no dia 29 de Dezembro de 2010 no Site da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na Rádio Comunitária Pedra Branca e em jornais de circulação local.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação obedecerá a rigorosamente a ordem de classificação.

5.2 Todos os candidatos classificados deverão comparecer em data, local e horário determinado pela Comissão com o intuito do preenchimento de vagas remanescentes do quadro efetivo de Professores e funcionários em data, local e o horário divulgados conforme item 4.11 deste edital.

5.3 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem após o cumprimento do item anterior será mediante Termo Convocação, tendo o candidato 01 (Um) dia para comparecer no horário e local determinado pela comissão.

5.4 O não atendimento do disposto nos itens 5.2 e 5.3 deste edital implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

5.5 No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;

Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

Documentos de identificação pessoal necessários ao registro funcional no serviço público municipal;

Demais documentos exigidos pelo Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Coronel Martins.

5.6 O candidato convocado ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde, conforme a natureza do cargo, onde deverá exercer as funções de funcionário e Professor na área e disciplina que foi classificado, no local onde haja necessidade temporária de atendimento.

5.7 As normas de contratação seguirão a legislação Estatutária Municipal, e Legislação aplicável a Admissão de Servidores em Caráter Temporário (ACT), não gerando qualquer vínculo empregatício efetivo com o Município.

5.8 Os contratados que realizaram inscrição nas Vagas do Quadro I do item 2.2.1 deste edital, deverão participar da formação continuada dos educadores em tempo integral, nos dias definidos pela Secretaria de Educação, sob pena de perda/desconto do dia, em virtude de ser considerado dia normal de expediente.

5.9 Havendo necessidade o Município poderá ampliar a carga horária dos contratados seguindo a Ordem Classificatória totalizando no máximo 40 horas.

Parágrafo único – O item acima só será executado uma vez que todos os candidatos classificados forem chamados.

6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes conforme Anexo I.

6.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura o único responsável pelas mesmas.

6.3 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação total das normas do processo seletivo.

6.4 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer o cargo ao qual foi convocado, será eliminado do processo seletivo.

6.5 Os Contratos decorrentes deste processo seletivo poderão ter

validade de 01 ano podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

6.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado pela Comissão de Seleção, sob a supervisão da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde.

6.7 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado a Autoridade Competente, em até 2 (dois) dias após a sua publicação.

6.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção sob a supervisão das Secretarias Municipais da Educação Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Coronel Martins – SC, 17 de Novembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1071/10 - Instaura Processo Administrativo Disciplinar - Marcelo Ferreira Gonçalves

PORTARIA Nº 1071/10

Instaura Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor Marcelo Ferreira Gonçalves, com a finalidade de apurar a prática, em tese, da infração administrativa caracterizada como abandono de cargo.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar Municipal 014/09,

RESOLVE:

CONSIDERANDO que o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES, brasileiro, casado, médico, portador do CPF 816.924.809-44 e do RG 1.546.155, residente na Rua Roberto Seidel, 2010, bairro Seminário, em Corupá/SC, foi nomeado, pela Portaria nº 155, de 23 de março de 2006, para exercer a função de Médico da Saúde da Família;

CONSIDERANDO que em 02 de julho de 2007 o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES foi exonerado, por força da Portaria 238/07;

CONSIDERANDO que em 01 de junho de 2009, através da Portaria 253/09, o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES foi reintegrado na função de Médico da Saúde da Família;

CONSIDERANDO que em 13 de julho de 2009, através da Portaria 280/09, ao servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES foi concedida licença para tratar de interesse particular, pelo período de 02 anos;

CONSIDERANDO que, em nome do interesse público, justificado pela falta de profissionais médicos para o atendimento da população, o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES foi notificado, por meio da Portaria nº 907/2010, a voltar para o exercício da função, no prazo de trinta dias, interrompendo-se a licença anteriormente concedida;

CONSIDERANDO que o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES impetrou o Mandado de Segurança nº 036.10.007618-7, perante a Vara da Fazenda de Jaraguá do Sul, e conseguiu medida liminar suspendendo os efeitos da Portaria nº 907/2010;

CONSIDERANDO que no julgamento de mérito do Mandado de Segurança nº 036.10.007618-7 foi denegada a ordem, considerando-se legal a Portaria nº 907/2010, de modo que perdeu efeito a medida liminar anteriormente concedida;

CONSIDERANDO que o recurso de apelação interposto pelo servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES não possui efeito suspensivo, razão pela qual a Portaria nº 907/2010 restabeleceu seus efeitos e está valendo de pleno direito desde 13/09/2010, dia em que foi publicada a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 036.10.007618-7;

CONSIDERANDO que, decorridos 60 dias da cientificação da decisão que considerou legal a convocação representada pela Portaria 907/2010, o servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES não reassumiu suas funções;

CONSIDERANDO que o artigo 177 da Lei Complementar Municipal nº 014/09 caracteriza como abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço por 30 dias consecutivos;

CONSIDERANDO que o artigo 174 da Lei Complementar 014/09 prevê pena de demissão para o servidor que incide na infração de abandono de cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir ao servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES o direito ao contraditório e à ampla defesa,

Art. 1º. Determinar, com base nos artigos 209 e seguintes da Lei Complementar Municipal 014/09, a instauração de Processo Administrativo RH 002/10, para apurar a possível violação dos artigos 174 e 177 da referida Lei Complementar, consistente em abandono de cargo por parte do servidor MARCELO FERREIRA GONÇALVES, ocupante do cargo de Médico da Saúde da Família.

Art. 2º. Constituir Comissão Processante Temporária, nos termos do artigo 210, §2º, da Lei Complementar Municipal 014/09, composta pelos seguintes servidores:

a) MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, Assistente Administrativo, matrícula 8276.7, Presidente da Comissão;

b) DARCI RUTSATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de assistente pedagógica, matrícula 2390.6;

c) RICARDO PEDRINI KAMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, matrícula 8718-1.

Art. 3º. Em havendo necessidade, os membros da Comissão Processante Temporária terão dedicação exclusiva e poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, contados da citação do servidor, e pode ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 5º. Aplicar-se-á ao presente Processo Administrativo, quando omissa a legislação municipal, as disposições da Lei Federal 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 18 de novembro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 075, de 19 de novembro de 2010.

DECRETO N.º 075, de 19 de novembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 3.719,20 (três mil, setecentos e dezenove reais e vinte centavos), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0015.50(59) Aplicações Diretas R\$ 3.719,20

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos pelo PDDE, da conta 5359-7.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de novembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 076, de 19 de novembro de 2010.

DECRETO N.º 076, de 19 de novembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019.0(84) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta

do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de novembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 077, de 19 de novembro de 2010.

DECRETO N.º 077, de 19 de novembro de 2010.
Abre crédito suplementar e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso II da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.0 (79)- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de novembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Contrato N° 16/2010

CONTRATO N° 16/2010

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 08/2010.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Laboratório Rech Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de análises clínicas (exames de laboratório) p/ atender os programas de saúde deste município.

Valor aditivo: R\$ 2.700,38.

Vigência: 31/12/2010.

Data assinatura: 03/11/2010.

Editais PARA CONTRATAÇÃO ACT, Nº 01/2010.

EDITAL PARA CONTRATAÇÃO ACT, Nº 01/2010.

O Prefeito Municipal de Ermo no uso de suas atribuições legais, baixa normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de Professores Admitidos em Caráter Temporário, de acordo com a Lei Municipal nº 120/2001 de 3 de outubro de 2001, para preenchimento de vagas escolares para atuação na Educação de Jovens

e Adultos na Rede Municipal para o ano letivo de 2011.

Local, período e Horário das inscrições:

Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Ermo - SC, Rodovia SC 448/km 06 nº 120, Centro.

Dia: 13 a 17 de dezembro de 2010;

Horário: das 07 horas e 30 minutos às 11 horas e 30 minutos

Ermo-SC, 24 de novembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELISABET BRÜLINGER PAVEI

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 93 de 16 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 93 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 1.499, de 22 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2.033 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

106 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL

R\$ 400.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2.033 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

105 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

TOTAL

R\$ 400.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 16 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretaria de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0341/2010

DECRETO Nº 0341, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

ALTERA A LOCALIZAÇÃO DE REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial artigo 61, VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a localização das seguintes repartições públicas municipais, que da Avenida Rene Frey, n. 411, Centro, Fraiburgo, SC., Unidade de Saúde Central, passam a funcionar sito à Rua Vito Pizzeta, n. 77, Bairro Vila Salete, na cidade de Fraiburgo, SC., junto a Unidade de Saúde Vila Salete:

- I - Farmácia;
- II - Laboratório de Análises Clínicas;
- III - Vigilância Sanitária;
- IV - Vigilância Epidemiológica com os serviços de: Imunização, SISVAN e Programas DST/HIV/AIDS, Tuberculose, Hanseníase e Tabagismo;
- V - Serviço de Eletrocardiograma (Telemedicina);
- VI - Serviço de Psicologia;
- VII - Setor de Tratamento Fora de Domicílio - TFD;
- VIII - Setor de Transporte;
- IX - Setor de Serviço Social;
- X - Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam também localizados na Unidade de Saúde Vila Salete, os seguintes os serviços:

- I - Odontologia;
- II - Sala de Coleta de Material para Exames Citopatológicos;
- III - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;
- IV - Lavanderia.

Art. 3º. O Pronto Atendimento Ambulatorial 24 horas terá acesso pela Av. Beira Lago, 770, Bairro Vila Salete.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC., 24 de Novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0342/2010

DECRETO Nº 0342, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

ALTERA A NOMENCLATURA DE UNIDADE DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial artigo 61, VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura da Unidade de Saúde Central para Unidade de Saúde São José, que passa a ser localizado na

Avenida Caçador, s/n., Centro, na cidade de Fraiburgo, SC.

Art. 2º. Ficam localizados na Unidade de Saúde São José, os seguintes serviços:

- I - Estratégias: Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde;
- II - Posto de Distribuição de Medicamentos;
- III - Programa HIPERDIA;
- IV - Serviços de Enfermagem;
- V - Atendimento Médico em Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia e Clínica Geral;
- VI - Emissão de Carteira de Saúde;
- VII - Vigilância Entomológica (Dengue);
- VIII - Central Arquivo Morto da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC., 24 de Novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0343/2010

DECRETO Nº 0343, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e meio Ambiente
26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (257)
R\$ 20.000,00

Total	R\$ 20.000,00
-------	---------------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 23 de Novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2560/2010

PORTARIA Nº 2.560, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 701.305.669-34, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de dezembro de 2010 a 10 de março de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0136/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0136/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0064/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de serviço de diagramação e impressão do Boletim Informativo Municipal de Fraiburgo, em papel jornal em formato de tablóide com tiragem mínima de 7.000 (sete mil) exemplares e máxima de 9.000 (nove mil) exemplares por edição. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 15/12/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0137/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0137/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0065/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de serviços de diagramação e impressão de cartilha de orientação para o servidor público municipal. Validade da Ata de Registro de Preços:

dezembro de 2010 a abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 07/12/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0138/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0138/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0066/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gás acetileno industrial, gás oxigênio medicinal e industrial e gás para solda mig, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e Órgão Participante (FMS). Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do 3º Termo Aditivo ao Edital de Credenciamento Nº 0001/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

3º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0001/2010 - FMS

A Secretária Municipal de Saúde comunica que no Edital de Credenciamento cujo objeto é o Chamamento Público para fins de Credenciamento de empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas, exames, procedimentos cirúrgicos, procedimentos ortopédicos e atendimentos fisioterapêuticos, em conformidade com a TABELA SUS, aprovados pelo CIS-AMARP e Conselho Municipal de Saúde - CMS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, foi prorrogado o seu prazo de vigência para até o dia 31 de dezembro de 2011 bem como todos os contratos oriundos do mesmo, cujas despesas serão suportadas com a utilização de dotação orçamentária competente proveniente do exercício de 2011. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Prefeitura Municipal, sito a Avenida Rio das Antas, 185. Fone (49) 3256-3039.

Fraiburgo(SC), 23 de novembro de 2010.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Resultado do Chamamento Público nº 0005/2010-PMF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0005/2010 – PMF

O Município de Fraiburgo(SC) torna público, nos termos do Edital de Chamamento em epígrafe, que expirado o prazo para

apresentação de novas marcas de GENEROS ALIMENTICIOS, houveram novas inclusões, permanecendo válidas, nos termos do item 1.2 do Edital, as marcas já aprovadas no Edital de Chamamento nº 0008/2008 e as demais apresentadas para os itens que foram aprovadas pela Comissão, as quais são as seguintes:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	MARCAS
1	Kg	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de até 5 kg, em polietileno leitoso. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	DABARRA DOLCE ALTO ALEGRE
2	kg	AIPIM DESCASCADO CONGELADO: Produto natural, de primeira qualidade, novo, tamanho médio, limpo, descascado, congelado, embalagem plástica transparente e resistente. Validade mínima de 60 dias, a partir da data de entrega. Deverá conter na embalagem Sif.	VERDE VALE EMBALAGEM COM 1KG FAVORITA ALIMENTOS
3	Kg	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: Ingredientes: açúcar, cacau em pó, sal refinado, vitaminas (vitamina C, vitamina A, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, e vitamina B12) e aromatizantes. Embalagem: pacotes com 1Kg. Prazo de validade mínimo: 4 meses, após data de entrega.	MUKI NEILAR CHOCOSHOW
4	Kg	AMIDO DE MILHO: O produto deve estar acondicionado em embalagem de 1 Kg, intacta. Não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	NEILAR (MAIS-CERTA) BOA SARA MOLINARI APTI
5	Kg	ARROZ PARBOILIZADO: Classe: longo fino - tipo 1. O produto não deve apresentar grãos disformes. Embalagem intacta, acondicionada em pacotes de até 5Kg. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	KIKA MALETTI ALFINETE URBANO KIARROZ FUMACENSE OLIVO
6	Kg	BANHA SUÍNA: Ingredientes: gordura suína e gordura suína desidratada. Embalagem de polietileno padronizada contendo 1Kg cada e SIF.	SADIA SEARA AURORA
7	Kg	BATATA EM FLOCOS: Contendo batata desidratada. Não deverá conter glúten. Embalado em sacos de polietileno leitoso de 1kg cada. Validade mínima de seis meses, a partir da data de entrega.	NUTRIMENTAL YOKI
8	Unid.	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA": EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 740G Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada e sal. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. A embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	ZADIMEL FAVILLE PARATI NINFA CASAREDO

9	Unid.	BISCOITO SALGADO TIPO "ÁGUA E SAL": Embalagem com no mínimo 740g Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, extrato de malte, açúcar e sal refinados, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, bicarbonato de amônio, lecitina de soja. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. Embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	ZADIMEL FAVILLE PARATI NINFA CASAREDO
10	Pct	BOLACHA DE MEL COM GLACE: tipo bolachão – caseiro. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento químico, clara de ovos desidratada e aromatizantes. O produto não deverá apresentar umidade excessiva, odor desagradável, bolor e sujidades. Serão rejeitadas as bolachas mal assadas, queimadas ou com caracteres organolépticos anormais. Embalagem: acondicionadas em pacotes de polietileno com no mínimo 700 g. O pacote não poderá apresentar mais de 2% de bolachas quebradas. Validade: mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	ZADIMEL NINFA
11	Unid.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade, embalado a vácuo, em pacotes de 500g. Contendo no máximo 1% de impurezas. Embalagem secundária intacta apresentando selo de pureza. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	MELITA TRADICIONAL GUIDALI
12	Unid	CANELA: em rama. As cascas são limpas e secas em forma de semi-tubo. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados de 20G. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	GR DONABELA
13	Kg	CANJICA: Milho branco para canjica tipo 1. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, de até 0,5Kg. Prazo de validade, mínimo 4 meses na data de entrega.	Zaeli PINDUCA KANTY
14	Cx	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA: Produto acondicionado em caixas com 10 saquinhos com peso líquido de 10g. Ingredientes: folha de capim cidreira. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	PRENDA MATTE LEÃO MATE REAL
15	Cx	CHÁ MATE: Sabor natural, caixa contendo 40 gramas e 25 saquinhos. Ingredientes: Folhas e talos de erva-mate tostada. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	MATTE LEÃO MATE REAL CHILENO

16	Kg	CREME OU MINGAU DE CHOCOLATE: Ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, cacau em pó e sal. Não deverá conter glúten. Embalagem: caixa de papelão, contendo sacos de polietileno, atóxico, contendo 1Kg cada. Prazo de validade: mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	ENERGE BOA SAFRA
17	Unid	DOCE DE LEITE EM PASTA CREMOSO: Ingredientes: leite pasteurizado, amido de milho, bicarbonato de sódio. Sem glúten. Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagens contendo no mínimo 900g, acondicionadas em caixa de papelão. Devendo constar na embalagem: data de validade mínima de 8 meses a partir da data entrega do produto. Registro no Ministério da Agricultura e SIF.	INCOTRIL MU-MU TIROL
18	Unid	DOCE EM PASTA CREMOSO SORTIDO (UVA, PÊSSEGO E ABÓBORA): Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagem de 900g, acondicionadas em caixa de papelão, Registro no Ministério da Saúde. Sem glúten. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	INCOTRIL PIÁ
19	Unid	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO: Deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos sãos, sem pele e sem sementes. Será tolerado a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio. Sem glúten. Embalagens contendo no mínimo 840g. Não serão aceitas embalagens amassadas ou enferrujadas. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	D'ÁJUDA 1 LINHA QUERO INCOTRIL KNORR (ELEFANTE)
20	Kg	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU: Amarela, grão de milho torrado isenta de sujidades parasitas e larvas. Validade mínima 7 meses a contar da data de entrega, acondicionada em saco plástico transparente atóxico contendo no máximo 1Kg.	ZAELI STROPARO
21	Kg	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: Enriquecida com ferro e ácido fólico nas proporções determinadas pela ANVISA. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de até 05 kg. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. MTC máximo de 0,450.	SANANDUVA LIBARDONI SPECH PACOTE AZUL ORQUÍDEA NORDESTE SOL
22	Kg	FEIJÃO PRETO TIPO 1 – DA ULTIMA SAFRA: Os grãos deverão ser limpos, isentos de matéria terrosa, parasitos e detritos animais e vegetais. Embalagem de 01 Kg, pacotes plásticos transparentes. Deverá constar no rótulo registro no Ministério da agricultura. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega.	VÓ TITA MÃE VÉIA BRIGHENTTI SÓ DA TERRA
23	Kg	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO: Específico para panificação. Embalagem contendo 500 gramas cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.	SAF INSTANT MAURI FLEISCHMANN

24	Lta	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalado em latas de no mínimo 250g. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	OETKER ROYAL FLEISCHMANN
25	Kg	FUBÁ DE MILHO AMARELO: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 3 meses a partir da data de entrega.	LIBARDONI BEATRIZ (VICATI)
26	Kg	GELATINA SABOR ABACAXI: Pó para gelatina contendo açúcar, gelatina comestível, sal, aroma artificial, acidulante, e corantes artificiais. Embalado em pacote de polietileno contendo 1kg cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.	NUTRIMENTAL BOA SAFRA NEILAR APTI
27	Kg	GELATINA SABOR LIMÃO: Pó para gelatina contendo açúcar, gelatina comestível, sal, aroma artificial, acidulante, e corantes artificiais. Embalado em pacote de polietileno contendo 1kg cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.	NUTRIMENTAL BOA SAFRA NEILAR APTI
28	Kg	GELATINA SABOR MORANGO: Pó para gelatina contendo açúcar, gelatina comestível, sal, aroma artificial, acidulante, e corantes artificiais. Embalado em pacote de polietileno contendo 1kg cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega	NUTRIMENTAL BOA SAFRA NEILAR APTI
29	Kg	GELATINA SABOR UVA: Pó para gelatina contendo açúcar, gelatina comestível, sal, aroma artificial, acidulante, e corantes artificiais. Embalado em pacote de polietileno contendo 1kg cada. Validade mínima 6 meses após data de entrega.	NUTRIMENTAL BOA SAFRA NEILAR APTI
30	Pct	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA: Acondicionado em embalagem plástica resistente contendo no mínimo 900g cada. Apresentando na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante, peso líquido e SIF. Ingredientes: Leite pasteurizado, açúcar, polpa, aroma e fermento lácteo. Não deve conter glúten. Prazo de Validade mínimo de 15 dias, a partir da data de entrega.	TIROL NATULEITE
31	Kg	LEITE EM PÓ INTEGRAL: Contendo vitaminas e ferro na sua composição. Embalado em pacotes de 400 gramas do produto. Deverá constar na embalagem registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	DO LAR ILOLAY
32	L	LEITE PASTEURIZADO TIPO "C": Acondicionado em embalagem plástica resistente com 1 Litro cada. Deverá constar na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante e registro no SIF prazo de validade mínimo de 2 dias, a partir da data de entrega.	TIROL NATULEITE

33	L	LEITE UHT: Leite integral longa vida UHT acondicionado em embalagem Tetrapack contendo 1L cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e SIF. Ingredientes: leite integral e estabilizante citrato de sódio. Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega.	TIROL PIÁ TERRA VIVA
34	Kg	LINGUIÇA SUÍNA TOSCANA: Boa qualidade, embalada em saco plástico transparente, contendo no rótulo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso, SIF e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	SEARA FRIMESA PERDIGÃO
35	Unid	MACARRÃO COM OVOS GRAVATA: Massa seca, pronta para cozimento, tipo gravata. Ingredientes: sêmola de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500g. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.	PARATI TODESCHINI
36	Unid	MACARRÃO FINO DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo cabelo de anjo. Ingredientes: Sêmola ou farinha de trigo, ovos e corantes naturais. Contendo glúten. Embalagem padronizada 500 gramas. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	ROSANE PARATI ISABELA TODESCHINI CASAREDO
37	Unid	MACARRÃO PARAFUSO DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo parafuso. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	ROSANE NORDESTE TODESCHINI PARATI CASAREDO
38	Kg	MARGARINA COM SAL: Contendo óleos vegetais líquidos hidrogenados, sal, estabilizantes, conservadores e vitamina A. Embalagem de até 01 kg, acondicionados em caixas de papelão, resfriado até 16 graus centígrados. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima 3 meses após data de entrega do produto.	SOYA MESA DELICIA DORIANA PRIMÊ
39	Unid	MEL: Mel puro, translúcido, de aroma característico, livre de impurezas. Deverá estar acondicionado na forma de sache, unidade de (0.8 gramas). Constando registro do SIF na embalagem.	D'SERRA SULMEL
40	Kg	MISTURA PARA PUDIM COM LEITE SABOR BAUNILHA: Pó para preparo de pudim com leite sabor baunilha. Ingredientes: açúcar refinado, leite em pó integral, amido de milho, aroma natural de baunilha e corante artificial. Embalagem: pacotes com 1Kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	NUTRIMENTAL BOA SAFRAEH SIMM

41	Kg	MOELA DE FRANGO: Boa qualidade, congelada ou resfriada sem o revestimento interno e sem resíduos, embalagem com no máximo 1Kg;. Deverá estar livre de parasitos, sujidades, larvas, e, de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir qualquer alteração. O produto deverá apresentar aspecto próprio da espécie, não amolecido nem pegajoso; cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas; odor próprio. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou cxs. de isopor.	FRANGO BOM SEARA PERDIGÃO
42	Lt	ÓLEO DE SOJA REFINADO: Tipo 1. Deverá estar isento de ranço e outras características indesejáveis. Registro no Ministério da Agricultura. Embalagem padronizada – 900 ml. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	COCAMAR SOYA PERDIGÃO
43	Lt	PREPARO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE ABACAXI: Pasteurizado, sem conservantes, sem corantes, líquido, com diluição mínima para obter refresco 1:5 (1 parte de suco para 5 partes de água). Embalagem tetra pak, hermeticamente fechada, contendo 1 litro do produto. Deverá apresentar na embalagem nº do registro do produto no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	GOTAS DA FRUTA
44	Lt	PREPARO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE MARACUJÁ: Pasteurizado, sem conservantes, sem corantes, líquido, com diluição mínima para obter refresco 1: 7 (1 parte de suco para 7 partes de água). Embalagem tetra pak, hermeticamente fechada, contendo 1 litro do produto. Deverá apresentar na embalagem nº do registro do produto no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 6 meses da data de entrega.	GOTAS DA FRUTA
45	Kg	QUIRERA: Quirera de milho amarelo. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega.	YOKI Zaeli LIBADONI KANTY
46	Kg	SAGU: Acondicionado em pacotes de polietileno transparentes até 0,5Kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	LAGES PINDECA MOLINARI SEVENHANI BOA SAFRA
47	Kg	SAL: Sal iodado refinado, embalagem contendo 01 Kg. Será obrigatória a adição de sais de iodo não tóxico na dosagem mínima de 10mg e máxima de 15mg de iodo por 1Kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega do produto.	MARFIM DIANA MIRAMAR CISNE

48	Kg	SALSICHA SUÍNA: Boa qualidade, contendo no máximo 2% de amido. Embalagem em plástico de polietileno com no máximo 5 Kg do produto, contendo no rótulo identificação, marca do fabricante, prazo de validade, peso, SIF e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega do produto.	PERDIGÃO SEARA SADIA
49	Kg	SOBRECOXA DE FRANGO: Congelada à temperatura de menos 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de menos 12 graus centígrados, embalagens individualizadas tipo bandeja contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	PERDIGÃO SEARA DIPLOMATA AVE DE OURO AURORA COPACOL
50	GL	SUCO CONCENTRADO DE LARANJA: Pasteurizado, sem corantes, sem conservantes, líquido, concentrado, 68º grau brix, com diluição mínima para obter refresco 1:11 (1 parte de suco para 11 partes de água), embalagem plástica, hermeticamente fechada, contendo 5 litros do produto. Ingredientes: suco concentrado de laranja Deverá apresentar na embalagem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Prazo de validade mínimo 8 meses a partir da data de entrega.	SABORE
51	Gl	SUCO CONCENTRADO DE UVA GALÃO COM 5 LITROS: Pasteurizado, sem corantes, sem conservantes, líquido, concentrado, 68º grau brix, com diluição mínima para obter refresco 1:11 (1 parte de suco para 11 partes de água), embalagem plástica, hermeticamente fechada. Ingredientes: suco concentrado de uva. Deverá apresentar na embalagem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Prazo de validade mínima de 8 meses a partir da data de entrega.	SABORE
52	Unid	VINAGRE BRANCO: Vinagre de álcool branco. Embalagem de 900mL. Deverá apresentar na embalagem Registro no Ministério da Agricultura. Ingredientes: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Validade mínima 1 ano após data de entrega do produto.	HENIG CHEMIM DONABELA

Informações poderão ser obtidas na Internet, no site www.fraiburgo.sc.gov.br, ou junto ao Departamento de Compras e Licitações: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039.

Fraiburgo(SC), 24 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Publicação Edital de Notificação de Exclusão do Simples Nacional

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DA SUA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO OU REGULARIZAR OS DÉBITOS PARA COM O MUNICÍPIO (ART. 17, V 29, I E V DA LC 123/2006; ARTS. 4º E 6º DA RESOLUÇÃO CGSN Nº 15 DE 23 DE JULHO DE 2007, COM EFEITOS A PARTIR DE 01/01/2011 - ART. 31 DA LC 123/2006), A SABER: 3J CHAPEACAO, PINT., BALANC. E COM. VAR. DE PECAS AUT. LTDA-CNPJ:11.108.721/0001-36;A.R. SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA-CNPJ:07.235.106/0001-13;ADEMIR ZAGO & CIA LTDA. - ME-CNPJ:01.741.899/0001-66;ADNILSON JOSE NUNES-CNPJ:07.066.865/0001-08;AGROPECUÁRIA CABANHA DA GRUTA LTDA.-CNPJ:83.071.134/0001-20;AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA-CNPJ:00.688.418/0001-33;AGROPECUARIA E PET SHOP MORESCO LTDA ME-CNPJ:11.487.872/0001-42;AGROPECUARIA E PET SHOP MORESCO LTDA ME - FILIAL-CNPJ:11.487.872/0002-23;ALCIDES RODRIGUES DE MORAES-CNPJ:06.969.122/0001-77;ALLANDER JOALHERIA LTDA ME - FILIAL-CNPJ:85.168.706/0002-09;ALPHA VISUAL LTDA ME-CNPJ:02.552.312/0001-33;AMAURO ANDERSON DARTORA & CIA LTDA ME-CNPJ:10.744.790/0001-73;ANDRE ANGELI - 00425543900-CNPJ:11.771.800/0001-22;ANGELICA DE ANDRADE-CNPJ:08.149.391/0001-12;ANGELO LUIZ DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:10.500.300/0001-93;ANNY COMERCIO DE FRUTAS NACIONAIS E IMPORTADAS LTDA-CNPJ:09.603.181/0001-15;ANTERO PINTO DOS SANTOS - ME-CNPJ:02.666.074/0001-97;ARI QUEIROZ-CNPJ:12.211.698/0001-73;ARTEFATOS DE MADEIRAS CURIO IMP E EXPORTADORA LTDA-CNPJ:82.947.862/0001-90;BAZAR E SALAO DE CABELEIREIRA HUBNER FLORIANO LTDA.-CNPJ:12.008.933/0001-04;BEATRIZ LONGO SARTOREL - ME.-CNPJ:02.088.696/0001-85;BERTE & BERTÉ - PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA ME-CNPJ:05.307.773/0001-39;BGS AUTO MECANICA LTDA ME-CNPJ:01.212.861/0001-04;BOBELLO INFORMATICA LTDA ME-CNPJ:06.298.034/0001-90;BORRACHARIA MIFRAI LTDA ME-85.146.645/0001-90;BORRACHARIA SAO MIGUEL LTDA-10.651.992/0001-70;CARLINHOS CAMARGO DE ALMEIDA-CNPJ:10.512.652/0001-69;CARLOS EDUARDO SAVIAN ME-CNPJ:07.614.855/0001-51;CARROCERIAS TOGNI LTDA - ME-CNPJ:06.267.253/0001-02;CASA DA CONSTRUCAO LTDA ME-CNPJ:07.847.235/0001-62;CEREALISTA FADANI LTDA ME-CNPJ:07.448.594/0001-47;CESCO CHAPEÇÃO E PINTURA LTDA -CNPJ:79.242.640/0001-68;CHRISTINE FARIAS CONTI-CNPJ:07.670.957/0001-94;CIDIMAR DA ROSA - 02009762908-CNPJ:11.312.247/0001-60;CLAUDIR FERREIRA DE SOUZA-CNPJ:09.649.789/0001-80;CLEITON BARBOSA CHAPEACAO LTDA ME-CNPJ:10.737.089/0001-27;CLETO VIER ME-CNPJ:00.180.567/0001-97;CLINICAR - POLIMENTO E CHAPEACAO LTDA ME-CNPJ:10.623.396/0001-87;CM FABRICACAO DE MOVEIS LTDA ME-CNPJ:09.165.343/0001-80;COMERCIAL CLG LTDA ME-CNPJ:04.300.288/0001-70;CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA-CNPJ:05.140.822/0001-91;CONTABIL FRAIBURGO S/S LTDA-CNPJ:10.615.244/0001-32;CONTE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS LTDA - ME-CNPJ:08.493.396/0001-68;DAYANE CRISTINA VARDANGA-CNPJ:10.565.961/0001-05;DEBORA GONCALVES DA SILVA - 03243429935-CNPJ:11.408.004/0001-20;DELLATORRE, TRAESEL & CIA LTDA ME-CNPJ:12.553.929/0001-27;DENISE RIBEIRO VALENTE - FILIAL-CNPJ:09.407.579/0003-48;DROGARIA DANA LTDA.-CNPJ:80.160.211/0001-20;DVG REFRIGERACAO E CLINICA DO ELETRODOMESTICO LTDA ME-CNPJ:10.664.444/0001-85;ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA EPP-CNPJ:10.687.466/0001-60;EDIFIKE EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA LTDA ME-CNPJ:09.500.084/0001-05;EDSON ALVES DOS SANTOS CABELEIREIRO - ME-CNPJ:09.219.659/0001-08;EDUARDO MARQUES DE OLIVEIRA

& CIA LTDA-CNPJ:02.460.672/0001-05;EDUCATRAN CURSOS E TREINAMENTOS LTDA-CNPJ:05.593.990/0001-32;ELETRONICA CINCO LTDA. ME-CNPJ:01.034.025/0001-79;ELIANE APARECIDA MARCONDES DA SILVA ME-CNPJ:10.285.999/0001-16;ELOIR SALETE DA SILVA HOFSTATTER-CNPJ:10.615.288/0001-62;EMERSON L.DALAG.& CIA LTDA.-ME-CNPJ:02.599.654/0001-09;ERNANDO DOS SANTOS- UNITEC-CNPJ:05.834.280/0001-57;ERNESTO PIRES - 04431266909-CNPJ:11.867.385/0001-05;FABIO JUNIOR MARQUES - 02378292902-CNPJ:12.164.964/0001-54;FARMACIA GENERICOS LTDA - ME -CNPJ:08.110.616/0001-27;FELIPE MARQUES DA SILVA - 00956804977-CNPJ:11.704.535/0001-60;FRAIMONT TERMO INDUSTRIAL LTDA-CNPJ:03.642.430/0001-03;FRAISOL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA ME-CNPJ:09.547.501/0001-67;FRANCHIELLI MOTTER - 03295189927-CNPJ:11.527.309/0001-50;G P CHOCOLATARIA LTDA ME-CNPJ:09.615.263/0001-80;GALA TRANSPORTES LTDA-CNPJ:09.338.852/0001-68;GOL LTDA - EPP-CNPJ:04.861.497/0001-93;HOTEL E REST.SCALABRIN LTDA.-CNPJ:83.518.472/0001-68;I. G. MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA-CNPJ:10.602.037/0001-43;IDALINO COSTA-CNPJ:11.636.976/0001-71;IND.COM. E TRANSPORTES REZZADORI LTDA-CNPJ:81.876.617/0001-77;INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES RUDECK LTDA.-CNPJ:79.850.434/0001-30;INDUSTRIA MECANICA VITTIOLI LTDA. ME-CNPJ:72.255.888/0001-14;INSTITUTO THOTH LTDA. ME-CNPJ:12.495.803/0001-43;IOLE DAHMER ME-CNPJ:04.673.016/0001-16;IRMAOS PRIGULI LTDA ME-CNPJ:10.941.077/0001-10;IVANDO OGLIARI & CIA LTDA-CNPJ:12.398.716/0001-78;IVANIR DE ARAUJO PROENCIO-ME-CNPJ:02.632.116/0001-79;IVANIR DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME-CNPJ:07.847.267/0001-68;J. SOARES EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME-CNPJ:08.789.384/0001-85;J.M COMERCIO DE CEREAS E TRANSPORTES LTDA ME-CNPJ:09.383.031/0001-43;J.N COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME-CNPJ:10.571.367/0001-19;J.S. - ASSESSORIA E SERV. EM REFRIG. INDUST. LTDA-CNPJ:06.115.461/0001-96;JAIR RUTHES - 52667529987-CNPJ:11.598.645/0001-94;JAMIR ANTUNES CORDEIRO - 46355901949-CNPJ:11.592.506/0001-53;JANDIR PAULO DOS SANTOS - 96111232991-CNPJ:11.525.113/0001-27;JOANNEI ARTES GRAFICAS LTDA.-CNPJ:76.868.389/0001-53;JOAO MARIA VOLTOLINZ ME-CNPJ:02.528.868/0001-94;JOEL THIBES E CIA LTDA ME-CNPJ:01.722.394/0001-54;JOSE ELINAR VARELA DA LUZ-CNPJ:10.736.307/0001-09;JUAES DA SILVA PASETO-CNPJ:79.935.110/0001-03;JULIO JENOVENCIO FERREIRA DOS SANTOS-CNPJ:10.582.019/0001-47;JURACI SANTO BIZZOTTO - ME-CNPJ:85.122.059/0001-05;KARLA MORAIS DO CANTO - 05529944990-CNPJ:12.484.520/0001-04;L.A CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP-CNPJ:10.336.748/0001-13;LEONI DELORENZE-ME-CNPJ:00.384.331/0001-72;LEONICE MARIA GARCES HANKE-CNPJ:11.615.604/0001-69;LEONILDA TEREZINHA CARDOSO-CNPJ:01.513.923/0001-00;LOCADORA DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL WENI LTDA ME-CNPJ:03.164.111/0001-21;LSC ESCOLA DE IDIOMAS LTDA ME-CNPJ:09.353.765/0001-80;LUCIANA BIANQUINI STELLE ME-CNPJ:00.101.004/0001-66;LUCIANO JAHNEL ME-CNPJ:10.456.869/0001-07;LUIZ CARLOS PEDROZO SERVICOS-CNPJ:10.660.576/0001-39;LUPEA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-CNPJ:00.134.893/0001-68;LUZIA BARBIERI GOMES-CNPJ:09.010.046/0001-66;MAÇA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA-CNPJ:10.401.850/0001-55;MAGAZINE FLOR D' LIZ LTDA-CNPJ:10.144.003/0001-52;MARIA IZABEL BELTRAME ME-CNPJ:07.234.063/0001-51;MARIA JANDIRA MARIANO-CNPJ:07.480.789/0001-74;MARLENE FRANCO DA SILVA-CNPJ:08.759.171/0001-00;MATERFRAIMERCEARIA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-CNPJ:03.028.035/0001-27;MAURICEIA GUSATTO BLEICHVEL-CNPJ:10.772.677/0001-00;MECANICA AGRICOLA E.C.L.M. LTDA-CNPJ:09.604.631/0001-94;MECANICA AUTO PECAS BETTU LTDA. EPP-CNPJ:01.923.131/0001-03;MECANICA AUTOMOTIVA LUMAR LTDA ME-CNPJ:09.380.040/0001-80;MECANICA INDUSTRIAL

JLA LTDA-CNPJ:09.480.870/0001-80;MECANICA INDUSTRIAL SAO JORGE LTDA-CNPJ:08.257.853/0001-15;MELOTTO AUTO CENTER LTDA.-ME-CNPJ:07.857.959/0001-97;MERCADO ARIAL LTDA-CNPJ:03.890.558/0001-88;MERCADO TROMBETTA LTDA ME-CNPJ:10.763.745/0001-66;MERCEARIA WW SAO LUIZ LTDA-CNPJ:10.617.980/0001-20;MF INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA-CNPJ:09.165.442/0001-62;MIGUE-LAN JOGOS ELETRONICOS LTDA ME-CNPJ:09.108.989/0001-26;MILTON ANTONIO DOS SANTOS-CNPJ:09.344.822/0001-64;MINI MERCADO DUTRA CENTER LTDA ME-CNPJ:05.022.013/0001-85;MONTAGENS DE CABINES AJ LTDA-CNPJ:05.693.887/0001-64;MORAES & RIZZOLLI LTDA ME-CNPJ:09.360.062/0001-89;MORAES & RIZZOLLI LTDA ME - FILIAL-CNPJ:09.360.062/0002-60;MORAES DECORACOES LTDA-CNPJ:09.395.824/0001-82;MOTTEIS CAMINHOS DO AMOR LTDA-CNPJ:04.067.405/0001-06;MR AGENCIA DE VIAGENS E INTERCAMBIO LTDA. ME-CNPJ:12.039.923/0001-36;MYCONST ESQUADRIAS LTDA EPP-CNPJ:12.370.473/0001-60;NELSON CORDEIRO PEREIRA - 75381133987-CNPJ:11.364.776/0001-07;ONESSIO MALVESTITI ME-CNPJ:01.864.758/0001-30;PAGE COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA-CNPJ:10.158.499/0001-13;PAULO CESAR RIBEIRO EVENTOS - ME-CNPJ:07.139.334/0001-90;PAULO CEZAR VACARI - ME-CNPJ:00.713.863/0001-06;PAULO EDUARDO GONCALVES DA SILVA - 04396834918-CNPJ:12.126.225/0001-78;PAULO FRATTINI ME-CNPJ:00.196.182/0001-18;PAULO RENATO DIAS ALVES-CNPJ:08.753.557/0001-05;PAULO SERGIO SEGALA & CIA LTDA-CNPJ:07.816.636/0001-55;PEIXOTO AUTOMÓVEIS LTDA.-CNPJ:09.529.605/0001-49;PERIN MOVEIS LTDA-CNPJ:04.357.621/0001-88;PITT VEICULOS LTDA ME-CNPJ:08.946.267/0001-88;PRESTACAO DE SERVICOS TRANSLEVE LTDA ME-CNPJ:03.661.144/0001-87;PRISCILA HILDEBRANDO DOS SANTOS-CNPJ:08.067.430/0001-32;R6 COMERCIO DE VEICULOS MULTI MARCAS LTDA ME-CNPJ:10.718.615/0001-01;RALF ZINK-CNPJ:09.152.788/0001-26;RECICLA SUL BRASIL LTDA-CNPJ:08.930.466/0001-06;REI LAVANDERIA LTDA. ME-CNPJ:85.218.857/0001-35;RENATO GOETTEN - 02807960995-CNPJ:11.637.567/0001-90;REPRESENTACOES CHERBA LTDA-CNPJ:01.957.997/0001-35;REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME-CNPJ:09.484.316/0001-70;RODRIGO JACINTO GOLIN - ME-CNPJ:85.369.817/0001-94;ROSEMERI KNEVELS RODRIGUES ME-CNPJ:07.744.948/0001-09;ROSSI SERVICOS DE JARDINAGEM LTDA ME-CNPJ:11.398.122/0001-02;SALVIO SINEVAN DE SOUZA ME-CNPJ:80.994.429/0001-80;SANTINA LOURENCO-CNPJ:11.876.077/0001-46;SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME-CNPJ:11.520.486/0001-05;SAPATARIA WS LTDA ME-CNPJ:09.438.073/0001-34;SCHALY METALURGICA LTDA ME-CNPJ:06.979.332/0001-46;SCHUMACHER TUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME-CNPJ:06.971.569/0001-80;SEBASTIAO ANTUNES BICICLOS ME-CNPJ:01.034.030/0001-81;SEBASTIAO DE JESUS PADILHA DE LIMA-CNPJ:07.666.181/0001-39;SEBASTIAO XAVIER DE SOUZA-CNPJ:09.439.581/0001-37;SECULOS IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-CNPJ:04.226.947/0001-76;SENI SALETE GERBER DE SOUZA-CNPJ:10.492.856/0001-85;SERGIO ANTONIO DE MATOS - 00714497959-CNPJ:12.490.019/0001-42;SERGIO LUIZ VICENTE-CNPJ:81.359.929/0001-03;SERVICOS FLORESTAIS ORTIZ LTDA - ME-CNPJ:08.697.972/0001-99;SEVERINO ARALDI & CIA LTDA-CNPJ:04.663.592/0001-82;SICAR AUTO MECANICA LTDA ME-CNPJ:10.739.764/0001-57;SIDNEI MATIAS DOS SANTOS-CNPJ:08.529.834/0001-09;SILVANA VIEIRA TRANSPORTES-CNPJ:11.951.532/0001-20;SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA & CIA LTDA ME-CNPJ:07.858.170/0001-50;STUDIO 3 VISUAL ART FILMES LTDA -CNPJ:07.646.385/0001-08;SUPERMERCADO SAO SEBASTIAO LTDA ME-CNPJ:10.723.151/0001-21;SUPERMETAL ESQUADRIAS E ESTRUTURAS LTDA ME-CNPJ:07.143.917/0001-94;TELL CELL TELEFONICA LTDA-CNPJ:09.411.579/0001-50;TIAGO LUIZ FELIX - 00586801952-CNPJ:12.489.623/0001-59;TRANSCARGAS JT TRANSPORTES LTDA-CNPJ:07.815.597/0001-71;TRANSGIVAN TRANSPORTES LTDA-CNPJ:08.628.731/0001-98;TRANSMACA TRANSPORTES LTDA -CNPJ:80.983.331/0001-28;TRANSPORTE

DE CARGAS RONANZAGO LTDA ME-CNPJ:09.347.332/0001-11;VALDENIR MOZZER ME.-CNPJ:01.741.902/0001-41;VANDERLEI DOS SANTOS MACEDO-CNPJ:08.004.255/0001-34;VARIEDADE MÓVEIS COMÉRCIO LTDA EPP-CNPJ:05.688.669/0001-31;VIAÇÃO FRAIBURGO LTDA.-CNPJ:81.783.771/0001-02;VICENTE CHIAPETTI & CIA LTDA ME-CNPJ:06.044.324/0001-08;VIEIRA SISTEMAS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME-CNPJ:11.345.066/0001-30;VILAR COMERCIO PNEUS LTDA-CNPJ:85.160.489/0001-11;VITORIA INSTALACOES ELETRICAS LTDA ME-CNPJ:10.759.998/0001-66;VIVIANE APARECIDA VICENTE E CIA LTDA ME-CNPJ:10.225.214/0001-10;VIVIANE MAXIMIANO - 03857008903-CNPJ:11.478.993/0001-28;VLADIMIR DE OLIVEIRA CABRAL E CIA LTDA ME-CNPJ:10.906.417/0001-71;WE MOTOS LTDA-CNPJ:09.330.066/0001-14;WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA.ME-CNPJ:07.252.859/0001-37;WILMA DOS ANJOS SCALABRIN-CNPJ:07.269.634/0001-93;WILSON DOS SANTOS ME-CNPJ:10.583.790/0001-39;ZANITUR TURISMO LTDA.-CNPJ:81.540.692/0001-62.

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 13/2010

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2010

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A SOCIEDADE ASSISTENCIAL SOCIAL E CULTURAL VIDA FELIZ.

JOSÉ BUFFON, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a SOCIEDADE ASSISTENCIAL SOCIAL E CULTURAL VIDA FELIZ, para auxiliar na manutenção e no atendimento do projeto social e cultural na área de música para crianças, adolescentes, jovens e adultos da comunidade fraiburguense, para contratação e pagamento de profissional capacitado para o desenvolvimento das atividades da Associação, mediante repasse mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em 12 (doze) parcelas, no período de 05/10/2010 a 30/09/2011,

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Funcional	08.243.0025.2.059-Manut. do Fundo M. dos Direitos da Criança e do Adolescente
Elemento	3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Dotação	182
Recurso	1.200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Novembro de 2010.
JOSÉ BUFFON
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Administrador do Legislativo

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 180/2010

DECRETO N.º 180, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000 (trinta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 10.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 20.000,00
26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 30.000 (trinta mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Novembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 78/2010

DECRETO Nº 78, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1495, de 16 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015. 451.1033.2058	Abertura/Retificação de Estradas Urbanas	4490	03.00.00	R\$	690.000,00
------------------------------	---	------	----------	-----	------------

Art. 2º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006. 182.1033.1028	Constr.da Unidade do Corpo de Bombeiros	4490	03.00.00	R\$	67.000,00
------------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1o. e 2º., serão utilizados recursos oriundos do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 4o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.015. 451.1033.2058	Abertura/Retificação de Estradas Urbanas	4490	01.00.00	R\$	610.000,00
11.001.020. 605.1036.2066	Manutenção do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
11.001.026. 782.1033.1016	Constr. Ampl. de Estradas Munic. Rurais	3390	01.00.00	R\$	100.000,00

Art. 5º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010. 301.1011.2083	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3190	01.02.00	R\$	125.000,00
14.001.010. 301.1011.2083	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3390	01.02.00	R\$	72.000,00
14.001.010. 301.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.02.00	R\$	5.000,00
14.001.010. 302.1021.2050	Man. do Pronto Atendimento 24 Horas	3390	01.02.00	R\$	4.000,00
14.001.010. 302.1022.1012	Constr. e Reforma de Unidades de Saúde	4490	01.02.00	R\$	29.000,00

Art. 6º - A abertura de Crédito Adicional na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006. 182.1033.1028	Constr.da Unidade do Corpo de Bombeiros	4490	01.00.00	R\$	100.000,00
------------------------------	---	------	----------	-----	------------

Art. 7º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 4o, 5º e 6º, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação projetado para a fonte Recursos Próprios.

Art. 8o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

11.001.020. 605.1036.2066	Manutenção do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
11.001.026. 782.1033.1018	Constr.de Pontes,Gal.e Bueiros Estr.Mun.	4490	01.00.00	R\$	30.000,00

Art. 9º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 8º, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.001.020. 605.1036.2082	Man. do Fundo Municipal de Agricultura	3390	01.00.00	R\$	80.000,00
------------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 10 – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.015. 452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos	3190	01.00.00	R\$	44.000,00
10.003.015. 452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos	3390	01.00.00	R\$	55.000,00

Art. 11 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 10, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.001.027. 813.1033.1017	Constr.Ampl.de Praças Parques e Jardins	4490	01.00.00	R\$	99.000,00
------------------------------	---	------	----------	-----	-----------

Art. 12 – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.020. 605.1036.2082	Man. do Fundo Municipal de Agricultura	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
------------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 13 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 12, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.001.020. 605.1036.2082	Man. do Fundo Municipal de Agricultura	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
------------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 14 - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores de Garuva:

001.031. 1002.2001	Outras Despesas Correntes	3.3.00.00.00	01.00.00	R\$	50.000,00
001.031. 1002.2001	Despesas de Capital	4.0.00.00.00	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 15 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 14, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária, da Unidade Câmara de Vereadores de Garuva.

001.031. 1002.2001	Pessoal e Encargos Sociais	3.1.00.00.00	01.00.00	R\$	60.000,00
-----------------------	----------------------------	--------------	----------	-----	-----------

Art. 16 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 79/2010

DECRETO Nº 79, de 16 de setembro de 2010.

" Dispõe sobre a Comissão do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências".

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo para comporem o Conselho Municipal de Saúde, com mandato até setembro de 2012:

1 - Representantes da Governo Municipal, Estadual e Federal:

Secretaria Municipal de Saúde
Nívia Maria de Araújo Costa Estevam
Isabela Aragão PereiraSecretaria Municipal de Educação
Marilda Ramos
Dejanira da Conceição FerreiraSecretaria Municipal de Estratégias Rurais
Paulo Guataçara da Costa Lima
Cesar Cassius MockerSecretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
Carin Piske de Souza
Iara Dutra de ArmasFUNASA - Fundação Nacional de Saúde
Pedro Nazario Leite
Antonio de MacedoEPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Cristina Ramos
Dione Nery Cavalcante Benevenuto

2 - Representantes dos Prestadores de Serviço

Laboratório de análises clínicas
Karina Piske de Souza TakesClínicas médicas, odontológicas e fisioterapia
Richard da Silva Choseki

3 - Representantes dos Profissionais de Saúde

Representantes da Classe Médica
Scheila Bianca Krause Strey
Emmanuelle Vervloet ReisRepresentantes da Classe Odontológica
Marlene Roeder
Karine Helouise EberhardtRepresentantes da Classe de Enfermagem
Cecila Senke
Francisca Alrileide Mesquita GuerraRepresentantes da Classe Farmacêutica
Cleber Paiva Truglio
Fabio Coradi Segala

4 - Representantes indicados pelas entidades

ACIG - Associação Comercial e Industrial de Garuva

Waldemar Arndt
José ChavesAssociação de Moradores e Amigos da Vila Giórgia Paula
Jucelino Guarezi
Orides BonadeuAPAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente
Ernani Guimarães
Ana Telma Gomes Guimarães da SilvaAssociação de Pais e Professores das Redes Estadual e Municipal de Ensino
Clovis Heinz
Nilton SchorrComunidade de Barrancos e Baraharas
Celso Mario Andrietti
Miguel Machado
Comunidade do Bom Futuro
Rosiane Manes Vieira
Silmara FariasComunidade de Garuva Acima
Valdir Korn
Olívia NunesComunidade de Minas Velhas
Benedito Alves de Chaves
Paulo dos SantosComunidade do Palmital
Ursula Schwarz
Norita BorghesanComunidade de São João Abaixo e Cauvi
Vera Pabst
Sigridt PadilhaComunidade de Urubuquara e Três Barras
Eliane Hattenhauer
João DalpráSindicato dos Trabalhadores Rurais
Ronald Roeder
Egon Stockhausen

ART. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal**Decreto Nº 81/2010**

DECRETO Nº 81, de 20 de setembro de 2010

Atribui a Senhora Grazielle Ribeiro, poderes para participar, em nome do Município de Garuva, de audiência em processo judicial.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f", do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Grazielle Ribeiro, Diretora de Saúde, nomeada através do Decreto Nº 75, de 08 de setembro de 2010, atribuída de poderes para transacionar em nome do Município de Garuva junto ao seguinte processo judicial:

a) 119.07.001215-3 - Ação Civil Pública, que se encontra tramitando

junto Vara Única de Garuva - Santa Catarina.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 82/2010

DECRETO Nº 82, de 24 de Setembro de 2010

"Dispõe sobre a nomeação dos componentes do Conselho Municipal de Entorpecentes, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, II, g, da Lei Orgânica do Município de Garuva e com base no art. 4º, da Lei 1280, de 06/06/2006 e,

CONSIDERANDO a necessidade de nomear os representantes dos órgãos e entidades que constituem o Conselho Municipal de Entorpecentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir o Conselho Municipal de Entorpecentes com os seguintes representantes:

I - Secretaria Municipal de Educação, Sra. Denize Romanzini da Silva.

II - Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Eliselly Ana Romão.

III - Serviço Social Municipal, Sra. Simone Neves.

IV - Polícia Militar, Sr. Osvaldir Barbosa.

V - Ministério Público, Dr. Carlos Eduardo Cunha.

VI - Poder Executivo Municipal, Sr. Elvis Nei Estevam e Sra. Daniele Money.

VII - Câmara Municipal de Vereadores, Dr. Nelson Ferreira de Freitas Filho e Sr. Antônio Dinis de Ramos.

VIII - Ordem dos Advogados do Brasil - Bel. Miquéias Abdiel Mellos de Quadros

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 83/2010

DECRETO Nº 83, de 08 de outubro de 2010

"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 11 DE OUTUBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que o dia 12 de outubro é um feriado nacional que mobiliza parcela considerável da população.

Considerando que em função dessa comemoração, o Governo do Estado de Santa Catarina decretou ponto facultativo no dia 11 de outubro, segunda-feira;

Considerando que o calendário escolar das redes estadual e municipal de ensino é integrado, e que o transporte escolar atende simultaneamente de forma racional as duas redes;

Considerando que nessa circunstância, a disponibilização do transporte escolar apenas para uma das redes é anti-econômica, contrariando o princípio da economicidade preconizado na Constituição Federal;

Considerando que a dispensa das aulas não trará prejuízo ao calendário escolar.

Considerando que os servidores municipais devem ser tratados com isonomia.

DECRETA:

Art. 1º. - Ponto facultativo, no dia 11 de outubro de 2010, nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços e das atividades consideradas de natureza essencial, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas Secretarias.

Parágrafo único - Fica vedado o pagamento de horas extras pelos serviços excepcionalmente prestados no período acima.

Art. 2º - A carga horária do dia 11 será compensada com a participação de todos os servidores nos eventos da semana do servidor, mediante assinatura no livro de presença.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 85/2010

DECRETO Nº 85, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1498, de 13 de outubro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008. 244.1027.2057	Manut.de Prot. Básica-Família em Foco	4490	01.00.00	R\$	8.000,00
15.001.008. 244.1027.2057	Manut.de Prot. Básica-Família em Foco	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
15.001.008. 244.1023.2051	Manut. do Progr. de Prom e Prev. Des.Soc.	3190	01.00.00	R\$	21.000,00
15.001.008. 244.1023.2051	Manut. do Progr. de Prom e Prev. Des.Soc.	3190	01.51.00	R\$	28.000,00
15.001.008. 243.1026.2056	Contrat. de Profis. para Atend.no Abrigo	3190	01.00.00	R\$	15.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

17.001.016. 482.1033.2086	Manut. do Fundo Municipal de Habi- tação	4490	01.00.00	R\$	85.000,00
------------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.	Manutenção do				
361.1028.2028	Setor de Educação	3190	01.18.00	R\$	75.000,00
07.001.012.	Manutenção do				
361.1028.2028	Setor de Educação	3190	01.19.00	R\$	170.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.	Serviço de Ensino				
365.1030.2031	Infantil - Creche	3190	01.18.00	R\$	200.000,00
07.001.012.	Serviço de Ensino				
365.1030.2031	Infantil - Creche	3190	01.19.00	R\$	15.000,00
07.001.012.	Serviço de Ensino				
365.1030.2032	Infantil - Pré-escola	3190	01.19.00	R\$	30.000,00

Art. 5º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

06.001.022.	Incent. e Manut.de				
661.1034.2026	Áreas Industriais	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
07.001.012.	Constr, ampl e ref				
365.1030.1010	de Creches Munic.	4490	01.01.00	R\$	10.000,00
07.001.012.	Manutenção de				
361.1028.2030	Convênios Diversos	3390	01.58.00	R\$	80.000,00
07.001.012.	Manutenção do				
361.1028.2028	Setor de Educação	3190	01.18.00	R\$	720.000,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação projetado para as respectivas fontes de recursos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 86/2010

DECRETO N.º 86, de 14 de Outubro de 2010.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, nos termos do processo administrativo n. 1268/2010 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "ESTEVAM", com área total de 113.825,94 m², com 163 lotes, localizado à Avenida Celso Ramos, centro, nesta Cidade e Comarca de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula n. 335 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, de propriedade da Empresa ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Avenida Celso Ramos, 1155 nesta Cidade, neste ato representada por Antonio Gilberto Estevam, brasileiro, casado, corretor de Imóveis - CRECI - 5683, portador da cédula de identidade nº 849.628 e inscrito no CPF sob o nº 457.581.409-10, distribuído da seguinte maneira:

- I - 64.892,96 m² (57,02%) de área de lotes;
- II - 25.618,93 m² (22,51%) de área de ruas;
- III - 7.611,89 m² (6,69%) de área destinada a Prefeitura Municipal;
- IV - 6.791,00 m² (5,96%) de área verde;
- V - 8.901,16m² (7,82%) de Área de Preservação Permanente.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "ESTEVAM" são as constantes do memorial descritivo datado de 11/08/2009, anexado ao processo administrativo nº 1268/2010.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas verdes, bem como as áreas destinadas a arruamento e área institucional, constantes no projeto e referidas no art. 4º, I, da Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, identificados no memorial descritivo, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Romão, doravante denominado PREFEITURA e de outro lado ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Av. Celso Ramos, 1155, centro, na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina neste ato representada por Antonio Gilberto Estevam, brasileiro, casado, corretor de Imóveis - CRECI 5683, portador da carteira de identidade nº 849.628/SSP/SC, inscrito no CPF: 457.581.409-10, doravante denominada LOTEADORA, de conformidade com o artigo 10 da Lei Municipal n. 298 de 09 de maio de 1983, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Loteadora se compromete, nos termos do art. 10, II, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983, a executar as obras de infra-estrutura no loteamento ESTEVAM, localizado à Avenida Celso Ramos, no quadro urbano do Município de Garuva-SC, matrícula nº 335 do cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Garuva, com área total loteada de 113.815,94 metros quadrados, cuja infra-estrutura corresponde a implantação, sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - À vista do disposto no art. 10, IV, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983. no caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

- 1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;
- 2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;
- 3 - Escoamento das águas pluviais;
- 4 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário

5 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
6 - Rede de distribuição de água potável;
7 - Ensaibramento das vias de circulação com material adequada para o tipo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 64.892,96 m²;
- 2 - Área das Ruas: 25.618,93 m²;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 7.611,89 m²;
- 4 - Área verde: 6.791,00 m²;
- 5 - Área de Preservação Permanente - APP: 8.901,16 m²;

CLÁUSULA SEGUNDA - A LOTEADORA dará em caução 09 (nove) lotes, representados pelos lotes 01 a 09 da quadra 17 do Loteamento ESTEVAM.

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executada as obras, a pedido da LOTEADORA, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pela LOTEADORA, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados não poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - A LOTEADORA deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

CLAUSULA TERCEIRA - A LOTEADORA poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto a LOTEADORA requerer a PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - A LOTEADORA deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica de responsabilidade de a PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - A Loteadora deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais contidas na Lei Municipal nº 298 de 09 de maio de 1983, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

CLAUSULA QUARTA - Nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº. 298 de 09/05/1983, a LOTEADORA transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

CLÁUSULA QUINTA - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

- Terraplanagem total - 60 dias
- Drenagem pluvial - 120 dias
- Ensaibramento - 730 dias

Rede de distribuição de água potável - 250 dias
Rede de distribuição de energia elétrica - 360 dias.

CLÁUSULA SEXTA - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (2 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infra-estrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA - A LOTEADORA obriga-se em executar todas as obras de infra-estrutura constante no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeitar-se desde já, a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido a LOTEADORA.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura a LOTEADORA pagará a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infra-estrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte da LOTEADORA.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, a LOTEADORA será notificada formalmente para que dentro de 30 dias, complementem os serviços e, caso não o faça, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Municipal nº 298/83.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando a LOTEADORA livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

CLÁUSULA NONA - Caso a PREFEITURA venha realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio a área caucionada, cobrar o valor referido na cláusula 4ª, na forma do art. 10, IV, da Lei Municipal n. 298 de 09/05/1983.

CLÁUSULA DÉCIMA - A LOTEADORA deverá submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, como competente para discussão das questões decorrentes deste Instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 15 de outubro de 2010
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

LOTEADORA
Antonio Gilberto Estevam

PAULO AFONSO PEREIRA ROCHA
Chefe do Setor de Cadastro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "ESTEVAM"
JOAO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento "ESTEVAM", que está localizado à Avenida Celso Ramos, zona urbana deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 335, livro 02 - Registro Geral do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade de ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, CRECI - 2622-J, inscrita no CNPJ: 01.709.218/0001-82, estabelecida a Avenida Celso Ramos, nº 1155 nesta Cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº 86, publicado em 14 de outubro de 2010 com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação das áreas verde com 6.791,00 m² (5,96%) da área da PMG com 7.611,89 m² (6,69%), e áreas das ruas com 25.618,93 m² (22,51%), ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 15 de outubro de 2010
JOAO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 87/2010

DECRETO Nº 87, DE 18 DE OUTUBRO DE 2010.
"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que o dia 02 de novembro é um feriado nacional que mobiliza parcela considerável da população.

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o "Dia do Servidor Público";

Considerando que em função dessa comemoração, o Governo do Estado de Santa Catarina decretou ponto facultativo no dia 1º de novembro, segunda-feira;

Considerando que o calendário escolar das redes estadual e

municipal de ensino é integrado, e que o transporte escolar atende simultaneamente de forma racional as duas redes;

Considerando que nessa circunstância, a disponibilização do transporte escolar apenas para uma das redes é anti-econômica, contrariando o princípio da economicidade preconizado na Constituição Federal;

Considerando que a dispensa das aulas não trará prejuízo ao calendário escolar.

Considerando que os servidores municipais devem ser tratados com isonomia.

DECRETA:

Art. 1º. - No âmbito da administração pública municipal as comemorações do "Dia do Servidor Público", neste ano, ficarão transferidas do dia 28 de outubro para o dia 1º de novembro.

Art. 2º - Ponto facultativo, no dia 1º de novembro de 2010, nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços e das atividades consideradas de natureza essencial, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas Secretarias.

Parágrafo único - Fica vedado o pagamento de horas extras pelos serviços excepcionalmente prestados no período acima.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 92/2010

DECRETO Nº 92, de 29 de outubro de 2010.

"Dispõe sobre a Comissão do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências".

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo para comporem o Conselho Municipal de Saúde, com mandato até setembro de 2012:

1 - Representantes da Governo Municipal, Estadual e Federal:

Secretaria Municipal de Saúde
Nívia Maria de Araújo Costa Estevam
Isabela Aragão Pereira

Secretaria Municipal de Educação
Marilda Ramos
Dejanira da Conceição Ferreira

Secretaria Municipal de Estratégias Rurais
Paulo Guataçara da Costa Lima
Cesar Cassius Mocker

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
Carin Piske de Souza
Iara Dutra de Armas

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
Pedro Nazario Leite
Antonio de Macedo

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Cristina Ramos
Dione Nery Cavalcante Benevenuto

2 - Representantes dos Prestadores de Serviço

Laboratório de análises clínicas
Karina Piske de Souza Takes

Clínicas médicas, odontológicas e fisioterapia
Richard da Silva Choseki

3 - Representantes dos Profissionais de Saúde

Representantes da Classe Médica
Scheila Bianca Krause Strey
Emmanuelle Vervloet Reis

Representantes da Classe Odontológica
Marlene Roeder
Karine Helouise Eberhardt

Representantes da Classe de Enfermagem
Cecília Senke
Francisca Alrileide Mesquita Guerra

Representantes da Classe Farmacêutica
Cleber Paiva Truglio
Fabio Coradi Segala

4 - Representantes indicados pelas entidades

ACIG - Associação Comercial e Industrial de Garuva
Eduardo Nascimento
Waldemar Arndt

Associação de Moradores e Amigos da Vila Giórgia Paula
Jucelino Guarezi
Orides Bonadeu

APAM - Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente
Ernani Guimarães
Ana Telma Gomes Guimarães da Silva

Associação de Pais e Professores das Redes Estadual e Municipal de Ensino
Clovis Heinz
Nilton Schorr

Comunidade de Barrancos e Baraharas
Celso Mario Andrietti
Miguel Machado
Comunidade do Bom Futuro
Rosiane Manes Vieira
Silmara Farias

Comunidade de Garuva Acima
Valdir Korn
Olívia Nunes

Comunidade de Minas Velhas
Benedito Alves de Chaves
Paulo dos Santos

Comunidade do Palmital
Ursula Schwarz
Sandra Pinho

Comunidade de São João Abaixo e Cauvi
Vera Pabst
Sigridt Padilha

Comunidade de Urubuquara e Três Barras
Eliane Hattenhauer
João Dalprá

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ronald Roeder
Valdir Back

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 79, de 16 de setembro de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 93/2010

DECRETO Nº 93, de 29 de outubro de 2010

"Dispõe sobre a comissão do Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras providências"

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1496, de 29 de setembro de 2010,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, com mandato até abril de 2012:

- Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Titular	Suplente
Iara Dutra de Armas	Genécio Brunetto
Ana Patrícia da Rosa	Simone Neves

- Representando a Secretaria Municipal de Educação

Titular	Suplente
Marilda Ramos	Maria Edlamar Aguiar Costa

- Representando a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Titular	Suplente
Jonatas Lemos	Sandro Casa

- Representando a Secretaria Municipal de Saúde

Titular	Suplente
Marlene Roder	Sheila Bianca Krause Strey

- Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular	Suplente
Lisete Soares	Lauri Carlos Kaghofer

- Representando as Entidades Comunitárias

Titular	Suplente
Ana Telma Gomes Guimarães da Silva	Ernani Gomes Guimarães
Suzete Maria da Rocha	Eliane Cristina Schafer

- Representando os Usuários do Programa Bolsa Família

Titular	Suplente
Janete Mateus	Luciane Aparecida Cordeiro
Jociane Pietrzaka	Sandra Budal

- Representando as Entidades ligadas à Política de Atendimento

ao Idoso
Titular
Dorotilde Della Giustina Feldhaus
Ana Beatriz Moecke
Suplente
Laurita Umlauf
Eunice Nagel

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 96/2010

DECRETO Nº 96, de 16 de novembro de 2010

"Atribui a servidores públicos municipais, poderes para participar, em nome do Município de Garuva, de audiência em processo judicial.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f", do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam os servidores Rosmeri Maria Rocha, nomeada através da Portaria Nº 136 de 14 de outubro de 1991, matrícula nº 6209.0, Carla Lizete Ramos, nomeada através da Portaria nº 29 de 1º de julho de 1993, matrícula nº 6199.9 e Eder Johns Lemos, nomeado através da Portaria Nº 340 de 31 de maio de 2010, matrícula nº 10.927.4, atribuídos de poderes para transacionar em nome do Município de Garuva para todos os processos selecionados para o "Mutirão de Conciliação" promovido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, a ser realizado no período de 29/11/2010 a 03/12/2010.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 492/2010

PORTARIA Nº. 492, de 13 Setembro de 2010

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no edital nº. 012/2010.

ART. 20. - Designar MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA, ALEXANDRE SAAD BENEDET e SILVANA MEWS, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 493/2010

PORTARIA Nº 493, de 14 de setembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCIANO FELIPPI, inscrito no CI-RG 3.756.746 e CPF 004.782.439-52, na função de Professor Nível II, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 494/2010

PORTARIA Nº. 494 de 17 de setembro 2010

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, CONFORME APOSENTADORIA, DA SERVIDORA ANGELA MERLIN ORZENN DO CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora ANGELA MERLIN ORZENN, portadora de RG nº. 20792833 e CPF nº. 393.067.049-68, do cargo de PROFESSORA, nomeada em 08 de fevereiro de 1999, através da Portaria 105/1999.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 495/2010

PORTARIA Nº 495, de 17 de setembro de 2010.

" Institui Comissão Permanente de Avaliação para efeito de desapropriação, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, no

uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 79, II, "c", da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear uma Comissão Permanente, composto dos Servidores Municipais, Iolando de Assis, Engenheiro Civil, CREA-SC nº 32144-5-SC, Alessandro Brzozowski, Engenheiro Florestal, CREA-SC nº 48.899-7 e o senhor Paulo Afonso Pereira da Rocha, Chefe do Setor de Planejamento e Projetos, para, sob a presidência do primeiro, proceder à avaliação dos bens declarados de utilidade pública ou de interesse social, para efeito de desapropriação.

Art. 2º - Para efeito de avaliação do imóvel, objeto de desapropriação, deve ser considerado:

I - em se tratando de prédio urbano:

- a) a localização;
- b) o padrão de acabamento;
- c) o estado de conservação;
- d) a dimensão;

II - em se tratando de prédio rústico:

- a) a localização;
- b) a dimensão;
- c) as benfeitorias;
- d) o padrão de acabamento e o estado de conservação das edificações existentes.

§ 1º - Para efeito do disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso II, será produzida uma planta do imóvel, objeto de desapropriação, com memorial descritivo, e suas confrontações.

§ 2º - As benfeitorias a que se refere a alínea "c", do inciso II, compreendem:

I - plantações,

II - edificações tais como:

- a) cercas;
- b) casa sede;
- c) casas para empregados;
- d) barcas;
- e) currais;
- f) galpões;
- g) depósitos;
- h) reservatórios de água;
- i) rede transmissora de energia elétrica;
- j) outras edificações imóveis.

Art. 3º - Se a Comissão julgar necessário, poderá recorrer aos serviços de Corretores de Imóveis, mediante termo oficial em cada caso específico, para se inteirar dos valores de mercado, segundo as especificações descritas no artigo 2º desta Portaria.

Parágrafo único - A avaliação a que se refere o artigo 1º será objeto de Laudo circunstanciado, dele fazendo parte integrante a documentação descrita no § 1º, do artigo 2º, Laudo este que deverá ser entregue, ao órgão solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados data da solicitação.

Art. 4º - O Laudo de Avaliação descreverá o valor unitário de cada item do § 2º, do artigo 2º desta Portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 496/2010

PORTARIA Nº. 496, de 20 de setembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 148/2010;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal SIONE-TE JEANE KRUTZSCH SALES, ocupante do cargo de Monitora de Creche.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 497/2010

PORTARIA Nº. 497, de 22 de setembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E DO DECRETO 37/2010 DE 20 DE ABRIL DE 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de Vaga de Provimento Efetivo, dos candidatos aprovados no concurso público.

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear a aprovada no Concurso Público, Joseane Bortolomeoti Ferreira, inscrita sob o nº.298, classificada em 11º lugar, para o cargo de provimento efetivo, Técnico de Enfermagem, do regime celetista.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 476/2010 de 16 de Agosto de 2010.

Art. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga para qual foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 498/2010

PORTARIA Nº 498 de 23 de setembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA DEJANIRA DA

CONCEIÇÃO FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora DEJANIRA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, mantida a carga horária de 40 horas semanais, da Creche Municipal Frei José Bertoldi para a Escola Municipal Vicente Vieira - Sala de Atendimento Educacional Especializado.

ART. 20. - Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 499/2010

PORTARIA Nº 499 de 23 de setembro de 2010.

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA CECILIA ZAWODINE PETERS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora CECILIA ZAWODINE PETERS, mantida a carga horária de 40 horas semanais, da Escola Maria Martins Budal para a Creche Municipal Frei José Bertoldi.

ART. 20. - Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 500/2010

PORTARIA Nº. 500, de 28 de setembro de 2010.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E DO DECRETO 37/2010 DE 20 DE ABRIL DE 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de Vaga de Provimento Efetivo, dos candidatos aprovados no concurso público.

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear a aprovada no Concurso Público, Carolina Lucietto Piccinini, inscrita sob o nº.184, classificada em 2º lugar, para

o cargo de provimento efetivo, Médica Clínica Geral, do regime estatutário.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 476/2010 de 16 de Agosto de 2010.

Art. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 501/2010

PORTARIA Nº. 501, de 28 de setembro de 2010

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas da servidora SILMARA SOARES, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no período de 29/09/2010 a 17/12/2010.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 29/09/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Extrato de Contrato Nº 077/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 077/2010 - Processo nº 049/2010

Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratada: Azimute Engenheiros Consultores SC Ltda

Contratante: Prefeitura Municipal de Garuva

Objeto: Contratação de empresa para Elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária/Viária de diversos Logradouros da cidade de Garuva.

Valor: R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais).

Dotação: 10.03.2058.339039 - 30000

Amparo Legal: Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/93

Data de Assinatura: 12/11/2010.

Prazo: 12 (doze) dias.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.093 de 22 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 4.093 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para os cargos abaixo mencionados, cuja carga horária e lotação seguem especificados:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO
CARLOS ROGÉRIO DIAS VIANA	Motorista de Ambulância	40 h	Secretaria Municipal de Saúde
MATEUS VIEIRA DE GOES LINDNER	Motorista de Ambulância	40 h	Secretaria Municipal de Saúde
CLAUDIR JOSÉ NIE-DZWIESCKI	Motorista de Ambulância	40 h	Secretaria Municipal de Saúde
ANDREA DE DEUS SCHMITT	Auxiliar de Enfermagem	30 h	Secretaria Municipal de Saúde
MÁRCIA SEVERO DA FONSECA	Auxiliar de Enfermagem	30h	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.266 de 09 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 2.266 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA GERTRUDES DOS SANTOS SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GERTRUDES DOS SANTOS SPENGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 03 de novembro a 03 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de novembro de 2010.

Gaspar, 09 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.268, de 22 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 2.268, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE ELAINE CRISTINA MENDONÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação de ELAINE CRISTINA MENDONÇA, nomeada para exercer, em regime de emprego público, o cargo de Assistente Social - CRAS/Sentinela, pela Portaria nº 2.267, de 22 de novembro de 2010, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.270, de 22 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 2.270, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

NOMEIA EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº. 002/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 002/2006, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificada:

Nome	Emprego	Carga Horária Semanal	Classificação Geral
Beatriz Cancellier da Silva	Enfermeira ESF	40h	36º

Art. 2º O empregado público nomeado pelo presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da intimação, bem como se sujeitando à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do Edital de Concurso Público nº. 002/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Convite Nº 114/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 114/2010

O OBJETO é a ampliação da Escola Belchior Central. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 02/12/2010, no Departamento de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 02/12/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os

interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23 de novembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 42/2010

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2010

Aos treze dias do mês de outubro do ano de 2010, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 91/2010, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/10/2010, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de fardamentos e uniformes, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 91/2010. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

RIJOMTEC IND. COM. LTDA. (00.462.998/0001-46)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
13	UNID. Capacete de Combate à Incêndio Deverá ser certificado pelas normas européias CE-EM 443, e disponíveis nas cores amarela e branca. Fabricado em material compósito com reforço de kevlar na calota, dispõe de: - viseira anatômica metalizada, rebatível, pra reflexão da luz e calor, quando em combate a incêndio; - viseira ocular transparente com tratamento anti-embaciante, rebatível, para utilização em desencarceramento e socorro; - casco duplo com forro arejado, para absorção de choques, com mecanismo de regulação de tamanho 52 ao 64; - queixeira ajustável, com sistema de engate e ajustamento rápido; - pontos de fixação exteriores para máscara de aparelho respiratório, permitindo no entanto o seu uso com o próprio arnês de cinco pontos de fixação; - cobrir-nuca em kevlar aluminizado; - fitas retroreflectores/fotoluminescentes; - peso máximo (sem acessórios) 1,28kg; - tamanhos: 52 ao 64;	5	R\$ 1.490,00	R\$ 7.450,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 7.450,00

SEGLINE DIST. E IMP. DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
(06.016.341/0001-31)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. regis- trado	VI. total regis- trado
5	PR Bota de Combate à Incêndio Deverá ser construída em borracha natural vulcanizada, na cor preta com uma faixa amarela também em borracha natural de aproximadamente 15 mm envolvendo toda a borda da bota com o solado; essa borda promove o suporte lateral não permitindo deformações; possuir outra faixa amarela de aproximadamente 30 mm envolvendo toda a borda do cano da bota na sua parte superior, promovendo assim maior integridade a boca do cano. Ter na parte frontal do cano uma proteção de tibia com dimensões aproximadas de 110 x 80 mm e espessura de 4 mm; essa proteção é em borracha natural com textura. Ter gravada no cano de forma indelével a norma que atende e o instituto que a testou. Ser resistente a choque elétrico trazendo gravado também o símbolo do teste de resistência (W - letra Grega Ômega). Ser construída de tal forma que estanque totalmente até a cota de 320 mm; essa altura deverá ser medida a partir do piso. Ter a altura do cano de 350 mm, contados da palmilha na região do tornozelo até a borda do cano. Revestimento do cano: o cano deverá ser revestido internamente em tecido reforçado com espessura mínima de 0,5 mm. Essa construção promoverá conforto e resistência a cortes.	5	R\$ 340,00	R\$ 1.700,00

superior do cano deverá ser dotada de duas alças para facilitar o calçamento; as alças estão dispostas uma em cada lateral no cano e ter dimensões superior a 75 x 20 mm, permitido assim que se introduza pelo menos 3 dedos da mão ao suportá-la no calçar.

Revestimento do pé: na parte frontal da bota por sobre o pé, deverá ter forro laminado com tratamento anti-fungos; esse forro deverá estar entre o pé e a biqueira da bota, promovendo conforto e isolamento. Na parte próxima ao cano o revestimento deverá ser o mesmo do cano. Palmilha: possuir três palmilhas consecutivas, sendo que a primeira será de feltro com 9,5mm de espessura, promovendo isolamento do piso e sola; a segunda em poliuretano de alta densidade, para absorver o impacto do caminhar; a terceira e última palmilha deverá ser em poliuretano de média densidade, construída de forma envolvente, promovendo conforto e absorção de impacto; essa palmilha deverá ser removível para lavagem, e permitir melhor ventilação para secagem.

Protetor de Tíbia: deverá ter uma proteção de tíbia nas dimensões aproximadas de 110 x 80 x 4 mm disposta a partir da cota de 180 mm do piso. Essa proteção promoverá conforto e proteção frontal a tíbia. Biqueira de aço: deverá ser em aço tratado, de forma que não

oxide e não comprometa a segurança e durabilidade do calçado. Palmilha interna em aço: deverá ser em aço tratado, de forma que não oxide e não comprometa a segurança e durabilidade do calçado, bem como resistente a perfuração. Sola Externa: deverá ser em peça única de borracha moldada sobre pressão, com desenho antiderrapante. Desenho: deverá obedecer a um padrão de conforto, seguido o contorno anatômico da perna. A parte frontal da bota deverá ter largura suficiente para o pé entrar facilmente. Isolação Elétrica: deverá ser certificada contra riscos de choque elétrico por laboratório independente; ter gravado na própria bota o nome ou símbolo do instituto certificador do teste.

17	<p>PR</p> <p>Luva de Combate à Incêndio</p> <p>Confeccionada em malha 50% para aramida e 50% meta aramida, com aproximadamente 230g/m², resistência a calor de contato até 250 graus celsius, de no mínimo 15 segundos de exposição em conformidade com a Norma EN659/03 e EN407, resistência a corte de no mínimo 60 N (nível 3) e de perfuração de no mínimo 130 N (nível 3), conforme Norma EN659/03 e EN388/03, resistência e abrasão mínima de pelo menos 3500 ciclos (nível 3) conforme Norma EN659/03 e EN388/03.</p> <p>Deverá ser confeccionada em malha 50% para aramida e 50% meta aramida, com aproximadamente 230g/m², resistente a calor, corte e abrasão. Deverá conter reforço na palma e dorso em couro e dedeiras em couro, com espessura de 5/7 linhas. O reforço do dorso em couro deve ter pelo menos 5cm de largura com costura em forma de "X" para melhor fixação do reforço. Deverá conter reforço no dorso interno pra melhorar a estrutura da luva. O dorso deverá ser confeccionado em malha modacrílico de alta performance Anti-chama com aproximadamente 225g/m². Deverá possuir barreira de umidade com membrana de microporos 100% impermeável e respirável e totalmente selada. A luva deverá ser forrada com malha anti alérgica com gramatura aproximada de 255g/m², aumentando a</p>	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00	<p>performance térmica. Lateral interna dos dedos indicador e mínimo deverá ser em malha 50% para aramida e 50% meta aramida (mesma malha da palma). Dedos médio e anelar devem ter a lateral interna e externa com couro, com espessura de 5/7 linhas. Ajuste de punho com tira para regulagem em fecho de argolas e gancho e elástico embutido. Todas as costuras devem ser feitas com linha de aramida. As luvas deverão ter logotipo bordado na tira de ajuste com a marca do fabricante. As luvas deverão ser disponíveis nos tamanhos M/G/GG/EG.</p> <p>Valor total registrado do Licitante: R\$ 2.500,00</p>
----	---	---	------------	------------	---

JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (44.669.141/0001-77)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
1	<p>UNID.</p> <p>Balaclava de Combate a Incêndio</p> <p>Nível de proteção: Deverá ser em malha single Jersey, com fio 20 de meta-aramida, em forma de suedine elástica, resistente a temperaturas elevadas, com carbonização aproximadamente à 390oC. Gramatura : 294g/m2. Confecção: Em forma de capuz com abas para sobrepôr os ombros em forma ababadada; abertura frontal para acoplamento de máscara respiratória; costura de acabamento interno em overloque; costura elástica de 3 agulhas com traçador com largura máxima de 7 mm na cabeça, na pala e na união da pala com a cabeça, costura elástica de 2 agulhas com traçador com 15 mm de acabamento total e elástico embutido de 15 mm na abertura frontal para acoplamento de mascara respiratória; esta abertura frontal deverá ceder o suficiente para passar toda a cabeça, indo descansar no pescoço com folga de conforto; mesmo tipo de costura para o acabamento da área externa da pala. Todas as costuras em linha de meta-aramida branca com titulo de 45/3 - 3 cabos – Tex 35 e costura do overloque com a mesma linha e fio 20 de meta aramida. Tamanho: Único.</p>	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00

8	<p>CJ</p> <p>Calça e Jaqueta de Combate à Incêndio</p> <p>> JAQUETA 3/4</p> <p>- Composição das camadas de proteção:</p> <p>1a camada: O tecido deverá atuar como camada externa, com alto índice de resistência mecânica, composto de 93% fibra meta-aramida e 5% fibra para-aramida e 2% fibra de carbono na cor preta, 100% antichama, com gramatura não inferior a 200g/m2. Deverá ter tratamento contra raios ultravioleta (UV).</p> <p>2a camada: Camada intermediária deverá ter peso mínimo de 230grs/m2 para atuar como barreira de umidade (vapor e líquidos). Deverá ser formada por filme de polímeros ignífugos, que mantém a impermeabilidade e estanqueidade de fora para dentro, não permitindo a passagem de vapores ou líquidos perigosos.</p> <p>3a e 4a camadas: As camadas internas duplas que atuam como barreira de calor e forro interno para contato com o corpo do bombeiro, não poderão ter seu peso inferior a 315g/m2, nem superior a 345g/m2; a 3a camada deverá ser formada por feltro de manta agulhada de 100% meta-aramida, com 2mm de espessura no mínimo. Deverá ser unida a 4a camada, que será em tecido de forro para contato com o corpo do bombeiro; este forro deverá ser plano na cor azul e composto de 100% meta-aramida; as costuras de união da 3a e 4a camadas deverão ser na</p>	5	R\$ 1.750,00	R\$ 8.750,00
---	--	---	--------------	--------------

forma senoidal, não havendo espaçamento maior que 60mm entre as mesmas para manter a estabilidade das duas camadas.

- Confeção do casaco:

A gola deverá ter no mínimo 100mm de altura por 520mm a 590mm de comprimento total, conforme o tamanho do blusão. Deverá possuir velcro argola (fêmea) medindo 50mm por 50mm fixo no lado esquerdo da gola e velcro gancho (macho) medindo 50mm por 50mm fixo no lado direito da gola. Deverá possuir pala protetora de fechamento, medindo 110mm de altura e 170mm de comprimento costurada do lado esquerdo da gola; possuir do lado externo da mesma velcro gancho (macho) de 50mm por 50mm e do lado interno velcro argola (fêmea) de 50mm por 50mm para fechamento junto a gola. As mangas deverão ser do tipo raglã com fole nos punhos internos, medindo 110mm pelo interior; punhos em malha dupla de fibra 100% meta-aramida com gramatura total de no mínimo 350gr/m². O fechamento do blusão deverá ser através de zíper não metálico, que deverá resistir a produtos químicos. Deverá possuir lapela de fechamento fixada na vertical em toda a extensão do blusão, costurada do lado esquerdo; a lapela deverá ter no mínimo 120mm de largura, e em sua parte interna deverá possuir velcro de 50mm de largura na cor preta, fixado na vertical, que atuará como fechamento para proteção do zíper. Deverá possuir bolso da mesma camada externa do blusão, posicionados na parte inferior do blusão; deverão ser sanfonados lateralmente com

abertura não inferior a 50mm; suas dimensões são de 200mm de largura por 220mm de altura com ilhoses de latão com 8mm de diâmetro em cada um dos cantos inferiores, para drenagem de líquidos; o fechamento dos bolsos deverá ser através de lapela protetora de 100mm de altura por 200mm de largura, com fechamento em velcro de 50mm por 50mm posicionado no meio da lapela. A parte interna do blusão deverá possuir um barramento com 60mm de altura em toda sua extensão da mesma camada externa, fixada na estrutura da camada externa sem manta térmica; este barramento se faz necessário para que os líquidos retidos pela barreira de vapor possam fluir de dentro do blusão. A faixa refletiva antichama em tecido de 100% meta-aramida na cor amarela largura de 50mm, deverá possuir 218cândelas/m² de reflexibilidade no mínimo; deverá ser fixada em todo barramento e peito. Na parte interna da gola deverá possuir gancho da mesma camada externa do blusão, que servirá para pendurar em posição de descanso. Todas as costuras deverão ser realizadas com linha de 100% fibra aramida de 3 cabos Tex 50 torcidos entre si, e não poderão ter menos que quatro pontos por centímetro linear. Na parte interna do blusão deverá constar a seguinte etiqueta: do fabricante do blusão, contendo o número do CNPJ, número do Certificado de Aprovação - CA expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, identificação

da composição das camadas protetoras do blusão, instrução de lavagem, número do lote, data de fabricação e tamanho do blusão.

> CALÇA:

- Composição das camadas de proteção : As camadas de proteção são idênticas às do blusão.

- Confeção da calça: Deverá ser com cóis e elástico de 50mm de largura embutido na parte traseira da cintura, e não possuir braguilha. Deverá possuir suspensórios de elastano de alta resistência fixos na parte traseira no cóis, com largura de 35mm na cor vermelha na parte externo e branco na parte interno. Deverá possuir resistência à tração de no mínimo 196,60Kgf. Na extremidade frontal do suspensório deverão estar fixados dois fechos tipo macho de 50mm de largura não metálicos, para engate rápido e na parte inferior costurado ao cóis engate tipo fêmea de 50mm de largura não metálico; desenho em paralelo na parte da frente e em X na parte das costas. A faixa refletiva em tecido de 100% meta-aramida na cor amarela com largura de 50mm, deverá possuir 218cândelas/m2 de reflexibilidade no mínimo; deverá ser fixada em todo barramento de cada perna da calça 100mm acima do término da mesma. Na parte interna da calça deverá constar as seguintes etiquetas: do fabricante da calça contendo o número do CNPJ, número do Certificado de Aprovação - CA expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, identificação da composição das camadas protetoras da calça, instrução de lavagem, número do lote, data de fabricação e tamanho da calça.

Valor total registrado do Licitante: R\$ 9.100,00

UNIFORMAXEL IND. E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA ME
(09.553.023/0001-06)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	Vi. unit. registrado	Vi. total registrado
2	UNID. Boné Com logotipo "Prefeitura de Gaspar".	150	R\$ 8,36	R\$ 1.254,00

3	UNID. Boné Tipo Árabe, para proteção da área do pescoço e orelhas, na cor cinza claro.	6	R\$ 24,25	R\$ 145,50
4	UNID. Boné Cor branca, em tecido terbrim, com os seguintes bordados: brasão dos AMT na frente e "TRÂNSITO" na parte posterior.	12	R\$ 13,00	R\$ 156,00
9	UNID. Camiseta Manga Curta Confeccionada em meia malha, com fio 30 penteado. Com estampa nas costas, tamanho 30cm de comprimento x 10cm de largura, de uma cor. Com estampa na frente, de 10cmx-10cm, de 01 cor.	200	R\$ 12,13	R\$ 2.426,00
10	UNID. Camiseta Manga Curta Gola pólo em tecido PA, manga curta, na cor azul, com os seguintes bordados: nome e tipo sanguíneo na frente lado direito; brasão dos AMT braço direito; bandeira do município braço esquerdo; "Ditrán" no bolso frontal lado esquerdo.	22	R\$ 28,33	R\$ 623,26
11	UNID. Camiseta Manga Curta Meia malha, fio 30 penteado, manga curta, cor cinza, com os seguintes bordados: bandeira do município braço esquerdo, "Ditrán" na frente lado esquerdo, MANUTENÇÃO/SINALIZAÇÃO em refletivo nas costas.	30	R\$ 19,00	R\$ 570,00
12	UNID. Camiseta Manga Curta Meia malha, fio 30 penteado, manga curta, cor azul, com os seguintes bordados: nome e tipo sanguíneo na frente lado direito, brasão dos AMT braço direito, bandeira do município braço esquerdo, "Ditrán" na frente lado esquerdo.	22	R\$ 19,10	R\$ 420,20

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.594,96

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após solicitação efetuada por cada requisitante. Sendo: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Saúde e DITRAN - Diretoria de Trânsito: entrega parcelada em duas vezes. Corpo de Bombeiros: entrega única. Todos em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, na Corpo de Bombeiros - 4º Pelotão, localizado na Av.

Dep. Francisco Mastella, nº 410, Centro (13h-19h); Ditran (Diretoria de Trânsito) - Rodovia SC-470, km 25, nº 2387, no Bairro Poço Grande; Secretaria de Transportes e Obras - Av. Frei Godofredo, nº 1635 - bairro Santa Terezinha (7:30h - 12h / 13:30h - 17h); Secretaria de Saúde - Rua Vereador Augusto Beduschi, nº 254 - Centro (8h - 12h / 13:30h - 17h) - todos em seus respectivos horários de expediente. No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento. Gaspar (SC), 13 de outubro de 2010

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Decreto 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 43/2010

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2010

Aos dez dias do mês de novembro do ano de 2010, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 103/2010, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/11/2010, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de fardamentos e uniformes, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 103/2010. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA (02.538.222/0001-98)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd re- gistrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
1	UNID. Colete Confeccionado em nylon duplo, na cor azul, com aberturas em velcro nas laterais e nos ombros, abertura central frontal com zíper e botão de pressão inferior, 3 (três) faixas refletivas nas costas e na frente, 02 (dois) bolsos grandes frontais e abaixo, porta rádio portátil frontal do lado esquerdo superior, porta celular frontal do lado direito superior, bolso com zíper do lado direito sob o porta celular, porta caneta frontal, com os seguintes bordados: nas costas "TRÂNSITO" em refletivo, nome e tipo sanguíneo com velcro na parte dianteira do lado direito.	5	R\$ 92,00	R\$ 460,00

3	UNID. Macacão - Padrão SAMU Confeccionado em polycotton. Abertura frontal, com zíper aparente. Gola padre, transpassada, regulável com velcro, com ombreiras de proteção, forrada e matelassada. Dois bolsos para descanso de mão. Dois bolsos na altura das coxas com prega fêmea no meio, presa com velcro. Joelheira oval e matelassada. Dois bolsos traseiros com lapela, presa com velcro. Cinto com ajuste na cintura (velcro) e nas costas (elástico). Acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro. Lingueta interna com velcro. Prega nas costas para ampliar os movimentos. Faixas laranja e vermelha na lateral. Faixa refletiva de 5cm nas costas, tórax, braços e pernas na cor prata. Zíperes grossos de plásticos. Costura dupla e linha de paraquedas. Etiqueta indestrutível com espaço para nome e registro do usuário. Tamanhos PP ao XXG.	36	R\$ 235,50	R\$ 8.478,00
4	UNID. Calça Com coz de elástico atrás e fixo na frente, com bordado "PMG" na perna esquerda, com tecido tipo brim, apropriado para roupas resistentes.	100	R\$ 31,50	R\$ 3.150,00
5	UNID. Calça Com coz de elástico atrás e fixo na frente, com bordado "PMG" na perna esquerda, com 02 faixas refletivas nas pernas, na posição horizontal, com tecido tipo brim, apropriado para roupas resistentes.	25	R\$ 41,00	R\$ 1.025,00
6	UNID. Gandola Sem nenhum tipo de metal ou condutor de energia. Em tecido tipo brim, apropriado para roupas resistentes. Com botões de material plástico, com bordado na frente "PMG" no bolso esquerdo, com 02 faixas refletivas nas costas e na frente (com 5cm de largura).	25	R\$ 53,50	R\$ 1.337,50

Valor total registrado do Licitante: R\$ 14.450,50

UNIFORMAXEL IND. E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA ME
(09.553.023/0001-06)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd regis- trada	vl. unit. registrado	vl. total registrado
7	PR Sapatão com Elástico Cano longo, sem cadarço. Atendendo às normas de segu- rança de trabalho. Numeração: 37 ao 40.	50	R\$ 29,50	R\$ 1.475,00
8	PR Sapatão com Elástico Cano longo, sem cadarço. Atendendo às normas de segu- rança de trabalho. Numeração: 41 ao 44.	50	R\$ 29,50	R\$ 1.475,00
9	PR Sapatão com Elástico Sem nenhum material consutor de energia, com solado de borracha. Cano longo, sem cadarço. Atendendo às normas de segurança de trabalho. Numeração: 37 ao 44.	25	R\$ 29,60	R\$ 740,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 3.690,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após solicitação efetuada por cada requisitante. Entrega parcelada em duas vezes, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, na Ditran (Diretoria de Trânsito) - Rodovia SC-470, km 25, nº 2387, no Bairro Poço Grande; Secretaria de Transportes e Obras - Av. Frei Godofredo, nº 1635 - bairro Santa Terezinha (7:30h - 12h / 13:30h - 17h); Secretaria de Saúde - Rua Vereador Augusto Beduschi, nº 254 - Centro (8h - 12h / 13:30h - 17h). No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

Gaspar (SC), 10 de novembro de 2010.
JEFERSON DEBUS
Pregoeiro | Dec. 3.584/2010

SAMAE

Listagem Final de Classificação Edital de Processo Seletivo Emergencial Nº 001/2010 - SAMAE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº 001/2010
PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III (OPERADOR DE MÁQUINAS-RETRO), PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO
LISTAGEM FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE,

do município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através de Comissão Especial do Processo Seletivo de Caráter Temporário nomeada pela Portaria nº 77, de 27 de julho de 2010 faz saber aos possíveis interessados que, em atendimento ao item 2.2.7 do edital inaugural, restaram preenchidos os requisitos exigidos e consequentemente foi classificado o seguinte candidato:

Agente de Serviços Especializados III (Operador de Máquinas-Retro)

Nome	Inscrição
Fabrício de Oliveira	001

IRODETE BARBIERI DA SILVA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo de Caráter Temporário

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 3.782.2010

Lei Complementar nº 3.782, de 23 de novembro de 2010.

Altera o Anexo I, da Lei Complementar nº 3.690, de 24 de maio de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o valor dos salários dos empregos previsto no Art. 1º da Lei Complementar nº 3.690, de 24 de maio de 2010, conforme especificado no Anexo "A" desta Lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO "A"

(LC nº 3.782, de 23 de novembro de 2010)

Categoria Profissional	Vagas	Jornada (h)	Requisitos	Salário(R\$)
Técnico de Enfermagem	4	36 horas semanais, sendo realizadas em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos)	Curso Técnico, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, em SC.	850,00

Motorista Socorrista	4	36 horas semanais, sendo realizadas em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos)	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação – categoria D e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva.	850,00
----------------------	---	---	---	--------

Lei Nº 3.781.2010

Lei nº 3.781, de 23 de novembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.672.000,00 (hum milhão e seiscentos e setenta e dois mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA				
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				
Manutenção da Secretaria da Fazenda				
04.123.0004-2.004				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0088)	Aplicações Diretas		250.000,00	
09.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA				
Manutenção da Secretaria de Agricultura				
20.122.0006-2.021				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0016)	Aplicações Diretas		45.000,00	
24.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO				
Manutenção da SEDTUR				
23.122.0008-2.026				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0006)	Aplicações Diretas		36.000,00	
25.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL				
Manutenção da SEDURB				
15.122.0007-2.031				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0066)	Aplicações Diretas		67.000,00	
29.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
Manutenção da Procuradoria Geral				
02.062.0005-2.039				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0059)	Aplicações Diretas		120.000,00	
36.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/NORTE				
Manutenção da SDR/NORTE				
04.122.0007-2.041				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0054)	Aplicações Diretas		107.000,00	
37.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL				
Manutenção da SDR/SUL				
04.122.0007-2.042				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0048)	Aplicações Diretas		85.000,00	
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
05.02 - Departamento de Esportes				
Manutenção do Departamento de Esportes				
27.122.0010-2.088				
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0123)	Aplicações Diretas		28.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA				
Manutenção do Fundo de Assistência Social				
08.422.0013-2.078				

3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0020)	Aplicações Diretas	210.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Apoio Administrativo ao FMS		
10.301.0014-2.063		
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0028)	Aplicações Diretas	724.000,00
Total		1.672.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		
Manutenção do Gabinete do Prefeito		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	200.000,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA		
Projeto Imbituba Digital		
04.122.0003-1.002		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0091)	Aplicações Diretas	60.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
05.01 - Secretaria Municipal de Educação		
Projeto Cidade Mirim		
12.361.0009-1.036		
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0043)	Aplicações Diretas	5.000,00
Criação de Salas Pólo de A.E.E.		
12.361.0009-1.008		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0130)	Aplicações Diretas	10.000,00
Projeto Educa-Ação		
12.361.0009-1.007		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0133)	Aplicações Diretas	10.000,00
Projeto Reciclado Lixo - Preservando Vidas		
12.361.0009-2.101		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0101)	Aplicações Diretas	10.000,00
Projeto Universalizando a Música		
12.361.0009-2.099		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0102)	Aplicações Diretas	500,00
Manutenção do CEJA		
12.366.0009-2.014		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0124)	Aplicações Diretas	9.000,00
Apoio ao Ensino Superior		
12.364.0009-2.037		
3.3.50.00.00.00.00.00.0112(0156)	Aplicações Diretas	40.000,00
05.03 - Departamento de Cultura		
Recuperação de Prédios Históricos		
13.391.0011-1.034		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0116)	Aplicações Diretas	40.000,00
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.095		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0112)	Aplicações Diretas	5.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.093		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115)	Aplicações Diretas	15.000,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.011		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0035)	Aplicações Diretas	150.000,00
09.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA		
Implantação Sistema Inseminação Artificial		
20.602.0006-1.015		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0012)	Aplicações Diretas	3.500,00
Correção de Solo para Agricultura		
20.601.0006-2.022		

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0013)	Aplicações Diretas	3.000,00
Horto Florestal		
20.601.0006-2.019		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0034)	Aplicações Diretas	10.000,00
24.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO		
Construção do Santuário de Santa Paulina		
23.695.0008-1.017		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0003)	Aplicações Diretas	300.000,00
Condomínio Industrial		
22.661.0008-1.018		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0017)	Aplicações Diretas	100.000,00
Construção de Pórticos		
23.695.0008-1.019		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0036)	Aplicações Diretas	20.000,00
25.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL		
Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado		
15.452.0007-2.028		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0037)	Aplicações Diretas	150.000,00
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.033		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0063)	Aplicações Diretas	45.000,00
Modernização de Gestão Urbana e Ambiental		
15.451.0007-2.030		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0067)	Aplicações Diretas	45.000,00
Fiscalização Urbana e Ambiental		
15.451.0007-2.029		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0069)	Aplicações Diretas	45.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Programa Fazenda Terapêutica		
08.243.0013-1.041		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0036)	Aplicações Diretas	20.000,00
Manutenção do C.R.E.A.S.		
08.243.0013-2.068		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0004)	Aplicações Diretas	13.000,00
Manutenção do P.A.I.F.		
08.244.0013-2.069		
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0008)	Aplicações Diretas	14.000,00
Projeto Telecentro		
08.244.0013-2.074		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0015)	Aplicações Diretas	5.000,00
Espaço de Integração Infante Juvenil – ESIIJ		
08.243.0013-2.082		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0028)	Aplicações Diretas	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0029)	Aplicações Diretas	10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Plano Gerenciamento Costeiro		
18.541.0007-2.035		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	60.000,00
Calendário Atividades Educação Ambiental		
18.541.0007-2.036		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0001)	Aplicações Diretas	20.000,00
Plano Saneamento Básico		
17.512.0007-2.034		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0003)	Aplicações Diretas	150.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
Viver Bem		
16.482.0020-2.043		
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		1.672.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.783.2010

Lei nº 3.783, de 23 de novembro de 2010.

Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF, que estejam vinculados ao plano de prevenção ao Vírus da Gripe A (H1N1) da Secretaria da Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, no ano de 2010, a repassar, a título de abono por atuação na prevenção ao Vírus da Gripe A (H1N1), aos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF, que estejam vinculados ao plano de prevenção ao Vírus da Gripe A (H1N1) da Secretaria da Saúde, os seguintes valores :

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em duas (2) parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aos médicos;

II - R\$ 600,00 (seiscentos reais), em duas (2) parcelas mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais), aos enfermeiros;

III - R\$ 300,00 (trezentos reais), em duas (2) parcelas mensais de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), aos auxiliares de enfermagem;

IV - R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), em duas (2) parcelas mensais de R\$ 70,00 (setenta reais), aos agentes comunitários de saúde; e

V - R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em duas (2) parcelas mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais), aos vacinadores.

Art. 2º Os referidos valores não incorporam para nenhum efeito a remuneração dos profissionais de saúde de que trata o artigo 1º.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por Decreto as disposições contidas na presente Lei para regular a sua execução.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde (Recursos do PSF, PACS e Recursos Próprios), referente ao Exercício de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2010.

Imbituba, 23 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 166.2010

DECRETO PMI 166, de 23 de novembro de 2010.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a gleba de terra que especifica abaixo, situada no bairro de Vila Alvorada, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI do artigo 93, da Lei Orgânica Municipal e considerando o interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a gleba de terra medindo 20.576,90m2 (vinte mil quinhentos e setenta e seis virgula noventa metros quadrados), localizada à Rua Itagiba, s/nº, no bairro de Vila Alvorada, nesta cidade de Imbituba, SC, com as seguintes confrontações: Sudeste 117,00 (cento e dezessete metros) com a Mapi Administradora de Imóveis Ltda; Nordeste 163,47m(cento e sessenta e três virgula quarenta e sete metros) com a Rua Itagiba; Noroeste 145,55m (cento e quarenta e cinco virgula cinquenta e cinco metros) com Emacobrás e Sudeste 160,00m(cento e sessenta metros) com Itabira Agro Industrial SA, conforme Termo de Desapropriação e planta em anexo.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior destina-se à criação de uma área pública de lazer.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, poderá proceder, se alegar urgência, para efeito na prévia imissão na posse, de conformidade com o Artigo 15 do Decreto Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Errata Portaria DGP/SEAGP Nº 022/2009

ERRATA PORTARIA DGP/SEAGP Nº 022

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RETIFICA o erro existente na Portaria DGP/SEAGP nº 022, de 30 de janeiro de 2009, para que:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder à servidora MARLENE MACHADO DE CARVALHO TIM, Telefonista Central, inscrita no CPF sob o n.º 021.278.189-89, admitida em 12 de maio de 1998, referente ao quinquênio 22.02.2000 a 03.04.2005, remodelada por motivo de afastamento da servidora em auxílio doença, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

LEIA-SE:

Art. 1º Conceder à servidora MARLENE MACHADO DE CARVALHO TIM, Telefonista Central, inscrita no CPF sob o n.º 021.278.189-89, admitida em 12 de maio de 1998, referente ao quinquênio 12.05.2003 a 11.05.2008, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Imbituba SC, 23 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 385/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 385, de 23 de novembro de 2010.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando o disposto no Processo n.º 13360, de 18 de outubro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA GERALDA GONÇALVES DA SILVA, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 888.401.669-04, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 331, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2004 a 2009	01.11.2010 a 29.01.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de novembro de 2010.

José Roberto Martins

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Tomada de Preço 06/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2010

PROCESSO Nº 212/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 10 de dezembro de 2010, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação

de empresa para a exploração do serviço de bar e camarotes (venda de alimentos e de bebidas), com fornecimento de palco, som, iluminação, fogos, segurança, banheiros químicos e divulgação do revellion 2011, por concessão na área de eventos a ser instalada pela contratada na praia da vila, av. beira mar, centro - imbituba - sc. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de novembro de 2010
MILENE RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato FUNREBOM 02/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FUNREBOM 02/2010 A00

Contratada: ANTÔNIO S. DE CARVALHO
C.N.P.J: 12.476.275/0001-85
Objeto: Aquisição e instalação de 04 (quatro) condicionadores de ar split para o quartel do corpo de bombeiros de Imbituba.
PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 5.400,00
Fundamento: Processo 06/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 16 de Novembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ANTÔNIO S. DE CARVALHO
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SDR NORTE 202/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SDR NORTE 202/2010 A00

Contratada: SANTOS IMBITUBA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP
C.N.P.J: 10.616.608/0001-07
Objeto: aquisição de areia vermelha, para recuperação de pavimentação e drenagens nos locais atingidos pelas fortes chuvas.
PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 4.500,00
Fundamento: Processo 206/2010 Dispensa 80/2010

Imbituba, 22de Novembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEAGP 197/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEAGP 197/2010 A00
Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
C.N.P.J: 33.645.482/0001-96
Objeto: prestação de serviços, objetivando a realização de

concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado para provimento dos empregos públicos para o quadro permanente e suplementar de pessoal, com respectivos cadastros de reservas, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários.

PRAZO: 09/11/2011 Valor: R\$ 130.000,00
Fundamento: Processo 194/2010 Dispensa 76/2010 DL

Imbituba, 09 de Novembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

PAULO TIMM
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 109/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEINFRA 109/2010 A01
Contratada: GELSON J. R. ESPÍNDOLA
C.N.P.J: 11.569.580/0001-59
Objeto: Supressão de R\$ 1.900,80 (Hum mil e novecentos reais e oitenta centavos), correspondente a 3,1% (Três vírgula um por cento) do valor do Contrato Original, e o acréscimo de R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais e oitenta centavos), correspondente a 3,1% (Três vírgula um por cento), sobre o valor do referido contrato.
PRAZO: 31/12/2010
Fundamento: Processo 95/2010 Carta Convite 14/2010

Imbituba, 18 de Novembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

GELSON J. R. ESPÍNDOLA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 198/2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEINFRA 198/2010 A00
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14
Objeto: fornecimento de mão de obra de carpintaria, alvenaria e serventes, para execução de muro de arrimo de concreto armado na rua João Martins, bairro vila esperança PRAZO: 31/12/2010
Fundamento: Processo 197/2010 Dispensa 78/2010

Imbituba, 10 de Novembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO DIAS MELO
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 82/2007 A08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEINFRA 82/2007 A08

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original.

PRAZO: 31/12/2010 Valor: R\$ 98.110,64

Fundamento: Processo 41/2007

Imbituba, 31 de Agosto de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

ODAIR JOSÉ MANNRICH

Representante Legal

Contratada

Iomerê**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Registro de Preços**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 0015/2010

Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Edital de Registro de Preços, conforme legislação vigente, para aquisição de combustíveis, para abastecimento da frota municipal. A abertura se dará no dia 09/12/2010 na sede da Prefeitura Municipal às 09h00min.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 24 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Processo Licitatorio 10/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, através da Prefeitura Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de dezembro de 2010, às 08:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando Aquisição de Materiais odontológicos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada pelo período de 12 meses. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 07:30 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 23 de novembro de 2010.
NILDA E.B. GALVÃO
Gestor F.M.S.

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Convite Nº 24/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	23/11/2010	Horário: 15h:00m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 24/2010 PROC. Nº 102/2010

OBJETO:

Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para restauração de aproximadamente 3.000 m² de calçamento em vias públicas com bloquetes sextavados, conforme especifica o Anexo I do Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 10/11/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: BARBOSA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 04.375.096/0001-20, AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 05.579.920/0001-96, BALSANELLI ARTEFATOS DE CONCRETO LTA-ME, CNPJ/MF: 02.211.088/0001-16, DEVAPAN OBRAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 09.021.87/0001-33, EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63. Exatamente às 14h:30m encerraram-se os prazos para entrega de envelopes e propostas, conforme edital. Protocolou envelopes a empresa: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63 - Protocolo nº 198, às 13h:54m no dia 22/11/2010. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se

devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante e analisado todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, que após análise destas habilitações foi constatado que a Empresa estava de acordo com edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope da PROPOSTA da empresa habilitada, que foi achada conforme. Portanto para o objeto licitado foi vencedora a Empresa: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63, com o valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil), observando que o valor estimado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos desta licitação era de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 15/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	24/11/2010	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 15/2010 PROC. Nº 99/2010

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para a construção de Unidade Básica de Saúde com área total de 187,71m², na localidade de Itapema do Norte, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, e site oficial do Município, Diário Oficial de Santa Catarina no dia 28/11/2010 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a empresa: MATERIAIS CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, protocolo nº 200 às 07h:02m. Iniciada a sessão os membros da CPL e o licitante presente rubricaram o envelope de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação, analisado todo o documento e rubricado por todos os membros e pelo representante presente que foi achada conforme, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, que foi achada conforme, portanto para o objeto licitado foi vencedora a Empresa: MATERIAIS CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, com o valor de R\$ 201.529,67 (duzentos e um mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), sendo que o valor máximo previsto é era de R\$ 201.639,71 (duzentos e um mil e seiscentos e trinta e nove reais e setenta e um reais). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no presente ato os mesmos renunciam o direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a

leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO
LICITANTES:

Materiais de Construção
Tabamar Ltda-Me
Osmar Meyer Ribeiro

Convite Nº 34/2010 - Construção de sala para atividades físicas na EMEF Frei Valentim
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 02/12/2010 às 09:30 horas, em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade Convite nº 34/2010 - Processo nº 120/2010, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para a construção de uma sala para atividades físicas na EMEF Frei Valentim, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 20,00 (vinte reais) pelo CD - reprodução digitalizada. O horário disponível para retirada é das 07:30h às 12:00h e 13:30h às 17:00h

Itapoá, 24 de novembro de 2010.
ERVINO SPERANDIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Alteração TP 16/2010/PMJ-PL 91/2010/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE ALTERAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2010/PMJ
EDITAL TP Nº 16/2010/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a alteração efetuada no Edital de Tomada de Preços Nº 16/2010/PMJ, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento do material necessário, de reposição de 850 m² (oitocentos e cinquenta metros quadrados) de paralelepípedos em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba":

- 1) O horário de abertura fica alterado das 15 horas do dia 26/11/2010, para às 16 horas do dia 26/11/2010;
- 3) O horário para a entrega dos envelopes no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, fica alterado de até as 14h30min do dia

26/11/2010, para até as 15h30min do dia 26/11/2010. As demais disposições do edital permanecem inalteradas. O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 23 de novembro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 666/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 666/2010/PMJ
PROVENIENTE DO PL 82/2010/PMJ - PP 35/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLAGEM LTDA.
OBJETO: Locação mensal (com fornecimento de Óleo Diesel) dos equipamentos discriminados na cláusula quarta deste instrumento, que serão disponibilizados pela CONTRATADA, para a realização de serviços de melhorias nas estradas do interior do Município de Joaçaba.
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93 e alterações.
VALOR TOTAL: R\$41.800,00.
DATA ASSINATURA: 09/11/2010.

Extrato Contrato 668/2010/PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 668/2010/PMJ

CONTRATANTE: Município de Joaçaba.
CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 573/2010 firmado em 14 de junho de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 32/2010-PMJ - Edital TP nº 04/2010-PMJ, homologado em 14/06/2010, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, da pavimentação asfáltica em C.A.U.Q.- Concreto Asfáltico Usinado a Quente, na Rua Marginal de acesso à empresa Hidráulica Industrial S/A, às margens da BR 282, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO: A vigência do contrato original fica prorrogada em 90 (noventa) dias, a contar de 16 de novembro de 2010, em conformidade ao disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93. As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2010.

Extrato Termo Aditivo 673/2010/PMJ

TERMO DE REVOGAÇÃO DE RESCISÃO / TERMO ADITIVO Nº 673/2010

CONTRATO Nº 551/2010/PMJ

TERMO DE REVOGAÇÃO DE RESCISÃO E TERMO ADITIVO DE CONTRATO, celebrado pelo MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) e a empresa LUCIANO CAZELLA - ME, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, na cidade de Joaçaba (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99,

neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, acatando determinação judicial (Autos nº 037.10.003941-0 de 11/10/2010), resolve celebrar o presente TERMO DE REVOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL, bem como, TERMO ADITIVO relativo ao contrato nº 551/2010/PMJ firmado com a empresa LUCIANO CAZELLA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.664.735/0001-69, estabelecida na Rua Martinho Lutero, nº 488, Sala 02, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A contar de 21/10/2010, fica REVOGADO o Termo de Rescisão nº 643/2010 celebrado em 24/09/2010, relativo ao Contrato nº 551/2010/PMJ, celebrado com a CONTRATADA na data de 19/04/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, homologado no dia 19/04/2010, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar 2010 da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor total do contrato original e seus aditivos ficam suprimidos em R\$ 7.588,40 (sete mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), sendo R\$ 2.511,60 relativo à Linha 04 e R\$ 5.076,80 relativo à Linha 17, correspondentes a 16 dias letivos em que não foram executados os serviços pela CONTRATADA no período em que perdurou o Termo de Rescisão nº 643/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 22 de novembro de 2010.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

Edital de Notificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 22/01/2010, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº
J.T. Comércio de Madeiras Ltda.	87768	194/2010
Maria Regina do Prado Lopes	88543	209/2010
S&K Comunicações e Eventos Ltda	87256	229/2010

Serg Serviços Gerais Ltda.	87279	230/2010
Soares & Freitas Representações Ltda.	87227	231/2010
Z&R Transportes e Logística Ltda.	83224	239/2010

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 22 de novembro de 2010.
Tatiane Marateu Borges
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.274

Andreia L. Antunes de Souza Lovatel
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.292

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 100/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2010
Processo Licitatório nº 97/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 97/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Leonardo Danielli
Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010
Valor: R\$ 1.036,80 (hum mil e trinta e seis reais e oitenta centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO
Faturista

Contrato 101/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2010
Processo Licitatório nº 98/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 98/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Juliane Nunes Viana
Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010
Valor: R\$ 3.110,40 (três mil cento e dez reais e quarenta centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO
Faturista

Contrato 102/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2010
Processo Licitatório nº 99/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 99/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM



CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Eduardo Bardini Alves Felipe

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 2.419,20 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 103/2010 - Hospitaç

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2010

Processo Licitatório nº 100/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 100/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Marco Antonio Bertoncine Cascaes

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 1.728,00 (hum mil setecentos e vinte e oito reais)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 104/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2010

Processo Licitatório nº 101/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 101/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: José Candido Ribeiro Junior

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 691,20 (seiscentos e noventa e um reais e vinte centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 94/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2010

Processo Licitatório nº 91/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 91/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Diego Loureiro Padão

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 5.875,20 (cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 95/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2010

Processo Licitatório nº 92/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 92/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Caroline Mazzucco Nesi

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 9.676,80 (nove mil seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 96/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 96/2010

Processo Licitatório nº 93/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 93/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: André Henrique Chagas

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 7.257,60 (sete mil duzentos e cinqüenta e sete reais e sessenta centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 98/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2010

Processo Licitatório nº 95/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 95/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Marcelo da Silva

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010

Valor: R\$ 2.764,80 (dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Faturista

Contrato 99/2010 - Hospital

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 99/2010

Processo Licitatório nº 96/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 96/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, REFERENTE AO MES DE NOVEMBRO DE 2010.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: Mário Antonio Durli

Prazo de Vigência: 01/11/2010 à 30/11/2010
Valor: R\$ 691,20 (seiscentos e noventa e um reais e vinte centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO
Faturista

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 944

LEI Nº 944 de 23 de novembro de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REGULARIZAR PERMUTA DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a REGULARIZAR a PERMUTA de um terreno urbano, situado na Avenida Caetano Natal Branco, neste Município de Luzerna(SC), com a área de 3.075,00m² (três mil e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: FRENTE: com de 135 ms com a Avenida Caetano Natal Branco; FUNDOS: com 138 ms com o Rio do Peixe; LADO DIREITO: com 18 ms com terras da Prefeitura Municipal de Luzerna e LADO ESQUERDO: com 30,80 ms com terras pertencentes a Germano Fink, devidamente registrado sob nº R-1/7984, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC), pertencente a ANTÔNIA FÁTIMA DE SOUZA GAB e seu esposo HOLDI GAB, pelos terrenos urbanos, constituídos do lote nº 04 da Quadra nº 02 do Loteamento COHAB, situado na Rua E, no Município de Luzerna, com a área de 336,00m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: FRENTE: com 12,50ms com a Rua E; FUNDOS: com 12,50ms com o lote nº 12; LADO DIREITO: com 28ms com o lote nº 05 e LADO ESQUERDO: com 28ms com o lote nº 03, devidamente registrado sob nº AV.1-19.428, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC) e lote nº 05 da Quadra nº 02 do Loteamento COHAB, situado na Rua E, no Município de Luzerna, com a área de 336,00m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: FRENTE: na extensão de 12,50ms com a Rua E; FUNDOS: na extensão de 12,50ms com o lote nº 13; LADO DIREITO: na extensão de 28ms com o lote nº 04 e LADO ESQUERDO: na extensão de 28ms com o lote nº 04, devidamente registrado sob nº AV.1-19.429, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC), pertencentes ambos os imóveis ao MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- O objetivo desta Lei é regularizar a permuta de fato realizada por ocasião da enchente de 1983 quando o Rio do Peixe levou a casa e grande parte do terreno do Senhor RICARDO FRANCISCO DE SOUZA, sendo permutado o primeiro imóvel descrito no art.1º pelos lotes 04 e 05 também descritos naquele artigo e ocupados desde então pelos herdeiros do Senhor RICARDO FRANCISCO DE SOUZA, já falecido e por tratar-se de regularização de permuta de fato já realizada, ainda quando pertencente ao Município Joaçaba dispensa-se a avaliação dos imóveis.

Art.3º- Fica isenta do ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis esta transação imobiliária dado o interesse público na regularização da permuta.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de novembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1282

DECRETO Nº 1282 de 22 de novembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta a Lei nº 914, de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no montante de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 22 de novembro de 2010, na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde), Destinação dos recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado, originário do recebimento da terceira parcela do Termo de Convênio nº 12.912/2010-7, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna, com a interveniência do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, objetivando a reforma do Terminal Rodoviário de Passageiros no Município, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.26.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal de Luzerna
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde) R\$ 17.000,00
Detalhamento dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado

TOTAL SUPLEMENTADO..... R\$ 17.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de novembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2090 de 18 de Novembro de 2010

DECRETO Nº. 2090 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009,

DECRETA:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 33903000 - Material de Consumo
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde...R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde...R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Novembro de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Contrato 65/2010

CONTRATO 65/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO nº. 68.2010
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 23/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Serviços de Mão de obra, referente manutenção da Rede de Iluminação Pública.
VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)
DATA DA VIGENCIA: 22.11.2010 a 15.02.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº. 53/2010

CONTRATO Nº. 53/2010
CONTRATO ADITIVO Nº. 53/1
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº. 48/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: O aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões: a solução para contenção de talude prevista para o obra da rua Helga Guesser foi alterada, de "MURO DE CONCRETO" para " MURO DE GABIÃO", sendo que para realizar esta alteração foi necessário atrasar o início das obras; o projeto de drenagem sofreu alterações o que acarretou atrasos para redefinir as redes de drenagem e executá-las. Por isso faz-se necessário prorrogar a vigência pelo período de 73 (setenta e três) dias.
DATA DA VIGENCIA: 16.11.2010 a 28.01.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº. 66/2010

CONTRATO Nº. 66/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 69/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE LOMBADAS EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DE PROJETO
VALOR: R\$ 42.304,00 (quarenta e dois mil, trezentos e quatro reais)
DATA DA VIGENCIA: 22.11.2010 a 22.12.2010

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº. 67/2010

CONTRATO Nº. 67/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 71/2010
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 24.2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: LUTZ CURSOS E CONCURSOS, ASSESORIA E PROJETOS TÉCNICOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na elaboração de provas para realização de concurso público visando o provimento de cargos públicos conforme relacionados na tabela anexa, sendo 10 questões de língua portuguesa, 10 questões de matemática, 10 questões de conhecimentos gerais e 10 questões de conhecimentos específicos. Questões objetivas, inéditas e com 4 alternativas de resposta cada uma.
VALOR: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)
DATA DA VIGENCIA: 22.11.2010 a 15.01.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

PROCESSO de Licitação Nº 55/2010 - Dispensa Nº 11/2010

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2010 - DISPENSA Nº 11/2010
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASALTO A RUA DOMINGOS RIGO, NUMA EXTENÇÃO 2.640M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS - CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLO LTDA. Valor total: R\$ 99.014,36 reais. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS - Código Reduzido 35. Fundamentação legal: Processo de Licitação 25/2009 - TP 05/2009, e Art. 24, Inciso XI da lei 8666/93.

MONTE CARLO, 23/11/2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Termo de DISTRATO Administrativo Nº 01/2010 do Contrato Nº 03/2009

TERMO DE DISTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTACAO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Nº 01/2010 DO CONTRATO Nº 03/2009.

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, SR. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa RECICLETAR RECICLAGEM LTDA-ME, estabelecida a Rua Dom Daniel Hostin, 605 - Centro, no Município de Celso Ramos-SC, CNPJ/MF n. 05.994.435/0001-12, neste ato representada por sua Procuradora, SRA. MARIDALVA REGINA GRASSI SPIAZZI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente DISTRATO, em decorrência do Processo Licitatório, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS n. 06/2008 de 03/12/2008, homologado em 19/01/2009, mediante sujeição mútua à Lei n. 8.666/93, o processo administrativo anexo ao processo de licitação, e às seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula segunda. O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE DISTRATO É A RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 03/2009, BEM COMO DE TODOS OS TERMOS ADITIVOS GERADOS PELO MESMO, REFERENTE O OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO RESIDENCIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, A CONTAR DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2010.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula terceira. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21-6-93, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, bem como a solicitação de rescisão pela contratada e a decisão da autoridade competente, baseado nas disposições editalícias e contratuais originais.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DO FORO

Cláusula quarta. Fica eleito o Foro da comarca de Fraiburgo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Monte Carlo-SC, 14 de janeiro de 2009.

Município de Monte Carlo
Antoninho Tiburcio Gonçalves
CONTRATANTE

RECICLETAR RECICLAGENS LTDA
Maridalva Regina Grassi Spiazzi
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER
CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT
CPF - 789.268.079-91

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

Anexos da LRF 5 Bimestre 2010

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.888.000,00	9.888.000,00	1.357.364,70	13,730	6.999.944,68	70,790	2.888.055,32
RECEITAS CORRENTES	9.097.000,00	9.097.000,00	1.337.364,70	14,700	6.611.329,68	72,680	2.485.670,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	325.800,00	325.800,00	19.621,65	6,020	194.533,09	59,710	131.266,91
IMPOSTOS	189.000,00	189.000,00	18.777,88	9,940	146.622,91	77,580	42.377,09
TAXAS	94.600,00	94.600,00	768,77	0,810	46.847,31	49,520	47.752,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	42.200,00	42.200,00	75,00	0,180	1.062,87	2,520	41.137,13
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	267.000,00	267.000,00	48.298,67	18,090	219.178,79	82,090	47.821,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	217.000,00	217.000,00	41.923,80	19,320	187.254,60	86,290	29.745,40
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	50.000,00	50.000,00	6.374,87	12,750	31.924,19	63,850	18.075,81
RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	300.000,00	58.681,39	19,560	276.644,87	92,210	23.355,13
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	145,00	0,000	1.606,30	0,000	-1.606,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	265.000,00	265.000,00	57.713,39	21,780	266.939,57	100,730	-1.939,57
Outras Receitas Patrimoniais	35.000,00	35.000,00	823,00	2,350	8.099,00	23,140	26.901,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	390,00	0,000	-390,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,000	390,00	0,000	-390,00
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	4.148,80	8,300	19.395,30	38,790	30.604,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.073.200,00	8.073.200,00	1.200.629,29	14,870	5.864.762,89	72,640	2.208.437,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.961.300,00	7.961.300,00	1.179.964,36	14,820	5.727.530,46	71,940	2.233.769,54
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	111.900,00	111.900,00	20.664,93	18,470	137.232,43	122,640	-25.332,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.000,00	81.000,00	5.984,90	7,390	36.424,74	44,970	44.575,26
MULTAS E JUROS DE MORA	9.000,00	9.000,00	110,09	1,220	5.303,90	58,930	3.696,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.000,00	22.000,00	218,77	0,990	8.218,05	37,350	13.781,95
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	5.656,04	11,310	22.902,79	45,810	27.097,21
RECEITAS DE CAPITAL	791.000,00	791.000,00	20.000,00	2,530	388.615,00	49,130	402.385,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,000	23.015,00	45,130	27.985,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,000	23.015,00	46,030	26.985,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	440.000,00	440.000,00	0,00	0,000	345.600,00	78,550	94.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	440.000,00	440.000,00	0,00	0,000	345.600,00	78,550	94.400,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	20.000,00	0,000	20.000,00	0,000	-20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	276.000,00	276.000,00	56.128,66	20,340	248.886,53	90,180	27.113,47
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.413.493,36	100,000	7.248.831,21	100,000	2.915.168,79
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.413.493,36	100,000	7.248.831,21	100,000	2.915.168,79
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.413.493,36		7.248.831,21		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	944.229,98	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	944.229,98	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	944.229,98	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)	((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.584.000,00	1.689.638,80	11.273.638,80	1.168.971,35	6.420.058,76	1.151.543,55	6.313.041,29	0,00	56,00	4.960.597,51
DESPESAS CORRENTES	7.388.144,10	802.110,88	8.190.254,98	1.113.023,33	5.561.446,74	1.097.760,35	5.457.024,45	0,00	66,63	2.733.230,53
Pessoal e Encargos Sociais	3.091.999,10	287.353,11	3.379.352,21	520.475,95	2.520.276,64	515.665,27	2.512.605,52	0,00	74,35	866.746,69
Juros/Encargos da Dívida	13.200,00	0,00	13.200,00	787,06	6.690,37	787,06	6.690,37	0,00	50,68	6.509,63
Outras despesas Correntes	4.282.945,00	514.757,77	4.797.702,77	591.760,32	3.034.479,73	581.308,02	2.937.728,56	0,00	61,23	1.859.974,21
DESPESAS DE CAPITAL	1.598.000,90	887.527,92	2.485.528,82	55.948,02	858.612,02	53.783,20	856.016,84	0,00	34,44	1.629.511,98
Investimentos	1.499.000,90	787.527,92	2.286.528,82	41.254,53	777.864,66	39.089,71	775.269,48	0,00	33,91	1.511.259,34
Inversões Financeiras	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Amortização da Dívida	99.000,00	0,00	99.000,00	14.693,49	80.747,36	14.693,49	80.747,36	0,00	81,56	18.252,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	597.855,00	0,00	597.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	580.000,00	65.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	56,26	282.116,24
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	10.164.000,00	1.754.638,80	11.918.638,80	1.251.672,34	6.782.942,52	1.234.244,54	6.675.925,05	0,00	56,01	5.242.713,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	10.164.000,00	1.754.638,80	11.918.638,80	1.251.672,34	6.782.942,52	1.234.244,54	6.675.925,05	0,00	56,01	5.242.713,75
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	572.906,16	572.906,16	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	10.164.000,00	1.754.638,80	11.918.638,80	1.251.672,34	6.782.942,52	1.413.493,36	7.248.831,21	0,00	56,01	5.242.713,75

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre (c)	%	SALDO (a-c)
	Inicial (a)	p/ o Exercício (b)	Bimestre (b)	% (b/a)			
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.000,00	76.000,00	14.359,29	18,890	65.591,96	86,310	10.408,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200.000,00	200.000,00	41.769,37	20,880	183.294,57	91,650	16.705,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	41.769,37	20,880	183.294,57	91,650	16.705,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	76.000,00	76.000,00	14.359,29	18,890	65.591,96	86,310	10.408,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	276.000,00	276.000,00	56.128,66	20,340	248.886,53	90,180	27.113,47
TOTAL	276.000,00	276.000,00	56.128,66		248.886,53		27.113,47

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)	((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	580.000,00	65.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	56,26	282.116,24
Pessoal e Encargos Sociais	580.000,00	65.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	56,26	282.116,24
TOTAL	580.000,00	65.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	56,26	282.116,24

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELIContador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKEResponsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+=[CPL]=-										-----{ 001 }+									
										CONSOLIDADO									
Município de PINHEIRO PRETO																			
Relatório Resumido da Execução Orçamentária																			
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção																			
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																			
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO																			
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II																			

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em			
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	Não Process.	+ - ((B+C)/TOTAL(B+C))	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)					(C)		%	+ - ((b+c)/a)
										%	(a-(b+c))
											SALDO
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.584.000,00	11.273.638,80	1.168.971,35	6.420.058,76	1.151.543,55	6.313.041,29	107.017,47	100,00	56,95	4.853.580,04
01	LEGISLATIVA	344.000,00	344.000,00	37.412,71	206.027,24	37.412,71	206.027,24	0,00	3,21	59,89	137.972,76
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	344.000,00	344.000,00	37.412,71	206.027,24	37.412,71	206.027,24	0,00	3,21	59,89	137.972,76
	Subtotal	344.000,00	344.000,00	37.412,71	206.027,24	37.412,71	206.027,24	0,00	3,21	59,89	137.972,76
04	ADMINISTRAÇÃO	1.393.840,00	1.637.013,77	211.769,00	1.212.669,56	210.179,34	1.201.975,20	10.694,36	18,89	74,08	424.344,21
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.230.000,00	1.450.813,77	181.432,28	1.064.445,68	179.842,62	1.053.751,32	10.694,36	16,58	73,37	386.368,09
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	163.840,00	186.200,00	30.336,72	148.223,88	30.336,72	148.223,88	0,00	2,31	79,60	37.976,12
	Subtotal	1.737.840,00	1.981.013,77	249.181,71	1.418.696,80	247.592,05	1.408.002,44	10.694,36	22,10	71,61	562.316,97
06	SEGURANÇA PÚBLICA	16.000,00	21.739,72	2.837,31	14.706,42	3.303,19	14.706,42	0,00	0,23	67,65	7.033,30
06.181	POLICIAMENTO	16.000,00	21.739,72	2.837,31	14.706,42	3.303,19	14.706,42	0,00	0,23	67,65	7.033,30
	Subtotal	1.753.840,00	2.002.753,49	252.019,02	1.433.403,22	250.895,24	1.422.708,86	10.694,36	22,33	71,57	569.350,27
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	217.500,00	359.853,52	40.262,04	129.434,32	40.024,25	128.224,37	1.209,95	2,02	35,97	230.419,20
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	44.000,00	44.000,00	7.930,00	36.600,00	7.930,00	36.600,00	0,00	0,57	83,18	7.400,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	173.500,00	315.853,52	32.332,04	92.834,32	32.094,25	91.624,37	1.209,95	1,45	29,39	223.019,20
	Subtotal	1.971.340,00	2.362.607,01	292.281,06	1.562.837,54	290.919,49	1.550.933,23	11.904,31	24,34	66,15	799.769,47
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.000,00	345.000,00	47.587,13	239.350,31	47.587,13	239.350,31	0,00	3,73	69,38	105.649,69
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	195.000,00	345.000,00	47.587,13	239.350,31	47.587,13	239.350,31	0,00	3,73	69,38	105.649,69
	Subtotal	2.166.340,00	2.707.607,01	339.868,19	1.802.187,85	338.506,62	1.790.283,54	11.904,31	28,07	66,56	905.419,16
10	SAÚDE	1.583.200,00	1.880.517,14	249.320,87	1.398.586,67	263.016,59	1.366.108,40	32.478,27	21,78	74,37	481.930,47
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.583.200,00	1.880.517,14	249.320,87	1.398.586,67	263.016,59	1.366.108,40	32.478,27	21,78	74,37	481.930,47
	Subtotal	3.749.540,00	4.588.124,15	589.189,06	3.200.774,52	601.523,21	3.156.391,94	44.382,58	49,86	69,76	1.387.349,63
12	EDUCAÇÃO	2.448.045,00	2.384.589,45	225.411,90	1.346.724,26	223.473,15	1.333.947,74	12.776,52	20,98	56,48	1.037.865,19
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	117.345,00	110.345,00	10.550,67	58.534,57	10.550,67	58.364,57	170,00	0,91	53,05	51.810,43
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.965.200,00	1.928.744,45	196.044,23	1.175.461,76	190.461,88	1.165.285,24	10.176,52	18,31	60,94	753.282,69
12.362	ENSINO MÉDIO	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.300,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	35.500,00	85.500,00	10.848,00	57.457,17	10.848,00	57.457,17	0,00	0,90	67,20	28.042,83
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	285.000,00	215.000,00	5.611,00	33.739,25	7.284,60	33.739,25	0,00	0,53	15,69	181.260,75
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	13.200,00	13.200,00	0,00	12.100,00	2.200,00	9.900,00	2.200,00	0,19	91,67	1.100,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	21.500,00	21.500,00	2.358,00	9.431,51	2.128,00	9.201,51	230,00	0,15	43,87	12.068,49
	Subtotal	6.197.585,00	6.972.713,60	814.600,96	4.547.498,78	824.996,36	4.490.339,68	57.159,10	70,83	65,22	2.425.214,82
15	URBANISMO	785.300,00	801.287,42	31.141,41	453.284,89	30.305,83	445.678,89	7.606,00	7,06	56,57	348.002,53
15.452	SERVIÇOS URBANOS	780.300,00	800.287,42	31.141,41	453.284,89	30.305,83	445.678,89	7.606,00	7,06	56,64	347.002,53
15.482	HABITAÇÃO URBANA	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Subtotal	6.982.885,00	7.774.001,02	845.742,37	5.000.783,67	855.302,19	4.936.018,57	64.765,10	77,89	64,33	2.773.217,35
16	HABITAÇÃO	55.000,00	225.054,62	14.676,69	70.960,28	14.676,69	70.960,28	0,00	1,11	31,53	154.094,34
16.482	HABITAÇÃO URBANA	55.000,00	225.054,62	14.676,69	70.960,28	14.676,69	70.960,28	0,00	1,11	31,53	154.094,34
	Subtotal	7.037.885,00	7.999.055,64	860.419,06	5.071.743,95	869.978,88	5.006.978,85	64.765,10	79,00	63,40	2.927.311,69
17	SANEAMENTO	77.000,00	167.000,00	0,00	2.217,28	0,00	2.217,28	0,00	0,03	1,33	164.782,72
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	77.000,00	167.000,00	0,00	2.217,28	0,00	2.217,28	0,00	0,03	1,33	164.782,72
	Subtotal	7.114.885,00	8.166.055,64	860.419,06	5.073.961,23	869.978,88	5.009.196,13	64.765,10	79,03	62,13	3.092.094,41
20	AGRICULTURA	488.700,00	650.202,69	99.483,82	368.323,44	78.113,10	343.258,51	25.064,93	5,74	56,65	281.879,25
20.606	EXTENÇÃO RURAL	488.700,00	650.202,69	99.483,82	368.323,44	78.113,10	343.258,51	25.064,93	5,74	56,65	281.879,25
	Subtotal	7.603.585,00	8.816.258,33	959.902,88	5.442.284,67	948.091,98	5.352.454,64	89.830,03	84,77	61,73	3.373.973,66
22	INDÚSTRIA	11.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	11.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
	Subtotal	7.614.585,00	8.917.258,33	959.902,88	5.442.284,67	948.091,98	5.352.454,64	89.830,03	84,77	61,03	3.474.973,66
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.100,00	26.100,00	0,00	195,33	0,00	195,33	0,00	0,00	0,75	25.904,67
23.695	TURISMO	50.100,00	26.100,00	0,00	195,33	0,00	195,33	0,00	0,00	0,75	25.904,67

+=[CPL]=------{ 002 }+									
Município de PINHEIRO PRETO									
Relatório Resumido da Execução Orçamentária									
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO									
+-----+-----									
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II									

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar			+- ((b+c)/a)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)					(B)	Não Process.	(C)	%	%	(a-(b+c)) SALDO
	Subtotal	7.664.685,00	8.943.358,33	959.902,88	5.442.480,00	948.091,98	5.352.649,97	89.830,03	84,77	60,85	3.500.878,33	
26	TRANSPORTE	1.214.460,00	1.632.500,00	188.601,80	898.699,00	184.580,10	883.106,76	15.592,24	14,00	55,05	733.801,00	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.214.460,00	1.632.500,00	188.601,80	898.699,00	184.580,10	883.106,76	15.592,24	14,00	55,05	733.801,00	
	Subtotal	8.879.145,00	10.575.858,33	1.148.504,68	6.341.179,00	1.132.672,08	6.235.756,73	105.422,27	98,77	59,96	4.234.679,33	
27	DESPORTO E LAZER	107.000,00	99.925,47	20.466,67	78.879,76	18.871,47	77.284,56	1.595,20	1,23	78,94	21.045,71	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	81.000,00	69.000,00	16.649,17	51.136,79	16.003,97	50.491,59	645,20	0,80	74,11	17.863,21	
27.813	LAZER	26.000,00	30.925,47	3.817,50	27.742,97	2.867,50	26.792,97	950,00	0,43	89,71	3.182,50	
	Subtotal	8.986.145,00	10.675.783,80	1.168.971,35	6.420.058,76	1.151.543,55	6.313.041,29	107.017,47	100,00	60,14	4.255.725,04	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	597.855,00	597.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	597.855,00	597.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00	
	Subtotal	9.584.000,00	11.273.638,80	1.168.971,35	6.420.058,76	1.151.543,55	6.313.041,29	107.017,47	100,00	56,95	4.853.580,04	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	5,65	56,26	282.116,24	
	TOTAL (III) = (I+II)	10.164.000,00	11.918.638,80	1.251.672,34	6.782.942,52	1.234.244,54	6.675.925,05	107.017,47	105,65	56,91	5.135.696,28	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar			+- ((b+c)/a)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)					(B)	Não Process.	(C)	%	%	(a-(b+c)) SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	580.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	5,65	56,26	282.116,24	
01	LEGISLATIVA	1.000,00	1.000,00	196,92	295,38	196,92	295,38	0,00	0,00	29,54	704,62	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.000,00	1.000,00	196,92	295,38	196,92	295,38	0,00	0,00	29,54	704,62	
04	ADMINISTRAÇÃO	40.000,00	87.000,00	12.334,56	73.677,19	12.334,56	73.677,19	0,00	1,15	84,69	13.322,81	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	87.000,00	12.334,56	73.677,19	12.334,56	73.677,19	0,00	1,15	84,69	13.322,81	
10	SAÚDE	76.000,00	94.000,00	22.859,41	87.659,25	22.859,41	87.659,25	0,00	1,37	93,25	6.340,75	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	76.000,00	94.000,00	22.859,41	87.659,25	22.859,41	87.659,25	0,00	1,37	93,25	6.340,75	
12	EDUCAÇÃO	338.000,00	338.000,00	28.295,07	117.698,96	28.295,07	117.698,96	0,00	1,83	34,82	220.301,04	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	338.000,00	338.000,00	28.295,07	117.698,96	28.295,07	117.698,96	0,00	1,83	35,88	210.301,04	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
26	TRANSPORTE	125.000,00	125.000,00	19.015,03	83.552,98	19.015,03	83.552,98	0,00	1,30	66,84	41.447,02	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	125.000,00	125.000,00	19.015,03	83.552,98	19.015,03	83.552,98	0,00	1,30	66,84	41.447,02	
	TOTAL	580.000,00	645.000,00	82.700,99	362.883,76	82.700,99	362.883,76	0,00	5,65	56,26	282.116,24	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELIContador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKEResponsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de PINHEIRO PRETO                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                    |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                    |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                    |
|                               NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010                               |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2009	12/2009	01/2010	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	745.856,55	1.093.068,24	693.372,92	768.224,49	713.133,46	771.547,84	864.266,19
Receita Tributária	38.921,58	20.707,65	10.034,95	8.605,87	10.009,93	20.508,88	20.386,24
IPTU	206,04	703,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602,16
ISS	3.651,88	6.013,82	3.511,29	2.568,77	2.388,96	4.560,17	8.916,28
ITBI	13.968,06	1.235,20	686,43	132,00	1.033,57	4.272,92	811,34
IRRF	3.412,41	5.118,26	3.380,71	2.754,19	3.648,89	6.051,03	6.034,10
Outras	17.683,19	7.636,59	2.456,52	3.150,91	2.938,51	5.624,76	3.022,36
Receita de Contribuições	22.440,55	58.076,19	1.085,34	18.528,76	18.935,94	20.117,82	37.505,64
Receita Patrimonial	21.940,14	28.651,62	20.405,88	21.394,65	26.537,50	24.445,76	29.413,09
Receita Agropecuária	120,00	215,00	0,00	30,00	180,00	60,00	30,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.985,00	1.895,00	2.049,50	1.180,00	772,00	1.780,00	2.385,00
Transferências Correntes	654.617,43	973.977,61	658.926,69	715.143,03	652.139,11	700.543,66	772.547,67
Cota-Parte do FPM	353.041,96	543.271,69	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18
Cota-Parte do ICMS	194.136,62	327.436,83	256.361,16	216.577,51	267.561,25	262.703,09	245.538,48
Cota-Parte do IPVA	15.271,80	8.095,42	11.758,29	17.547,01	32.672,86	31.030,20	32.538,83
Cota-Parte do ITR	22,94	18,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	1.683,07	1.683,07	1.703,56	1.703,56	1.703,56	1.703,56	1.703,56
Transferência do FUNDEB	45.490,76	49.533,83	49.914,95	44.295,77	49.003,39	51.926,32	50.710,60
Outras Transferências	44.970,28	43.938,18	47.893,24	79.368,37	37.000,67	36.632,37	52.321,02
Demais Receitas Correntes	5.831,85	9.545,17	870,56	3.342,18	4.558,98	4.091,72	1.998,55
II-DEDUÇÕES	133.262,53	199.879,18	114.359,35	137.846,35	133.097,05	143.499,33	156.258,78
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	19.541,48	55.010,85	1.085,34	18.528,76	18.935,94	20.117,82	21.385,54
Servidor	19.541,48	55.010,85	1.085,34	18.528,76	18.935,94	20.117,82	21.385,54
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	113.721,05	144.868,33	113.274,01	119.317,59	114.161,11	123.381,51	134.873,24
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	612.594,02	893.189,06	579.013,57	630.378,14	580.036,41	628.048,51	708.007,41

+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | NOVEMBRO/2009 A OUTUBRO/2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	867.286,36	744.161,73	822.815,59	774.286,28	808.667,28	9.666.686,93	10.812.500,00	
Receita Tributária	78.142,79	17.159,30	10.063,48	12.154,15	7.467,50	254.162,32	325.800,00	
IPTU	43.838,36	3.936,43	926,67	0,00	0,00	51.213,44	70.000,00	
ISS	6.168,29	4.009,81	3.349,35	3.664,81	1.612,54	50.415,97	33.000,00	
ITBI	0,00	1.890,04	0,00	1.765,46	0,00	25.795,02	33.000,00	
IRRF	2.474,25	3.516,42	5.382,60	5.880,11	5.854,96	53.507,93	53.000,00	
Outras	25.661,89	3.806,60	404,86	843,77	0,00	73.229,96	136.800,00	
Receita de Contribuições	24.440,76	24.271,98	25.993,88	24.098,42	24.200,25	299.695,53	267.000,00	
Receita Patrimonial	29.287,88	34.064,88	32.413,84	31.901,19	26.780,20	327.236,63	300.000,00	
Receita Agropecuária	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	725,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.885,00	1.980,00	3.215,00	4.148,80	0,00	23.275,30	50.000,00	
Transferências Correntes	730.154,11	662.064,48	743.458,45	697.609,05	748.609,10	8.709.790,39	9.788.700,00	
Cota-Parte do FPM	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05	299.541,54	4.011.838,30	5.000.000,00	
Cota-Parte do ICMS	257.586,23	258.611,30	265.545,71	279.259,58	300.147,24	3.131.465,00	3.112.500,00	
Cota-Parte do IPVA	35.640,63	37.353,80	31.481,71	26.837,89	27.418,90	307.647,34	337.500,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	13,50	86,05	1.108,27	1.249,35	2.500,00	
Transf.da LC 87/1996	1.703,56	1.703,56	1.703,56	1.703,56	1.703,56	20.401,74	37.500,00	
Transferência do FUNDEB	49.081,64	48.402,01	51.412,26	51.745,15	54.774,24	596.290,92	440.000,00	
Outras Transferências	47.901,48	67.272,50	59.965,51	59.718,77	63.915,35	640.897,74	858.700,00	
Demais Receitas Correntes	3.285,82	4.621,09	7.670,94	4.374,67	1.610,23	51.801,76	81.000,00	
II-DEDUÇÕES	149.202,78	131.515,62	150.395,14	139.277,36	148.235,30	1.736.828,77	1.932.500,00	
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	21.435,13	21.030,86	22.811,41	20.884,07	21.039,73	261.806,93	217.000,00	
Servidor	21.435,13	21.030,86	22.811,41	20.884,07	21.039,73	261.806,93	217.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	127.767,65	110.484,76	127.583,73	118.393,29	127.195,57	1.475.021,84	1.715.500,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	718.083,58	612.646,11	672.420,45	635.008,92	660.431,98	7.929.858,16	8.880.000,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
 SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	156.744,10	90.690,23	193.163,67
DEDUÇÕES (II)	618.955,43	829.234,58	909.726,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	618.955,43	829.234,58	909.726,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-462.211,33	-738.544,35	-716.563,22
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-462.211,33	-738.544,35	-716.563,22

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	21.981,13	-254.351,89

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	406.394,18

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
DEDUÇÕES (VIII)	2.258.680,73	2.440.569,53	2.501.841,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.258.680,73	2.440.569,53	2.501.841,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-554.065,42	-735.954,22	-797.226,61
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-554.065,42	-735.954,22	-797.226,61

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUIZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (I)	355.000,00	355.000,00	67.090,15	299.216,93	269.683,72
RECEITAS CORRENTES	355.000,00	355.000,00	67.090,15	299.216,93	269.683,72
Receita de Contribuições	160.000,00	160.000,00	26.254,68	115.728,79	269.683,72
Pessoal Civil	160.000,00	160.000,00	26.254,68	115.728,79	99.629,18
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	160.000,00	160.000,00	26.254,68	115.728,79	99.629,18
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	195.000,00	195.000,00	40.835,47	183.488,14	170.054,54
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	195.000,00	195.000,00	40.835,47	183.488,14	170.054,54
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (II)	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	555.000,00	555.000,00	108.859,52	482.511,50	437.225,02

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (VI)	190.000,00	340.000,00	42.735,32	215.944,57	175.223,49
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00	340.000,00	42.735,32	215.944,57	175.223,49
Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00	310.000,00	42.735,32	215.944,57	175.223,49
Pessoal Civil	0,00	0,00	42.735,32	215.944,57	175.223,49
Aposentadorias	0,00	0,00	33.196,40	166.415,39	127.398,13
Pensões	0,00	0,00	9.538,92	49.529,18	47.825,36
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	190.000,00	340.000,00	42.735,32	215.944,57	175.223,49

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 365.000,00 215.000,00 66.124,20 266.566,93 262.001,53

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS

Previsão Orçamentária

Valor	360.000,00
-------	------------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior (09/2010)	Anterior (2009)	Atual (2010)
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Bancos Conta Movimento	416.662,12	339.780,87	430.677,40
Investimentos dos Regimes Proprios de Previdencia	2.054.545,25	1.918.899,86	2.071.164,52

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		Exercício Anterior até o Bimestre
			No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
Contrib . Patro. Serv. Civil Ativo	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	200.000,00	200.000,00	41.769,37	183.294,57	167.541,30

	Dotação Inicial	Dotação p/o Exercício	Despesas Liquidadas		Período de Referência Ano Anterior
			No Bimestre	Exerc. Atual Até o Bim.	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	9.073.000,00	1.334.956,97	6.585.177,64	5.907.840,18
Receita Tributária	325.800,00	19.621,65	194.533,09	187.342,23
IPTU	70.000,00	0,00	50.303,62	25.618,47
ISS	33.000,00	5.277,35	40.750,27	46.118,82
IRRF	53.000,00	11.735,07	44.977,26	29.734,98
ITBI	33.000,00	1.765,46	10.591,76	10.504,06
Outras	136.800,00	843,77	47.910,18	75.365,90
Receita de Contribuição	543.000,00	104.427,33	468.065,32	414.433,99
Receita Previdenciária	217.000,00	41.923,80	187.254,60	159.947,43
Outras Contribuições	50.000,00	6.374,87	31.924,19	28.973,72
Receitas Previdenciárias	276.000,00	56.128,66	248.886,53	225.512,84
Receita Patrimonial Líquida	0,00	145,00	1.606,30	409,65
Receita Patrimonial	300.000,00	58.681,39	276.644,87	238.203,16
(-) Aplicações Financeiras	300.000,00	58.536,39	275.038,57	237.793,51
Transferências Correntes	8.073.200,00	1.200.629,29	5.864.762,89	5.252.075,36
FPM	4.000.000,00	462.239,73	2.492.420,01	2.347.410,08
ICMS	2.490.000,00	463.525,64	2.087.914,14	1.690.776,32
Outras Transferências	1.583.200,00	274.863,92	1.284.428,74	1.213.888,96
Demais Receitas Correntes	131.000,00	10.133,70	56.210,04	53.578,95
Dívida Ativa	22.000,00	218,77	8.218,05	12.896,08
Diversas Receitas Correntes	109.000,00	9.914,93	47.991,99	40.682,87
Receitas de Capital (II)	791.000,00	20.000,00	388.615,00	595.600,01
(-) Operações de Crédito (III)	300.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	51.000,00	0,00	23.015,00	108.100,01
Tranferências de Capital	440.000,00	0,00	345.600,00	487.500,00
Outras Transferências de Capital	440.000,00	0,00	345.600,00	487.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	440.000,00	20.000,00	365.600,00	487.500,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.513.000,00	1.354.956,97	6.950.777,64	6.395.340,18

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	8.835.254,98	1.180.461,34	5.819.908,21	5.139.015,85
Pessoal e Encargos Sociais	4.015.689,11	596.822,06	2.868.742,48	2.482.941,00
Outras Despesas Correntes	4.806.365,87	582.852,22	2.944.475,36	2.640.871,65
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	13.200,00	787,06	6.690,37	15.203,20
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	8.822.054,98	1.179.674,28	5.813.217,84	5.123.812,65
Despesas de Capital (XI)	2.485.528,82	53.783,20	856.016,84	276.516,32
Investimentos	2.286.528,82	39.089,71	775.269,48	189.885,22
Inversões Financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	99.000,00	14.693,49	80.747,36	86.631,10
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.386.528,82	39.089,71	775.269,48	189.885,22
Reserva de Conting. (XVI)	597.855,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	61.272,39	243.161,19	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	11.806.438,80	1.280.036,38	6.831.648,51	5.313.697,87
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.293.438,80	74.920,59	119.129,13	1.081.642,31
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			944.229,98	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-538.800,00

+=[CPL]=-----{ 002 }+		
	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Primario	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	
+-----+		

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLICOS DE PINHEIRO PRETO - IPREPI										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES PINHEIRO PRETO-SIMASPP										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	200.000,00	200.000,00	20.696,04	158.485,32	79,24	
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	96.000,00	96.000,00	170,96	62.166,03	64,76	
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	70.000,00	70.000,00	0,00	50.303,62	71,86	
1.1.2- Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	17,56	253,46	12,67	
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	5.000,00	5.000,00	0,00	488,48	9,77	
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa de Outros	2.000,00	2.000,00	84,63	4.410,42	220,52	
1.1.3- Receita de Divida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	68,77	6.710,05	39,47	
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	33.000,00	33.000,00	1.765,46	10.591,76	32,10	
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	33.000,00	33.000,00	1.765,46	10.591,76	32,10	
1.3 - Receita Resultante do - ISS	33.000,00	33.000,00	7.024,55	40.750,27	123,49	
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	33.000,00	33.000,00	7.024,55	40.750,27	123,49	
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	38.000,00	38.000,00	11.735,07	44.977,26	118,36	
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	38.000,00	38.000,00	4.689,89	22.007,75	57,92	
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	0,00	0,00	7.045,18	22.969,51	0,00	
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.577.500,00	8.577.500,00	1.227.946,47	6.082.172,23	70,91	
2.1 - Cota Parte do FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	577.799,59	3.115.524,65	62,31	
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.000.000,00	5.000.000,00	577.799,59	3.115.524,65	62,31	
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.112.500,00	3.112.500,00	579.406,82	2.609.891,55	83,85	
2.3- Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n. 87	37.500,00	37.500,00	3.407,12	17.035,60	45,43	
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.500,00	87.500,00	11.881,83	54.232,49	61,98	
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.500,00	2.500,00	1.194,32	1.207,82	48,31	
2.6- Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	54.256,79	284.280,12	84,23	
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	8.777.500,00	8.777.500,00	1.248.642,51	6.240.657,55	71,10	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	168.600,00	168.600,00	23.124,73	99.796,41	59,19	
5.1- Transf.do FNDE Prog. Salário-Educação	56.600,00	56.600,00	9.571,53	48.835,21	86,28	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Dinheiro Direto na Escol	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Fundam.	6.000,00	6.000,00	2.280,00	9.120,00	152,00	
5.2- Trnasf.do FNDE Prog. Nac. At. Transp. Escolar	25.000,00	25.000,00	10.427,20	36.495,20	145,98	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Creche -	6.000,00	6.000,00	192,00	768,00	12,80	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Pré - PN	6.000,00	6.000,00	654,00	4.578,00	76,30	
5.2- Programa de Atenção a Criança - PAC	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Eja - PN	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Médio -	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	230.900,00	230.900,00	17.353,70	69.414,76	30,06	
6.1- Transf. Convênios da União Destin. a Prog. de	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	8.900,00	8.900,00	17.353,70	69.414,76	779,94	
6.1- Outros Convenio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Transferências de Conv. da União Destin. a Pr	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Transferências de Conv.dos Estados Destin.a P	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	399.500,00	399.500,00	40.478,43	169.211,17	42,36	

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.715.500,00	1.715.500,00	245.588,86	1.216.432,46	70,91
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	115.559,86	623.104,64	62,31
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	622.500,00	622.500,00	115.881,18	521.977,41	83,85
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	7.500,00	7.500,00	681,42	3.407,10	45,43
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	17.500,00	17.500,00	2.376,37	10.846,50	61,98
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	500,00	500,00	238,83	241,53	48,31
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	67.500,00	67.500,00	10.851,20	56.855,28	84,23
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	445.000,00	445.000,00	106.700,40	502.170,36	112,85
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	440.000,00	440.000,00	106.519,39	501.266,33	113,92
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	5.000,00	5.000,00	181,01	904,03	18,08
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	1.275.500,00	1.275.500,00	139.069,47	715.166,13	56,07

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	439.000,00	597.788,12	91.019,27	482.979,31	80,79
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	439.000,00	597.788,12	91.019,27	482.979,31	80,79
14.0 - OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00	0,00	159,00	15,90
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00	0,00	159,00	15,90
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	440.000,00	598.788,12	91.019,27	483.138,31	80,69

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100	% 96,18

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	9.695,47
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.194.375,00	2.194.375,00	312.160,63	1.560.164,39	71,10
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	193.000,00	263.000,00	7.284,60	33.739,25	12,83
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	193.000,00	263.000,00	7.284,60	33.739,25	12,83
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.089.600,00	2.698.339,49	201.335,85	1.108.621,29	41,09
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	440.000,00	598.788,12	91.019,27	483.138,31	80,69
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.649.600,00	2.099.551,37	110.316,58	625.482,98	29,79
25.0 - ENSINO MEDIO	10.300,00	20.600,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	35.500,00	121.000,00	10.848,00	57.457,17	47,49
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	13.200,00	26.400,00	2.200,00	9.900,00	37,50
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.341.600,00	3.129.339,49	221.668,45	1.209.717,71	38,66

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	715.166,13
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	904,03
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	714.262,10
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	1.856.622,64

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 29,75

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	56.600,00	179.200,00	444,00	3.299,90	1,84
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	862.945,00	2.095.108,26	118.991,04	715.865,79	34,17
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	919.545,00	2.274.308,26	119.435,04	719.165,69	31,62
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.261.145,00	5.403.647,75	341.103,49	1.928.883,40	35,70

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2009 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR	
	FUNDEB (b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	9.695,47	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	501.266,33	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	477.981,00	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	904,03	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	34.788,86	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN




```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de PINHEIRO PRETO                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                    |
|                               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                      |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO              |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito Internas	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	2.485.528,82	53.783,20	856.016,84	1.629.511,98
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.485.528,82	53.783,20	856.016,84	1.629.511,98
--------------------------------	--------------	-----------	------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-2.185.528,82	-53.783,20	-856.016,84	-1.329.511,98
---------------------	---------------	------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	51.000,00	23.015,00	27.985,00
Alienação de Outros Bens Móveis	50.000,00	23.015,00	26.985,00
Alienação de Outros Bens Imóveis	1.000,00	0,00	1.000,00
Total	51.000,00	23.015,00	27.985,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Despesas de Capital	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Investimentos	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	105.203,24	128.703,24	-23.500,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	105.203,24	-105.688,24	-485,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
 SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de PINHEIRO PRETO                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                    |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                      |
|                               JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO              |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.797.500,00	8.797.500,00	6.241.146,03	70,94
Impostos	220.000,00	220.000,00	158.973,80	72,26
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	70.000,00	70.000,00	50.303,62	71,86
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	53.000,00	53.000,00	22.007,75	41,52
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	0,00	0,00	22.969,51	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	33.000,00	33.000,00	10.591,76	32,10
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	33.000,00	33.000,00	40.750,27	123,49
Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	253,46	12,67
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Tribut	7.000,00	7.000,00	4.898,90	69,98
Multas/Juros Mora Dívida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	5.000,00	5.000,00	488,48	9,77
Receita de Dívida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	6.710,05	39,47
Receitas de transf. constitucionais e Legais	8.577.500,00	8.577.500,00	6.082.172,23	70,91
da União	5.040.000,00	5.040.000,00	3.133.768,07	62,18
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.000.000,00	5.000.000,00	3.115.524,65	62,31
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.500,00	2.500,00	1.207,82	48,31
Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n. 87/9	37.500,00	37.500,00	17.035,60	45,43
do Estado	3.537.500,00	3.537.500,00	2.948.404,16	83,35
Cota-Parte do ICMS	3.112.500,00	3.112.500,00	2.609.891,55	83,85
Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	284.280,12	84,23
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.500,00	87.500,00	54.232,49	61,98
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	388.200,00	388.200,00	149.428,44	38,49
da União para o Município	308.200,00	308.200,00	133.741,44	43,39
BLATB - Pab Fixo	60.000,00	60.000,00	45.315,00	75,52
BLVGS - Piso Fixo de Vigilância e Prog. da Saúde	6.000,00	6.000,00	2.943,72	49,06
BLAFB - Programa de Assistência Farmacêutica Bás	15.000,00	15.000,00	12.653,53	84,36
BLVGS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitá	8.000,00	8.000,00	5.400,00	67,50
BLATB - Saúde da Família - Pab Variável	90.000,00	90.000,00	32.000,00	35,56
BLATB - Agentes Comunitários de Saúde - Pab Vari	60.000,00	60.000,00	22.785,00	37,98
BLVGS - Teto Financeiro de Vigilância em Saúde -	8.000,00	8.000,00	3.893,94	48,67
BLATB - Saúde Bucal - Pab Variável	25.000,00	25.000,00	8.000,00	32,00
BLMAC - Média e Alta Complexidade	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
BLVGS - Piso Estratég./Ger. de Risco VS/Prod. e	16.000,00	16.000,00	250,25	1,56
Fundação de Assistência Estratégica	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Outros Programas de Saúde	10.000,00	10.000,00	500,00	5,00
Transf. de Conv. União p/Sistema Unico de Saúde	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	80.000,00	80.000,00	15.687,00	19,61
Sistema de Informação Ambulatorial - SIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica Bási	0,00	0,00	10.287,00	0,00
Cofinanciamento da Atenção Básica - AB	0,00	0,00	5.400,00	0,00
Programa Saúde da Família	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
Programa Saúde Bucal	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Programa Farmácia Básica	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. dos Estados p/Sist.Unico	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
Transferências de Conv.dos Estados p/Sist.Único	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
(-)Dedução para o Fundef	-1.715.500,00	-1.715.500,00	-1.216.432,46	70,91
Total de Receita de Impostos	7.470.200,00	7.470.200,00	5.174.142,01	69,26

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	1.592.199,10	1.832.777,60	1.330.743,10	72,61
Pessoal e Encargos Sociais	663.999,10	792.686,53	644.292,06	81,28
Outras Despesas Correntes	928.200,00	1.040.091,07	686.451,04	66,00
Despesas de Capital	67.000,90	141.739,54	123.024,55	86,80
Investimentos	67.000,90	141.739,54	123.024,55	86,80
Total	1.659.200,00	1.974.517,14	1.453.767,65	73,63

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.453.767,65	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	5.000,00	5.000,00	4.067,15	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	5.000,00	5.000,00	4.067,15	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	170.912,89	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.278.787,61	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2009 (e)	Aplic.Apurada em 2009 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010 (g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	15,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 20,49

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.659.200,00	1.974.517,14	1.453.767,65	100,00
Total	1.659.200,00	1.974.517,14	1.453.767,65	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	5.000,00	5.000,00	4.067,15	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	5.000,00	5.000,00	4.067,15	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	170.912,89	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	1.659.200,00	1.974.517,14	1.278.787,61	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
 SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	10.164.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	10.164.000,00
Receitas Realizadas	1.413.493,36	7.248.831,21
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	944.229,98
Déficit Orçamentário	0,00	1.754.638,80

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	10.164.000,00
Dotação Atualizada	0,00	11.918.638,80
Despesas Empenhadas	1.251.672,34	6.782.942,52
Despesas Liquidadas	1.234.244,54	6.675.925,05
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.251.672,34	6.782.942,52
Despesas Liquidadas	1.234.244,54	6.675.925,05

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	7.929.858,16

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	108.859,52	482.511,50
Despesas Previdenciárias (IV)	42.735,32	215.944,57
Resultado Previdenciário (III-IV)	66.124,20	266.566,93

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	406.394,18	-254.351,89	-62,5875
Resultado Primário	-538.800,00	119.129,13	-22,1101

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	29,7504
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	96,1784
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	300.000,00
Despesa de Capital Líquida	856.016,84	1.629.511,98

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	482.511,50	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	215.944,57	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	266.566,93	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	23.015,00	27.985,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	128.703,24	-23.500,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.278.787,61	15,00	20,49

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 1.862/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.862/2010

"Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo - AMACPB". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo - AMACPB, pessoa jurídica de direito privado com CNPJ 12.545.887/0001-82, sediada a Rua Hermogenes da Silva nº 191 - Centro do Município de Porto Belo - SC, registrada no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas do Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Porto Belo no Livro 1ª- Registro 99 - folhas 99 de 13 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de novembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.863/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.863/2010

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Gentil Joaquim Mendes Filho", a rua que tem seu Código de Logradouro 319, e tem seu início na Rua Paulo Felício Mateus e término no lote 03 - Quadra "E" do Jardim Balneário Perequê (Loteamento Jardim Modelar), no Bairro de Perequê.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de novembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Lei Municipal Nº 1.864/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.864/2010

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Marli Maria da Silva", a rua que tem seu Código de Logradouro 318, que tem seu início na Rua que tem seu Código de Logradouro 319, e tem seu término no Loteamento Jardim Arco-Íris, Bairro de Perequê.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de novembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Decreto Nº 850/2010

DECRETO Nº 850/2010

"Regulamenta a Lei Municipal nº 1.733/2009, que criou o Serviço de Inspeção Municipal e estabelece normas para o abate de animais, elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal no Município de Porto Belo, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, bem como em conformidade com a Lei Municipal nº 1.733/2009,
Decreta:

Art. 1º A regulamentação da Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O presente Regulamento tem por fundamento a Lei Federal nº 1.283, de 18/12/50, o Decreto Federal nº 30.691, de 29/03/52, alterado pelo Decreto Federal nº 1.255, de 25/05/62, e conforme dispõe a Lei Federal nº 7.889, de 13/11/89, que regula a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização de todos os produtos de origem animal, e destinado a consumo, nos limites de sua área geográfica.

Art. 3º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM dos produtos de origem animal, produzidos no âmbito do Município de Porto Belo, reger-se-á pela Lei nº 1.733/2009 e por este Decreto, e atuará na fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal, em toda ou qualquer etapa da produção, manipulação ou processamento, sejam industriais ou artesanais.

SEÇÃO II

DO REGISTRO

Art. 4º Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca a realização das inspeções e a emissão do certificado de registro dos estabelecimentos do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, que será expedido após o atendimento das normas constantes da Lei nº 1733/09 e neste Decreto.

Art. 5º O certificado de registro dos estabelecimentos de produtos de origem animal pelo SIM, isenta-os da obrigatoriedade do registro na esfera estadual e/ou federal, quando comercializados no âmbito do Município de Porto Belo.

Art. 6º Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal para efeitos deste Decreto, toda e qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados e rotulados com a finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, o leite e seus derivados, mel, pescado,

ovos e outros produtos de origem animal.

Art. 7º A simples designação “produto”, “subproduto”, “mercadoria” ou “gênero” significa para efeito do presente Decreto, que se trata de “produto de origem animal e suas matérias-primas”.

Art. 8º Além do certificado de registro, todo o estabelecimento deverá atender as exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM.

Art. 9º O certificado será requerido à coordenação do SIM, instruindo o processo com os seguintes documentos:

- a) fotocópia do CPF ou CNPJ e RG;
- b) Cadastro de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda, quando produtor rural e quando pessoa jurídica apresentar Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e Inscrição Estadual;
- c) Carteira Sanitária de manipulador de alimento;
- d) laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM);
- e) Certificado de dedetização;
- f) plantas, croquis ou projetos do estabelecimento e anexos compreendendo:

c.1 - as plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada;

c.2 - memorial descritivo das instalações;

c.3 - memorial econômico - sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;

g) licença ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente;

h) laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento, salvo naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água e/ou a critério do SIM; conforme disposto no Artigo 48 do Decreto Estadual nº 3.748 de 12/07/93 e cronograma de execução;

i) cadastro do estabelecimento detalhando atividades, formulações, origem da matéria-prima, processamento, conservação, validade e meio de transporte;

j) fluxograma de processamento.

Art. 10. Eventuais ampliações, reformas ou construções que interfira na área industrial dos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências como instalações, só poderão ser feitas após prévia liberação do SIM, com parecer da vigilância sanitária, além da observância as demais normas pertinentes.

Art. 11. Autorizados os registros, afora os documentos que instruíram o processo, ficarão retidas nos autos cópias reprográficas dos rótulos e embalagens que originaram o certificado de registro.

Art. 12. Satisfeitas as exigências constantes deste Decreto, será emitido o “Certificado de Registro”, constando do mesmo o seu número, denominação social, classificação do estabelecimento e outras especificações que se fizerem necessárias.

Art. 13. O certificado terá validade pelo período de 12 (doze) meses, devendo ser renovado a cada novo período, ocasião em que o SIM fará uma vistoria no estabelecimento.

Parágrafo Único. O Certificado de Registro de que trata o “caput” deste artigo, terá validade enquanto não se modificarem quaisquer uns dos seus requisitos.

Art. 14. O estabelecimento que vier a interromper as suas atividades somente poderá reiniciá-las após a realização de vistoria prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos pelo SIM. Quando o estabelecimento parar suas atividades definitivamente ou por período indeterminado/determinado o SIM deverá ser informado em forma de documento.

Art. 15. O estabelecimento registrado só poderá ser vendido ou arrendado após a competente transferência de responsabilidade do registro junto SIM.

Art. 16. Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupos e pertencentes à mesma firma, é respeitada, para cada um, a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

SEÇÃO III DA INSPEÇÃO

Art. 17. Todo estabelecimento detentor do certificado de registro, possuirá inspeção municipal, que abrange a inspeção industrial e sanitária realizada por profissional habilitado na área de medicina veterinária.

Art. 18. A inspeção industrial e sanitária poderá ser permanente ou periódica:

I - será permanente em estabelecimentos que abatam animais de açougue;

II - nos demais estabelecimentos, poderá ser permanente ou periódica a critério do SIM.

Parágrafo Único. Entende-se por animais de açougue: bovinos, suínos, bubalinos, caprinos, ovinos, eqüinos, aves e coelhos.

Art. 19. A inspeção municipal de produtos de origem animal será exercida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca em conjunto com a vigilância sanitária e abrange:

I - higiene geral dos estabelecimentos registrados;

II - captação, canalização, depósito, tratamento e distribuição da água para consumo e o escoamento das águas residuais;

III - funcionamento dos estabelecimentos referidos no Artigo 3º do presente Regulamento;

IV - as fases de recebimento, elaboração, manipulação, preparo, acondicionamento, conservação, transporte e depósito de todos os produtos de origem animal e vegetal e suas matérias-primas, adicionadas ou não de vegetais;

V - exame “ante” e “post mortem” dos animais de açougue;

VI - embalagem e rotulagem de produtos e subprodutos, de acordo com os tipos de padrões previstos no Regulamento e normas federais ou fórmulas aprovadas;

VII - classificação de produtos e subprodutos, de acordo com os tipos e padrões previstos no Regulamento e normas federais ou fórmulas aprovadas;

VIII - exames microbiológicos, histológicos e físico-químicos das matérias-primas ou produtos;

IX - matérias-primas nas fontes produtoras e intermediárias;

X - meios de transportes de animais vivos, os produtos derivados e suas matérias-primas destinadas à alimentação humana.

Art. 20. Os técnicos em inspeção portarão Carteira de Identidade Funcional, sempre que o técnico em inspeção estiver desempenhando suas atividades profissionais.

Art. 21. Por ocasião do registro inicial ou da renovação do registro dos estabelecimentos, poderá ser exigido, sempre que necessário, de acordo com o volume de produção, que a requerente apresente um responsável técnico de nível superior, legalmente habilitado.

SEÇÃO IV DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 22. Os estabelecimentos sujeitos a aplicação da Lei nº 1733/09 e deste Decreto, classificam-se em:

I - estabelecimentos de carnes e derivados:

a) matadouros frigoríficos - são aqueles estabelecimentos destinados ao abate de animais de açougue, dotados de equipamentos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados a transformação de matéria-prima para a elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano ou animal. Aqui se inclui também as charqueadas, fábricas de produtos gordurosos, fábrica de produtos não comestíveis, etc;

c) entrepostos de carne e derivados: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, guarda, e conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougues e outros animais.

II - estabelecimentos de leite e derivados:

a) propriedades rurais: são aqueles estabelecimentos localizados geralmente em zona rural, destinados a produção de leite obedecendo as normas especificadas para cada tipo;

b) entrepostos de leite e derivados: são aqueles estabelecimentos,

destinados ao recebimento, resfriamento, transvase, concentração, acidificado, desnate ou coagulação do leite, do creme, e outras matérias primas para depósito por curto tempo e posterior transporte para a indústria;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluídas as usinas de beneficiamento e/ou fábricas de laticínios.

III - estabelecimentos de pescado, derivados e afins que podem ser:

a) propriedade piscicultura: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao abate, escamação, evisceração do pescados em geral fresco ou resfriado;

b) entrepostos de pescados e derivados: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

IV - estabelecimento de ovos e derivados, que podem ser:

a) granjas avícolas: são aqueles estabelecimentos destinados à produção de ovos que fazem a comercialização direta ou indireta de seus produtos;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento e industrialização de ovos;

c) entrepostos de ovos: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza.

V - estabelecimentos de mel e cera de abelhas, que podem ser:

a) apiário: é o conjunto de colméias, materiais e equipamentos, destinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, pólen, geléia real etc.);

b) casas do mel: são aqueles estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinada aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, envase e estocagem;

c) entrepostos de mel e cera de abelhas: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização do mel e seus derivados.

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E REINSPEÇÃO

Art. 23. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM para os Produtos de Origem Animal serão compostos respectivamente por Médicos Veterinários, agentes de inspeção e fiscais sanitários, com a coordenação daqueles primeiros.

Art. 24. O processo de registro dos estabelecimentos de que trata a Lei nº 1733/09 e este Decreto serão encaminhados à Coordenação do SIM, emitindo pareceres sobre todos os processos de estabelecimentos de produtos de origem animal, localizados no âmbito do Município de Porto Belo.

Art. 25. A liberação para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção dar-se-á após a realização de vistoria final, com a ratificação do Coordenador do SIM.

Art. 26. A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal, somente após o registro do mesmo no SIM, cabendo a este serviço determinar o número de inspetores necessários para realização das atividades.

Art. 27. Serão inspecionados todos os produtos de origem animal nos estabelecimentos com registro no SIM.

Parágrafo Único. Naqueles casos em que se tratarem de produtos condenados na forma do disposto na Lei nº1733/2009, e neste Decreto, os estabelecimentos deverão atender as determinações da inspeção sanitária na destinação dos mesmos.

Art. 28. A Inspeção Sanitária Municipal de produtos de origem animal, será fiscalizada pela coordenação do SIM, que poderá ter

apoio na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, junto à Vigilância Sanitária, para efetuar as análises de rotina, dos produtos inspecionados, realizadas periodicamente nos estabelecimentos, antes do produto ir para o comércio.

Art. 29. Os produtos e matérias-primas serão reinspecionados tantas vezes quanto forem necessárias, antes de serem expedidos para consumo.

§ 1º Naqueles casos em que a reinspeção verificar que os produtos e/ou matérias-primas forem julgados impróprios para o consumo, poderão a critério do SIM serem destinados para aproveitamento como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal, depois de retiradas as marcas oficiais e forem submetidos à desnaturação, quando for o caso.

§ 2º Quando permitirem o aproveitamento condicional ou beneficiamento, poderão ser autorizados (liberados) pelo SIM, desde que submetidos aos processos apropriados.

Art. 30. Nenhum produto de origem animal que já tenha sido processado, poderá dar entrada em estabelecimento sob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento com inspeção municipal, estadual ou federal.

Parágrafo Único. É vedado o retorno ao estabelecimento de origem do produto processado que, na reinspeção, tenha sido considerado impróprio para o consumo, sendo obrigatória a sua transformação ou inutilização.

Art. 31. Nos estabelecimentos em que se encontrarem depositados produtos processados procedentes de estabelecimento sob inspeção municipal, estadual ou federal, bem como nos demais locais, a reinspeção terá por objeto principal:

I - identificar os rótulos com a composição e as marcas oficiais do produto, bem como a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informações sobre a conservação do produto;

II - verificar as condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;

III - verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras conforme o caso;

IV - coletar amostras para exame físico-químico, organoléptico e microbiológico.

Art. 32. Compete ao SIM à fiscalização das condições higiênicas e instalações dos veículos, vagões e de todos os meios de transporte utilizados.

Art. 33. A critério do SIM os estabelecimentos de origem das matérias-primas e/ou produtos apreendidos, poderão ser autorizados para aproveitá-las a título de rebeneficiamento ou utilização para fins não comestíveis.

Art. 34. No caso de suspeita de contaminação dos produtos e matérias-primas, será coletada amostra para exame laboratorial dos mesmos com a imediata suspensão da sua comercialização, ficando o responsável legal do estabelecimento ou seu preposto como fiel depositário dos mesmos até o resultado dos exames.

Art. 35. A mercadoria contaminada ou alterada, que não for passível de aproveitamento para consumo humano na forma do estabelecido na Lei nº1733/09, e neste Decreto, será destruída por processo de incineração ou agente físico/químico.

SEÇÃO VI

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 36. Os estabelecimentos que processarem produtos de origem animal deverão atender as seguintes condições, além daquelas já definidas na Lei nº 1733/09:

I - estar localizado distante o suficiente de fontes produtoras de odores desagradáveis ou de poluição de qualquer natureza, que possam vir a comprometer as características do produto;

II - dispor de área suficiente para a construção de todas as instalações necessárias ao seu funcionamento;

III - dispor de luz natural e/ou artificial abundante e com ventilação suficiente em todas as dependências do estabelecimento;

IV - possuir pisos convenientemente impermeabilizados com

material adequado para esse fim;

V - ter paredes e/ou separações revestidas e impermeabilizados, na altura compatível com a atividade exercida;

VI - possuir forro adequado em todas as suas dependências;

VII - dispor de dependências e instalações mínimas, que sejam adequadas para a industrialização, conservação, embalagem, e depósitos de produtos comestíveis;

VIII - dispor de mesas construídas de material adequado, que facilitem a higienização e a execução dos trabalhos;

IX - dispor de recipientes adequados para o acondicionamento de matéria-prima e/ou produtos de origem animal;

X - dispor de recipientes identificados pela cor vermelha para a colocação dos produtos não comestíveis;

XI - dispor de redes de abastecimento de água que atenda às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando for o caso, de instalações de tratamento de água;

XII - manter sistemas de cloração de água de abastecimento, sempre que necessário;

XIII - dispor de água fria e quente suficiente para manter higienizado o estabelecimento e, quando for o caso, de instalações de vapor, em todas as dependências de manipulação e preparo de produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis;

XIV - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, bem como de sistema de tratamento de água servida, conforme normas estabelecidas pelo órgão competente;

XV - possuir janelas e portas de fácil abertura, dotadas de tela à prova de insetos;

XVI - possuir instalações de frio, quando necessário, de tamanho e capacidade adequadas;

XVII - possuir "jirau", quando permitidos, com pé direito mínimo a juízo do SIM;

XVIII - dispor de equipamentos adequados e necessários à execução da atividade do estabelecimento e quando for o caso, inclusive para aproveitamento de subprodutos;

XIX - só possuir telhados de meia água quando mantido o pé direito à altura mínima exigida da dependência correspondente;

XX - dispor de local e tratamento com água em abundância para higienização dos veículos utilizados no transporte dos produtos;

XXI - os estabelecimentos deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos ou animais agindo-se cautelosamente quando ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante autorização da inspeção municipal, não sendo permitido o emprego de produtos biológicos.;

XXII - não possuir e/ou manter no local cães, gatos e outros animais de qualquer espécie no recinto do estabelecimento, locais de coleta da matéria-prima e adjacências;

XXIII - possuírem em conformidade com a legislação aplicável a matéria, vestiários e instalações sanitárias adequadamente funcionais, cujas dimensões sejam em número proporcional ao pessoal, com acesso indireto às dependências industriais quando localizadas no mesmo espaço físico;

SEÇÃO VII DO PESSOAL

Art. 37. Ficam os funcionários do estabelecimento obrigados a fazerem anualmente pelo menos um exame de saúde, que deverá ser remetido ao Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo Único. Mencionado exame médico poderá ser exigido sempre que necessário para qualquer funcionário, inclusive os seus proprietários, que também exerçam atividades no estabelecimento.

Art. 38. Os funcionários deverão utilizar uniforme completo, trocados diariamente, na cor clara e limpos, sendo compostos de calça, botas, avental e gorro.

§ 1º Os funcionários que exercem funções nas oficinas, setores de manutenção e outros, deverão utilizar uniformes com cores

diferenciadas, ficando vedado o acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis;

§ 2º Os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do Serviço de Inspeção.

Art. 39. A existência de dermatoses, doenças infecto-contagiosas ou repugnantes e de portadores de salmonela, em qualquer pessoa que exerça atividade industrial no estabelecimento, implicará no seu afastamento do local de trabalho.

Parágrafo Único. O Serviço de Inspeção Municipal deverá de ser comunicado da ocorrência do exposto no "caput" deste artigo, que por sua vez cientificará as autoridades de saúde pública do fato.

Art. 40. Fica vedado aos funcionários:

I - ter adornos nas mãos, pulsos ou pescoço;

II - apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas;

III - cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar o alimento.

SEÇÃO VIII DA ROTULAGEM

Art. 41. As matérias-primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada em indústria e/ou no comércio municipal deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgão federal, estadual ou do SIM, devidamente identificados por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo Único. Tratando-se de carnes "in natura", estas deverão ser submetidas a tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 42. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação nos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.

Art. 43. Todos os produtos de origem animal, embalados na ausência do cliente, e encaminhado para comercialização deverá estar identificado por meio de rótulo, aprovadas previamente pelo SIM.

Parágrafo Único. Fica a critério do SIM a utilização em determinados produtos de rótulo sob a forma de etiqueta ou uso exclusivo do carimbo da inspeção.

Art. 44. Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada a fogo sobre a matéria-prima e/ou na embalagem.

Art. 45. Para fins de identificação na rotulagem da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal, fica determinada a seguinte nomenclatura:

I - A - matadouros ou matadouros frigoríficos de aves;

II - C - matadouros ou matadouros frigoríficos de coelhos;

III - E - estabelecimentos industriais de produtos cárneos e seus derivados;

IV - L - estabelecimentos de leite ou derivados;

V - M - estabelecimentos de mel, cera de abelha e derivados;

VI - O - estabelecimentos de ovos e derivados;

VII - P - estabelecimentos de pescados, derivados e afins.

Art. 46. O rótulo dos produtos de origem animal deverão conter as seguintes informações:

I - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;

II - nome da firma responsável (razão social) e CNPJ;

III - natureza do estabelecimento, conforme classificação prevista neste regulamento;

IV - carimbo oficial da Inspeção Sanitária Municipal;

V - endereço e telefone do estabelecimento;

VI - marca comercial do produto;

VII - data de fabricação do produto;

VIII - "Prazo de validade" do produto ou "consumido até";

IX - peso líquido;
X - composição (lista de ingredientes) e forma(s) de conservação do produto;
XI - indústria brasileira;
XII - informações nutricionais, se for o caso;
XIII - Identificação do lote;
XIV - e demais disposições legais aplicáveis à matéria.

Parágrafo Único. No caso da utilização de carne eqüídea ou produtos com ela elaborados parcial ou totalmente, exigir-se-á ainda, a declaração do rótulo \"Carne de Eqüídeo\" ou \"Preparada com Carne de Eqüídeo\" ou \"Contém Carne de Eqüídeo\".

Art. 47. Os produtos destinados à alimentação animal deverão conter em seu rótulo a inscrição \"ALIMENTAÇÃO ANIMAL\".

Art. 48. Os produtos que não forem destinados à alimentação humana ou animal deverão conter em seu rótulo a inscrição \"NÃO COMESTÍVEL\".

Art. 49. As embalagens e películas destinadas aos produtos de origem animal deverão ser regularmente aprovadas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 50. Quando se tratarem de produtos que por sua dimensão não comportem no rótulo todos os dizeres determinados pela legislação vigente, as informações poderão estar inscritas em embalagens coletivas devidamente higienizadas e adequadas ao produto, como caixas, latas, etiquetas etc.

Art. 51. É vedada à reutilização de embalagens, salvo àquelas que permitam completa higienização e desinfecção, com prévia autorização do SIM.

SEÇÃO IX DO TRANSPORTE E TRÂNSITO

Art. 52. Os produtos e matérias-primas de origem animal, oriundos de estabelecimentos com inspeção municipal que atendam a Lei nº 1733/2009 e neste Decreto poderão ser expostos ao consumo e constituir objeto de comercialização no Município de Porto Belo.

Art. 53. As autoridades públicas responsáveis pela vigilância sanitária de alimentos no centro de consumo, deverão comunicar ao SIM os resultados das ações fiscais e análises de rotina por elas realizadas, se dos mesmos resultar apreensão ou condenação dos produtos, subprodutos ou matérias-primas de origem animal.

Parágrafo Único. Na hipótese de se apresentar 3(três) análises fiscais (análise físico-química e microbiológica) consecutivas em desacordo com a legislação vigente, o estabelecimento será punido com a suspensão das atividades por tempo determinado à critério do SIM.

Art. 54. Todos os produtos de origem animal em trânsito no Município de Porto Belo, deverão estar devidamente embalados, acondicionados e rotulados em conformidade com o disposto na Lei nº 1733/2009, e este Decreto, ficando sujeitos a reinspeção pelos técnicos do SIM nos postos fiscais fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

Art. 55. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção permanente que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar obrigatoriamente do \"CERTIFICADO SANITÁRIO\", com o visto do Médico Veterinário responsável pela sua inspeção, excluído o leite a granel.

Art. 56. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção periódica que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar da \"GUIA DE TRÂNSITO\" com o visto do responsável técnico pela empresa nos estabelecimentos em que for exigido.

Art. 57. O transporte de produtos de origem animal deverá ser feito em veículo apropriado para este fim e que o mantenha em perfeito estado de conservação.

§ 1º Não poderão ser transportados produtos ou mercadorias de outra natureza com os produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

§ 2º Para que possam ser transportados deverão estar acondicionados higienicamente em recipientes adequados independentes

de sua embalagem (individual ou coletiva).

SEÇÃO X DAS OBRIGAÇÕES.

Art. 58. Os Estabelecimentos deverão Ter registros diários em livros e mapas próprios com base em modelos fornecidos pelo SIM, as entradas e saídas de matérias-primas e produtos, com a especificação da quantidade, qualidade e sua destinação.

§ 1º Em se tratando de matéria-prima procedente de outros estabelecimentos sob inspeção, deverá ser feito o registro nos livros e mapas indicados, da data de entrada, número do certificado sanitário e o registro do estabelecimento fornecedor.

§ 2º Na hipótese de cancelamento do certificado de registro, o estabelecimento deverá devolver ao SIM o material pertencente ao Município, incluídos aqueles de natureza científica, arquivos, carimbos oficiais do SIM, bem como as embalagens com o carimbo do SIM.

Art. 59. Cabe ao estabelecimento fornecer, sempre que necessário, aos empregados e funcionários da inspeção uniformes completos e adequado aos diversos serviços, em conformidade com as recomendações do SIM.

Art. 60. Fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequadas para guarda, conservação e transporte de materiais e produtos normais e/ou peças fitopatológicas, a serem remetidos ao laboratório, bem como para os trabalhos de limpeza, desinfecção, esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações.

Art. 61. Ter local apropriado, a juízo da inspeção municipal, para recebimento e guarda de matérias-primas procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção ou de retorno de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para seqüestro de matérias-primas e produtos suspeitos. Quando condenados, devem ter destino específico e próprio imediatamente após sua condenação.

Art. 62. Possuir substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação.

Art. 63. Manter atualizado o registro do recebimento de matérias-primas, especificando procedência e qualidade dos produtos fabricados, bem como saída e destino dos mesmos.

Art. 64. Aos proprietários de estabelecimentos com inspeção permanente, competem:

I - dar aviso antecipado de 24 horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob inspeção permanente, mencionando sua nobreza, hora de início e de provável conclusão;

II - avisar, com antecedência, a chegada de animais a serem abatidos e fornecer todos os dados que são solicitados pela inspeção municipal;

III - quando o estabelecimento funcionar em regime de inspeção permanente e estiver afastados do perímetro urbano, fornecer gratuitamente condução, no caso de não haver meio de transporte público fácil e acessível, condições que serão avaliadas pelo SIM.

IV - fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da inspeção quando os horários para refeições não permitir que os servidores as façam em suas residências, a juízo da inspeção, junto ao estabelecimento;

Art. 65. São ainda obrigações dos estabelecimentos que trata a Lei Municipal nº 1.733/2009, e este Decreto:

I - realizar o tratamento adequado das águas servidas;

II - dar o destino adequado ao lixo proveniente do estabelecimento;

III - apresentar a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;

IV - apresentar a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitado;

V - acondicionar e/ou depositar de forma adequada os produtos e/ou matérias primas, em câmaras-frias e outras dependências, conforme o caso;

VI - transportar os produtos e/ou matérias-primas em condições de higiene e/ou temperaturas inadequadas;
VII - remover da área suja ou recepção às impurezas e detritos, após o recebimento, pesagem, seleção e pré-lavagem, de modo a evitar a formação de focos de contaminação e/ ou fermentação;
VIII - marcar o maquinário, carros, tanques, vagonetes, caixas, mesas, equipamentos e demais utensílios, para o fim de evitar equívocos entre os destinos de produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis, ou ainda utilizados na alimentação de animais, com o uso das terminologias "comestíveis" e "não comestíveis";
IX - lavar antes e após o processamento dos produtos com o emprego substâncias registradas nos órgãos competentes, os pisos, paredes, equipamentos e utensílios utilizados na agroindústria, deixando-os devidamente desinfetados.
X - Descartar e repor utensílios e/ou equipamentos que não cumpram suas funções com mínima eficácia e segurança.
XI - Manter pessoal habilitado na direção dos trabalhos técnicos do estabelecimento;
XII - recolher as taxas de expediente previstas na legislação vigente;
XIII - dar aviso, com antecedência de 12 horas, sobre a chegada ou o recebimento de pescado.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 66. As infrações do presente Regulamento serão punidas administrativamente e, quando for o caso, mediante responsabilidade criminal.

Parágrafo Único. Incluem-se entre as infrações previstas neste Regulamento, atos que procurem embarçar a ação dos servidores do SIM ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalizações, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos, desacato, suborno ou simples tentativa, informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência dos produtos à Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal.

Art. 67. Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Regulamento, consideram-se impróprios para o consumo no todo ou em parte, os produtos de origem animal:

I - que se apresentem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organo-lépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, conservação ou acondicionamento;

II - que forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - que contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV - que não estiverem de acordo com o previsto no Regulamento, incluindo-se os produtos de origem animal não inspecionados por órgão competente.

Art. 68. Além dos casos específicos previstos neste Regulamento são considerados adulterações, fraudes ou falsificações como regra geral.

I - adulteração

a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;

b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;

c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferente da composição normal do produto, sem prévia autorização do SIM;

d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;

e) intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

II - fraudes

a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;

b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão aos produtos fabricados;

c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou do valor nutritivo intrínseco;

d) conservação com substâncias proibidas;

e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - falsificações

a) quando os produtos forem elaborados preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégios ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

b) quando forem usados denominações diferentes das previstas neste regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 69. Aos infratores dos dispositivos do presente Regulamento e de atos complementares e instruções normativas que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de 200 à 500 Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFM-PB):

a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento, e a higiene do equipamento e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos, inclusive aos que fornecerem leite adulterado, fraudado ou falsificado;

b) aos responsáveis pela permanência em trabalho, de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente;

c) aos que acondicionarem ou embalsamarem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;

d) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;

e) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.

III - multas de 501 à 1.000 UFM-PB:

a) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado, nos casos previstos nesse Regulamento, e os destinarem a fins comerciais;

b) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais da Inspeção Municipal, para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos, que não estejam registrados ou relacionados no SIM;

c) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;

d) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Regulamento;

e) aos que adquirirem, manipularem, expuserem a venda ou distribuírem produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos não registrados ou relacionados no SIM;

f) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel, que de acordo com o presente Regulamento devem ser entregues ao consumo com embalagens originais;

g) às pessoas físicas ou jurídicas que embarcarem ou burlarem a ação dos servidores do SIM no exercício das suas funções;

h) aos responsáveis por estabelecimentos de leite e derivados que não realizarem lavagem e higienização do vasilhame, dos frascos, dos carros-tanques e veículos em geral;

i) aos responsáveis por estabelecimento que após término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;

- j) aos responsáveis por estabelecimentos que ultrapassem a capacidade máxima de abate, industrialização ou beneficiamento;
- k) aos que deixarem de apresentar os documentos expedidos por servidor do SIM, junto as empresas de transportes, para classificação de ovos nos entrepostos;
- l) aos que venderem, em mistura, ovos de diversos tipos;
- m) aos que infringirem os dispositivos deste Regulamento, quanto a documentos de classificação de ovos nos entrepostos, referentes ao aproveitamento condicional;
- n) aos responsáveis por estabelecimentos registrados ou relacionados que não promoverem no SIM, as transferências de responsabilidade, previstas neste Regulamento, ou deixarem de fazer a notificação necessária ao comprador ou locatário sobre essa exigência legal, por ocasião do processamento da venda ou locação;
- o) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;
- p) aos responsáveis pela confecção, impressão litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados, isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SIM;
- q) as firmas responsáveis por estabelecimentos que preparem, com finalidade comercial, produtos de origem animal novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovados pelo SIM;

IV - multa de 1.001 à 2.000 UFM-PB:

- a) aos que lançarem mãos de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal, que não tenham sido inspecionados pelo SIM;
- b) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo SIM;
- c) aos que expuserem a venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;
- d) aos que usarem indevidamente os carimbos de inspeção municipal;
- e) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção municipal que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;
- f) aos que despacharem ou transportarem produtos de origem animal em desacordo com as determinações da inspeção;

V - multa de 2.001 à 4.000 UFM-PB:

- a) aos responsáveis por quaisquer alterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;
- b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados, no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- c) as pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM, possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;
- d) aos que tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores do SIM;
- e) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pela inspeção municipal;
- f) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Regulamento ou nas fórmulas aprovadas, ou ainda, sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológico do processo de fabricação;
- g) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob inspeção municipal;
- h) aos responsáveis por estabelecimentos que adotarem animais em desacordo com a legislação em vigor, principalmente vacas, tendo-se em mira a defesa da produção animal do país.

Art. 70. As penalidades, a qual se refere o presente Regulamento, serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

Art. 71. As multas referidas no presente Regulamento serão

dobradas nas reincidências e em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando essa medida couber.

§ 1º A ação criminal cabe, não só pela natureza da infração, mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.

§ 2º A ação não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM, que poderá determinar a suspensão da Inspeção Municipal, cassação do Certificado de Registro, ficando o estabelecimento impedido de realizar o seu comércio.

Art. 72. Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma responsável.

Art. 73. O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar a infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representante da firma, ou ainda, por duas testemunhas.

Parágrafo Único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto, será feita declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias do auto de infração ao proprietário da firma responsável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante recibo.

Art. 74. O pagamento da multa poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por oitenta por cento do seu valor, apresentando ao SIM o competente comprovante de recolhimento à repartição arrecadadora municipal.

Parágrafo único. Não ocorrendo o pagamento da multa no prazo estabelecido, seu valor será atualizado à data do pagamento, pelo mesmo número de UFM-PB fixado no art. 69.

Art. 75. Caberá recurso ao Secretário de Pesca e Agricultura contra a imposição de multa que poderá ser interposto no prazo de 15 dias, sem o recolhimento do seu valor.

§ 1º No caso de não provimento do recurso, aplicar-se-á o estabelecido no parágrafo único do art. 74.

§ 2º Se o infrator recolher o valor da multa e apresentar recurso, se julgada improcedente a penalidade, ser-lhe-á devolvida a importância paga, atualizada em UFM-PB ou por índice legal de correção dos débitos fiscais.

Art. 76. Os prazos são contados a partir do dia em que o infrator tenha sido notificado da lavratura do auto de multa.

Art. 77. Julgada procedente a multa sem o devido recolhimento no prazo legal implica na cobrança executiva, mediante a documentação existente, podendo, neste caso ser suspensa a Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 78. São responsáveis pela infração frente às disposições do presente Regulamento, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas;

I - produtores de matéria-prima de qualquer natureza, aplicável à indústria animal, desde a frente de origem, até o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM;

II - proprietários ou arrendatários de estabelecimentos registrados ou relacionados onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados, acondicionados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

III - proprietários, arrendatários ou responsáveis por casas atacadistas ou varejistas que receberem, armazenarem ou venderem produtos de origem animal;

IV - que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

V - que transportarem produtos de origem animal.

Parágrafo Único - A responsabilidade à que se refere o presente Artigo abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que explorem a indústria dos produtos de origem animal.

Art. 79. A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento de exigências que a tenham motivado, marcando-se-lhe, quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo do SIM, ser novamente multado no dobro da multa anterior, ser suspensa a Inspeção Municipal ou cassado o Certificado de Registro do estabelecimento.

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 80. Compete aos servidores do SIM a aplicação das penalidades previstas na Lei Municipal nº 1.733/2009 e neste Decreto, sob a Coordenação do SIM.

Art. 81. O serviço de Inspeção Municipal divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades e conforme o caso fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 82. O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de obter o máximo de eficiência e praticidade na inspeção industrial e sanitária.

Art. 83. O SIM deverá dispor de pessoal técnico em número adequado à realização da inspeção sanitária "ante-mortem" e "post-mortem" e "tecnológica", obedecendo a legislação vigente.

Art. 84. O SIM manterá atualizado dados estatísticos referentes ao abate, industrialização de produtos de origem animal, condenação de animais e outros dados julgados importantes.

Art. 85. Os estabelecimentos inspecionados ficam sujeitos as obrigações e penalidades prescritas neste Regulamento, bem como as advindas da legislação municipal vigente ou futura.

Art. 86. Os valores da taxa de registro e análise será cobrado por classificação dos estabelecimentos devendo ser anexado ao requerimento, mediante o recolhimento dos seguintes valores:

I - estabelecimentos de carnes e derivados - 300 UFM-PB;

II - estabelecimentos de leite e derivados - 200 UFM-PB;

III - estabelecimentos de pescados, derivados e afins - 1500 UFM-PB;

IV - estabelecimentos de ovos e derivados - 100 UFM-PB;

Art. 87. Os valores da tabela dos Atos da Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal ficam estabelecidos pela quantidade de animal abatido e/ou pela quantidade de produtos elaborados.

Art. 88. Pela prestação de serviços de inspeção serão cobrados os seguintes valores:

I - Bovinos: R\$ 6,5 UFRM por animal;

II - Suínos, ovinos, caprinos: R\$ 2,7 UFRM por animal;

III - Aves e coelhos: R\$ 0,17 UFRM por animal;

IV - Pescados: R\$ 71,6 UFRM por tonelada.

Parágrafo Único. As taxas para inspeção de conservas, embutidos, ovos, produtos lácteos, melíferos e demais derivados de produtos de origem animal e outros beneficiamentos serão determinadas, a medida que houver necessidade através de novo ato.

Art. 89. O pagamento dos valores previstos no artigo anterior será quinzenal, sendo recolhido em conta administrada pela Secretaria de Agricultura e Pesca

Art. 90. O não pagamento no prazo legal implicará em uma multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido e sua correção monetária, além de advertência por escrito.

Parágrafo Único. Persistindo o não pagamento 5 (cinco) dias após a advertência por escrito, será suspenso o serviço de inspeção e fiscalização no estabelecimento, ficando o mesmo passível de sofrer as demais penalidades previstas nesse Regulamento.

Art. 91. Os rótulos e carimbos que estejam em desacordo com este regulamento poderão ser utilizados mediante autorização expressa do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 92. São parte integrante deste Decreto, os anexos nos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, IX que tem por objeto a regulamentação de cada ramo de inspeção e as respectivas normas gerais para manipuladores, matérias-primas, equipamentos e instalações para todos os tipos de Produtos de Origem Animal, bem como as normas burocrática para registro e procedimento do Sistema de Inspeção Municipal.

Art. 93. Sempre que possível o SIM deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos e escolas, visando o melhor aprimoramento técnico dos mesmos.

Art. 94. Nos pequenos abatedouros e fábricas de conserva de

pescado, cujo volume de resíduos industrializáveis não justifique a instalação de aparelhagem para a sua transformação, fica a juízo do SIM, permitir o encaminhamento dessa matéria-prima a estabelecimentos dotados de maquinários próprios à finalidade.

Art. 95. É proibida a entrada de pessoas estranhas aos trabalhos no interior do estabelecimento.

Art. 96. Os servidores dos SIM, em serviço de inspeção, têm livre trânsito, em qualquer dia ou hora, a qualquer estabelecimento relacionado no Artigo 3º deste Regulamento.

Art. 97. Nos casos de cancelamento de registro a pedido dos interessados, bem como nos de cassação como penalidade, devem ser inutilizados os carimbos oficiais nos rótulos, e as matrizes entregues à inspeção municipal mediante recibo.

Art. 98. As autoridades civis e militares, com encargos policiais, darão todo apoio, desde que sejam solicitadas, aos servidores da inspeção municipal, ou seus representantes, mediante identificação, quando no exercício do seu cargo.

Art. 99. O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou parte, de acordo com o interesse do Serviço ou por conveniência administrativa, observando-se sempre a preservação do padrão sanitário da matéria-prima e dos respectivos produtos.

Art. 100. Estabelecimentos clandestinos, ou seja, aqueles que se encaixam dentro das especificações do Artigo 3º desse Regulamento, mas, que por qualquer motivo, não estão sob inspeção federal, estadual ou do SIM, também estão sujeitos às penalidades aqui previstas.

Art. 101. É de competência exclusiva de Médico Veterinário a coordenação, a execução e a supervisão das normas contidas neste Regulamento.

Art. 102. As dúvidas de interpretação para aplicação dos dispositivos deste Regulamento serão resolvidas pelo Secretário da Agricultura e Pesca.

Art. 103. Os estabelecimentos abrangidos pela Lei Municipal nº 1.733/2009, e por este Decreto, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para obtenção do certificado de registro.

Art. 104. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do SIM.

Art. 105. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de novembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

ANEXO I

REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PARA LEITE E DERIVADOS

LEITE "IN NATURA"

1 - DA SANIDADE DOS ANIMAIS

Art. 1º Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com finalidade de produzir leite, segundo sua espécie.

Art. 2º O gado leiteiro será mantido sob Controle Sanitário nos estabelecimentos produtores de leite.

Art. 3º O controle a que se refere o artigo anterior será exercido por Médico Veterinário credenciado pelo SIM.

Art. 4º Só se permite o aproveitamento do leite de vaca, de cabra, de ovelha e de outras espécies, quando:

I - as fêmeas se apresentam clinicamente sãs em bom estado de nutrição;

II - não estejam no período final de gestação, nem na fase colostrai;

III - não reajam à prova de tuberculose (tuberculina) nem apresentem reação positiva às provas do diagnóstico da brucelose, obedecidos os dispositivos da legislação em vigor.

§ 1º - Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e toda a qualidade a que tenha sido misturado. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

§ 2º - Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose serão sumariamente afastados da produção leiteira, incorrendo nas penas de lei, as pessoas físicas ou jurídicas e servidores ou não, que deixarem de dar cumprimento, ou embarçarem os trabalhos.

Art. 5º É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição, substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento na produção láctea com prejuízo da saúde do animal e humana.

Art. 6º É obrigatório o afastamento da produção leiteira, as fêmeas que:

I - se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;
II - sejam suspeitas ou atacadas de doenças infecto-contagiosas;
III - se apresentem febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária;

IV. estejam recebendo tratamento quimioterápico, com drogas cuja excreção seja possível pelo leite e que possam provocar danos a saúde ou prejuízos tecnológicos.

Parágrafo único - O animal afastado da produção só pode voltar à ordenha após exame procedido por veterinário credenciado.

Art. 7º São obrigatórias as provas biológicas para diagnósticos de tuberculose e brucelose, praticadas tantas vezes quantas necessárias nos estabelecimentos de produção de leite tipo A e B, e a juízo da inspeção naquelas que produzem outros tipos de leite.

Art. 8º Será interdita a propriedade rural, a que se refere para efeito de aproveitamento do leite destinado à alimentação humana, quando se verifique surto de doenças infecto-contagiosas que justifique a medida.

§ 1º Durante a interdição da propriedade, poderá o leite ser empregado na alimentação de animais, depois de submetido à fervura.

§ 2º A suspensão da interdição será determinada pelo SIM ou por órgão estadual de Defesa Sanitária Animal, depois do restabelecimento completo do gado.

2 - DA ORDENHA

Art. 9º A ordenha deverá ser feita com regularidade e diariamente, conforme o registro de duas ou três ordenhas por dia.

§ 1º - A ordenha deve ser feita observando-se:

I - horário que permita a entrada de leite no estabelecimento de destino, dentro dos prazos previstos neste regulamento;

II - vacas limpas, descansadas, com úberes lavados e enxugados e a cauda presa;

III - ordenhador asseado, com mãos e braços lavados e unhas cortadas, de roupas/macacão e gorro limpos e de uso exclusivo para esta finalidade;

IV - rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo a ordenha total e ininterrupta com esgotamento das 04 (quatro) tetas.

§ 2º - É permitido a ordenha mecânica, e em tal caso é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenha-deira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

§ 3º - Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes previamente higienizados.

Art. 10. Para o leite tipo A, B e INTEGRAL a ordenha deve ser feita em salas ou dependências apropriadas.

§ 1º - No caso de leite B e INTEGRAL, permite-se a ordenha no estábulo, desde que esta seja mecânica.

§ 2º - Para o leite tipo A, é obrigatória a ordenha mecânica, a pré-filtragem e o beneficiamento até o tanque de depósito em circuito fechado.

§ 3º - Para os demais tipos de leite a ordenha pode ser feita no próprio estábulo ou em instalações simples, porém higiênicas, de acordo com que se estabelece o presente regulamento.

3 - DOS VASILHAMES

Art. 11. Logo após a ordenha o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado através da tela apropriada convenientemente limpa no próprio estabelecimento, momento antes do uso.

Art. 12. O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água fria corrente ou preferentemente quando houver condições, a menos de 10°C (dez graus centígrados).

Art. 13. Todo vasilhame empregado no condicionamento de leite, na ordenha, na coleta ou para mantê-lo em depósito deve atender o seguinte:

I - ser de material com perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilita sua lavagem e esterilização, não devendo possuir, na parte interna ranhuras ou soldas que não permitam a boa higienização ou acumulem resíduos;

II - estar convenientemente limpo no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilizado;

III - Possuir tampa de modo a evitar vazamento ou contaminação;

IV - Ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podem ser utilizado no acondicionamento de soro ou de leite impróprio para o consumo;

V - Trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta, ou outro sistema devidamente aprovado;

VI - No caso do leite tipo B, deverá ainda possuir na altura das alças dos latões, uma faixa pintada na cor verde.

Art. 14. O Vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira dos raios solares e das chuvas.

4 - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 15. São leites de consumo "in-natura": o integral, o padronizado, o magro e o desnatado, que devem ser devidamente identificados.

Parágrafo único - É proibido, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite destinado ao consumo.

Art. 16. É permitida a produção e venda dos seguintes tipos de leite de consumo em espécie:

I - leite tipo A ou granja;

II - leite tipo B ou estábulo;

III - leite tipo C padronizado;

IV - leite tipo C integral;

V - leite magro;

VI - leite desnatado;

VII - leite esterilizado;

VIII - leite reconstituído.

5 - DO BENEFICIAMENTO

Art. 17. Entende-se por beneficiamento de leite, seu tratamento desde a seleção, por ocasião da entrada em qualquer estabelecimento até o acondicionamento final, compreendendo as seguintes operações obrigatórias: filtração, pasteurização, refrigeração, acondicionamento e outras práticas tecnicamente aceitáveis.

§ 1º - É proibido misturar o leite sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificada para fins de análise.

§ 2º - É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 18. Entende-se por filtração a retirada por processo mecânico das impurezas do leite mediante centrifugação ou passagem em material filtrante próprio.

Art. 19. Entende-se por pasteurização o emprego conveniente do calor seguido de resfriamento, com o fim de destruir totalmente a flora microbiana patogênica sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades organolépticas normais.

§ 1º - Permite-se os seguintes processos de pasteurização:

I - pasteurização lenta - consiste no aquecimento do leite entre 62º C (sessenta e dois graus centígrados) e 65º C (sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-o sob agitação lenta em aparelhagem apropriada seguido de rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) a 5º C (cinco graus centígrados);

II - pasteurização rápida ou de curta duração - consiste no aquecimento do leite em camada laminar a uma temperatura entre 72ºC (setenta e dois graus centígrados) a 75ºC (setenta e cinco graus centígrados) por 15 (quinze) a 20 (vinte) segundos, seguido de um rápido resfriamento a uma temperatura entre 2ºC (dois graus centígrados) e 5ºC (cinco graus centígrados). Este processo será realizado em aparelhagem própria que atenda às especificações técnicas exigidas.

§ 2º - Logo após a pasteurização o leite deve ser distribuído envasado ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica a 5ºC (cinco graus centígrados) no máximo.

§ 3º - Para leite de consumo (leite pasteurizado e envasado), os pasteurizadores deverão apresentar-se convenientemente instalados, em perfeito funcionamento, possuir controle de temperatura e apresentar eficiência comprovada por órgão competente aceito pelo SIM.

Art. 20. Entende-se por refrigeração, a aplicação do frio industrial ao leite cru ou pasteurizado, baixando-se a temperatura a 4ºC ou menos, temperatura esta que inibe o crescimento microbiano.

Parágrafo único - Para diversos tipos de leite são fixados os seguintes limites superiores de temperatura:

I - refrigeração no posto, para ser transportado à usina ou entreposto - usina a 4ºC (quatro graus centígrados);

II - conservação no entreposto - usina antes da pasteurização, em tanques com agitador mecânico 4ºC (quatro graus centígrados);

III - refrigeração após a pasteurização a 5º C (cinco graus centígrados);

IV - conservação envasado, em câmara frigorífica, que deve ser mantida a 5º C (cinco graus centígrados);

V - entrega ao consumo, leite envasado a no máximo 10º C (dez graus centígrados);

VI - entrega ao consumo, leite esterilizado a temperatura ambiente.

Art. 21. Entende-se por congelação a aplicação intensa do frio ao leite, de modo a solidificá-lo periférica e parcialmente.

Parágrafo único: A congelação só pode ser realizada mediante as seguintes condições:

I - ser reconhecida pelo SIM a necessidade de sua aplicação;

II - ser aplicadas apenas ao leite que se destina aos tipos C, magro e desnatado ou de outras espécies animais com comprovação científica de não se alterar o valor alimentício e suas propriedades ou por fim industriais;

III - estar o leite devidamente filtrado, pré-aquecido ou não e refrigerado a 5ºC (cinco graus centígrados);

IV - A temperatura de congelação deve ser de -8ºC (oito graus centígrados negativos);

V - de mais situações a critério do SIM.

Art. 22. Entende-se por envasamento, a operação pela qual é embalado higienicamente, de modo a evitar a contaminação, facilitar sua distribuição e excluir a possibilidade de fraude.

§ 1º - O envasamento só pode ser realizado em propriedades leiteiras, estábulos, usinas de beneficiamento de leite, entrepostos-usinas e ainda nos casos previstos neste regulamento.

§ 2º - O envase do leite deverá ser feito mecanicamente em embalagens invioláveis de material estéril e eficiente de acordo com as normas deste regulamento, obedecido os critérios para cada tipo de leite.

Art. 23. Para estabelecimentos que beneficiem o leite "in natura" e que não comportem a instalação de equipamentos automáticos e/ou semi-automáticos poderá ser permitido a juízo do SIM, o seu envase manual.

Parágrafo único: Quando o envase do leite for manual, os fechos, tampos ou lacres e/ou a impressão dos rótulos seguirão a mesma

padronização determinada para o leite envasado mecanicamente.

6 - DA ROTULAGEM

Art. 24. A impressão dos rótulos nas embalagens do leite "in natura" deve seguir a seguinte padronização:

I - ter a inscrição do "tipo" de fácil visualização;

II - ser impresso na cor;

"azul" para o leite tipo A

"verde" para o leite tipo B

"cinza" para o leite tipo C

"vermelho" para o leite magro

"amarelo" para leite desnatado

"marrom" para o reconstituído

"laranja" (tijolo) para o leite tipo C integral

7 - DO TRANSPORTE AO CONSUMO

Art. 25. O transporte do leite envasado deve ser feito em veículos higiênicos e adequados, que permitem sua entrega ao consumo com temperatura máxima de 10º C (dez graus centígrados).

8-QUEIJOS

Art. 26. Entende-se por "queijo", o produto obtido do leite integral padronizado, magro ou desnatado, pasteurizado, coagulado, natural ou artificialmente, adicionado ou não de substâncias permitidas na legislação vigente e submetido às manipulações necessárias para a formação de características próprias.

Art. 27. Para fins de padronização os queijos devem ser classificados em 3(três) categorias tendo por base:

a) consistência;

b) porcentagem de gordura no extrato seco total;

c) qualidade e processo de fabricação.

Art. 28. Quanto a consistência, os queijos podem ser classificados em moles, semiduros e duros.

§ 1º - Os queijos moles e semiduros, podem ser:

I - "frescos" quando não sofrem processo de cura, inclusive os de massa filada;

II - "maturados" quando forem submetidos a processos de cura, segundo a técnica própria do tipo.

§ 2º - Só é permitida a fabricação de queijos frescos a partir do leite pasteurizado.

Art. 29. Quanto a porcentagem de gordura no extrato seco total, os queijos se classificam em:

I - gordo: quando alcança no mínimo 40% (quarenta por cento);

II - meio gordo: quando esta porcentagem é superior a 25%(vinte cinco por cento);

III - magro: quando esta porcentagem é igual ou superior a 15%(quinze por cento);

IV - desnatado: quando esta porcentagem não atinge 15% (quinze por cento).

Art. 30. A classificação quanto a qualidade e processo de fabricação, e a nomenclatura de acordo com a consistência, para efeito de padronização dos queijos, obedecerão aos critérios estabelecidos em normas oficiais.

Art. 31. A classificação dos queijos será realizada pelas indústrias, nos próprios estabelecimentos, pelo SIM.

Art. 32. É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite de 0,05 g (cinco centésimo de gramas) por cento de leite, de cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de mofo próprios, bem como de especiarias e de substâncias vegetais inócuas, que tenham sido aprovadas pela legislação vigente.

§ 1º - Os sais e suas soluções devem estar devidamente esterilizados ao serem aplicados ao leite

§ 2º - Todos os preparados químicos expostos à venda para fabricação de queijo de procedência nacional ou estrangeira, só podem ser aplicados na indústria queijeira depois de aprovados pela legislação vigente.

Art. 33. São corantes permitidos, além de outros aprovados pela legislação vigente:

I - urucum (Bixa orellana) e cúrcuma (cúrcuma longa L.) para

massa;

II - Carmin (coccus cacti L.) em solução amoniacal, tornassol e nova cocchina e outras para crosta.

Art. 34. As águas utilizadas na fabricação nos diversos tipos de queijos devem atender os padrões de potabilidade.

Art. 35. As instalações equipamentos e utensílios utilizados nas diversas etapas ou elaboração dos queijos devem ser de materiais higiênicos e apropriados para a finalidade.

Art. 36. Os queijos frescos devem ser mantidos e estocados a uma temperatura máxima de 5°C (cinco graus centígrados).

Art. 37. Os queijos duros, já maturados, devem ser estocados e mantidos a uma temperatura não superior a 15°C (quinze graus centígrados).

Art. 38. Os queijos devem ser embalados em materiais apropriados, higiênicos e impermeáveis.

Parágrafo único - Os queijos que apresentem a crosta plenamente revestida podem ser comercializados sem embalagens desde que devidamente rotulados.

Art. 39. Todos os queijos independentemente do tipo, devem ser identificados através do rótulo com todas as informações exigidas na legislação vigente.

§ 1º - Para os queijos que utilizam embalagem, a rotulagem pode ser impressa na própria embalagem.

§ 2º - Para os queijos que possuam crosta, a identificação pode ser feita através do rótulo fixado diretamente no produto.

Art. 40. Considera-se "data de fabricação" dos queijos "frescos", "fundidos" e "requeijões" o dia de sua elaboração; para "queijos maturados" o dia do término da maturação.

Art. 41. Os queijos, de um modo geral, serão transportados em veículos isotérmicos e/ou frigoríficos quando for o caso, acondicionados em recipiente que ofereçam proteção contra deformação e contaminação do produto.

Art. 42. É considerado impróprio para o consumo o queijo que:

I - contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas à saúde;

II - apresente, disseminados na massa e na crosta, parasitas, detritos ou sujidade;

III - esteja contaminado por germes patogênicos;

IV - apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer natureza que torne desagradável;

V - contenha substâncias não aprovadas pela legislação vigente.

Art. 43. Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos constarem marcas dizes, desenhos ou outras informações que possam induzir o consumidor a uma falsa indicação de origem e qualidade.

Art. 44. O queijo é considerado falsificado quando:

I - apresentar substâncias estranhas a sua composição normal, mesmo de valor alimentício;

II - as características próprias do tipo constantes do rótulo e sua composição química não correspondam aos exigidos para o padrão respectivo.

Art. 45. Os queijos defeituosos são considerados impróprios para consumo, podem ser aproveitados condicionalmente a juízo do SIM.

Parágrafo único - Considera-se aproveitamento condicional a filagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa filada e a fusão de queijos maturados para o preparo de queijo fundido.

Art. 46. Os queijos impróprios para o consumo podem ser aproveitados no preparo de alimentos para animais, depois de convenientemente tratados, de acordo com instrução da Inspeção Municipal.

ANEXO II

Regulamento de Inspeção Sanitária e Industrial de Aves e Coelhos

AVES E COELHOS

1. - MATANÇA NORMAL

Art. 1º O processo de matança deve ser: insensibilização, seguindo

de imediata sangria, a critério do SIM.

Parágrafo único: A insensibilização não deve promover, em nenhuma hipótese, a morte dos animais, e deve ser seguida de sangria no prazo máximo de 12 segundos, a critério do SIM.

Art. 2º A sangria será realizada em instalação própria e exclusiva voltada para a plataforma de recepção, totalmente impermeabilizada em suas paredes e teto.

§ 1º - A sangria poderá ser feita por qualquer dos seguintes processos:

I - incisão das jugulares, através da boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenagem a seco;

II - incisão das jugulares, externamente;

III - Provocando-se uma ferida de sangria de cada lado do pescoço, pela inserção de instrumento perfurocortante nessa região.

§ 2º - O emprego de qualquer outro processo de matança depende da autorização do SIM.

Art. 3º A sangria deve ser completa e realizada com o animal suspenso, com o tempo de sangria mínimo de 3 minutos.

Parágrafo único: Nenhuma operação pode ser iniciada antes que o sangue se tenha escoado ao máximo possível.

Art. 4º O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada, denominada "calha de sangria". O fundo ou piso da calha deverá apresentar declividade acentuada em direção aos pontos coletores, onde serão instalados 2 (dois) ralos de drenagem: 1 (um) destinado ao sangue ou recipiente para coleta (balde) e outro à água de lavagem.

Art. 5º A partir da sangria, todas as operações deverão ser realizadas continuamente, não sendo permitido o retardamento ou acúmulo de animais em nenhuma de suas fases, até as entradas das carcaças nas câmaras frigoríficas.

Art. 6º A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo ajustados às características das aves em processamento (frango, galinha, galo, peru e etc.), não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

§ 1º - As aves poderão ser escaldadas pelos seguintes processos:

I - pulverização de água quente e vapor de uma temperatura entre 50 a 60º C;

II - imerso em tanque com água aquecida a uma temperatura entre 50 a 60º C;

III - outro processo aprovado previamente pelo SIM.

§ 2º - Deverá ser previsto equipamento adequado e/ou área destinada a escaldagem de pés e cabeças e retirada da cutícula dos pés, quando se destinarem a fins comestíveis.

Art. 7º A depenagem deverá ser executada em tempo adequado a velocidade de matança sendo proibido o seu retardamento.

§ 1º - As aves podem ser depenadas a seco ou logo após escaldagem, ou por outros processos que possam vir a ser autorizados pelo SIM.

§ 2º - Não será permitido o acúmulo de penas no piso, devendo para tanto haver uma canaleta para o transporte contínuo das mesmas, ou serem recolhidas em caixas apropriadas e retiradas periodicamente para fora das dependências.

Art. 8º A esfolagem dos coelhos deve ser realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores.

Parágrafo único. Permite-se a insuflação de coelhos a fim de facilitar a esfolagem, devendo-se utilizar o ar convenientemente filtrado, após ser autorizado pelo SIM.

Art. 9º A evisceração deverá ser realizada sob as vistas do (s) funcionário (s) da inspeção oficial e compreende desde a operação de corte da pele do pescoço até a toaleta final das carcaças.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração.

Art. 10. Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão dotados de água sob adequada pressão, clorada ou hipoclorada, com jatos orientados no sentido de que toda carcaça seja lavada, inclusive os pés. Esses chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração.

Art. 11. A evisceração poderá ser feita nas mesas de material inoxidável, com chuveiro para lavagem interna da carcaça, próximo ao inspetor, ou realizada com os animais suspensos pelos pés em ganchos de material apropriados, presos a trilhagem aérea mecanizada ou não, sob o qual deverá ser instalada uma calha de material impermeável, não corrosível, de superfície lisa e de fácil higienização, de modo que as vísceras não comestíveis sejam captadas e carregadas para os coletores, ou conduzidas diretamente para seção de não comestíveis (graxaria).

Art. 12. Todas as operações que compõem a evisceração e ainda "inspeção de linha", deverão ser executadas ao longo desta calha, cujo complemento deverá atender a normal execução do trabalho que nela se desenvolvem, a saber:

I - corte da pele do pescoço e traquéia;

II - extração de cloaca;

III - abertura do abdômen;

IV - eventração (exposição das vísceras);

V - inspeção;

VI - retirada das vísceras;

VII - extração dos pulmões;

VIII - "toilete" (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);

IX - lavagem final (externa e internamente).

Parágrafo único: Não será permitida a retirada dos órgãos e/ou partes da carcaça antes que seja realizada a inspeção "post-mortem".

Art. 13. As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de sub produtos não comestíveis (graxaria). As comestíveis serão depositadas em recipientes de aço inoxidável, material plástico ou similar, contendo água gelada ou preferencialmente gelo, após previamente preparadas e lavadas.

Art. 14. Os pés e pescoço, com ou sem cabeça, quando retirados da linha de evisceração ou à entrada de tanques de pré-resfriados, deveram ser recolhidos em recipientes apropriados, contendo água gelada ou gelo, para pré-resfriamento.

Parágrafo único. Em matadouros de coelhos, as cabeças depois de tiradas são destinadas a dependências apropriadas para extração do cérebro, quando houver aproveitamento deste.

Art. 15. As Moelas deverão ser obrigatoriamente abertas, a fim de permitir perfeita lavagem interna e remoção da membrana visceral. Essas operações serão realizadas fora da calha de evisceração ou quando muito, num apêndice da mesma.

Art. 16. A gordura, cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins cosméticos quando retirado durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

2 - INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

Art. 17. É efetuada rotineiramente nos animais abatidos, através de exame visual macroscópico de carcaças e vísceras e conforme o caso, palpação e cortes.

Art. 18. Os locais ou pontos da seção de matança onde se realizam esses exames são denominados LINHAS DE INSPEÇÃO e deve se localizar ao longo da calha de evisceração e dispor de condições de iluminação adequada.

Art. 19. Somente após o término da inspeção "post-mortem" haverá retirada e/ou processamento da cabeça e/ou partes e miúdos.

Art. 20. Permite-se a instalação de outros pontos da inspeção das carcaças fora da calha de evisceração.

Parágrafo único. Neste caso, deverá existir sistema de identificação dos animais que apresentarem problema de ordem sanitária e que necessitem de exames complementares a serem realizados na seção de inspeção final ou que, conforme o caso, poderá ser realizado imediatamente na linha de abate.

Art. 21. A inspeção de linha é realizada por pessoal auxiliar treinado especialmente para tal função, mas o juízo final sobre a comestibilidade das carnes e vísceras cabe única e exclusivamente ao Médico Veterinário Oficial.

Art. 22. Os exames realizados na linha de inspeção procedidos por uma fase dita preparatória, que tem por finalidade apresentar à inspeção, carcaças e vísceras em condições de serem eficientemente examinadas, facilitando a visualização interna e externa e, ainda, de preservar, sob os pontos de vista higiênicos, as porções comestíveis.

Art. 23. A inspeção "post-mortem" dos animais se realiza em três etapas, a saber:

I - Exame interno:

a) realiza-se através da visualização da cavidade torácica e abdominal (pulmões, sacos aéreos, rins, órgãos sexuais).

II - exame de vísceras:

a) visa o exame do coração, fígado, moela, baço, intestinos, ovários e ovidutos nas poedeiras;

b) realiza-se através da visualização, palpação, conforme o caso, verificação de odores e ainda incisão;

c) nos exames dos órgãos verifica-se se o aspecto (cor, forma, tamanho), a consistência e em certas ocasiões, o odor.

III - Exame externo:

a) realiza-se através da visualização das superfícies externas (pele, articulações, etc.). Nesta linha efetua-se a remoção de contusões, membros fraturados, abscessos superficiais e localizados, calosidade, etc.

Art. 24. Todas as aves que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Tifo Aviário, Cólera, Varíola, Pulrose, Paratifose, Leucoses, Pestes e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenados.

Art. 25. Todos os coelhos que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Pasteurelose, Píemia, Pseudo-Tuberculose, Caquexia, Mixomatose, Pneumonia, Tuberculose, Salmonelose, Necrobacilose, Linfadenite, Hepatite, má sangria, aspecto repugnante, contaminação (fezes), devem ser condenados.

Art. 26. Enfermidades tais como: Coccidiose, Entero-hepatite, Esperiquetose, Coriza infecciosa, Epitelioma contagioso, Laringotraqueite, Aspergilose, doença crônica respiratória, determinam rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza profunda.

Art. 27. Os animais caquéticos devem ser rejeitados, sejam quais forem as causas que estejam ligadas ao processo de desnutrição.

Art. 28. Em coelhos, a contaminação, abscessos, fraturas, contusões, nefrite, nefrose, cirrose, provocam condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 29. As endo e ecto-parasitoses, quando não acompanhadas de magreza, determinam a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 30. Os abscessos e lesões supuradas ou de caráter septicêmico, ocasionarão rejeição total.

Art. 31. A presença de neoplasias acarretará rejeição total exceto no caso de melanomas, que determinará a retirada da parte lesada.

Art. 32. Quando os animais forem submetidos à ação de frio industrial a Inspeção Municipal controlará cuidadosamente o estado, tempo de permanência e funcionamento das câmaras a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rancificação. Parágrafo único. Após serem submetidas ao frio industrial, as carcaças deverão ter atingido no máximo, 7º C nas massas musculares mais espessas (conforme exigido pelo MAPA).

ANEXO III

Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária para Estabelecimentos de Derivados Carneos

DERIVADOS CÁRNEOS

Art. 1º Entende-se por Indústria de carnes e derivados, os estabelecimentos destinados à transformação da carne e derivados para a elaboração de produtos de origem animal destinados ao

consumo humano ou animal, adicionados ou não com substâncias aprovadas para tal fim pelo órgão competente.

1 - REGISTRO DE INSPEÇÃO

Art. 2º Todas as Indústrias de carnes e derivados somente poderão funcionar se estiverem devidamente registradas no SIM, bem como os rótulos e embalagens utilizadas nos produtos.

Art. 3º - Todos os estabelecimentos a que se refere este regulamento, deverão receber inspeção sanitária de forma rotineira e em caráter emergencial (sempre que se fizer necessário).

Art. 4º Todos os produtos das Indústrias de carnes e derivados deverão ser registrados no SIM. As formulações dos produtos devem obedecer às legislações vigentes.

Art. 5º Somente serão registrados produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos que sejam previamente registrados no órgão competente, para fiscalização de sua atividade.

2 - MATÉRIA-PRIMA

Art. 6º As matérias-primas a serem utilizadas pelas indústrias de carnes e derivados deverão ser oriundas de estabelecimentos com Inspeção sanitária oficial.

Art. 7º Só poderão ser adicionados aos produtos cárneos, os aditivos, coadjuvantes ou outras substâncias permitidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Os aditivos coadjuvantes utilizados na tecnologia de produção deverão possuir registro no órgão competente e formulados até as proporções máximas permitidas pela legislação vigente.

Art. 8º No preparo de embutidos não submetidos ao cozimento é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculado sobre o total dos componentes, com a finalidade de facilitar a trituração e a homogeneização da massa.

§ 1º - No caso de embutidos cozidos (salsichas tipo Viena e outras) a porcentagem da água ou gelo não deve ultrapassar 10% (dez por cento).

§ 2º - Só é permitido o emprego de gelo quando produzido com água potável.

Art. 9º É permitida a adição de fécula ou amido na fabricação de embutidos, a fim de dar melhor liga a massa, nas seguintes proporções máximas:

I - Em salsichas até 2% (dois por cento)

II - Em pasta até 10% (dez por cento)

III - Em outros embutidos até 5%(cinco por cento),\“com exceção dos embutidos frescos\”.

Art. 10. As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas, conservadas salgadas se não forem imediatamente utilizadas e sofrer outra lavagem imediatamente antes do uso, com água clorada ou contendo ácido acético a 1%.

Parágrafo único. É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutido desde que aprovados pelo órgão competente.

Art. 11. O preparo de embutidos de sangue será permitido quando a matéria-prima for colhida isoladamente de cada animal com equipamentos apropriados e recipientes separados, rejeitando-se o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para consumo.

3. - DEPENDÊNCIAS

3.1 - RECEPÇÃO DE CARNE:

Art. 12. Deve ser destinada exclusivamente ao recebimento da matéria-prima a ser industrializada e estar localizada em posições de fácil acesso.

Art. 13. Quando existir trilhagem aérea nesta dependência, bem como na câmara fria, a altura da mesma deverá ser compatível com a matéria-prima recebida (meias carcaças ou quarto de carcaças) de modo a que os cortes fiquem a uma altura mínima de 0,30 m (trinta centímetros) do piso.

3.2 - SALA DE DESOSSA E FABRICAÇÃO:

Art. 14 .Na área de desossa deverá dispor das seguintes características:

I - gancheira, mantendo os cortes a 0,30 m (trinta centímetros) do chão e a 0,60 m (sessenta centímetros) das paredes;

II - água quente e fria em abundância para higienização dos equipamentos e dependências, bem como esterilização para os utensílios usados na desossa;

III - pia para lavagem de utensílios e higiene de manipuladores, com toalhas descartáveis;

IV - recipiente ou dependência apropriados para coleta de ossos.

Art. 15. Na área de fabricação deve dispor de superfície mínima que abrigue os equipamentos e materiais necessários, além dos equipamentos e utensílios adequados às operações, e a sala de manipulação deverá possuir lavatório e água corrente, escovas para as unhas e toalha de papel.

3.3 - SALA DE DEFUMAÇÃO

Art. 16. As paredes poderão ser de alvenaria rebocada ou de outro material impermeável e de fácil limpeza.

3.4 - SEÇÃO DE VAREJO

Art. 17. Quando o estabelecimento possuir dependências para o varejo, estas devem estar localizadas de forma a facilitar o atendimento público e que não possibilite o livre acesso ao interior da seção industrial.

4 - TRANSPORTE DE PRODUTOS

Art. 18. O transporte de produtos acabados deve ser feito de forma adequada e em veículos apropriados para tal fim, conforme regulamento do SIM.

5 - CONTROLE DE QUALIDADE

Art. 19. É recomendável que cada estabelecimento ou empresa, mantenha o controle de qualidade de suas operações e produtos, mediante a realização da análise de perigos e pontos críticos de controle, assegurando a inocuidade dos alimentos por ela produzidos, além dos exames de rotina efetuados pelos órgãos de fiscalização.

ANEXO IV

Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária para Estabelecimentos de Abate De Bovídeos, Suídeos, Eqüídeos, Ovinos E Caprinos Bovídeos, Suídeos, Eqüídeos, Ovinos E Caprinos

Art. 1º Permitir o sacrifício dos animais somente após a insensibilização, seguida de imediata sangria. O espaço de tempo para a sangria nunca deve ser inferior a 3 (três) minutos e esta deve ser sempre realizada com os animais suspensos por no mínimo um dos membros posteriores. A esfolação só poderá ser iniciada após o término da operação de sangria.

Parágrafo único . É obrigatória a maturação das carcaças, em resfriamento, após o abate.

Art. 2º Em suínos, depilar e raspar, logo após o escaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, providenciando também a lavagem da carcaça antes da evisceração. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente, a ser autorizado pelo SIM.

Art. 3º Eviscerar a carcaça e proceder a colocação das vísceras passíveis de inspeção sobre uma mesa impermeável, preferencialmente inoxidável, à disposição do inspetor sanitário, que realizará a inspeção “Post-Mortem”, com identificação destas com a carcaça e cabeça respectivas.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração, e para tanto não devem ficar animais suspensos, nos intervalos de trabalho, sendo que o tempo máximo de intervalo, entre a sangria e a evisceração deve ser de 30 minutos para animais de

grande porte e 20 minutos para animais de porte menor.

Art. 4º Executar os trabalhos de evisceração com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças, provocada por operações imperfeitas, devendo o Serviço de Inspeção Sanitária, em casos de contaminação por fezes, conteúdo ruminal, abscessos e/ou quaisquer outros resíduos contaminantes, aplicar as medidas higiênicas preconizadas.

INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM" E "POST-MORTEM" E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Art. 5º Com relação a Inspeção \“ Ante-Mortem\”, cumprir no que couber o disposto nos artigos 106 a 109 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA) aprovado pelo Decreto nº 30.691/52 de 29.03.52, alterado pelo decreto nº 1.255, de 25.06.62.

Art. 6º Cumprir no que se refere à Inspeção \“Post-Mortem\” o disposto nos artigos 147 a 226 do retrorreferido regulamento.

Art. 7º Cumprir no que se refere à Matança de Emergência, o disposto nos artigos 130 a 134 do RIISPOA.

Art. 8º Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras previstas nos artigos 5º, 6º e 7º, deste anexo, as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas nos casos em que houver condições para tal.

ANEXO V

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Peixes e Afins

PEIXES E AFINS

Art. 1º A denominação genérica “Peixe” compreende todos os peixes de água doce e salgada.

Art. 2º A denominação genérica \“Afins\” compreende a todos os animais aquáticos de sangue frio como rãs, escargot, camarão, mexilhão, siri, ostra e etc.

Art. 3º O peixe em natureza pode ser:

I - fresco;

II - resfriado;

III - congelado.

§ 1º - Entende-se por “fresco”, o peixe dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

§ 2º - Entende-se por “resfriado”, o peixe devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5°C (cinco décimos de grau centígrado negativo) a -2°C (dois graus negativos).

§ 3º - Entende-se por “congelado”, o peixe tratado por processo adequado de congelamento, em temperatura compatível a este processo, a critério do SIM.

§ 4º - O peixe “fresco” e “resfriado” deverá ser transportado de permeio a gelo em quantidade suficiente, a critério do SIM.

Art. 4º Depois de submetido à congelação, o peixe deve ser mantido sob frio a -15°C (quinze graus centígrados negativo).

Parágrafo único - O peixe uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas.

Art. 5º A juízo do SIM, poderá ser obrigatória a evisceração do peixe e afins, qualquer que seja a forma de sua apresentação no consumo.

Art. 6º O peixe fresco, próprio para consumo, deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

I - superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

II - olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

III - guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural, próprio e suave;

IV - ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

V - escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

VI - carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

VII - vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas,

VIII - ânus fechado.

Art. 7º Os peixes de água doce, também poderão ser comercializados, filetados, desde que conservados e acondicionados em embalagens apropriadas, trazendo a identificação completa.

Art. 8º Os estabelecimentos de Pescados, Derivados e Afins, devem satisfazer as seguintes condições:

I - Nos estabelecimentos que recebam, manipulem e comercializem pescado e afins, resfriado e congelado e/ou se dediquem à industrialização para consumo humano, sob qualquer forma:

a) dispor de dependências, instalações e equipamentos para recepção, seleção, inspeção, industrialização, armazenagem e expedição do pescado e afins, compatíveis com suas finalidades;

b) dispor de mesas e cubas (pias) de aço inoxidável ou mármore, assim como utensílios de fácil higienização, como superfícies de corte em PVC e facas e bacias de materiais aprovados pelo SIM;

c) dispor de tanque de armazenagem, provido de água, para depósito de peixes e afins vivos, enquanto não é realizado o seu abate;

d) dispor de equipamento adequado à lavagem e à higienização de caixas, recipientes, bandejas e outros utensílios usados para o acondicionamento, depósito de pescado, afins e seus subprodutos;

e) dispor, nos estabelecimentos que elaboram produtos congelados, de instalações frigoríficas independentes para congelamento e estocagem do produto final;

f) dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender suficientemente às necessidades de trabalho do estabelecimento e das dependências sanitárias. Quando for o caso dispor de instalações para tratamento de água;

g) dispor de equipamentos de fabricação de gelo, ou adquirir o mesmo de empresas passíveis de fiscalização por parte dos órgãos públicos.

ANEXO VI

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Ovos e Derivados

OVOS E DERIVADOS

1 - DISPOSIÇÕES E PRELIMINARES

Art. 1º Pela simples designação “OVOS” entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedem.

Art. 2º Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

2 - REGISTRO

Art. 3º Estão obrigados a registro junto ao SIM os estabelecimentos produtores e as empresas (cooperativas, associações e entrepostos), que se enquadrem em um dos seguintes casos:

I - estabelecimentos produtores que possuem os processos de classificação e embalagem próprios e façam a entrega do produto diretamente ao comércio e a indústria;

II - estabelecimentos produtores que fazem a entrega do produto diretamente ao comércio ou à indústria em embalagens próprias ou não, mas não possuem o processo de classificação;

III - estabelecimentos que apenas prestam serviços de classificação aos produtores;

IV - estabelecimentos que recebem o produto das granjas e

realizam a classificação, embalagem e comercialização.

3 - INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º Os ovos para consumo devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares, denominados de entrepostos.

Parágrafo único. A produção de ovos destinada ao entreposto deverá ser oriunda apenas de granjas avícolas situadas no município de Içara.

Art. 5º Tratando-se de granjas comprovadamente sob controle sanitário, o SIM poderá permitir a inspeção e classificação de ovos na própria granja, desde que exista local apropriado para esse fim. Este local deve ser coberto; com paredes lisas e impermeáveis; com equipamentos necessários para a limpeza e manipulação dos ovos; com boa ventilação e, protegidos contra insetos e roedores.

Art. 6º A Inspeção Municipal adotará de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a ser possível o reconhecimento da procedência, logo após a conclusão dos trabalhos de classificação.

Art. 7º Os ovos destinados ao comércio municipal serão classificados obedecendo a critérios de normatização oficial.

§ 1º - Os ovos classificados somente poderão sair dos entrepostos ou granjas, identificados com rótulos com carimbo de inspeção, mencionando sua quantidade, classificação, origem e prazo de validade, além de outros dizeres de rotulagem obrigatórios, sendo aplicados por embalagem comercializada (bandejas, caixas, etc.), sendo que estas não podem ser fracionadas;

§ 2º - Os ovos comercializados, serão providos apenas de granjas livres de salmonelose.

Art. 8º A Administração dos entrepostos comunicará obrigatoriamente aos fornecedores ou proprietários dos ovos, a classificação obtida pelas partidas que remeterem ou fizerem examinar no estabelecimento.

Art. 9º Os ovos enquadrados em uma classificação não podem ser vendidos em mistura com os de outra.

Art. 10. A inspeção de ovos indicará sobre as seguintes características:

I - a embalagem utilizada para ovos deverá ser de primeiro uso;
II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto.

Art. 11. Os ovos serão reinspecionados tantas vezes quanto o SIM julgar necessário.

Art. 12. É permitido conservar ovos pelo frio industrial ou por processos aprovados pelo SIM.

Art. 13. As câmaras, depósitos ou quaisquer veículos, que recebem ovos para comercialização devem estar completamente limpos, livres de quaisquer produtos que, por sua natureza, possam transmitir-lhes odor ou sabor estranhos.

Art. 14 - O ovo conservado pelo frio recebe em sua embalagem um carimbo com a palavra "FRIGORIFICADO". Quando for adotado outro processo de conservação, o SIM determinará o sistema de sua identificação.

Art. 15. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se faça avicultura e nas quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais a saúde humana, não poderão destinar ao consumo sua produção; ficam interditas até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal de que cessou e está livre da zoonose que grassava.

Parágrafo único. Se forem muitos os estabelecimentos que se

encontrem nessas condições, toda a região ficará interdita cabendo às autoridades sanitárias dar conhecimento aos entrepostos e fábricas de conservas de ovos da interdição determinada; os entrepostos e fábricas ficam proibidos de receber ovos dessa região enquanto não houver liberação definitiva.

Art. 16. As conservas ou outros derivados de ovos, terão a sua inspeção, classificação, normas de construção de estabelecimentos e tecnologia de produção, regulamentadas segundo legislação específica.

ANEXO VII

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Mel, Cera de Abelhas e seus Derivados

MEL, CERA DE ABELHA E DERIVADOS

Art. 1º Entende-se por "MEL" o produto natural, elaborado pelas abelhas domésticas com o néctar das flores e por elas acumulados em favos, extraído através de centrifugação.

Art. 2º O mel deverá ser comercializado em embalagens de primeiro uso, devidamente rotulado, ou em favos desde que acondicionado em papel impermeável, de preferência celofane ou outro similar atóxico e devidamente identificado com rotulagem.

Art. 3º O mel somente poderá ser comercializado se atender as especificações vigentes, quanto a sua qualidade.

Art. 4º A cera de abelhas e derivados do mel, poderão ser comercializados desde que atendam as exigências quanto a sua qualidade, obedecendo rigorosa higiene, elaborado, manipulado e embalado em local adequado com materiais próprios.

ANEXO VIII

Normas Gerais para Manipuladores, Matérias-Primas, Equipamentos e Instalações para todos os tipos de Alimento de Origem Animal.

1 - MANIPULADORES

- Asseio corporal;
- mão limpas, unhas curtas, sem esmalte;
- sem adornos nos dedos, pulsos ou outras partes (piercing no nariz, testa etc.);
- uniforme de trabalho completo;
- uniforme de tonalidade branca ou de cor clara;
- uniforme em bom estado e limpo;
- lavagem cuidadosa das mãos antes de manejar alimentos;
- lavagem cuidadosa das mãos depois de usar sanitário;
- não espirrar sobre alimentos;
- não falar ou tossir sobre os alimentos;
- não cuspir;
- não fumar;
- não manipular dinheiro;
- não executar durante o trabalho qualquer outro ato físico que possa contaminar os alimentos;
- ausência de afecções cutâneas, feridas, supurações;
- ausência de sintomas de afecções respiratórias (tosse).

2 - ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

- Com características organolépticas normais;
- provenientes de estabelecimentos autorizados;
- com embalagens, rótulos e explicação regulamentados do produto;
- proteção contra o pó, saliva, insetos, roedores, etc;
- perecíveis mantidos a temperatura de congelamento, refrigeração,

ou acima de 70°C (setenta graus centígrados), de acordo com o tipo de produto;

- armazenamento de forma higiênica;
- exposição de forma higiênica;
- conservação de forma higiênica;
- operação manual de forma mínima e higiênica;
- uso de utensílios limpos;
- uso de utensílios em bom estado de conservação;
- eliminação imediata de sobras de alimentos;
- com embalagens intactas, sem amassados, furos ou ferrugem.

3 - MAQUINÁRIOS

- Com modelo e número adequado ao ramo;
- de material liso lavável e impermeável;
- superfície de contato com os alimentos lisa, lavável e impermeável;
- limpas e em bom estado de conservação e funcionamento.

MÓVEIS (estantes, mesas e vitrines):

- Com desenhos que permitam a fácil limpeza;
- superfícies de contato com os alimentos lisas, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado de conservação e limpos;

UTENSÍLIOS:

- Lisos de materiais não contaminantes;
- tamanho e forma que permita uma fácil limpeza;
- refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas, etc., adequados:
- ao ramo;
- aos tipos de alimentos;
- a capacidade de produção;
- a capacidade de expedição;
- superfície lisa, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado:
- de conservação;
- de funcionamento;
- de limpeza.

INSTALAÇÕES PARA A LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS:

- Dotadas de água:
- quente;
- fria;
- com detergentes e desinfetantes;
- panos limpos.

4 - LOCAL

- Ausência de focos de insalubridade;
- ausência de objetos em desuso;
- ausência de animais domésticos;
- ausência de moscas e/ou outros insetos ou roedores;
- acesso direto e independente;
- sem comunicação direta com a habitação.
- dependências:
- em número adequado ao ramo;
- com capacidade adequada ao ramo;
- distribuída de acordo com o ramo;
- pisos de:
- material liso lavável e impermeável;
- fácil limpeza;
- com ralos protegidos da entrada de insetos e roedores;
- em bom estado de conservação;
- limpos;
- pisos com declive de 2% para facilitar a limpeza;
- paredes e revestimentos:
- de tonalidade clara;
- lisos e laváveis;
- limpos;
- forros:

- lisos;
- de tonalidade clara;
- em bom estado;
- limpos;
- portas e janelas perfeitamente ajustadas em seus batentes;
- portas providas de molas para seu fechamento automático;
- janelas com vidros;
- portas e janelas:
- em bom estado;
- limpas e teladas;
- iluminação que permita boa visualização, sem zonas de sombras ou contrastes excessivos;
- fontes luminosas limpas;
- ventilados natural e artificialmente;
- isentos de fungos, bolores, gases, fumaça e condensação de vapores;
- eliminação de fumaças e vapores sem causar danos ou moléstias aos vizinhos;
- equipamentos de ventilação em bom estado de funcionamento;
- água potável ligada a rede pública ou poço profundo suficiente em volume e pressão;
- caixa de água;
- encanamento satisfatório;
- ausência de infiltrações e interconexões;
- presença de fossa ou ligação com rede de esgoto;
- caixa gordura em bom estado de conservação e funcionamento.

5 - ACONDICIONAMENTO DO LIXO

- em recipiente lavável com tampa e devidamente identificado como recipiente para lixo;
- recipiente com fácil transporte;
- em local adequado;
- em número suficiente de acordo com a necessidade;
- destino adequado.

ANEXO IX

Normas Burocrática para Registro e Procedimento do Sistema de Inspeção Municipal

Os interessados na adesão ao SIM deverão iniciar o registro com o encaminhamento de Ofício requerendo a inscrição (modelo sugerido I) ao Secretário Municipal de Agricultura e Pesca. No ato da entrega receberá a lista de documentos necessários para registro (formulário I) e modelo descritivo das instalações (formulário II) elaborado e assinado pelo engenheiro responsável pelo estabelecimento e o memorial econômico sanitário do estabelecimento (formulário III).

Paralelamente o Médico Veterinário do SIM irá preparando o laudo de inspeção prévia do terreno (formulário IV). Ao fim da análise dos documentos as partes assinaram o termo de compromisso (formulário V) onde fica acordado que qualquer alteração na planta da empresa tem que ser previamente aprovada pelo SIM, assim se finaliza o registro da empresa no Sistema de Inspeção Municipal, e a empresa receberá o Certificado de Inspeção que deverá ser fixado em local visível (formulário VI)

Após finalizado o registro, o proprietário ou o responsável técnico da empresa apresenta o memorial descritivo de processo de fabricação, composição e de rotulagem dos seus produtos (formulário VII).

E para o processo de fiscalização, o SIM conta com o termo de advertência (formulário VIII), auto de infração (formulário IX), auto de multa (formulário X) e auto de apreensão (formulário XI).

Modelo sugerido I

Porto Belo(SC), ____ de _____ de 2____.

Senhor Secretário,
 ".....", inscrita no CNPJ/MF Nº.....
, CPF nº ou Inscrição de
 Produtor Rural sob nº, na cidade de Por-
 to Belo, à rua, nº.....
, bairro....., CEP:.....,
 fone nº (.....)..... repre-
 sentada neste ato por seu proprietário ou representante legal
, CPF nº....., desejando
 estabelecer-se no ramo de, vem mui res-
 peitosamente, à presença de vossa Excelência requerer a inscrição
 no Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Termo em que pede deferimento.

Ass. do Requerente

Formulário I

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
 S. I. M. - Serviço de Inspeção Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO JUNTO AO SIM:

- A. Ofício requerendo a inscrição no Serviço de Inspeção Municipal.
- B. Fotocópia do CPF ou CGC e RG do proprietário.
- C. Cadastro de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda, quando produtor rural e quando pessoa jurídica apresentar Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e Inscrição Estadual;
- D. Carteira Sanitária de manipulador de alimento;
- E. Certificado de dedetização;
- F. Plantas do estabelecimento e anexos compreendendo:
 - As plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada;
 - Memorial descritivo das instalações;
 - Memorial econômico-sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;
- G. Licença Ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente.
- H. Laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento ou boletim da Companhia Águas de Itapema, naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água.
- I. Fluxograma de processamento.
- J. Laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM após a vistoria do mesmo).

AS PLANTAS OU PROJETOS DEVERÃO CONTER:

- A) Posicionamento da construção em relação as vias públicas e alinhamento do terreno.
- B) Orientação quanto aos pontos cardeais.
- C) Localização da captação e armazenamento de água do abastecimento.
- D) Localização dos equipamentos e utensílios a serem usados no estabelecimento.
- E) Localização dos pontos de escoamento da água.
- F) Localização das demais instalações como currais, pocilgas, casas e outros.
- G) Localização das lagoas de tratamento de águas residuais, quando exigidas.
- H) Localização do(s) curso(s) de água, quando for o caso.

Os projetos deverão ser apresentados devidamente datados e assinados por profissional habilitado com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART/CREA.

Formulário II

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
 S. I. M. - Serviço de Inspeção Municipal.

Memorial descritivo das instalações

Abaixo esta listada os itens a serem relatados no memorial descritivo das instalações:

1. Nome da firma interessada no projeto
2. Localização do futuro estabelecimento
3. Natureza do estabelecimento
4. Responsável pelo projeto
5. Área do terreno
6. Área a ser construída
7. Área útil
8. Recuo do alinhamento da rua
9. Duração provável da obra
10. Argamassa
11. Fundações
12. Pé direito
13. Madeiramento e coberturas
14. Forros
15. Portas (dimensões e material - especialmente das câmaras frias)
16. Revestimento geral
17. Pavimentação
18. Esquadrias
19. Impermeabilização (discriminar o material a ser empregado no piso e nas paredes das diferentes dependências)
20. Instalações de água
21. Sistema de esgoto (detalhes sobre o modo e processo de depuração antes de ser lançado na corrente d'água)
22. Pintura geral
23. Custo provável da obra.

Porto Belo, ____ / ____ / 2____.

Assinatura do Engenheiro responsável
 CREA no ____ _

Formulário IV

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
 S. I. M. - Serviço de Inspeção Municipal

LAUDO DE INSPEÇÃO PRÉVIA DE TERRENO

01. Identificação do estabelecimento:

- a) Nome do estabelecimen
to: _____
- b) Classificação do estabelecimento: _____
- c) Nome do proprietário: _____
- d) Endereço: _____
- e) CEP _____ - _____
- f) Fone: () _____ - _____ g) Fax: () _____ - _____
- g) E.mail: _____

02. Avaliação do terreno:

- a) Área total disponível: _____
- b) Área do terreno a ser utilizada na construção:
Prédio industrial, de apoio compreendendo ventilação interna, circulação de veículos, almoxarifado, caldeira, etc
- c)- Perfil do terreno:
() acidentado
() natureza do terreno
- d) Exposto a inundação:
() Sim () Não

- e) Detalhes sobre facilidade de escoamento de águas pluviais: _____;
- f) Distância de prédios limítrofes especificando sua natureza: _____;
- g) Localização: _____
☐ Urbana ☐ Rural
- h) Existência nas proximidades de estabelecimentos industriais ou fontes que por sua natureza produzem odores indejáveis, fumaça, poeira e outros contaminantes poluidores:
☐ Sim ☐ Não
- Tipo: _____
- i) Distância aproximada entre o futuro estabelecimento e rios, pântanos ou lagoas para escoamento das águas residuais: _____;
- j) Água de abastecimento:
☐ Rede Pública ☐ Poço Artesiano
☐ Poço Raso ☐ Água De Superfície(Fonte)
- l) Vias de acessos ao estabelecimento: _____;
- m) Região, distância da matéria prima: _____;
- 3) Avaliação das instalações existentes:
- a) Área construída (m2) _____;
- b) Área disponível para ampliação (m2) _____;
- c) Construção: Ótima ☐ Boa ☐ Regular ☐ Precária ☐
- d) Equipamento: Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Precário ☐
- e) Modificações recomendadas: _____;
- 4) Detalhes de importância que forem observados: _____;
- 5) Conclusões finais:
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

Assinatura do Médico Veterinário do SIM

Porto Belo(SC), ____ de _____ de 2____.

Formulário V

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

S. I. M. - Serviço de Inspeção Municipal

Termo de compromisso

A empresa _____ estabelecida no endereço _____, no Município Porto Belo(SC), através de seu proprietário _____

_____, CPF _____, e RG _____, concorda em acatar todas as exigências contidas na Lei 1733/2009 e no Decreto nº 850/2010, sem prejuízo de outros que venham a ser determinados.

Ficando ainda ciente que quaisquer obras a serem construídas só poderão concretizar-se após aprovação prévia do projeto pelo do Sistema de Inspeção Municipal

Porto Belo, ____ de _____ de 2____.

Assinatura do proprietário

Assinatura do Médico Veterinário do SIM

Formulário VI

Certificado

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

Certificado de Inspeção Municipal

Certificamos que a empresa _____

sob o número de registro _____,

de propriedade do Sr(a) _____,

está de acordo com os parâmetros da Lei nº 2448 de 1 de março de _____



Médico Veterinário do SIM

Secretário da Agricultura e Pesca

Formulário VII

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

S. I. M. - Serviço de Inspeção Municipal.

A FIRMA ABAIXO QUALIFICADA, ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, REQUER SEJA PROVIDENCIADO NO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, O ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO ESPECIFICADA NESTE DOCUMENTO, COMPROMETENDO-SE A CUMPRIR A LEGISLAÇÃO EM VIGOR QUE TRATA DO ASSUNTO, ATESTANDO A VERACIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS E A COMPATIBILIDADE ENTRE AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SEU ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL ABAIXO DISCRIMINADO E A PROPOSTA AQUI APRESENTADA

REGISTRO DE MEMORIAIS DESCRITIVOS DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, DECOMPOSIÇÃO E DE ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL S.I.M DO ESTABELECIMENTO

N.º SEQUENCIAL DO RÓTULO _____

DATA DE ENTRADA _____

...../...../..... APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

RAZÃO SOCIAL			
C.N.P.J. :	INSCRIÇÃO PROD.RURAL: _____	INSCRIÇÃO ESTADUAL :	CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CEP :	MUNICÍPIO: ITAPEMA	UF: SC
FONE:	FAX:	E-MAIL	

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

() REGISTRO
 () ALTERAÇÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO E/OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO
 () ALTERAÇÃO DE CROQUIS DO RÓTULO

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

NOME: MARCA:

CARACTERÍSTICA DO RÓTULO* / DA EMBALAGEM**

() IMPRESSO*	() GRAVADO EM RELEVO*	() LITOGRAFADO*	() VIDRO**
() ETIQUETA*	() GRAVADO A QUENTE*	() NATURAL**	
() LATA**	() PAPEL**	() PLÁSTICO**	

QUANTIDADE

QUANTIDADE DE PRODUTO ACONDICIONADO:	UNIDADE DE MEDIDA:
DATA DE FABRICAÇÃO OU EMBALAGEM:	LOCAL E FORMA DE INDICAÇÃO:

COMPOSIÇÃO

INGREDIENTES / ADITIVOS	KG OU L	%
SUB - TOTAL		

MATÉRIA PRIMA	KG OU L	%
SUB - TOTAL		
TOTAL		

- 01 -COMPOSIÇÃO

PROCESSO DE FABRICAÇÃO/SISTEMA DE ABATE / DE CORTES ESPECIAIS / BENEFICIAMENTO

DESCRIÇÃO:

MÉTODO DE CONTROLE DE QUALIDADE E CONSERVAÇÃO, REALIZADO PELO ESTABELECIMENTO.

DESCRIÇÃO:

SISTEMA DE EMBALAGEM / ENVASAMENTO

DESCRIÇÃO:

ARMAZENAMENTO / ESTOCAGEM

MEIO DE TRANSPORTE DO PRODUTO PARA O MERCADO CONSUMIDOR

AUTENTICAÇÃO

DATA	CARIMBO/ASS. DO RE-PRES. LEGAL DO ESTAB.	CARIMBO/ASS. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
------	--	-------------------------------------

DATA:	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELO S.I.M
-------	--

PARECER TÉCNICO FINAL

ANEXO: MODELO DO RÓTULO DO PRODUTO COM INDICAÇÃO DE CORES.

Formulário VIII

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
 S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

TERMO DE ADVERTÊNCIA

O Diretor do Serviço de Inspeção Municipal, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, usando das prerrogativas que lhe confere o Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 850, de 22 de novembro de 2010, ADVERTE à _____

estabelecido(a) na cidade Porto Belo, em virtude da infração ao(s) Artigo(s) _____ do supra citado Regulamento, ocorrida em _____, quando _____,

conforme Auto de Infração anexo.

Fica o(a) infrator(a) ciente de que a reincidência implicará nas penalidades previstas em lei.

(Assinatura do Médico Veterinário do SIM)

Ciente em: ____ / ____ / ____

(Autuado)

Porto Belo(SC), ____ de _____ de 2____.

Formulário IX

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

AUTO DE INFRAÇÃO

No _____ dia do mês de _____
do ano de dois mil e _____
_____, na cidade de Porto Belo, eu _____

_____, Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal,
presentes as testemunhas abaixo assinadas, constatei a infração,
pelo (a) _____, do(s) artigo(s) _____

_____, do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 850, de 22 de novembro de 2010, como abaixo se descreve: _____

Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Infração, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

(Autuante)

(Testemunha)

(Testemunha)

Ciente: _____

Autuado)

Porto Belo(SC), _____ de _____ de 2____, às _____ horas.

Formulário X

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

AUTO DE MULTA

No _____ dia do mês de _____
do ano de dois mil e _____, na cidade de Porto Belo, eu _____ Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal, confirmado a infração do(s) Artigo(s) _____ do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 850, de 22 de novembro de 2010, em que incorreu a firma _____

_____, como se vê do Auto de Infração, lavrado em _____, em anexo, que comprova a mencionada infração. Assim, baseado no Artigo _____ do referido diploma legal, faço lavrar contra a mencionada infratora, o presente Auto de Multa, em três vias, das quais se entrega uma para seu conhecimento, ficando a mesma citada a recolher na agência do Banco _____, na conta corrente nº _____ dentro de 30 dias, a partir da data do respectivo "ciente" da interessada ou, na falta deste, da data o recibo da correspondência registrada, mediante guia de recolhimento na quantia de R\$ _____

_____ referente à multa estabelecida no dispositivo regulamentar citado, para que não seja cobrado judicialmente.

(Assinatura do Médico Veterinário do SIM)

Ciente:

(Autuado)

Porto Belo(SC), _____ de _____ de 2____, às _____ horas.

Formulário XI

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

AUTO DE APREENSÃO

No _____ dia do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na cidade de Porto Belo, eu _____

_____, Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal, presentes as testemunhas abaixo assinadas, apreendi da firma _____

_____, estabelecida à _____ número _____

_____, o(s) produto(s) _____, num total de _____, com base no(s) Artigo(s) _____

_____, do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 850, de 22 de novembro de 2010.

O(s) produto(s) fica(m) sob custódia da Inspeção Municipal não podendo ser comercializado(s), transferido(s) ou devolvido(s), até posterior deliberação.

Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Apreensão, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

(Autuante)

(Testemunha)

(Testemunha)

Ciente:

(Autuado)

Decreto Nº 851/2010

DECRETO Nº 851/2010

"Anula os Processos Licitatórios Modalidade Carta Convite nºs 060/2010 e 061/2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e, Considerando a Justificativa de anulação do referido processo licitatório elaborado pela Comissão Permanente de Licitações, que com fundamento no art. 23, § 5º, da Lei 8.666/93, resolveu anular os Processos Licitatórios Modalidade Carta Convite nºs 060/2010 e 061/2010, Considerando o princípio da legalidade,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os Processos Licitatórios Modalidade Carta Convite nºs 060/2010 e 061/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de novembro de 2010.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre - Porto Belo/SC

Município de PORTO BELO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.652.800,00	32.652.800,00	4.276.042,27	13,10	24.607.395,29	75,36	8.045.404,71
RECEITAS CORRENTES	23.007.286,05	23.007.286,05	3.993.530,91	17,36	22.979.425,21	99,88	27.860,84
RECEITA TRIBUTARIA	5.400.000,00	5.400.000,00	841.241,83	15,58	7.374.924,30	136,57	-1.974.924,30
IMPOSTOS	4.310.000,00	4.310.000,00	718.377,87	16,67	6.290.726,29	145,96	-1.980.726,29
TAXAS	1.053.000,00	1.053.000,00	122.863,96	11,67	1.084.198,01	102,96	-31.198,01
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.430.000,00	1.430.000,00	149.787,87	10,47	819.929,24	57,34	610.070,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	650.000,00	650.000,00	75.462,68	11,61	439.102,70	67,55	210.897,30
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	780.000,00	780.000,00	74.325,19	9,53	380.826,54	48,82	399.173,46
RECEITA PATRIMONIAL	145.000,00	145.000,00	134.027,77	92,43	732.294,07	505,03	-587.294,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	145.000,00	145.000,00	134.027,77	92,43	732.294,07	505,03	-587.294,07
RECEITA DE SERVIÇOS	295.000,00	295.000,00	85.943,39	29,13	318.464,27	107,95	-23.464,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.871.321,59	14.871.321,59	2.610.470,82	17,55	12.723.718,57	85,56	2.147.603,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.871.321,59	14.871.321,59	2.608.970,82	17,54	12.662.218,57	85,15	2.209.103,02
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	1.500,00	0,00	11.500,00	0,00	-11.500,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865.964,46	865.964,46	172.059,23	19,87	1.010.094,76	116,64	-144.130,30
Multas e Juros de Mora	126.000,00	126.000,00	36.603,27	29,05	186.214,83	147,79	-60.214,83
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	12.126,00	0,00	18.833,07	0,00	-18.833,07
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	720.000,00	720.000,00	123.164,61	17,11	803.391,79	111,58	-83.391,79
RECEITAS DIVERSAS	19.964,46	19.964,46	165,35	0,83	1.655,07	8,29	18.309,39
RECEITAS DE CAPITAL	9.645.513,95	9.645.513,95	282.511,36	2,93	1.627.970,08	16,88	8.017.543,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	451.000,00	0,00	-451.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	451.000,00	0,00	-451.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.345.513,95	8.345.513,95	282.511,36	3,39	1.176.970,08	14,10	7.168.543,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.345.513,95	8.345.513,95	282.511,36	3,39	1.156.970,08	13,86	7.188.543,87

Continua 1/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	947.200,00	947.200,00	110.485,42	11,66	643.484,49	67,94	303.715,51
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	947.200,00	947.200,00	110.485,42	11,66	643.484,49	67,94	303.715,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	947.200,00	947.200,00	110.485,42	11,66	643.484,49	67,94	303.715,51
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	947.200,00	947.200,00	110.485,42	11,66	643.484,49	67,94	303.715,51
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.600.000,00	33.600.000,00	4.386.527,69	13,06	25.250.879,78	75,15	8.349.120,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.600.000,00	33.600.000,00	4.386.527,69	13,06	25.250.879,78	75,15	8.349.120,22
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.600.000,00	33.600.000,00	4.386.527,69	13,06	25.250.879,78	75,15	8.349.120,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.918.945,07	—	—	1.701.248,25	—	—
Superávit Financeiro	—	2.918.945,07	—	—	1.701.248,25	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	32.652.900,00	10.936.394,29	43.589.294,29	4.173.155,61	34.092.907,90	4.463.221,05	22.567.284,79	51,77	21.022.009,50
DESPESAS CORRENTES	18.980.731,90	5.939.116,57	24.919.848,47	2.867.617,31	19.845.921,98	3.600.642,11	18.501.979,53	74,25	6.417.868,94
Pessoal e Encargos Sociais	663.000,00	125.000,00	788.000,00	115.322,91	589.249,25	115.322,91	589.249,25	74,78	198.750,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.255.271,94	1.545.634,90	12.800.906,84	1.909.049,50	9.977.497,77	1.909.049,50	9.972.494,81	77,90	2.828.412,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	284.000,00	-64.093,77	219.906,23	-14.208,20	167.791,80	42.580,93	136.937,32	62,27	82.968,91
Outras Despesas Correntes	30.000,00	151.323,00	181.323,00	105.830,53	139.339,43	105.515,65	130.038,55	71,72	51.284,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.748.459,96	4.181.252,44	10.929.712,40	751.622,57	8.972.043,73	1.428.173,12	7.673.259,60	70,21	3.256.452,80
DESPESAS DE CAPITAL	12.728.093,10	5.257.277,72	17.985.370,82	1.305.538,30	14.246.985,92	862.578,94	4.065.305,26	22,60	13.920.065,56
Investimentos	15.000,00	-5.323,00	9.677,00	0,00	8.902,00	0,00	8.902,00	91,99	775,00
INVESTIMENTOS	12.334.595,82	5.178.600,72	17.513.196,54	1.305.538,30	13.775.586,64	800.183,31	3.641.155,52	20,79	13.872.041,02
INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00	84.000,00	94.000,00	0,00	94.000,00	0,00	94.000,00	100,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	368.497,28	0,00	368.497,28	0,00	368.497,28	62.395,63	321.247,74	87,18	47.249,54
RESERVA LEGAL DO RPPS	887.200,00	-260.000,00	627.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	627.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56.875,00	0,00	56.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.875,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	947.100,00	-145.749,32	801.350,68	112.998,71	582.723,27	112.998,71	582.706,22	72,72	218.644,46
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	-1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	945.100,00	-144.749,32	800.350,68	112.998,71	582.723,27	112.998,71	582.706,22	72,81	217.644,46
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.600.000,00	10.790.644,97	44.390.644,97	4.286.154,32	34.675.631,17	4.576.219,76	23.149.991,01	52,15	21.240.653,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.600.000,00	10.790.644,97	44.390.644,97	4.286.154,32	34.675.631,17	4.576.219,76	23.149.991,01	52,15	21.240.653,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.100.888,77	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.600.000,00	10.790.644,97	44.390.644,97	4.286.154,32	34.675.631,17	4.576.219,76	25.250.879,78	52,15	21.240.653,96

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 337.917,12

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 23/11/2010

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.652.900,00	43.589.294,29	4.173.155,61	34.092.907,90	4.463.221,05	22.567.284,79	97,48	51,77	21.022.009,50
Legislativa	812.000,00	825.000,00	102.254,31	630.473,38	103.303,75	619.979,79	2,68	75,15	205.020,21
Ação Legislativa	812.000,00	825.000,00	102.254,31	630.473,38	103.303,75	619.979,79	2,68	75,15	205.020,21
Judiciária	105.000,00	105.000,00	4.000,00	104.153,96	4.000,00	104.153,96	0,45	99,19	846,04
Ação Judiciária	105.000,00	105.000,00	4.000,00	104.153,96	4.000,00	104.153,96	0,45	99,19	846,04
Administração	2.114.650,00	3.306.260,87	304.784,20	2.631.900,57	368.179,29	2.447.541,28	10,57	74,03	858.719,59
Administração Geral	1.630.025,00	2.512.855,87	266.572,50	2.170.307,49	292.441,40	2.028.990,65	8,76	80,74	483.865,22
Administração Financeira	484.625,00	793.405,00	38.211,70	461.593,08	75.737,89	418.550,63	1,81	52,75	374.854,37
Segurança Pública	154.000,00	139.000,00	5.439,90	85.672,96	8.168,84	72.767,36	0,31	52,35	66.232,64
Defesa Civil	154.000,00	139.000,00	5.439,90	85.672,96	8.168,84	72.767,36	0,31	52,35	66.232,64
Assistência Social	501.859,96	584.427,53	43.942,51	380.766,65	58.784,40	346.469,07	1,50	59,28	237.958,46
Assistência ao Idoso	55.957,20	48.737,00	0,00	26.304,79	4.400,00	23.053,64	0,10	47,30	25.683,36
Assistência ao Portador de Deficiência	9.486,36	9.486,36	0,00	9.485,36	1.581,06	7.113,77	0,03	74,99	2.372,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	277.938,12	341.674,88	20.665,82	202.172,07	23.816,13	182.077,14	0,79	53,29	159.597,74
Assistência Comunitária	158.478,28	184.529,29	23.276,69	142.804,43	28.987,21	134.224,52	0,58	72,74	50.304,77
Previdência Social	708.000,00	979.000,00	221.153,44	737.490,68	220.838,56	728.189,80	3,15	74,38	250.810,20
Previdência do Regime Estatutário	708.000,00	979.000,00	221.153,44	737.490,68	220.838,56	728.189,80	3,15	74,38	250.810,20
Saúde	5.669.304,80	7.559.820,55	769.092,21	5.049.079,17	794.108,04	4.520.251,98	19,53	59,79	3.039.568,57
Atenção Básica	4.132.882,96	5.549.300,00	640.848,07	4.232.960,36	675.575,54	3.847.064,90	16,62	69,33	1.702.235,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.146.493,60	1.173.764,03	5.298,38	211.010,77	55.653,91	169.700,84	0,73	14,46	1.004.063,19
Suporte Profilático e Terapêutico	118.495,72	162.761,60	14.406,79	111.763,53	21.049,38	110.105,32	0,48	67,65	52.656,28
Vigilância Sanitária	62.875,88	95.116,72	13.931,41	84.052,13	13.931,41	84.052,13	0,36	88,37	11.064,59
Vigilância Epidemiológica	29.096,24	53.943,60	12.730,68	42.256,63	17.892,52	38.549,95	0,17	71,46	15.393,65
Alimentação e Nutrição	179.460,40	524.934,60	81.876,88	367.035,75	10.005,28	270.778,84	1,17	51,58	254.155,76
Educação	5.938.297,33	7.220.816,92	803.831,41	6.079.429,39	1.305.024,47	5.793.136,50	25,02	80,23	1.427.680,42
Ensino Fundamental	3.732.346,37	4.806.919,36	289.986,02	4.202.266,94	657.012,56	4.020.996,39	17,37	83,65	785.922,97
Ensino Médio	266,67	266,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266,67
Educação Infantil	2.071.008,38	2.288.954,98	513.845,39	1.812.200,75	636.011,91	1.719.195,21	7,43	75,11	569.759,77
Educação de Jovens e Adultos	24.675,91	14.675,91	0,00	1.830,00	0,00	1.830,00	0,01	12,47	12.845,91
Educação Especial	110.000,00	110.000,00	0,00	63.131,70	12.000,00	51.114,90	0,22	46,47	58.885,10
Cultura	202.500,00	347.715,28	56.327,44	303.696,52	61.723,54	289.666,29	1,25	83,31	58.048,99
Difusão Cultural	202.500,00	347.715,28	56.327,44	303.696,52	61.723,54	289.666,29	1,25	83,31	58.048,99

Continua 1/3

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.652.900,00	43.589.294,29	4.173.155,61	34.092.907,90	4.463.221,05	22.567.284,79	97,48	51,77	21.022.009,50
Urbanismo	5.151.154,75	9.450.728,65	1.719.164,71	7.642.021,88	1.089.639,34	5.074.605,41	21,92	53,70	4.376.123,24
Infra-Estrutura Urbana	1.974.850,00	3.991.116,24	70.848,60	2.699.555,80	456.015,75	1.774.036,51	7,66	44,45	2.217.079,73
Serviços Urbanos	3.176.304,75	5.459.612,41	1.648.316,11	4.942.466,08	633.623,59	3.300.568,90	14,26	60,45	2.159.043,51
Saneamento	7.822.462,89	9.589.760,65	67.709,44	8.154.049,94	78.360,09	714.062,90	3,08	7,45	8.875.697,75
Saneamento Básico Urbano	7.822.462,89	9.589.760,65	67.709,44	8.154.049,94	78.360,09	714.062,90	3,08	7,45	8.875.697,75
Agricultura	262.000,00	497.427,00	31.492,73	198.282,48	36.416,73	191.877,08	0,83	38,57	305.549,92
Extensão Rural	262.000,00	497.427,00	31.492,73	198.282,48	36.416,73	191.877,08	0,83	38,57	305.549,92
Comércio e Serviços	1.094.097,99	1.149.172,33	37.838,22	1.027.886,28	161.270,94	772.440,54	3,34	67,22	376.731,79
Turismo	1.094.097,99	1.149.172,33	37.838,22	1.027.886,28	161.270,94	772.440,54	3,34	67,22	376.731,79
Desporto e Lazer	187.000,00	228.686,00	20.333,29	197.714,96	21.150,85	180.915,32	0,78	79,11	47.770,68
Desporto Comunitário	187.000,00	228.686,00	20.333,29	197.714,96	21.150,85	180.915,32	0,78	79,11	47.770,68
Encargos Especiais	986.497,28	922.403,51	-14.208,20	870.289,08	152.252,21	711.227,51	3,07	77,11	211.176,00
Serviço da Dívida Interna	652.497,28	588.403,51	-14.208,20	536.289,08	104.976,56	458.185,06	1,98	77,87	130.218,45
Transferências	334.000,00	334.000,00	0,00	334.000,00	47.275,65	253.042,45	1,09	75,76	80.957,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56.875,00	56.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.875,00
 RESERVA DO RPPS	 887.200,00	 627.200,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 627.200,00
 DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	 947.100,00	 801.350,68	 112.998,71	 582.723,27	 112.998,71	 582.706,22	 2,52	 72,72	 218.644,46
Legislativa	38.000,00	25.000,00	2.913,29	15.778,34	2.913,29	15.778,34	0,07	63,11	9.221,66
Ação Legislativa	38.000,00	25.000,00	2.913,29	15.778,34	2.913,29	15.778,34	0,07	63,11	9.221,66
Administração	122.000,00	116.000,00	17.147,32	87.521,94	17.147,32	87.521,94	0,38	75,45	28.478,06
Administração Geral	86.000,00	82.000,00	12.176,38	62.368,92	12.176,38	62.368,92	0,27	76,06	19.631,08
Administração Financeira	36.000,00	34.000,00	4.970,94	25.153,02	4.970,94	25.153,02	0,11	73,98	8.846,98
Assistência Social	7.600,00	6.800,00	728,05	4.086,95	728,05	4.086,95	0,02	60,10	2.713,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.500,00	3.500,00	237,06	1.647,00	237,06	1.647,00	0,01	47,06	1.853,00
Assistência Comunitária	3.100,00	3.300,00	490,99	2.439,95	490,99	2.439,95	0,01	73,94	860,05
Previdência Social	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Previdência do Regime Estatutário	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Saúde	207.000,00	181.000,00	26.467,36	139.588,84	26.467,36	139.588,84	0,60	77,12	41.411,16
Atenção Básica	205.000,00	174.000,00	25.256,02	134.411,17	25.256,02	134.411,17	0,58	77,25	39.588,83

Continua 2/3

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	947.100,00	801.350,68	112.998,71	582.723,27	112.998,71	582.706,22	2,52	72,72	218.644,46
Saúde	207.000,00	181.000,00	26.467,36	139.588,84	26.467,36	139.588,84	0,60	77,12	41.411,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	1.000,00	7.000,00	1.211,34	5.177,67	1.211,34	5.177,67	0,02	73,97	1.822,33
Vigilância Epidemiológica	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	417.500,00	310.000,68	42.180,39	218.299,07	42.180,39	218.282,02	0,94	70,41	91.718,66
Ensino Fundamental	278.000,00	207.000,00	27.818,44	141.204,05	27.818,44	141.204,05	0,61	68,21	65.795,95
Educação Infantil	139.500,00	103.000,68	14.361,95	77.095,02	14.361,95	77.077,97	0,33	74,83	25.922,71
Cultura	2.500,00	7.500,00	879,90	6.197,03	879,90	6.197,03	0,03	82,63	1.302,97
Difusão Cultural	2.500,00	7.500,00	879,90	6.197,03	879,90	6.197,03	0,03	82,63	1.302,97
Urbanismo	111.000,00	114.500,00	17.571,10	87.151,56	17.571,10	87.151,56	0,38	76,11	27.348,44
Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	33.500,00	5.281,68	25.945,60	5.281,68	25.945,60	0,11	77,45	7.554,40
Serviços Urbanos	81.000,00	81.000,00	12.289,42	61.205,96	12.289,42	61.205,96	0,26	75,56	19.794,04
Saneamento	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	18.000,00	16.000,00	2.638,58	11.951,38	2.638,58	11.951,38	0,05	74,70	4.048,62
Extensão Rural	18.000,00	16.000,00	2.638,58	11.951,38	2.638,58	11.951,38	0,05	74,70	4.048,62
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	1.817,92	9.529,93	1.817,92	9.529,93	0,04	47,65	10.470,07
Turismo	20.000,00	20.000,00	1.817,92	9.529,93	1.817,92	9.529,93	0,04	47,65	10.470,07
Desporto e Lazer	1.000,00	3.550,00	654,80	2.618,23	654,80	2.618,23	0,01	73,75	931,77
Desporto Comunitário	1.000,00	3.550,00	654,80	2.618,23	654,80	2.618,23	0,01	73,75	931,77
TOTAL (III) = (I + II)	33.600.000,00	44.390.644,97	4.286.154,32	34.675.631,17	4.576.219,76	23.149.991,01	100,00	52,15	21.240.653,96

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 23/11/2010

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA

Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR

Controle Interno - Mat.: 1079-01

ROBSON DECEZARO TESTONI

CRC/SC 029.384/O-2

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.008.000,00	5.008.000,00	853.658,25	7.161.289,47	143,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.164.500,00	3.164.500,00	396.432,40	4.511.833,71	142,58
1.1.1- IPTU	2.490.000,00	2.490.000,00	261.230,06	3.646.364,64	146,44
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.500,00	11.500,00	6.238,02	49.451,98	430,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	650.000,00	650.000,00	113.088,21	746.823,54	114,90
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	13.000,00	13.000,00	15.876,11	70.133,51	539,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(939,96)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	890.500,00	890.500,00	217.248,04	1.513.684,98	169,98
1.2.1- ITBI	890.000,00	890.000,00	217.230,16	1.520.717,95	170,87
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	17,88	53,83	10,77
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(7.086,80)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	793.000,00	793.000,00	213.207,86	979.318,53	123,50
1.3.1- ISS	770.000,00	770.000,00	214.944,43	979.601,15	127,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	11,10	479,53	23,98
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	49,06	3.072,89	15,36
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	547,90	54,79
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(1.796,73)	(4.382,94)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	160.000,00	160.000,00	26.769,95	156.452,25	97,78
1.4.1- IRRF	160.000,00	160.000,00	26.769,95	156.452,25	97,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.518.150,00	10.518.150,00	1.813.745,53	9.081.226,47	86,34
2.1- Cota-Parte FPM	6.520.000,00	6.520.000,00	962.999,28	5.192.541,06	79,64
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.520.000,00	6.520.000,00	962.999,28	5.192.541,06	79,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	700.183,88	3.149.261,81	95,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	32.000,00	32.000,00	4.116,50	18.524,25	57,89
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	96.500,00	96.500,00	11.663,04	59.858,56	62,03
2.5- Cota-Parte ITR	6.650,00	6.650,00	5.231,70	8.262,36	124,25
2.6- Cota-Parte IPVA	563.000,00	563.000,00	129.551,13	652.778,43	115,95
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.526.150,00	15.526.150,00	2.667.403,78	16.242.515,94	104,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	401.388,22	401.388,22	71.208,73	329.775,22	82,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	367.685,38	367.685,38	60.359,92	249.396,45	67,83
5.2- Outras Transferências do FNDE	33.702,84	33.702,84	10.302,52	46.387,82	137,64
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	546,29	33.990,95	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.266,67	50.266,67	10.842,80	59.305,26	117,98
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	451.654,89	451.654,89	82.051,53	389.080,48	86,15

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.103.630,00	2.103.630,00	360.595,46	1.811.687,98	86,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.304.000,00	1.304.000,00	192.599,80	1.038.507,94	79,64
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	660.000,00	660.000,00	140.036,61	629.851,54	95,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	823,30	3.704,85	57,89
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.300,00	19.300,00	179,36	7.440,55	38,55
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.330,00	1.330,00	1.046,32	1.652,43	124,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	112.600,00	112.600,00	25.910,07	130.530,67	115,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.578.849,94	3.578.849,94	711.358,25	3.342.505,19	93,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.578.849,94	3.578.849,94	705.578,32	3.320.361,02	92,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	5.779,93	22.144,17	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.475.219,94	1.475.219,94	344.982,86	1.508.673,04	102,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.855.000,00	2.858.000,00	477.730,91	2.212.888,74	77,43
13.1- Com Educação Infantil	1.115.000,00	1.066.000,00	447.056,03	814.946,26	76,45
13.2- Com Ensino Fundamental	1.740.000,00	1.792.000,00	30.674,88	1.397.942,48	78,01
14- OUTRAS DESPESAS	723.849,94	1.154.140,42	186.890,87	1.078.231,27	93,42
14.1- Com Educação Infantil	226.849,94	428.140,42	42.369,43	386.217,41	90,21
14.2- Com Ensino Fundamental	497.000,00	726.000,00	144.521,44	692.013,86	95,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.578.849,94	4.012.140,42	664.621,78	3.291.120,01	82,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					66,20
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.881.537,50	3.881.537,50	666.850,94	4.060.628,99	104,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.062.849,94	2.244.439,42	619.296,20	1.690.059,15	75,30
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.341.849,94	1.494.140,42	489.425,46	1.201.163,67	80,39
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	721.000,00	750.299,00	129.870,74	488.895,48	65,16
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.589.430,50	4.371.130,87	493.697,23	3.608.700,51	82,56
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.237.000,00	2.518.000,00	175.196,32	2.089.956,34	83,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.352.430,50	1.853.130,87	318.500,91	1.518.744,17	81,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.667.280,44	6.620.570,29	1.112.993,43	5.298.759,66	80,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				1.146.851,07	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				22.144,17	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				166.290,48	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO³				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				1.335.285,72	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				3.963.473,94	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				24,4	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	367.685,38	497.685,38	155.115,04	419.031,96	84,20
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	320.831,51	412.561,93	79.096,39	293.626,90	71,17
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	688.516,89	910.247,31	234.211,43	712.658,86	78,29
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.355.797,33	7.530.817,60	1.347.204,86	6.011.418,52	79,82
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		51.340,51		0,00	

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	247.574,72	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.320.361,02	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.993.026,30	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	22.144,17	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	597.053,61	0,00

PORTO BELO, 23/11/2010

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 166.290,48, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.526.150,00	15.526.150,00	16.242.515,94	104,61
Impostos	4.310.000,00	4.310.000,00	6.290.726,29	145,96
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.490.000,00	2.490.000,00	3.645.424,68	146,40
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	890.000,00	890.000,00	1.513.631,15	170,07
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	770.000,00	770.000,00	975.218,21	126,65
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	160.000,00	160.000,00	156.452,25	97,78
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	698.000,00	698.000,00	870.563,18	124,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.000,00	14.000,00	49.985,34	357,04
Dívida Ativa dos Impostos	670.000,00	670.000,00	749.896,43	111,92
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	14.000,00	14.000,00	70.681,41	504,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.518.150,00	10.518.150,00	9.081.226,47	86,34
Da União	6.558.650,00	6.558.650,00	5.219.327,67	79,58
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.520.000,00	6.520.000,00	5.192.541,06	79,64
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.650,00	6.650,00	8.262,36	124,25
Transf. Financ. ICMS - Desoner. - L.C. Nº 87/96	32.000,00	32.000,00	18.524,25	57,89
Do Estado	3.959.500,00	3.959.500,00	3.861.898,80	97,54
Cota-Parte do ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	3.149.261,81	95,43
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	96.500,00	96.500,00	59.858,56	62,03
Cota-Parte do IPVA	563.000,00	563.000,00	652.778,43	115,95
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	20.177.480,00	20.177.480,00	10.820.051,82	53,62
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.103.630,00	-2.103.630,00	-1.811.687,98	86,12
TOTAL	33.600.000,00	33.600.000,00	25.250.879,78	75,15

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.718.884,40	5.728.798,44	3.953.177,45	69,01
Pessoal e Encargos Sociais	3.667.066,60	4.090.392,87	2.936.482,50	71,79
Outras Despesas Correntes	1.051.817,80	1.638.405,57	1.016.694,95	62,05
DESPESAS DE CAPITAL	977.960,00	1.487.087,51	435.884,53	29,31
Investimentos	977.960,00	1.393.087,51	341.884,53	24,54
Inversões Financeiras	0,00	94.000,00	94.000,00	100,00
TOTAL (IV)	5.696.844,40	7.215.885,95	4.389.061,98	60,82

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.696.844,40	7.215.885,95	4.389.061,98	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.741.614,40	3.623.130,43	2.084.054,56	47,48
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.193.614,40	3.075.130,43	1.790.455,58	40,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	548.000,00	548.000,00	293.598,98	6,69
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.955.230,00	3.592.755,52	2.305.007,42	52,52

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	3.051,04
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(V - VI) / I]		
		14,17

Continua 1/2



Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.337.882,96	5.723.300,00	3.981.476,07	90,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.146.493,60	1.173.764,03	169.700,84	3,87
Suporte Profilático e Terapêutico	118.495,72	162.761,60	110.105,32	2,51
Vigilância Sanitária	63.875,88	102.116,72	89.229,80	2,03
Vigilância Epidemiológica	30.096,24	53.943,60	38.549,95	0,88
TOTAL	5.696.844,40	7.215.885,95	4.389.061,98	100,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 23/11/2010

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

JOSÉ IRINEU SERPA
Secretário da Fazenda

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.825/10

LEI Nº 3.825, de 19 de novembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais):

ORGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1008 - Construção Ginásio, Campos/Canchas Esportivas		
ELEMENTO	449051-169 - Obras e Instalações	181	30.000,00
UNIDADE	0208 - SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
PROJETO	1034 - Programa de Incentivo a Produção Agrícola		
ELEMENTO	449052-100 - Equipamentos e Material Permanente	46	17.000,00
ELEMENTO	449052-170 - Equipamentos e Material Permanente	48	188.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			235.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		
UNIDADE	0207 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1008 - Construção Ginásio, Campos/Canchas Esportivas		
ELEMENTO	449051-100 - Obras e Instalações	180	30.000,00
PROJETO	1012 - Pavimentação Vias Urbanas		
ELEMENTO	449051-100 - Obras e Instalações	123	65.000,00
UNIDADE	0208 - SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
PROJETO	1034 - Programa de Incentivo a Produção Agrícola		
ELEMENTO	449052-169 - Equipamentos e Material Permanente	47	140.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			235.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.826/10

LEI Nº 3.826, de 19 de novembro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termos de Convênios com Instituições de Ensino Superior, Médio e Técnico Profissionalizante, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênios com as Instituições de Ensino Superior, Médio e Técnico Profissionalizante com o objetivo de estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre as partes, para estágio curricular acadêmico de formação obrigatória acadêmica nas áreas de atuação e interesse comuns.

Parágrafo único. Após firmados os termos de que trata esta Lei, deverá o Poder Executivo, no prazo de trinta (30) dias, apresentá-los à Câmara de Vereadores para conhecimento e homologação.

Art. 2º Os convênios terão duração de até 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogados mediante a assinatura de Termos Aditivos.

Art. 3º Eventuais despesas correrão à conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.827/10

LEI Nº 3.827, de 19 de novembro de 2010.

Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.684, de 11 de outubro de 2001.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.684, de 11 de outubro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Nova Galícia e Comunidades Adjacentes - CNPJ: 79.366.332/0001-44".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei Nº 3.828/10

LEI Nº 3.828, de 19 de novembro de 2010.

Denomina uma das vias públicas de nossa cidade de Alvir André Bohn.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada uma das vias pública de nossa cidade de Alvir André Bohn.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.828, de 19 de novembro de 2010.

Alvir André Bohn nasceu no dia vinte e sete de novembro de um mil novecentos e quarenta e seis no Município de União da Vitória, filho de André Bohn e Cipriana Nogueira Bohn.

Casou-se com a Senhora Walderis Micalichen e desta união tiveram dois filhos: Anderson e André Bohn.

Alvir estudou no Colégio Coronel Cid Gonzaga.

Começou a trabalhar muito jovem, seu primeiro emprego foi na concessionária Ford como balconista na seção de peças onde trabalhou por vinte anos; vendedor de peças de caminhões na Concessionária Veículos Mallon Ltda.; e foi um dos fundadores da Empresa Walderis Noivas, empresa que trabalha com ornamentação de igrejas, filmagens de casamentos e aniversários, com muita dedicação e amor durante trinta e cinco anos. Repassou toda essa dedicação aos filhos que também trabalham nessa área.

Foi uma pessoa dedicada a família, sempre de bom humor e bem quisto por todos os amigos e familiares.

Dedicou sua vida a família, amigos, trabalho e comunidade, muito correto em suas atitudes, deixando exemplos a todos que o conheceram.

Alvir André Bohn faleceu no dia quatorze de novembro de dois mil e nove.

Decreto Nº 487/10

DECRETO Nº 487, de 04 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a Natureza Jurídica dos Fundos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada a Natureza Jurídica dos Fundos Municipais como Contábil, passando a utilizar a Natureza Jurídica 120-1 - Fundo Público, segundo o que disponibiliza o IBGE, tendo em vista atender o que solicita a Instrução Normativa nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, conforme abaixo discriminado:

RAZÃO SOCIAL DA ENTIDADE	CNPJ
Fundo Municipal de Saúde	00.185.045/0001-88
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	00.185.029/0001-95
Fundo Municipal de Assistência Social	11.511.974/0001-56
Fundo Municipal de Reequip. da OBM do Corpo de Bombeiros	00.185.034/0001-06
Fundo Municipal de Educação	11.257.464/0001-02

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2010 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 015/2010 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2010 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, escolar para atendimento de adolescente em cumprimento de medida sócio educativa - Ministério do Desenvolvimento Social- FAS. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 09 de dezembro de 2010, as 14:00 horas, com início da sessão publica as 14:15 horas, do mesmo dia hora e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 35231155, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 23 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2010 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 016/2010 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2010 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de gêneros alimentícios, para atendimento de pessoas em situação de violência de direitos - FAS. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 13 de dezembro de 2010, as 10:00 horas, com início da sessão publica as 10:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 35231155, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 25 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2010 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 017/2010 FAS

Extrato de Edital de Pregão presencial 014/2010 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial tipo menor preço por item para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente e escolar para atendimento de pessoas em situação de violência de direitos - Programa CREAS - FAS. Recebimento e abertura dos envelopes será no dia 14 de dezembro de 2010, as 14:00 horas, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, no mesmo local e dia . Maiores informações copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 25 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 051/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 090/2010

Extrato de Edital de Pregão Presencial 051/2010

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de dois tratores usados, no mínimo ano 1984, com capacidade mínima de 75 C, para Secretaria da Agricultura. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 14 de dezembro de 2010, as 10:00 horas, com inicio da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 35231155, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 25 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1238/2010

PORTARIA Nº. 1238/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA GORETI LONGEN SCHOTTEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1239/2010

PORTARIA Nº. 1239/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA ROSELI VIEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1243/2010

PORTARIA Nº. 1243/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIZA NAZARIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria n º 1130/2010

PORTARIA Nº. 1130/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANDRIA BACKES HABECK, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20" faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0587/2010
PORTARIA Nº. 0587/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NATANAEL ANDERSON DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Defesa Civil. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0596/2010
PORTARIA Nº. 0596/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALCIR JOSE DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Pedreiro, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Pedreiro, Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0623/2010
PORTARIA Nº. 0623/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RICARDO ELIAS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação

no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0691/2010
PORTARIA Nº. 0691/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROSANE TEREZINHA EING, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo I(em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0770/2010
PORTARIA Nº. 0770/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARCIA LEMES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10", faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Manutenção/Limpeza. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0771/2010
PORTARIA Nº. 0771/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal HORSTI ROLF ZEMKE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal de Serviço Público, Nível "60", faixa "63", para o cargo de Fiscal de Serviço Público, Nível "G", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento - Departamento de Fiscalização. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0772/2010

PORTARIA Nº. 0772/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal HAMILTON MANOEL ADÃO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40", faixa "42", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento - Departamento de Meio Ambiente. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0844/2010

PORTARIA Nº. 0844/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VANIA SILVIA MARTINS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Enfermagem, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar de Enfermagem (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atendimento ao Adulto. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0876/2010

PORTARIA Nº. 0876/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SANTINA APARECIDA LONGO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Recepcionista, Nível "20" faixa "23", para o cargo de Recepcionista (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Policlínica. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 0891/2010

PORTARIA Nº. 0891/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANTONIO CARLOS SEBOLD, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0892/2010

PORTARIA Nº. 0892/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANTONIO FERREIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0898/2010

PORTARIA Nº. 0898/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CLAUDIO SCHNEIDER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0915/2010

PORTARIA Nº. 0915/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIZ CARLOS BACK, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0925/2010

PORTARIA Nº. 0925/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SERGIO NASCIMENTO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais

Masculino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0931/2010

PORTARIA Nº. 0931/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CAROLINE BAPTISTA BAUMGARTEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cirurgião Dentista, Nível "70" faixa "73", para o cargo de Cirurgião Dentista, Nível "H", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Csvf PORTARIA Nº. 0931/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CAROLINE BAPTISTA BAUMGARTEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cirurgião Dentista, Nível "70" faixa "73", para o cargo de Cirurgião Dentista, Nível "H", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Csvf PORTARIA Nº. 0931/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CAROLINE BAPTISTA BAUMGARTEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cirurgião Dentista, Nível "70" faixa "73", para o cargo de Cirurgião Dentista, Nível "H", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde

- Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0948/2010

PORTARIA Nº. 0948/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RODRIGO BRANDL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cirurgião Dentista, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Cirurgião Dentista, Nível "H", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Odontologia. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0955/2010

PORTARIA Nº. 0955/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MAQUELI PEREIRA GORGES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Técnico em Enfermagem, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Técnico em Enfermagem, Nível "F", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Estratégia de Saúde da Família - Budag. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1068/2010

PORTARIA Nº. 1068/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII

da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARISA DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20" faixa "22", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Fundação Cultural de Rio do Sul - Divisão de Arquivo Histórico. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1103/2010

PORTARIA Nº. 1103/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal OLEGARIO DAROLT, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Operador de Equipamentos, Nível "40" faixa "42", para o cargo de Operador de Equipamentos, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 1123/2010

PORTARIA Nº. 1123/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JANAINA DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Atendente de Educação Infantil, Nível "20" faixa "21", para o cargo de Atendente de Educação Infantil (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação -. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1125/2010

PORTARIA Nº. 1125/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOEL ANTONIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Atendente de Educação Infantil, Nível "20" faixa "21", para o cargo de Atendente de Educação Infantil (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação -. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1126/2010

PORTARIA Nº. 1126/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MYRIAN HOLLER KNAESEL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Atendente de Educação Infantil, Nível "20" faixa "23", para o cargo de Atendente de Educação Infantil (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1129/2010

PORTARIA Nº. 1129/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20" faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1131/2010

PORTARIA Nº. 1131/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANA PAULA MENEGHETTI FIAMONCINI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1134/2010

PORTARIA Nº. 1134/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal EDGAR CUNHA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1135/2010

PORTARIA Nº. 1135/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOAO LAZARO GOEDERT, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Cozinheiro, Nível "20" faixa "26", para o cargo de Cozinheiro, Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1136/2010

PORTARIA Nº. 1136/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal EMANOELLE SORGATTO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fonoaudiólogo, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Fonoaudiólogo, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1137/2010

PORTARIA Nº. 1137/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GLAUCE KARINA DE OLIVEIRA PINHO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fonoaudiólogo (30h), Nível "70" faixa "73", para o cargo de Fonoaudiólogo (em extinção), Nível "G", 30 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1138/2010

PORTARIA Nº. 1138/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CACILDO JOAO FURLANI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "42", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1139/2010

PORTARIA Nº. 1139/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GILSON RODRIGUES MATOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1140/2010

PORTARIA Nº. 1140/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal HELIO BRAND, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "42", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1141/2010

PORTARIA Nº. 1141/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIZ GONZAGA MACANEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1142/2010

PORTARIA Nº. 1142/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARCIO DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1143/2010

PORTARIA Nº. 1143/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal OLAIR MORAES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "43", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1144/2010

PORTARIA Nº. 1144/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PAULO ROBERTO VISENTAINER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1145/2010

PORTARIA Nº. 1145/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VOLNI ROGERIO SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Motorista de Caminhão, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Motorista de Caminhão, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1146/2010

PORTARIA Nº. 1146/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOSILENE RUBIA MURARA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Nutricionista, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Nutricionista, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1147/2010

PORTARIA Nº. 1147/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SIRLEI APARECIDA CONTI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Instrutor de Trabalhos Manuais, Nível "20" faixa "22", para o cargo de Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção), Nível "B", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1149/2010

PORTARIA Nº. 1149/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VITORIA ZUNINO SEBOLD, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Instrutor de Trabalhos Manuais, Nível "20" faixa "22", para o cargo de Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção), Nível "B", 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1150/2010

PORTARIA Nº. 1150/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CATARINA FELIPONI MEURER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Professor I (40h), Nível "20" faixa "23", para o cargo de Professor I (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1151/2010

PORTARIA Nº. 1151/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NELI APARECIDA SCHEFFER VISENTAINER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Professor I (40h), Nível "20" faixa "23", para o cargo de Professor I (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1152/2010

PORTARIA Nº. 1152/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal INES SOUSA VISENTAINER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Professor I (40h), Nível "20" faixa "23", para o cargo de Professor I (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1153/2010

PORTARIA Nº. 1153/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NEUSA MOJE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Professor I (40h), Nível "20" faixa "23", para o cargo de Professor I (em extinção), Nível "B", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1154/2010

PORTARIA Nº. 1154/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JANARA APARECIDA MAFRA THIVES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Psicopedagogo, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Psicopedagogo, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1155/2010

PORTARIA Nº. 1155/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GABRIELA BAVARESCO LANZARIN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Psicólogo, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Psicólogo, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1156/2010

PORTARIA Nº. 1156/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIANE STEFFEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Psicólogo, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Psicólogo, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1175/2010

PORTARIA Nº. 1175/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROSEMARI MENSEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1176/2010

PORTARIA Nº. 1176/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SALETE JASPER DE JESUS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1177/2010

PORTARIA Nº. 1177/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SANDRA APARECIDA DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1178/2010

PORTARIA Nº. 1178/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SANTA ELISABETE DE JESUS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais

Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1179/2010

PORTARIA Nº. 1179/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SILVIA TEREZINHA BORGES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1180/2010

PORTARIA Nº. 1180/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1181/2010

PORTARIA Nº. 1181/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALDIZIA FERREIRA DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1182/2010

PORTARIA Nº. 1182/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALIRIA DO VALLE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1183/2010

PORTARIA Nº. 1183/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VANIR CUSTODIO DA CONCEICAO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1184/2010

PORTARIA Nº. 1184/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VENI APARECIDA NASCIMENTO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1185/2010

PORTARIA Nº. 1185/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VERA LUCIA RODRIGUES PRADE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1186/2010

PORTARIA Nº. 1186/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VILMA NIENKOETTER HINCKEL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1187/2010

PORTARIA Nº. 1187/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ZELI BATISTA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1188/2010

PORTARIA Nº. 1188/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ZILDA DO AMARANTE LEANDRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1189/2010

PORTARIA Nº. 1189/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SILVIO GILZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de

Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1190/2010

PORTARIA Nº. 1190/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VALERIO JOSE DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1191/2010

PORTARIA Nº. 1191/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GISELA DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1192/2010

PORTARIA Nº. 1192/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII

da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GISLAINE APARECIDA ZANQUETA DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1193/2010

PORTARIA Nº. 1193/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal HILTRUD CECHEZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1194/2010

PORTARIA Nº. 1194/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ILIETE VENERI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1195/2010

PORTARIA Nº. 1195/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal INES BLEMER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1196/2010

PORTARIA Nº. 1196/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal INES ISABEL MULLER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1197/2010

PORTARIA Nº. 1197/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ISOLDE WEHMUTH, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1198/2010

PORTARIA Nº. 1198/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal IVANILDE DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1199/2010

PORTARIA Nº. 1199/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CELSO LUIS MARCHI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1200/2010

PORTARIA Nº. 1200/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUIS CARLOS VOLTOLINI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1201/2010

PORTARIA Nº. 1201/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PATRICIA NICOLLADELLI GILI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1202/2010

PORTARIA Nº. 1202/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RICARDO ANTONIO COSTA DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1203/2010

PORTARIA Nº. 1203/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SANDRA APARECIDA DELA JUSTINA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1204/2010

PORTARIA Nº. 1204/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal TIZIANE SCHAPPO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40" faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1205/2010

PORTARIA Nº. 1205/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ADRIANA DE FATIMA RIBEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1206/2010

PORTARIA Nº. 1206/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal AIDA TERESA CAVA NAZARIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1207/2010

PORTARIA Nº. 1207/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALMIRA HASKELE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1209/2010

PORTARIA Nº. 1209/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ALZIRA HEESCH DORNER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1210/2010

PORTARIA Nº. 1210/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANGELINA BORGES DE AVIZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1211/2010

PORTARIA Nº. 1211/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CLAUDETE DE SOUZA LIMA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1212/2010

PORTARIA Nº. 1212/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DEBORA CRISTINA KALBUSCH DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1213/2010

PORTARIA Nº. 1213/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DILMA MOHR RONCHI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições

do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1214/2010

PORTARIA Nº. 1214/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARLI TOTTE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1215/2010

PORTARIA Nº. 1215/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARTA MARCHI VALIATI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1216/2010

PORTARIA Nº. 1216/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a)

servidor(a) municipal DEBORA CRISTINA KALBUSCH DE OLIVEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1217/2010

PORTARIA Nº. 1217/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NELI DA SILVA DE JESUS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1218/2010

PORTARIA Nº. 1218/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NELZI TEREZINHA PIETRASCK, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1219/2010

PORTARIA Nº. 1219/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NORMA PEREIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1220/2010

PORTARIA Nº. 1220/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RAINILDES DE ANDRADE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1221/2010

PORTARIA Nº. 1221/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RAINILDES GALS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1222/2010

PORTARIA Nº. 1222/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal REGINA CELIA SLOMP, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1223/2010

PORTARIA Nº. 1223/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ELIANE REGINA DA SILVA JENSEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1224/2010

PORTARIA Nº. 1224/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ERMENI PEREIRA NILSEN, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 1225/2010

PORTARIA Nº. 1225/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ERONDINA ALVES DOS SANTOS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 1226/2010

PORTARIA Nº. 1226/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal EUNICE PERFOLL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 1227/2010

PORTARIA Nº. 1227/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FRANCILENE FERNANDES DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas

as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 1228/2010

PORTARIA Nº. 1228/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GERTRUDES WHRMEISTER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1229/2010

PORTARIA Nº. 1229/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LIZETE MARTINS RENGEL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1230/2010

PORTARIA Nº. 1230/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a)

servidor(a) municipal LOURDES RECH, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1231/2010

PORTARIA Nº. 1231/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUCI MARIZE MEES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1232/2010

PORTARIA Nº. 1232/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUCIANE DAS GRACAS RIBEIRO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1233/2010

PORTARIA Nº. 1233/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUZIA WARMLING, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1234/2010

PORTARIA Nº. 1234/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARGARETE LAMEGO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1235/2010

PORTARIA Nº. 1235/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA DO PERPETUO SOCORRO CUNHA WEISS, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1236/2010

PORTARIA Nº. 1236/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA DOS SANTOS FAUST, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1237/2010

PORTARIA Nº. 1237/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARIA GORETI DEOLA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1240/2010

PORTARIA Nº. 1240/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARINA DE FATIMA PICKLER DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1241/2010

PORTARIA Nº. 1241/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARINEUSA RECH, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1242/2010

PORTARIA Nº. 1242/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARISE BALDO SCHNEIDER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1244/2010

PORTARIA Nº. 1244/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MARLI TEREZINHA HAMM, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições

do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1283/2010

PORTARIA Nº. 1283/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LIZETE DEMARCHI MARZANI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1284/2010

PORTARIA Nº. 1284/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LEONITA BERLANDA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1285/2010

PORTARIA Nº. 1285/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a)

servidor(a) municipal LENIR VANDERLINDE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1286/2010

PORTARIA Nº. 1286/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "13", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1287/2010

PORTARIA Nº. 1287/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal KASSIELLE KLITZKE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10" faixa "11", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1320/2010

PORTARIA Nº. 1320/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Funeral à IVANIR CHIQUELEIRO, (Protocolo 123555/2010), em virtude do falecimento ocorrido no dia 19/10/2010, do servidora pública municipal, IVANILDE MARIA VIEIRA, aposentada pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº 1321/2010

PORTARIA Nº. 1321/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VITAL FONTANIVE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal de Posturas, Nível "60", faixa "63", para o cargo de Fiscal de Posturas, Nível "G", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Fiscalização Tributária. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria nº 0968/2010

PORTARIA Nº. 0968/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CLELIA PEDRASSANI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Enfermeiro, Nível "70" faixa "71", para o cargo de Enfermeiro, Nível "H", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Estratégia de Agente Comunitário de Saúde. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Extrato de Edital 60/2010 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2010 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 100.000 LITROS DE GASOLINA COMUM E 100.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM PARA USO DOS VEÍCULOS DA FROTA DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 08/12/2010, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia 08/12/2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437 e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Setor de Transportes.

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Primeiro termo de retificação do edital interno de remoção por concurso e por permuta ano 2010

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA ANO 2010

A Secretária Municipal de Educação e o Secretário Municipal de Administração do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais comunicam as retificações no Edital Interno de Remoção – Ano 2010:

ONDE SE LÊ:

3. Das Vagas Disponíveis

Escola Modelo em Tempo Integral 1 – Arvino	Nº Vagas	Carga Horária
Walter Gaertner		
Educação Física	11	40h
Artes	01	40h

LEIA-SE:

Escola Modelo em Tempo Integral 1 – Arvino	Nº Vagas	Carga Horária
Walter Gaertner		
Educação Física	11	40h
Artes	01	40h
Pedagogo	01	40h

ONDE SE LÊ:

CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIDADES	Nº Vagas	Carga Horária
CEI Cinderela	02	40h
CEI Adelaide Ledra	02	40h
CEI Augusto Bosco	05	40h
CEI Cantinho do Amor II	01	40h
CEI Cobras	01	40h

CEI Danilo Lourival Schmidt	06	40h
CEI Déa Bornhausen	01	40h
CEI Egídio Dalmarco	04	40h
CEI Favinho de Mel II	01	40h
CEI Francisco Fleisner	03	40h
CEI Ilse Soldatelli	15	40h
CEI Maria José Stramosk	03	40h
CEI Navegantes	02	40h
CE Pe. Ângelo Moser	04	40h
CEI Pinguinho de Gente	03	40h
CEI Romão Trauczynski	04	40h
CEI Ruth Schroeder Ohf	01	40h
CEI Sebastião Back	04	40h

CEI Tia Bea	03	40h
CEI Titio Karan	05	40h

LEIA-SE:

CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIDADES	Nº Vagas	Carga Horária
CEI Aquarela	01	40h
CEI Cinderela	02	40h
CEI Adelaide Ledra	02	40h
CEI Augusto Bosco	05	40h
CEI Cantinho do Amor II	01	40h
CEI Cobras	01	40h
CEI Danilo Lourival Schmidt	06	40h

CEI Déa Bornhausen	01	40h
CEI Egídio Dalmarco	04	40h
CEI Favinho de Mel II	02	40h
CEI Francisco Fleisner	03	40h
CEI Ilse Soldatelli	15	40h
CEI Maria José Stramosk	03	40h
CEI Navegantes	02	40h
CE Pe. Ângelo Moser	04	40h
CEI Pinguinho de Gente	03	40h
CEI Romão Trauczynski	04	40h
CEI Ruth Schroeder Ohf	01	40h
CEI Sebastião Back	04	40h
CEI Tia Bea	03	40h
CEI Titio Karan	05	40h

ONDE SE LÊ:

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A REMOÇÃO POR CONCURSO

- 9.1 Maior habilitação;
9.2 Curso de Especialização na área de atuação;
9.3 Maior tempo de serviço;

- 9.4 Maior número de horas de aperfeiçoamento;
9.5 Maior idade.

LÊ-SE:

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA A REMOÇÃO POR CONCURSO

- 9.1 Maior habilitação;
9.2 Curso de Especialização na área de atuação;
9.3 Maior tempo de serviço (no Magistério Público Municipal de Rio do Sul);
9.4 Maior número de horas de aperfeiçoamento;
9.5 Maior idade.

ONDE SE LÊ:

10. DA PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DO PRAZO PARA RECURSO

10.1 Após o prazo de inscrição, as mesmas serão publicadas no Portal dos Servidores Municipais de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 30/12/2010, em ordem alfabética;

LEIA-SE:

10. DA PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DO PRAZO PARA RECURSO

10.1 Após o prazo de inscrição, as mesmas serão publicadas no Portal dos Servidores Municipais de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 30/11/2010, em ordem alfabética;

Rio do Sul (SC), 23 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

Resultado Final Processo Seletivo 010/2010

RESULTADO FINAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, no uso de suas atribuições legais, na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital de Processo Seletivo nº 010/2010 e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo citado:

OPERADOR EQUIPAMENTOS - MOTONIVELADORA					
Nome	RG	Prova Prática	Experiência	Total	Classificação
Ricardo Lindner	48345873	7,00	3,00	10,00	1º
Luciano Xavier	2918428	7,00	3,00	10,00	2º
Hipólito Eloir Raimundi	5087554	8,00	1,00	9,00	3º
Pedro Bolconte Filho	50888412	5,00	0,00	0,00	Reprovado

OPERADOR EQUIPAMENTOS - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA					

Nome	RG	Prova Prática	Experiência	Total	Classificação	Desempate
Luis César Ronczkoski	3459935	9,00	1,00	10,00	1º	Maior tempo Serviço
Michel Ronczkoski	4203942	10,00	0,00	10,00	2º	
Vilson da Rosa	629-012	7,00	0,00	7,00	3º	

OPERADOR EQUIPAMENTOS - RETROESCAVADEIRA					
Nome	RG	Prova Prática	Experiência	Total	Classificação
Ricardo Ronczkoski	50129376	10,00	0,00	10,00	1º
Vanderlei Ignaczuk	29179491	7,00	0,00	7,00	2º
Dorvalino Schroeder	1.424.676-7	N.C.	0,00	#VALOR!	Reprovado

Rio do Sul, 22 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS VANDERLEI PETRI
 Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

JAIME SBORZ
 Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Ata de Registro de Preços 57/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 57/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2010
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2010
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2010
 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Aquinpel Suprimentos para Escr. Inf. E Papelaria Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material de papelaria, expediente e suprimentos de informática, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Aquinpel Suprimentos para Escr. Inf. e Papelaria Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
10	Caixa de arquivo morto – pequena	R\$ 1,42
14	Caneta hidrocor c/12 um	R\$ 1,59
16	Caneta azul	R\$ 0,93
18	Caneta preta	R\$ 0,93
19	Caneta vermelha	R\$ 0,93
28	Cartucho original PG 40 (Cannon IP 1300) original	R\$ 97,40
29	Cartucho HP C6615D preto original	R\$ 86,78
57	Resma de papel A4 210x297mm c/ 500 fls	R\$ 13,80
58	Formulário contínuo 240x280mm (11") 1 via branco	R\$ 77,60
60	Grampeador 26/6	R\$ 22,60

69	Papel contact transparente – rolo c/ 50,00m	R\$ 97,75
72	Papel térmico para fax. 216mm x 30mts	R\$ 6,72
74	Pasta A-Z	R\$ 4,83
81	Perfurador M-002	R\$ 28,82
121	Cartucho original 92 (para HP multifuncional C3180)	R\$ 46,27

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA AQUINPEL SUPR. PARA ESCR.
 Gestora do Fundo Municipal INFOR. E PAPELARIA LTDA
 de Saúde de Rio do Sul

Ata de Registro de Preços 58/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 58/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2010
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2010
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2010
 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dial Departamentos Ltda-ME, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material de papelaria, expediente e suprimentos de informática, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dial Departamentos Ltda-ME		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Alfinete c/ cabeça colorida c/ 50 um	R\$ 4,90
2	Almofada p/ carimbo n. 02	R\$ 5,89
3	Apontador de lápis	R\$ 0,95
4	Bateria 9V	R\$ 11,50
5	Bobina p/ calculadora – 57mm x 30m	R\$ 0,95
6	Borracha branca – 9g	R\$ 0,25
7	Borracha ponteira p/ lápis	R\$ 1,45
8	Caderno espiral c/ 150fls – aprox.	R\$ 4,70
9	Cadernos espiral pequeno – 48fls	R\$ 2,75
11	Caixa de correspondência	R\$ 23,50
12	Caderno brochura 48fls – capa dura	R\$ 2,80
13	Calculadora simples pequena	R\$ 11,50
15	Caneta destaca texto	R\$ 0,95
17	Caneta pilot color – preta	R\$ 1,80
20	Caneta para retroprojektor azul 1mm	R\$ 2,90
21	Caneta para retroprojektor preto	R\$ 2,90
22	Caneta para retroprojektor vermelho	R\$ 2,90
23	Carbono preto c/ 100fls	R\$ 44,50
24	Cartucho C6625A color, para HP, original	R\$ 127,00
25	Cartucho C8728A, para HP, original	R\$ 88,40
26	Cartucho original p/ impressora jato de tinta 8727A	R\$ 66,00

27	Cartucho preto p/ impressora 21C9351 original	R\$ 66,00
30	Cartucho p/ impressora HP nº 17 color, original	R\$ 108,00
31	CD R-700 MB com capa	R\$ 1,70
32	CD RW 700 MB	R\$ 2,80
33	Clips n. 0 – niquelado c/ 500gr	R\$ 9,60
34	Clips n. 8 – niquelado c/ 500gr	R\$ 9,60
35	Clips 2/0, anti-ferrugem, 500gr	R\$ 9,60
36	Cola em bastão 10gr	R\$ 0,85
37	Corretivo liquido com 18ml	R\$ 0,92
38	Corretivo liquido tipo caneta	R\$ 9,30
39	Disquetes 1.44mb, caixa com 10un	R\$ 11,00
40	DVD-R de 4,7 GB	R\$ 1,95
41	DVD/RW de 4,7 GB	R\$ 3,85
42	Pacote de elástico – 100g (borrachinha de dinheiro)	R\$ 1,99
43	Envelope ofício pequeno branco – 16 x 11	R\$ 0,08
44	Envelope pardo – 18 x 24	R\$ 0,30
45	Envelope pardo 36 x 26	R\$ 0,50
46	Estilete pequeno	R\$ 1,25
47	Etiqueta 89 x 23,4 – 2 colunas, caixa c/ 3000 unidades	R\$ 183,00
48	Etiqueta adesiva 5 carreiras – formulário contínuo 45.000un	R\$ 183,00
49	Extrator de grampo	R\$ 2,80
50	Fichário de mesal acril 6x9 M-74	R\$ 53,00
51	Fita adesiva 45mm x 50m	R\$ 2,80
52	Fita crepe – 19mm x 50m	R\$ 2,80
53	Fita durex grande – 12mm x 40m – c/ 17,5cm de diâmetro no centro	R\$ 0,85
54	Fita métrica	R\$ 4,40
55	Fita p/ impressora matricial FX 2170	R\$ 22,50
56	Fita p/ impressora matricial FX 1170	R\$ 11,50
59	Formulário contínuo 240 x 280mm – 2 vias branco carb.	R\$ 97,00
61	Grampo p/ grampeador n. 26/6 – niquelado c/ 5000	R\$ 2,85
62	Índice alfabético 6 x 9	R\$ 53,00
63	Lamina para estilete pequeno – envelope c/ 10 unidades	R\$ 1,45
64	Lápis preto nr. 02	R\$ 0,30
65	Livro ata – 50 fls	R\$ 4,90
66	Livro ata – 100 fls	R\$ 7,80
67	Livro ata - 200 fls	R\$ 13,80
68	Molha dedo	R\$ 2,80
70	Papel de embrulho – 80cm x 40m	R\$ 75,00
71	Papel de embrulho – 40cm x 40m	R\$ 53,00
73	Papel triplex branco 280gr (cartolina) – folha 48 x 66cm	R\$ 1,95
75	Pasta de cartolina c/ elástico	R\$ 0,82
76	Pasta trilho c/ grampo de metal	R\$ 0,95
77	Pasta polionda c/ elástico 2,5	R\$ 2,80
78	Pasta polionda 5cm altura	R\$ 3,80
79	Pasta suspensa	R\$ 0,77
80	Percevejo c/ 100un	R\$ 1,70
82	Pilha média alcalina c/ 2 und	R\$ 8,80
83	Pilha pqna alcalina c/ 4 und	R\$ 6,70
84	Pilha AAA c/ 02	R\$ 7,80
85	Pincel atômico	R\$ 2,80
86	Porta durex grande – diâmetro 17,5 cm	R\$ 27,00
87	Porta lápis acrílico – 3 repartições	R\$ 11,80
88	Prancheta acrílica	R\$ 9,50

89	Prancheta de madeira c/ prendedor	R\$ 2,90
90	Régua plástica 30 cm	R\$ 0,40
91	Régua plástica 60 cm	R\$ 1,15
92	Rolo de etiqueta de 4,0 x 2,5 cm c/ 250 und cada	R\$ 13,50
93	Tesoura grande	R\$ 9,70
94	Tinta p/ almofada de carimbo – cor azul	R\$ 4,60
95	Tinta p/ carimbo – preta	R\$ 4,70
96	Tomada T (Benjamin)	R\$ 11,00
97	Pasta catálogos c/ 50 fls	R\$ 9,90
98	Plásticos transparentes p/ pasta catalogo	R\$ 0,16
99	Grampo p/ grampeador 23 x 13	R\$ 11,80
100	Toner original p/ impressora laser CB 435 A	R\$ 240,00
101	Grampo plástico bello fix – pct 50 und	R\$ 9,80
102	Lápis de cor – cx c/ 24 und	R\$ 15,70
103	Toner remanufaturado 12 A p/ impressora laser 1020	R\$ 168,00
104	Toner p/ impressora Laser 2600 Preto Q6000A original	R\$ 345,00
105	Toner p/ impressora Laser 2600 Azul Q6001A original	R\$ 345,00
106	Toner p/ impressora Laser 2600 Amarelo Q6002A original	R\$ 390,00
107	Toner p/ impressora Laser 2600 Vermelho Q6003A original	R\$ 388,00
108	Toner original CB 540 A	R\$ 340,00
109	Toner CB 541AC original	R\$ 370,00
110	Toner CB 543AM original	R\$ 370,00
111	Toner CB 542 original	R\$ 370,00
112	Pen Drive 8 GB	R\$ 75,00
113	Telefone sem fio	R\$ 190,00
114	Quadro branco medindo 1,20 x 1,80 m	R\$ 150,00
115	Mural de cortiça 50 x 70cm	R\$ 130,00
116	Apagador c/ suporte p/ quadro branco	R\$ 7,70
117	Massa de modelar c/ 06 cores	R\$ 6,70
118	Cola branca 90gr	R\$ 2,70
119	Papel dupla face – diversas cores	R\$ 0,75
120	Balão colorido c/ 50 und	R\$ 6,60

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

DIAL DEPARTAMENTO LTDA - ME

Ata de Registro de Preços 59/2010 FMS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 59/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa



Promefarma Representações Comerciais Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Promefarma Representações Comerciais Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
8	Água oxigenada 20 vol - c/ 100ml cada	R\$ 2,86
11	Agulha descartável 25 x 7	R\$ 0,027
20	Aminofilina 10ml - injetável	R\$ 0,37
35	Fenoterol 5mg/ml gotas - 20ml	R\$ 1,099
38	Butilbrometo de escopolamina + dipirona sódica 5ml - inj.	R\$ 0,52
39	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml inj. 02ml	R\$ 0,897
64	Depo-medrol injetável 2ml-40mg - amp.	R\$ 10,15
66	Diclofenaco sódico inj. 75mg - 3ml	R\$ 0,182
67	Dramin B6 DL inj. endov. Amp. 10ml	R\$ 1,99
83	Formol 10% - 1000ml	R\$ 4,23
84	Fosfato dissódico de dexametasona 4mg/ml inj.	R\$ 0,39
98	Kit parto descartável	R\$ 40,10
101	Lanterna pupilar	R\$ 7,15
102	Papel toalha bobina hosp. 0,70cm x 50m	R\$ 4,03
119	Omeprazol sódico - 40mg - inj.	R\$ 3,44
132	Algodão hidrófilo 500gr	R\$ 5,39
134	Saco de lixo hospitalar - 15lt	R\$ 0,0572
135	Saco de lixo hospitalar - 20lt	R\$ 0,0572
136	Saco de lixo hospitalar branco leitoso identificado - 30lt	R\$ 0,084
137	Saco de lixo hospitalar - 60lt	R\$ 0,114
138	Escalp. n. 19	R\$ 0,08
139	Escalp. n. 23	R\$ 0,08
140	Escalp. n. 25	R\$ 0,089
152	Sonda de aspiração nº 04	R\$ 0,28
154	Sonda de aspiração nº 08	R\$ 0,30
156	Sonda de aspiração nº 12	R\$ 0,338
189	Soro fisiológico 0,9% - 100ml	R\$ 1,38
191	Sulfato de atropina 0,5mg/ml inj. - 1ml	R\$ 0,273
192	Tenoxicam injetável - 40mg - amp. 2ml	R\$ 6,87
198	Tintura de iodo	R\$ 10,79
199	Tubo endotraquial com manguito nº 9	R\$ 1,599
200	Tubo endotraquial com manguito nº 8,5	R\$ 1,599
201	Tubo endotraquial com manguito nº 8	R\$ 1,599
202	Tubo endotraquial com manguito nº 7,5	R\$ 1,599
203	Tubo endotraquial com manguito nº 6,5	R\$ 1,599
204	Tubo endotraquial com manguito nº 5	R\$ 1,599
205	Tubo endotraquial com manguito nº 4,5	R\$ 1,599
206	Tubo endotraquial com manguito nº 4	R\$ 1,599
213	Xylocaina 1% c/ vasoconstrutor - 20ml	R\$ 5,039

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

PROMEFARMA REPR. COM. LTDA

Ata de Registro de Preços 60/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 60/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaci Material Cirúrgico Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaci Material Cirúrgico Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
5	Água destilada 5ml	R\$ 0,077
6	Água destilada 10ml plástica	R\$ 0,077
31	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml - gotas 20ml	R\$ 0,45
92	Glicose 25% - 10ml	R\$ 0,12
93	Glicose 50% - 10ml inj.	R\$ 0,12
95	Hidrocortizona 500mg - frasco	R\$ 1,99
103	Xylocaina 10% - spray 50ml	R\$ 45,12
150	Soro fisiológico 0,9% - bolsa 500ml	R\$ 1,50
215	Xylocaina geléia 2% - tubo 30ml	R\$ 1,13
216	Xylocaina 2% sem vasoconstrutor - 20ml	R\$ 1,19

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

DIMACI MAT. CIRÚRGICO LTDA

Ata de Registro de Preços 61/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 61/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cirúrgica Jaw Com. de Mat. Med. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cirúrgica Jaw Com. de Mat. Med. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
96	Hidrogel amorfo - bisnaga, frasco, 15gr	R\$ 15,80
97	Iruxol pomada 30g	R\$ 8,32

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA CIRÚRGICA JAW COM. DE MAT. MED
Gestora do Fundo Municipal HOSPITALAR LTDA
de Saúde de Rio do Sul

Ata de Registro de Preços 62/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 62/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Laboratórios B. Braun S.A, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Laboratórios B. Braun S.A		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
42	Cateter intravenoso (abocath) nº 14 – modelo Jelco	R\$ 1,90
43	Cateter intravenoso (abocath) nº 16 – modelo Jelco	R\$ 1,76
44	Cateter intravenoso (abocath) nº 18 – modelo Jelco	R\$ 1,59
45	Cateter intravenoso (abocath) nº 20 – modelo Jelco	R\$ 1,59
46	Cateter intravenoso (abocath) nº 22 – modelo Jelco	R\$ 1,59
151	Solução de ringer lactado – 500ml	R\$ 1,98

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

Ata de Registro de Preços 63/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 63/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
4	Adrenalina 1ml – inj.	R\$ 0,28
51	Cloreto de potássio 19,1% - 10ml inj.	R\$ 0,145
52	Cloreto de sódio 0,9% - 10ml – injetável	R\$ 0,118
53	Cloreto de sódio 20% - 10ml – inj.	R\$ 0,145
54	Metoclopramida 5mg/ml ampola 2ml	R\$ 0,211
55	Cloridrato de ranitidina 50mg/2ml – inj.	R\$ 0,219
56	Cloridrato de amiodarona 50mg/ml – inj. 3ml	R\$ 0,789
68	Dreno de penrose – nr. 1 – cx. c/ 12und	R\$ 3,326
69	Dreno penrouse nº02 – caixa c/ 12 und	R\$ 4,323
70	Equipo p/ soro	R\$ 0,319
81	Fita para autoclave 19mm x 30m	R\$ 1,99
85	Furosemida 10mg/ml ampola	R\$ 0,219
145	Seringa s/ agulha – descartável – 10ml	R\$ 0,225
148	Cloreto de sódio 0,9% - 125ml – em bolsa	R\$ 1,29
149	Soro fisiológico 9% - bolsa c/ 250ml	R\$ 1,39
157	Sonda de aspiração nº 14	R\$ 0,355
170	Sonda nasogastrica curta nº 12	R\$ 0,312
172	Sonda nasogastrica curta nº 16	R\$ 0,39
180	Sonda retal nº 24	R\$ 0,526
181	Sonda retal nº 26	R\$ 0,667
182	Sonda retal nº 30	R\$ 0,723
183	Sonda uretral desc. Nr. 04	R\$ 0,308
184	Sonda uretral desc. Nr. 06	R\$ 0,307
190	Soro glicolizado 5% - 250ml em bolsa	R\$ 1,449
221	Mascara pocket para RCP c/ entrada de oxigênio	R\$ 175,439
222	Óculos de proteção c/ lente incolor de policarbonato com tr	R\$ 4,07

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA ALTERMED MAT. MED.
Gestora do Fundo Municipal HOSPITALAR LTDA
de Saúde de Rio do Sul

Ata de Registro de Preços 64/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 64/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da

Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Starmed Artigos Med. e Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Starmed Artigos Med. e Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Abaixador de língua em madeira c/ 100	R\$ 1,49
15	Agulha p/ coleta a vácuo – 2,5 x 8mm 21G – cx c/ 100und	R\$ 19,60
22	Aparelho de pressão	R\$ 29,00
48	Catgut simples 2-0 c/ agulha 3.0cm c/ 24 und	R\$ 38,00
49	Catgut simples 3-0 c/ agulha – cx c/ 24und	R\$ 38,00
63	Cuba Rim – Inox	R\$ 25,50
91	Gel p/ ultrassom (ref. Carbogel) 1kg	R\$ 3,30
104	Lugol forte 1lt	R\$ 18,64
106	Luvas descartáveis (media) cx c/ 100	R\$ 8,49
107	Luvas descartáveis (pqno) c/100	R\$ 8,39
108	Luva estéril nº 07 – par	R\$ 0,70
113	Máscara p/ nebulização – adulto – copo e cachimbo	R\$ 4,37
114	Máscara p/ nebulização – infantil – copo e cachimbo	R\$ 4,37
115	Mononylon 3-0 c/ agulha – 2,0cm – cx c/ 24 und	R\$ 14,20
116	Mononylon 4-0 c/ agulha pqna – 2,0cm – 24mm – cx c/ 24und	R\$ 14,20
117	Mononylon 5-0 c/ agulha – 2,0cm – cx c/ 24und	R\$ 14,20
118	Mononylon 6-0 c/ agulha – 2,0cm – cx c/ 24 und	R\$ 14,20
129	Preservativo masc. S/ lubrificante	R\$ 0,14
141	Seringa c/ agulha p/ insulina – 1ml	R\$ 0,10
142	Seringa s/ agulha – descartável 1ml	R\$ 0,11
143	Seringa descartável s/ agulha – 3ml	R\$ 0,11
144	Seringa s/ agulha – descartável – 5ml	R\$ 0,12
165	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 10	R\$ 0,92
219	Esfignomametro adulto c/ fecho de velcro	R\$ 29,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

STARMED ARTIGOS
MEDICOS E HOSP. LTDA

Ata de Registro de Preços 65/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 65/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Aliança Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Aliança Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
24	Atadura crepom 04cm x 4,5mt – 13 fios und.	R\$ 0,21
25	Atadura crepom 8cm x 4,5mt – 13 fios	R\$ 0,21
27	Atadura crepom 12cm x 4,5mt – 13 fios und.	R\$ 0,37
28	Atadura crepom 15cm x 4,5mt – 13 fios	R\$ 0,45
41	Carvão ativado com prata, placa 10x10cm	R\$ 24,90
60	Coletor de materiais perfurocortantes 13lts	R\$ 1,75
112	Máscara descartável dupla c/ elástico c/ 50	R\$ 4,10
126	Placa de hidrocoloide 10x10cm	R\$ 14,50
188	Sonda uretral desc. Nr 16	R\$ 0,36
193	Termômetro digital	R\$ 8,50
209	Tubo para coleta a vácuo c/ gel – 8,5ml, pct c/ 100und	R\$ 62,00
210	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo sem edta – 5ml – pct 100 und	R\$ 26,80
218	Sonda uretral nº 14	R\$ 0,305

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

Ata de Registro de Preços 66/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 66/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cointer Material Med. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Cointer Material Med. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
16	Álcool 92,8%	R\$ 2,47
17	Álcool 70%	R\$ 3,90

30	Atadura triangular em tecido	R\$ 1,59
34	Benzina 1000ml	R\$ 6,18
57	Clorexidina 0,2% aquosa	R\$ 6,87
59	Clorexidine degermante 2% litro	R\$ 8,25
75	Espátula p/ coleta de material uterino c/ 100	R\$ 2,63
78	Éter sulfúrico 1lt	R\$ 14,60
79	Fibra de carboxetilmetilcelulose – placa 10x10cm	R\$ 40,00
80	Fibra de carboxetilmetilcelulose c/ prata – placa 10x10cm	R\$ 54,00
100	Lanceta metálica esteril p/ ap. glicosímetro – cx c/ 100	R\$ 3,35
128	Equipo p/ soro, conector 4 vias c/ clamp (Polifix)	R\$ 0,70
131	Repelente aerosol contra insetos, frasco 120ml	R\$ 8,49
162	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 16	R\$ 0,775
163	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 14	R\$ 0,775
207	Tubo endotraqueal c/ manguito nº 2,5	R\$ 1,19
214	Xylocaina 1% s/ vaso construtor 20ml	R\$ 3,42
220	Estetoscópio c/ tubo duplo e função conjugada ref. Rappapor	R\$ 7,08
226	Protetor solar 30 FPS – 120ml	R\$ 12,69

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

COINTER MAT. MED.
HOSPITALAR LTDA

Ata de Registro de Preços 67/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 67/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaci – SC Mat. Cirúrgico Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaci – SC Mat. Cirúrgico Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
9	Agulha descartável 13x4,5	R\$ 0,0269
13	Agulha descartável 30x7	R\$ 0,027
14	Agulha descartável 30x8	R\$ 0,027
36	Bolsa coletora de urina, sist. Fechado 2 lts	R\$ 1,85
58	Clorexidine alcoólica 0,5% lt	R\$ 5,49
74	Esparadrapo 10cm x 10mt	R\$ 10,30
77	Estetoscópio	R\$ 5,90

82	Fixador celular 100ml spray – fco 70gr	R\$ 3,50
86	Garrote específico p/ coleta de sangue	R\$ 0,75
127	Equipo p/ soro, conector 2 vias c/ clamp (polifix)	R\$ 0,42
153	Sonda de aspiração nº 06	R\$ 0,30
155	Sonda de aspiração nº 10	R\$ 0,32
158	Sonda de aspiração nº 16	R\$ 0,38
159	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 06	R\$ 1,18
160	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 08	R\$ 1,18
161	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 22	R\$ 0,77
164	Sonda foley c/ balão e 2 vias nº 12	R\$ 0,77
166	Sonda foley 18	R\$ 0,80
168	Sonda foley 22	R\$ 0,80
169	Sonda nasogastrica curta nº 10	R\$ 0,32
171	Sonda nasogastrica curta nº 18	R\$ 0,41
173	Sonda nasogastrica curta nº 06 infantil	R\$ 0,31
175	Sonda nasogastrica longa nº 22	R\$ 0,71
176	Sonda nasogastrica longa nº 20	R\$ 0,66
177	Sonda nasogastrica longa nº 16	R\$ 0,57
178	Sonda nasogastrica longa nº 08	R\$ 0,41
179	Sonda nasogastrica longa nº 06	R\$ 0,34
217	Glutaraldeido 5lt	R\$ 14,95
227	Protetor solar fator 30 loção – UVA e UVB – fco 120ml	R\$ 9,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

DIMACI – SC MATERIAL
CIRÚRGICO LTDA

Ata de Registro de Preços 68/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 68/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Produvale Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Produvale Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	Ácido acético glacial 5%	R\$ 8,80
3	Ácidos graxos insaturados	R\$ 4,80
7	Água oxigenada 10 vol	R\$ 2,20
10	Agulha descartável 25 x 6	R\$ 0,03
12	Agulha descartável 40 x 12	R\$ 0,029
21	Anuscópio descartável	R\$ 1,85

26	Atadura crepom 10cm x 4,5mt – 13 fios und.	R\$ 0,313
29	Atadura crepom 20cm x 4,5mt – 13 fios und.	R\$ 0,59
32	Bandagem auto-adesiva hipoalergica, cx c/ 500und	R\$ 7,80
47	Cateter tipo óculos nasal adulto	R\$ 0,60
50	Catgut simples 4-0 c/ agulha 3-0, cx c/ 24 und	R\$ 37,90
61	Coletor de materiais perfurocortantes 03lts – descart.	R\$ 1,159
65	Detergente enzimático desincrostante 5lts	R\$ 70,50
71	Escova ginecológica descartável c/ 100	R\$ 13,00
72	Esparadrapo micropore 5cm x 10mt	R\$ 2,20
73	Esparadrapo 10cm x 4,5mt	R\$ 3,15
99	Lamina fosca cx c/ 50	R\$ 1,55
105	Luvas descartáveis (grande) c/ 100	R\$ 8,48
109	Luva estéril nº 7,5 – par	R\$ 0,70
110	Luva esterilizada n 08	R\$ 0,68
120	Papel p/ ultrassonografia vídeo printer sony UPP 110HG 205	R\$ 252,00
121	Pinça de cheron (tesoura) 24cm aço inoxidável	R\$ 19,70
123	Pinça Kelly curva delicada 14cm aço inoxidável	R\$ 8,70
124	Pinça Kelly 14cm reta aço inoxidável	R\$ 8,70
133	Sabonete liquido cremoso perolado	R\$ 2,10
147	Seringa s/ agulha descartável 60ml	R\$ 1,45
185	Sonda uretral nº 10	R\$ 0,29
186	Sonda uretral nº 12	R\$ 0,30
187	Sonda uretral desc. Nr. 08	R\$ 0,279
197	Tesoura cirúrgica reta 15 cm	R\$ 8,00
208	Tubo para coleta a vácuo EDTA K3 5ml tampa roxa, pct c/ 100 und	R\$ 26,60
211	Vaselina líquida 1lt	R\$ 7,80
212	Virex 5 lts	R\$ 50,00
223	Tesoura romba – romba reta 15cm	R\$ 9,00
224	Especulo descart. Tam. P nº 01	R\$ 0,569
225	Especulo descart. Tam. M nº 02	R\$ 0,609

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

PRODUVALE PROD. HOSPT.
LTDA

Ata de Registro de Preços 69/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 69/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a

empresa Produtos Hospitalares MedBlanc Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Produtos Hospitalares MedBlanc Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
87	Gaze c/ 5 dobras e 8 camadas 7,5 x 7,5cm, 13 fios (aberta)	R\$ 8,50
89	Gaze tipo queijo 91mt x 91cm, 13 fios	R\$ 22,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

PRODUTOS HOSP.
MEDBLANC LTDA

Ata de Registro de Preços 70/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 70/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Maximed Sul Com. de Prod. Med. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Maximed Sul Com. de Prod. Med. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
18	Alginato de cálcio e sódio, placa 10x10cm	R\$ 10,45

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
de Saúde de Rio do Sul

MAXIMED SUL COM. DE PROD
MED. HOSPITALAR LTDA

Ata de Registro de Preços 71/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 71/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2010
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Medical Prod. Médico-Hospitais Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Medical Prod. Médico-Hospitais Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
19	Almotolia plástica transparente 250ml	R\$ 1,13
23	Aparelho nebulizador	R\$ 89,50
33	Bandagem auto-adesiva – c/ 35 und.	R\$ 1,80
40	Campo operatório 45x50 c/ 50	R\$ 29,00
62	Coletor universal 80ml c/ tampa rosqueada	R\$ 0,16
90	Gel uso externo para ultrassom 100g	R\$ 0,74
94	Hastes flexíveis c/ ponta de algodão, cx c/ 75und	R\$ 0,63
111	Manta térmica (cobertor aluminizado) 2,10m x 1,40m	R\$ 8,00
122	Pinça de dissecação c/ serrilha 14cm reta	R\$ 4,70
130	Protetor solar FPS 50 – 120ml	R\$ 14,00
146	Seringa s/ agulha – descart. – 20ml	R\$ 0,355
167	Sonda foley nº 20	R\$ 0,70
174	Sonda nasogástrica longa nº 12	R\$ 0,45
194	Termômetro clínico	R\$ 1,89
195	Tesoura íris fina-fina, 11,5cm – reta em aço inoxidável	R\$ 7,00
196	Tesoura íris fina-fina, 11,5cm – curva em aço inoxidável	R\$ 7,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 11 de outubro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
 Gestora do Fundo Municipal
 de Saúde de Rio do Sul

MEDICAL PROD. MÉDICO-
 HOSP. LTDA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.126, de 24 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 4.126, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotações, no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.909, de 19/11/2010 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - anulação de dotações no orçamento programa, no valor de R\$ 516.393,30 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e noventa e três reais e trinta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE		
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE		
08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019	187	Aplicação Direta	76.393,30
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	191	Aplicação Direta	160.000,00
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0058	117	Aplicação Direta	100.000,00
09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	163	Aplicação Direta	180.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.909, de 19/11/2010:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE		
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE		
08.01.12.361.4505.1.001.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	189	Aplicação Direta	236.393,30
08.01.12.361.4505.1.001.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0058	139	Aplicação Direta	100.000,00
09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	182	Aplicação Direta	180.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 24 de novembro de 2010.
 TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 123/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/12/2010, às 9:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 67 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA E MASSA CBUQ FAIXA C DNIT, A SEREM UTILIZADOS NA REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações licitações@saoulourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 385 /2010

DECRETO Nº 385 /2010

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/2009:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

07.01.26.782.22.2016 - Func. e Manut. da Coord. de Obras R\$ 56.578,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 43.200,00

3.3.90.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 13.378,00

Suplementação:

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 43.200,00

4.4.90.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas..... R\$ 13.378,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº386/2010

DECRETO Nº386/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.2.025 - Func. e Manut. do Meio Ambiente R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas..... R\$ 8.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.24.2.021 - Contribuição ao Pasep R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de novembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 384/2010

DECRETO Nº 384/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 6º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior da cidade na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

07.01.26.782.22.2016 - Func. e Manutenção da Coord. de Obras

..... R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.00.00.06.00127 - Aplicações Diretas..... R\$ 12.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial No 101/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 101/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 186/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de dezembro de 2010 às 14h.

Abertura do Processo: 07 de dezembro de 2010 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das



07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de novembro de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial No 101/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 101/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 186/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de dezembro de 2010 às 14h.
Abertura do Processo: 07 de dezembro de 2010 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de novembro de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

I errata de edital pregão registro de preço Nº 29/2010-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2010-FMS

PROCESSO Nº. 47/2010-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de item referente ao objeto do Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2010-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio terapêutico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Leia-se:
ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO REGISTRO DE PREÇO
(.....)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:
Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio terapêutico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Schroeder, 24 de Novembro de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo de homologação e adjudicação tomada de preço Nº. 09/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2010-PMS
O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preço nº. 09/2010 - PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de empresa especializada para informatização da Administração Pública Municipal, exceto Câmara de Vereadores, através de locação dos sistemas abaixo relacionados, específicos para gestão pública municipal, com instalação, implantação e treinamento, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, e incluindo a migração de todos os dados dos sistemas ora em uso.

Empresa vencedora: BETHA SISTEMAS LTDA.
Valor da proposta vencedora: R\$ 120.882,00 (Cento e vinte mil oitocentos e oitenta e dois reais).
Schroeder, 24 de novembro de 2010.
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 253/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 253/2010-PMS
Modalidade Tomada de Preço nº. 09/2010-PMS - Processo nº. 161/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº

00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88801-530.

Objeto: Contratação de empresa especializada para informatização da Administração Pública Municipal, exceto Câmara de Vereadores, através de locação dos sistemas abaixo relacionados, específicos para gestão pública municipal, com instalação, implantação e treinamento, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas se houverem, e incluindo a migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, conforme Projeto Básico - ANEXO X, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 120.882,00 (Cento e vinte mil oitocentos e oitenta e dois reais).

Data da Assinatura: 24/11/2010 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 254/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 254/2010-PMS

Processo de licitação nº. 166/2010 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 87/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ATAIDE MACHADO, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.281.727/0001-73, estabelecida na Rua Wendelin Reiner, nº. 120, centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de lavagem de ônibus, caminhões, tratores agrícolas e máquinas lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Lavação ônibus (externa e interna)	Unidade	12	85,00	1.020,00
03	Lavação caminhão 03 eixos (truck)	Unidade	40	148,00	5.920,00
04	Lavação caminhão 02 eixos (toco)	Unidade	40	123,00	4.920,00
05	Lavação tratores agrícolas	Unidade	30	60,00	1.800,00

06	Lavação escavadeira hidráulica	Unidade	10	156,00	1.560,00
07	Lavação moto niveladora	Unidade	15	163,00	2.445,00
09	Lavação esteira D 30	Unidade	10	100,00	1.000,00
10	Lavação distribuidor de esterco (líquido)	Unidade	10	55,00	550,00
11	Lavação carregadeira	Unidade	10	85,00	850,00
TOTAL R\$					20.065,00

Valor do contrato: R\$ 20.065,00 (vinte mil e sessenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 24/11/2010 - Vigência: 24/11/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2010-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2010 - DL**

Processo Nr.: 50/2010
Data: 23/11/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: TELEJD INSTALACOES E TELECOMUNIC. LTDA EPP

Código: 6738

Endereço: AV MAL DEODORO DA FONSECA 320 SL17e18

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 85.225.894/0001-70

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde Centro, ESF I, ESF III, ESF IV, e CRAE - Centro de Reabilitação de Atendimento Especializado, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, referente ao mês de janeiro a dezembro de 2011.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde Centro, localizada na Rua Paulo Janh, nº 147 e ESF IV, localizada na Itoupava Açu, no Município de Schroeder /SC.	MÊS	345,00	4.140,00
2	12,00	Manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde ESF I, Localizada na Rua Guaramirim, nº 560, Schroeder I, ESF III, localizada na rua Alphons Maria Schmalz, nº 150, , e CRAE - Centro de Reabilitação de Atendimento Especializado, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3554, no Município de Schroeder /SC.	UN	135,00	1.620,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De Acordo com pedido feito pelo Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social justifica-se a escolha da empresa pelos excelentes trabalhos prestados anteriormente, sempre que lhes foi solicitado, com garantia e retorno imediato, pelo menor preço oferecido, por ser uma empresa prestadora de serviços altamente conceituada no mercado, com históricos de bons serviços prestados, como melhor par ao bem público municipal.

SCHROEDER, 23 de Novembro de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 15/2010 - DL****Processo Nr.: 50/2010****Data: 23/11/2010**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Valor da Despesa: 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 11/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 25/02/2010****Válido até: 25/02/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Filtro Combustível Primário ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMAT'SU	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	24,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	26,0000	2
2	Filtro Combustível Secundário ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMAT'S	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	10,0000	2
3	Filtro de Ar Interno Primário ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMAT'S	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	66,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	70,0000	2
4	Filtro de Ar Externo Secundário ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMA	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	140,9200	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	149,0000	2
5	Filtro Lubrificante ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMAT'SU	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	29,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	31,0000	2
6	FILTRO LUBRIFICANTE ESTEIRA D 30	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	15,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	16,0000	2
7	FILTRO COMBUSTIVEL ESTEIRA D 30	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	9,0000	2
8	FILTRO DE AR PRIMARIO ESTEIRA D 30	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	52,1900	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	54,9600	2
9	FILTRO DE AR SECUNDARIO ESTEIRA D 30	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	24,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	26,0000	2
10	FLTRO LUBRIFICANTE MOTO NIVELADORA HUBER WARCO 135 M	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	66,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	70,0000	2
11	Filtro Combustível Primário MOTONIVELADORA HUBER WARCO	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	25,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	27,0000	2
12	FILTRO COMBUSTIVEL MOTO NIVELADORA HUBER WARCO 135 M	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	80,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	85,0000	2
13	FILTRO DE AR MOTO NIVELADORA HUBER WARCO 135 M	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	26,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	28,0000	2
14	FILTRO LUBRIFICANTE RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	29,4000	1
	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203					

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	31,0000	2
15	FILTRO COMBUSTIVEL RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	26,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	28,0000	2
16	FILTRO COMBUSTIVEL SEPARADOR RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	26,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	28,0000	2
17	FILTRO DE AR PRIMARIO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	177,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	187,0000	2
18	FILTRO DE AR SECUNDARIO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	61,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	65,0000	2
19	FILTRO HIDRAULICO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	170,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	180,0000	2
20	FILTRO DE TRANSMISSÃO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2005 MFS 1442 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2008 MEY 5203	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	15,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	16,6300	2
21	FILTRO LUBRIFICANTE PÁ-CARREGADEIRA MICHIGAN	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	18,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	20,0000	2
22	FILTRO COMBUSTIVEL PÁ-CARREGADEIRA MICHIGAN	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	10,0000	2
23	FILTRO DE AR PÁ-CARREGADEIRA MICHIGAN	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	58,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	58,9600	2
24	FILTRO HIDRAULICO PÁ-CARREGADEIRA MICHIGAN	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	45,9600	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	49,5900	2
25	FILTRO LUBRIFICANTE MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	35,4700	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	36,3600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
26	FILTRO COMBUSTIVEL MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	28,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	30,0000	2
27	FILTRO DE AR PRIMARIO MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	360,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	379,0000	2
28	FILTRO DE AR SECUNDARIO MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	7,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	75,0000	2
29	FILTRO HIDRAULICO MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	58,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	62,0000	2
30	FILTRO SEPARADOR AGUA MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	41,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	44,0000	2
31	FILTRO TRANSMISSÃO MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	389,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	410,0000	2
32	FILTRO AR CONDICIONADO MOTO NIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B MEY 5463	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	142,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	150,0000	2
33	FILTRO LUBRIFICANTE MASSEY FERGUSON 265	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	19,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	21,0000	2
34	FILTRO COMBUSTIVEL MASSEY FERGUSON 265	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	10,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	11,0000	2
35	FILTRO DE AR PRIMARIO MASSEY FERGUSON 265	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	37,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	39,0000	2
36	FILTRO DE AR SECUNDARIO MASSEY FERGUSON 265	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	26,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	28,0000	2
37	FILTRO LUBRIFICANTE TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4984 TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4764	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	22,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	24,0000	2
38	FILTRO COMBUSTIVEL TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4984 TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4764	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	14,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	15,2900	2
39	FILTRO DE AR PRIMARIO TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4984 TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4764	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	137,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	148,2700	2
40	FILTRO DE AR SECUNDARIO TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4984 TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4764	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	75,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	80,0000	2
41	FILTRO HIDRAULICO TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4984 TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL 85E MEM 4764	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	226,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	237,7900	2
42	FILTRO COMBUSTIVEL/PRIMARIO CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0943 CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0483	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	49,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	55,0000	2
43	FILTRO COMBUSTIVEL/SECUNDARIO CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0943 CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0483	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	26,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	28,0000	2
44	FILTRO LUBRIFICANTE CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0943 CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0483	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	43,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	46,0000	2
45	FILTRO DE AR CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0943 CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0483	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	52,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	55,0000	2
46	FILTRO DO COMPRESSOR CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0943 CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2622 E MET 0483	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	84,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	90,0000	2
47	FILTRO LUBRIFICANTE MERCEDES BENZ 1313 MAF 7034 MERCEDES BENZ 1313 LZU 2218 MERCEDES BENZ 1113 LZQ 7717 MERCEDES BENZ 1513 LZQ 7727	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	12,3000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	13,0000	2
48	FILTRO COMBUSTIVEL MERCEDES BENZ 1313 MAF 7034 MERCEDES BENZ 1313 LZU 2218 MERCEDES BENZ 1113 LZQ 7717 MERCEDES BENZ 1513 LZQ 7727	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	6,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	6,9000	2
49	FILTRO DE AR MERCEDES BENZ 1313 MAF 7034 MERCEDES BENZ 1313 LZU 2218 MERCEDES BENZ 1113 LZQ 7717 MERCEDES BENZ 1513 LZQ 7727	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	33,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	35,0000	2
50	FILTRO HIDRAULICO MERCEDES BENZ 1313 MAF 7034 MERCEDES BENZ 1313 LZU 2218 MERCEDES BENZ 1113 LZQ 7717 MERCEDES BENZ 1513 LZQ 7727	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	6,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,0000	2
51	FILTRO LUBRIFICANTE MERCEDES BENZ 12318 MAZ 9027 MERCEDES BENZ 1618 LZT 9945	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	16,3900	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	16,7900	2
52	FILTRO COMBUSTIVEL MERCEDES BENZ 12318 MAZ 9027 MERCEDES BENZ 1618 LZT 9945	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	6,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	6,9000	2
53	FILTRO DE AR MERCEDES BENZ 12318 MAZ 9027 MERCEDES BENZ 1618 LZT 9945	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	32,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	34,0000	2
54	FILTRO HIDRAULICO MERCEDES BENZ 12318 MAZ 9027 MERCEDES BENZ 1618 LZT 9945	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,5000	2
55	FILTRO LUBRIFICANTE FORD VW 13.130 LWV 2527	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	20,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	22,0000	2
56	FILTRO COMBUSTIVEL FORD VW 13.130 LWV 2527	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	5,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	5,5000	2
57	FILTRO DE AR EXTERNO FORD VW 13.130 LWV 2527	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	31,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	33,5000	2
58	FILTRO DE AR INTERNO FORD VW 13.130 LWV 2527	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	19,9000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	20,8000	2
59	FILTRO HIDRAULICO FORD VW 13.130 LWV 2527	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	6,1500	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	6,5000	2
60	FILTRO LUBRIFICANTE CELTA MEV 9392 - CELTA MEV 9322 - CELTA MEL 3484 - CELTA MAS 3225 - MFL4782	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	7,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,5000	2
61	FILTRO COMBUSTIVEL CELTA MEV 9392 - CELTA MEV 9322 - CELTA MEL 3484 - CELTA MAS 3225 - MFL4782	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,9000	2
62	FILTRO DE AR CELTA MEV 9392 - CELTA MEV 9322 - CELTA MEL 3484 - CELTA MAS 3225 - MFL4782	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	7,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,0000	2
63	FILTRO DE COMBUSTIVEL GOL - LZR 0608 GOL - MBS 9636	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	11,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,3000	2
64	FILTRO LUBRIFICANTE GOL - LZR 0608 GOL - MBS 9636	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	2
65	FILTRO DE AR GOL - LZR 0608 GOL - MBS 9636	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	2
66	FILTRO COMBUSTIVEL SAVEIRO - MBS 9656	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,3500	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	9,9000	2
67	FILTRO LUBRIFICANTE SAVEIRO - MBS 9656	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,3000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,8000	2
68	FILTRO DE AR SAVEIRO - MBS 9656	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	7,4500	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,9000	2
69	FILTRO LUBRIFICANTEKOMBI MBU 2315 - MAH 7314 - MAU 8747 - EAL 8649	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,3000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,8000	2
70	FILTRO COMBUSTIVEL KOMBI MBU 2315 - MAH 7314 - MAU 8747 - EAL 8649	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	10,9000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,3000	2
71	FILTRO DE AR KOMBI MBU 2315 - MAH 7314 - MAU 8747 - EAL 8649	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	18,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	19,9000	2
72	Filtro de Ar Secundário kombi	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	25,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	26,9000	2
73	FILTRO LUBRIFICANTE F 100 - LZU 2098	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	14,8000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	15,9000	2
74	Filtro Combustível f100	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	5,4000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	5,6000	2
75	FILTRO DE AR F 100 - LZU 2098	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	16,9400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	17,3600	2
76	FILTRO COMBUSTIVEL MERIVA - MMB 1115	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	2
77	FILTRO LUBRIFICANTE MERIVA - MMB 1115	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,0700	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,5000	2
78	FILRO DE AR MERIVA - MMB 1115	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	11,9000	2
79	FILTRO COMBUSTIVEL CARAVAN - LZT 7717	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	5,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	5,7700	2
80	FILTRO LUBRIFICANTE CARAVAN - LZT 7717	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	15,9000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	18,7000	2
81	FILTRO DE AR CARAVAN - LZT 7717	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	12,6800	2
82	FILTRO LUBRIFICANTE MICRO-ONIBUS MBX 0626	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	61,3200	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	62,8300	2
83	FILTRO DE AR PRIMARIO MICRO-ONIBUS MBX 0626	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	73,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	77,0000	2
84	FILTRO DE AR SECUNDARIO MICRO-ONIBUS MBX 0626	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	59,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	63,0000	2
85	FILTRO DE COMBUSTIVEL MICRO-ONIBUS MBX 0626	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	39,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	42,0000	2
86	FILTRO COMBUSTIVEL SEPARADOR MICRO-ONIBUS MBX 0626	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	39,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	42,0000	2
87	ÓLEO PARA CAIXA DE CÂMBIO 80W	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	8,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	8,6000	2
88	ÓLEO MOTOR 15W40 (BALDE COM 20 LITROS)	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	113,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	120,0000	2
89	OLEO MOTOR 20W50	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	7,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	7,9000	2
90	Óleo Hidráulico 68 (Balde 20 Litros)	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	98,4900	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	167,3200	2
91	OLEO PARA CAIXA DE CAMBIO EP140 - BALDE COM 20 LITROS	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	LUBRAX	140,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	148,0000	2
92	OLEO PARA CAIXA DE CAMBIO EP90 - BALDE DE 20 LITROSB	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	LUBRAX	141,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	149,0000	2
93	OLEO HIDRAULICO 10 W BALDE COM 20 LITROS	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	117,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	162,6100	2
94	OLEO HIDRAULICO ATF - BALDE DE 20 LITROS	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	179,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	190,0000	2
95	Óleo 2T - 500 MI	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	LUBRAX	5,4900	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	13,4200	2
96	Fluido para Freio - 500 MI	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	BOSCH	6,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	PLATINUM	7,3300	2
97	Fluido óleo mineral para freio - Litro	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	18,1200	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	PLATINUM	42,8500	2
99	Graxa Grafitada (balde 20 Kg)	KG	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	LUBRAX	201,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	212,0000	2
100	Caixa Tacógrafo - - 125 folhas - 7 dias	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	DML	22,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	VDO	26,4000	2
101	Pó de radiador	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	RADNAQ	3,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	RADVEDA	3,9000	2
102	Extintor P1	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	VICCARI	14,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MATA FOGO	15,0000	2
103	Extintor P2	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	VICARRI	18,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MATA FOGO	19,9000	2
104	Extintor P4	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MATA GOGO	49,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	VICARRI	49,4000	2
105	Querozene - Embalagem 5 Lt	LT	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	AGRICOPEL	18,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	AGRICOPLE	18,8000	2
106	Palheta para Celta (jogo)	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	WIPER	19,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	DYNA	21,5000	2
107	Palheta para Kombi (jogo)	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	WIPER	19,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	DYNA	20,0000	2
108	Palheta para Gol (jogo)	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	WIPER	25,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	DYNA	27,0000	2
109	Palheta para Retroescavadeira (jogo)	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	DYNA	37,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	WIPER	39,0000	2
110	Óleo para Diferencial 85 W 140 (balde de 20 litros)	BLD	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	169,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	206,2300	2
111	Óleo para caixa SAE 50 (balde de 20 litros)	BLD	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	135,2500	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	186,8800	2
112	Aditivo para radiador (diesel) - 500 MI	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	APORAD	5,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	DOUPRA	6,0000	2
113	Filtro Combustível Secundário - Huber Warco	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,7000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TURBO FILTRO	11,7300	2
114	Tampa de tanque de combustível - Mercedes Benz	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	CLICK	9,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	CLICK	9,5400	2
115	Óleo 10 W 30 (balde 20 Lt)	H	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	199,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	218,2400	2
116	Óleo 4 T 20 w 50 - Litro	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	8,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	8,9000	2
117	Filtro Lubrificante UNO	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	12,2900	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	12,5000	2
118	Filtro Combustível UNO	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	2
119	Filtro de Ar UNO	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATORPUROI	8,4000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	2
120	Lubrificante W7 3/4 GOL	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,9000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,3000	2
121	Filtro de ar C 2852 / 2 GOL	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,3000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	9,5000	2
122	Lubrificante Mul16,32ti 18 CORSA MBS 7405	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,0000	2
123	Filtro de ar C 30125/1 CORSA MBS 7405	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	12,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	12,2500	2
124	Lubrificante Multi 18 CORSA MDO 7506	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	10,9000	2
125	Filtro de ar C 2256 CORSA MDO 7506	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	8,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,0000	2
126	Lubrificante W 6 Multi 20 DOBLÒ MGC 9547	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	10,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	10,9000	2
127	Filtro de ar C11127 DOBLÒ MGC 9547	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	25,5000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	25,6000	2
128	Filtro de ar C 14200 KOMBI MCM 0554	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	22,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	23,5000	2
129	Filtro lubrificante HU 719 X SPRINTER MEK 7789	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	24,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	25,5000	2
130	Filtro combustivel WR 842/13 SPRINTER MEK 7789	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	63,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	67,0000	2
131	Filtro combustivel C26 A50 SPRINTER MEK 7789	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	51,3200	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	52,6600	2
132	Filtro de ar C32338 / 1 SPRINTER MEK 7789	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	34,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	36,0000	2
133	Filtro lubrificante WP 1144 BOXER MET 0095	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	48,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	51,0000	2
134	Filtro combustivel WK 842/4 BOXER MET 0095	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	49,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	55,4500	2
135	Filtro separador R26 - A50 BOXER MET 0095	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	30,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	35,0000	2
136	Filtro de ar C 17278 BOXER MET 0095	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	87,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	91,4900	2
137	Filtro lubrificante WK 842/7 IVECO MCM 3036	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	29,0000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	33,0000	2
138	Filtro combustivel WK 842/7 IVECO MCM 3036	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	28,5500	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	29,2400	2
139	Filtro de ar C 16127 IVECO MCM 3036	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	76,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	MANN	80,5100	2
140	Filtro lubrificante Multi 3/4 CORIER MBD 2495	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,6000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	9,1000	2
141	Filtro de ar C 2677/1 CORIER MBD 2495	UN	ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	10,9000	1
			POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	11,2500	2
143	Óleo motor 15 w 40 (balde de 20 litros)	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	122,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	129,0000	2
144	Óleo 20 w 50	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	7,8000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	8,2500	2
145	Óleo motor 20 W 50 4 tempos Moto MBC 8033	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	8,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	8,6000	2
146	Fluido de freio frasco com 500ml	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	BOSCH	8,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	PLATINUM	8,2500	2
147	Filtro de ar C 11127 Doblo MGZ 1179	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	MANN	25,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 25/02/2010

Válido até: 25/02/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluido para freios, graxa, tacógrafo, extintores, filtro de ar, filtro de combust

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	26,9000	2
148	Lubrificante Multi 18 DOBLÒ MGZ 1179	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	MANN	9,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	10,5000	2
149	Óleo motor 15 W 40 1 litro DOBLÒ MGZ 1179	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	11,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	12,8000	2
150	Troca de óleo motor, viscosidade 20W50 CORSA MFC 3925	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PETRONAS	8,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	8,5000	2
151	Filtro motor, referência W7 multi 18 CORSA MFC 3925	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,9000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	10,5000	2
152	Filtro de ar, referência T2256 CORSA MFC 3925	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	7,1000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	7,5000	2
153	Filtro de combustível, referência WK58 CORSA MFC 3925	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	13,2000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	14,0000	2
154	Óleo de caixa, referência 80W CORSA MFC 3925	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	LUBRAX	9,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	10,0000	2
155	Filtro lubrificante W6 multi 20 UNO FIAT MCM 8787	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	9,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	9,5000	2
156	Filtro de ar c 2496 UNO FIAT MCM 8787	UN	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	8,5000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	TECFIL	9,0000	2
157	Óleo motor 15 W 40 UNO FIAT MCM 8787	LT	POSTO MIME LTDA FILIAL 13 (9634)	PUROLATOR	12,0000	1
			ACL LUBRIFICANTES LTDA ME (7489)	IPIRANGA	12,7000	2

SCHROEDER, 25 de Fevereiro de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 87/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2010**Número do Registro de Preços: 62/2010****Data do Registro: 24/11/2010****Válido até: 24/11/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de lavação de ônibus, caminhões, tratores agrícolas e máquinas lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, C

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Lavação ônibus (externa e interna)	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	85,0000	1
3	Lavação caminhão 03 eixos (truck)	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	148,0000	1
4	Lavação caminhão 02 eixos (toco)	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	123,0000	1
5	Lavação tratores agrícolas	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	60,0000	1
6	Lavação escavadeira hidráulica	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	156,0000	1
7	Lavação moto niveladora	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	163,0000	1
9	Lavação esteira D 30	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	100,0000	1
10	Lavação distribuidor de esterco (líquido)	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	55,0000	1
11	Lavação carregadeira	UN	ATAIDE MACHADO (11884)		0	85,0000	1

SCHROEDER, 24 de Novembro de 2010.

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.906, de 23 de Novembro de 2010

LEI Nº1.906, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

AUTORIZA O TOMBAMENTO DO ANTIGO ESCRITÓRIO DA CSN - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o tombamento do antigo "Escritório da CSN", edificado no imóvel matrícula nº6010 - de propriedade do Município de Siderópolis.

Art. 2º - O tombamento tem por objetivo a restauração e preservação da estrutura arquitetônica da construção.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Administração, através do Controle de Patrimônio, promover registro do tombamento em cartório.

Art. 4º - Compete à Fundação Municipal de Cultura o registro no livro próprio de tombamentos.

Art. 5º - O bem objeto do presente tombamento não poderá, em nenhuma hipótese, ser destruído, demolido, mutilado ou restaurado sem a prévia autorização da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 6º - A edificação projetada como patrimônio histórico deverá ser identificada através da placa.

Art. 7º - Os atentados e vandalismos cometidos contra o bem tombado, equiparam-se aos cometidos contra o patrimônio público.

Art. 8º - O município poderá buscar em outras esferas de governo, ou através de parcerias com terceiros, recursos para restauração, manutenção e preservação do bem tombado.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

JORDANA FONTANELLA GARLINI

Estagiária de Administração

Lei Nº1.907, de 23 de Novembro de 2010

LEI Nº1.907, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e artigo 152, § 6º

da Lei Orgânica do Município, autorizado a contratar profissionais para a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, para o ano letivo de 2011, conforme Anexo Único da presente lei.

Parágrafo Único- A contratação descrita no caput deste artigo será feita para o desempenho de atividade ligada à área de Educação, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - admissão de professores e servidores substitutos para exercício na Rede Municipal de Ensino para cargos não providos, em caráter transitório, e na ausência do professor ou servidor ocupante do cargo efetivo ou em substituição de cargo efetivo, decorrentes de afastamento legais, como:

- a) licença gestante e adotante;
- b) licença tratamento de saúde;
- c) licença sem vencimento para tratar de interesses particulares;
- d) licença prêmio;
- e) readaptação de funções pela Junta Médica do Município;
- f) exercício de cargo em comissão;
- g) à disposição de outros órgãos da Administração ou entes da Federação;
- f) designação para cargo de diretor de unidade na rede municipal.

Art. 2º - O regime jurídico dos servidores contratados é o celetista, vinculados ao RGPS - Regime geral da Previdência Social.

Art. 3º - A escolha do pessoal se dá através da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, tendo como critérios de seleção o tempo de serviço e a titulação dos profissionais na área; mediante processo seletivo simplificado, com divulgação na imprensa.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

JORDANA FONTANELLA GARLINI

Estagiária de Administração

Decreto N.º 143 de 19 de Novembro de 2010.

DECRETO N.º 143 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010.

EXONERA A PEDIDO RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI, CPF/MF sob nº646.789.389-15, Chefe de Setor - Símbolo C1, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal em 19 de Novembro de 2010

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Portaria N.º298, de 16 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º298, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010
RETIFICA PORTARIAS Nº288 E 297/2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar as portarias nº265 e 288/2010:

I. Portaria nº288/2010 - Onde lê-se : a contar de 25/10/2010, leia -se: "a contar de 03/11/2010".

II. Portaria nº297/2010 - Onde lê-se : a contar desta data, leia -se: "a contar de 10/11/2010.";

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 11 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria N.º299, de 16 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º299, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010
RETIFICA PORTARIA Nº289/2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria nº298/2010:

I. Portaria nº298/2010 - Onde lê-se : para emprego público de Professor de Séries Iniciais, leia -se: "para emprego público de Professor MAG-LP - Séries Iniciais - 20 horas/semanais".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria N.º300, de 19 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º300, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº250/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº250/2010, considerando o retorno ao trabalho da servidora LUCIANA DE SOUZA BETTIOL, CPF/MF nº789.824.219-04, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria N.º301, de 19 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º301, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE O CONTRATO TEMPORARIO DE MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009, CONSIDERANDO o retorno da servidora Luciana Bettiol, que se encontrava em licença para tratamento de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 015.203.169-33, PROFESSOR MAG LP 20h, a contar de 07/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administrativo

Portaria N.º302, de 19 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º302, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORARIO DE MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato temporário da funcionária MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 625.874.719-15, PROFESSOR MAG LP 20h, a partir de 23/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária Administrativa

Portaria N.º303, de 19 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º303, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORARIO DE ADRIANE TRENTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato temporário da funcionária ADRIANE TRENTTO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 789.825.459-72, PROFESSOR MAG LP 20h, a partir de 23/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária Administrativa

Portaria N.º304, de 24 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º304, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010
NOMEIA ADRIANE TRENTTO INNOCENTI PARA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.892/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por concurso, ADRIANE TRENTTO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº789.825.459-72, inscrição nº.150, aprovada no Concurso Público nº.001/2009, para emprego público de Professor de Séries Iniciais, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, e os proventos de lei, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vig–or na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Portaria N.º305, de 24 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º305, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010
NOMEIA MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI PARA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.892/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por concurso, MARIA ANGELA PASINI FORMIGONI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº625.874.719-15 inscrição nº.250, aprovada no Concurso Público nº.001/2009, para emprego público de Professor de Séries Iniciais, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, e os proventos de lei, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vig–or na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Portaria N.º306, de 24 de Novembro de 2010

PORTARIA N.º306, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010
NOMEIA RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI PARA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.892/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por concurso, RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº646.789.389-15 inscrição nº.101, aprovada no Concurso Público nº.001/2009, para emprego público de Professor de Séries Iniciais, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, e os proventos de lei, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vig–or na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Novembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Novembro de 2010.

JORDANA FONTANELLA GARLINI
Estagiária de Administração

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	100,00	72,84	3.011.154,01
LEGISLATIVA	449.624,00	299.624,00	37.803,31	220.575,59	41.234,17	214.009,96	2,65	71,43	85.614,04
AÇÃO LEGISLATIVA	449.624,00	299.624,00	37.803,31	220.575,59	41.234,17	214.009,96	2,65	71,43	85.614,04
Administração	1.141.231,00	1.502.337,16	148.544,15	1.345.844,96	281.270,42	1.185.108,87	14,68	78,88	317.228,29
Administração Geral	1.141.231,00	1.502.337,16	148.544,15	1.345.844,96	281.270,42	1.185.108,87	14,68	78,88	317.228,29
Segurança Pública	17.540,00	26.222,59	2.394,60	11.305,79	2.509,60	10.796,29	0,13	41,17	15.426,30
Policiamento	17.540,00	26.222,59	2.394,60	11.305,79	2.509,60	10.796,29	0,13	41,17	15.426,30
Assistência Social	212.825,40	366.194,15	26.997,96	184.657,42	44.457,17	170.153,42	2,11	46,47	196.040,73
Assistência ao Idoso	44.421,40	141.096,40	1.144,29	27.996,40	9.148,26	26.191,27	0,32	18,56	114.905,13
Assistência ao Portador de Deficiência	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	74.220,00	90.780,00	5.393,82	76.016,55	13.727,83	66.275,72	0,82	73,01	24.504,28
Assistência Comunitária	91.834,00	131.967,75	20.459,85	80.644,47	21.581,08	77.686,43	0,96	58,87	54.281,32
Saúde	1.807.640,52	2.400.888,36	262.855,62	1.870.782,24	379.082,76	1.725.137,07	21,37	71,85	675.751,29
Atenção Básica	1.391.967,00	1.850.900,72	166.932,61	1.435.616,06	294.334,75	1.306.725,89	16,18	70,60	544.174,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	397.500,00	510.845,00	81.958,01	420.097,27	84.748,01	417.307,27	5,17	81,69	93.537,73
Vigilância Sanitária	18.173,52	13.995,91	2.675,00	3.778,91	0,00	1.103,91	0,01	7,89	12.892,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	25.146,73	11.290,00	11.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.146,73
Educação	2.198.140,24	2.169.145,58	471.276,18	1.620.626,36	418.681,60	1.436.547,62	17,79	66,23	732.597,96
Ensino Fundamental	1.609.783,14	1.570.986,84	376.982,06	1.239.008,12	329.365,16	1.109.908,85	13,75	70,65	461.077,99
Ensino Médio	99.900,05	43.763,72	5.812,11	26.317,06	8.282,11	25.082,06	0,31	57,31	18.681,66
Ensino Superior	10.000,00	25.000,00	0,00	9.900,00	0,00	9.900,00	0,12	39,60	15.100,00
Educação Infantil	394.041,05	476.079,02	88.082,01	304.851,18	70.809,86	263.882,24	3,27	55,43	212.196,78
Educação de Jovens e Adultos	5.416,00	3.016,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.016,00
Educação Especial	79.000,00	50.300,00	400,00	40.550,00	10.224,47	27.774,47	0,34	55,22	22.525,53
Cultura	112.485,00	80.485,00	12.297,22	60.671,64	12.963,12	58.999,80	0,73	73,31	21.485,20
Difusão Cultural	112.485,00	80.485,00	12.297,22	60.671,64	12.963,12	58.999,80	0,73	73,31	21.485,20
Urbanismo	331.097,30	768.657,89	53.131,21	660.211,06	57.260,36	642.956,44	7,96	83,65	125.701,45
Infra-Estrutura Urbana	261.907,30	679.467,89	38.195,19	594.314,18	42.126,49	592.068,58	7,33	87,14	87.399,31
Abastecimento	69.190,00	89.190,00	14.936,02	65.896,88	15.133,87	50.887,86	0,63	57,06	38.302,14
Habitação	48.978,00	55.086,87	0,00	47.608,14	0,00	47.608,14	0,59	86,42	7.478,73
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	47.978,00	54.086,87	0,00	47.608,14	0,00	47.608,14	0,59	88,02	6.478,73



Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	100,00	72,84	3.011.154,01
Saneamento	4.995,00	90.495,00	0,00	89.489,00	0,00	519,00	0,01	0,57	89.976,00
Saneamento Básico Urbano	4.995,00	90.495,00	0,00	89.489,00	0,00	519,00	0,01	0,57	89.976,00
Agricultura	777.740,33	1.426.996,07	99.520,69	1.287.017,83	128.085,15	1.201.359,74	14,88	84,19	225.636,33
Abastecimento	94.310,00	113.810,00	7.550,47	97.307,55	12.850,46	81.380,05	1,01	71,51	32.429,95
Extensão Rural	677.580,33	1.307.336,07	91.970,22	1.185.107,55	115.234,69	1.115.376,96	13,81	85,32	191.959,11
Telecomunicações	5.850,00	5.850,00	0,00	4.602,73	0,00	4.602,73	0,06	78,68	1.247,27
Indústria	142.325,40	88.703,40	-8.319,45	28.009,54	8.079,65	23.648,49	0,29	26,66	65.054,91
Administração Geral	31.325,40	25.725,40	1.901,14	13.230,13	2.345,03	12.640,74	0,16	49,14	13.084,66
Produção Industrial	111.000,00	62.978,00	-10.220,59	14.779,41	5.734,62	11.007,75	0,14	17,48	51.970,25
Comunicações	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	64.091,64	96.192,64	10.847,38	57.501,39	10.847,38	57.501,39	0,71	59,78	38.691,25
Energia Elétrica	64.091,64	96.192,64	10.847,38	57.501,39	10.847,38	57.501,39	0,71	59,78	38.691,25
Transporte	895.623,97	943.241,94	116.745,49	845.752,22	154.596,11	789.476,87	9,78	83,70	153.765,07
Transporte Rodoviário	895.623,97	943.241,94	116.745,49	845.752,22	154.596,11	789.476,87	9,78	83,70	153.765,07
Desporto e Lazer	211.616,00	437.378,70	11.849,37	352.333,00	71.038,74	248.058,08	3,07	56,71	189.320,62
Desporto Comunitário	167.616,00	364.378,70	11.849,37	327.147,24	52.257,97	228.944,41	2,84	62,83	135.434,29
Lazer	44.000,00	73.000,00	0,00	25.185,76	18.780,77	19.113,67	0,24	26,18	53.886,33
Encargos Especiais	337.000,00	319.000,00	0,00	316.711,71	44.894,28	262.614,16	3,25	82,32	56.385,84
Serviço da Dívida Interna	337.000,00	319.000,00	0,00	316.711,71	44.894,28	262.614,16	3,25	82,32	56.385,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.775.953,80	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	100,00	72,84	3.011.154,01

TUNAPOLIS, 23/11/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	248.835,93	248.835,93	45.059,13	236.622,33	95,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	44.317,14	44.317,14	828,95	48.427,80	109,28
1.1.1- IPTU	39.412,14	39.412,14	526,24	46.055,33	116,86
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.540,00	1.540,00	32,43	327,72	21,28
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.785,00	2.785,00	189,38	1.492,61	53,59
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	580,00	580,00	80,90	552,14	95,20
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	46.818,38	46.818,38	9.173,39	31.455,55	67,19
1.2.1- ITBI	46.818,38	46.818,38	9.173,39	31.455,55	67,19
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	103.995,41	103.995,41	25.528,23	114.353,51	109,96
1.3.1- ISS	99.675,41	99.675,41	25.526,98	114.090,69	114,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	580,00	580,00	0,35	185,84	32,04
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.360,00	3.360,00	0,00	59,57	1,77
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	380,00	380,00	0,90	17,41	4,58
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	53.705,00	53.705,00	9.528,56	42.385,47	78,92
1.4.1- IRRF	53.705,00	53.705,00	9.528,56	42.385,47	78,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.495.346,35	7.495.346,35	1.344.655,97	6.564.765,10	87,58
2.1- Cota-Parte FPM	4.192.213,86	4.192.213,86	577.799,59	3.115.524,65	74,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.192.213,86	4.192.213,86	577.799,59	3.115.524,65	74,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.998.448,69	2.998.448,69	709.362,73	3.209.027,06	107,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.247,14	23.247,14	4.210,64	21.053,20	90,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	96.734,18	96.734,18	11.745,49	53.615,83	55,43
2.5- Cota-Parte ITR	1.968,07	1.968,07	1.295,51	1.420,01	72,15
2.6- Cota-Parte IPVA	182.734,41	182.734,41	40.242,01	164.124,35	89,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	7.744.182,28	7.744.182,28	1.389.715,10	6.801.387,43	87,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	150.587,07	150.587,07	31.599,12	130.375,51	86,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	74.730,77	74.730,77	12.221,64	62.554,33	83,71
5.2- Outras Transferências do FNDE	75.856,30	75.856,30	19.377,48	67.821,18	89,41
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	22.500,00	1.869,42	11.941,80	53,07
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	22.500,00	22.500,00	1.869,42	11.941,80	53,07
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	359.727,30	359.727,30	127.807,86	270.409,70	75,17
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	536.614,37	536.614,37	161.276,40	412.727,01	76,91

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.499.069,27	1.499.069,27	266.581,67	1.302.244,68	86,87
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	838.442,77	838.442,77	115.559,86	623.104,64	74,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	599.689,74	599.689,74	141.872,36	641.804,52	107,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.649,43	4.649,43	842,12	4.227,44	90,92
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.346,84	19.346,84	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	393,61	393,61	259,08	283,95	72,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.546,88	36.546,88	8.048,25	32.824,13	89,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	651.588,96	651.588,96	139.828,97	657.356,83	100,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	643.358,96	643.358,96	139.076,47	654.476,41	101,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.230,00	8.230,00	752,50	2.880,42	35,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-855.710,31	-855.710,31	-127.505,20	-647.768,27	75,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	589.750,00	653.262,89	126.128,65	596.213,85	91,27
13.1- Com Educação Infantil	171.425,00	196.777,12	39.121,40	176.169,68	89,53
13.2- Com Ensino Fundamental	418.325,00	456.485,77	87.007,25	420.044,17	92,02
14- OUTRAS DESPESAS	61.838,96	93.236,29	21.322,27	40.488,68	43,43
14.1- Com Educação Infantil	7.279,00	16.484,00	0,00	3.946,00	23,94
14.2- Com Ensino Fundamental	54.559,96	76.752,29	21.322,27	36.542,68	47,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	651.588,96	746.499,18	147.450,92	636.702,53	85,29
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					90,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	1.936.045,57	1.936.045,57	347.428,78	1.700.346,86	87,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	377.410,75	435.942,12	68.758,76	257.516,55	59,07
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	178.704,00	213.261,12	39.121,40	180.115,68	84,46
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	198.706,75	222.681,00	29.637,36	77.400,87	34,76
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.419.345,17	1.371.927,98	271.535,90	981.660,93	71,55
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	472.884,96	533.238,06	108.329,52	456.586,85	85,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	946.460,21	838.689,92	163.206,38	525.074,08	62,61
25- ENSINO MÉDIO	43.647,25	14.049,47	3.608,97	8.864,06	63,09
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.840.403,17	1.821.919,57	343.903,63	1.248.041,54	68,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-647.768,27
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					2.880,42
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.957,33
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-638.930,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.878.108,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	74.730,77	81.633,94	37.296,42	56.666,43	69,42
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.156,30	180.377,07	24.787,08	89.535,18	49,64
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	236.687,07	265.811,01	62.083,50	146.201,61	55,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.077.090,24	2.087.730,58	405.987,13	1.394.243,15	66,78
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	5.957,33	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	654.476,41	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	597.151,82	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.880,42	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	66.162,34	0,00

TUNAPOLIS, 23/11/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 5.957,33, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.653.300,80	18,84	7.907.656,90	90,11	868.296,90
RECEITAS CORRENTES	8.340.031,80	8.340.031,80	1.543.405,61	18,51	7.455.964,21	89,40	884.067,59
RECEITA TRIBUTARIA	388.424,60	388.424,60	50.683,36	13,05	332.020,54	85,48	56.404,06
IMPOSTOS	239.610,93	239.610,93	44.755,17	18,68	233.987,04	97,65	5.623,89
TAXAS	118.813,67	118.813,67	3.473,58	2,92	83.848,04	70,57	34.965,63
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	2.454,61	8,18	14.185,46	47,28	15.814,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	62.491,64	62.491,64	12.480,69	19,97	58.007,39	92,82	4.484,25
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	62.491,64	62.491,64	12.480,69	19,97	58.007,39	92,82	4.484,25
RECEITA PATRIMONIAL	54.049,80	54.049,80	10.789,78	19,96	46.328,68	85,71	7.721,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	54.049,80	54.049,80	10.789,78	19,96	46.328,68	85,71	7.721,12
RECEITA AGROPECUARIA	1.852,56	1.852,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.852,56
Outras Rec. Agropecuárias	1.852,56	1.852,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.852,56
RECEITA DE SERVIÇOS	250.233,61	250.233,61	47.735,01	19,08	249.543,51	99,72	690,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.558.738,87	7.558.738,87	1.413.302,10	18,70	6.734.239,46	89,09	824.499,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.539.338,88	7.539.338,88	1.412.036,21	18,73	6.668.342,15	88,45	870.996,73
Transf. de Conv.	19.399,99	19.399,99	1.265,89	6,53	65.897,31	339,68	-46.497,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.240,72	24.240,72	8.414,67	34,71	35.824,63	147,79	-11.583,91
Multas e Juros de Mora	5.425,72	5.425,72	1.840,09	33,91	20.313,99	374,40	-14.888,27
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.000,00	15.000,00	6.573,76	43,83	13.548,93	90,33	1.451,07
RECEITAS DIVERSAS	3.815,00	3.815,00	0,82	0,02	1.961,71	51,42	1.853,29
RECEITAS DE CAPITAL	435.922,00	435.922,00	109.895,19	25,21	451.692,69	103,62	-15.770,69
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	81.000,00	49,09	81.000,00	49,09	84.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.000,00	165.000,00	81.000,00	49,09	81.000,00	49,09	84.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	48.978,00	48.978,00	5.770,19	11,78	32.567,69	66,49	16.410,31
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	219.944,00	219.944,00	23.125,00	10,51	338.125,00	153,73	-118.181,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	106.944,00	106.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.944,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	113.000,00	113.000,00	23.125,00	20,46	338.125,00	299,23	-225.125,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.653.300,80	18,84	7.907.656,90	90,11	868.296,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.653.300,80	18,84	7.907.656,90	90,11	868.296,90
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	166.838,44	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.653.300,80	18,84	8.074.495,34	90,11	868.296,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	822.375,43	—	—	703.964,11	—	—
Superávit Financeiro	—	822.375,43	—	—	703.964,11	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.775.953,80	2.309.695,55	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	72,84	3.011.154,01
DESPESAS CORRENTES	7.221.246,29	1.036.161,53	8.257.407,82	1.016.888,43	6.754.377,08	1.314.203,15	6.257.558,02	75,78	1.999.849,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.583.978,66	121.525,17	3.705.503,83	625.754,05	3.009.339,74	627.207,81	3.007.886,02	81,17	697.617,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	-9.000,00	33.000,00	0,00	31.625,56	3.231,80	24.283,29	73,59	8.716,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.595.267,63	923.636,36	4.518.903,99	391.134,38	3.713.411,78	683.763,54	3.225.388,71	71,38	1.293.515,28
DESPESAS DE CAPITAL	1.539.707,51	1.273.534,02	2.813.241,53	229.055,30	2.244.720,81	340.797,36	1.816.937,32	64,59	996.304,21
INVESTIMENTOS	1.244.707,51	1.282.534,02	2.527.241,53	229.055,30	1.959.634,66	299.134,88	1.578.606,45	62,46	948.635,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	295.000,00	-9.000,00	286.000,00	0,00	285.086,15	41.662,48	238.330,87	83,33	47.669,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.775.953,80	2.309.695,55	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	72,84	3.011.154,01

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2010/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.775.953,80	2.309.695,55	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	72,84	3.011.154,01
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.775.953,80	2.309.695,55	11.085.649,35	1.245.943,73	8.999.097,89	1.655.000,51	8.074.495,34	72,84	3.011.154,01

TUNAPOLIS, 23/11/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2037/2010

LEI Nº 2.037/10, de 23 de novembro de 2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Irmã Carmen, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.900.930/0001-00, com a finalidade de abrigagem de crianças e adolescentes do Município de Turvo perante a Casa Lar Irmã Carmen.

Art. 2º. O Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), repassados em onze parcelas mensais de R\$ 3.916,00 (três mil e novecentos e dezesseis reais) e uma parcela de R\$ 3.924,00 (três mil e novecentos e vinte e quatro reais), compreendendo os meses de janeiro a dezembro de 2011.

Art. 3º. A despesa de que trata o artigo anterior, correrá por conta do seguinte item orçamentário:

08. SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 23 de novembro de 2010.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e finanças - designado.

Lei 2038/2010

LEI Nº 2.038/10, de 23 de novembro de 2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONTRATAR MONITORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PREPARAÇÃO DE ATLETAS AMADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento das atividades relacionadas a preparação de atletas do Município, em diversas modalidades do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:

Nº de Vagas	Categoria Funcional	Grupo	Amplitude de Referência	Carga Horária
07	Monitores	III	18 a 22	40 hs semanais

§ 1º. A preparação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa a participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá - JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º. A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limita-se a 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º. O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º. A contratação poderá se dar para o cumprimento de 20 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Turvo(SC), 23 de novembro de 2010.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 93/2010

DECRETO Nº 093/10, de 16 de novembro de 2010.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15.452.0007.1.004 - VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.0(001) - Aplicações Diretas ... R\$ 400.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação através de convenio, firmado com o Governo do estado de Santa Catarina neste ato representado pela SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá e a Prefeitura Municipal de Turvo - SC, visando a Abertura de Ruas, Pavimentação e Drenagem Pluviais no município

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 16 de novembro de 2010.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Pregao Presencial 115/2010**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 115/2010 MODALIDADE DE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº. 115/2010

Objeto: Aquisição de 02 (dois) Tratores de Pneus tração 4x4, 01
(um) pulverizador, 01 (um) Distribuidor de Fertilizantes, 01 (uma)
Plantadora Adubadora e 01 (uma) Colhedora de Forragens.

Entrega dos envelopes: até as 14.00 do dia 08/12/2010

Abertura da Sessão: á partir das 14:00 horas do dia 08/12/2010

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Lici-
tações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos,
588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das
13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48)
3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC 24/11/2010

ESTER ZANETTE BARP

Pregoeira

Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

**Errata - Pregão Presencial Nº. 32/2010 - AQUISIÇÃO
VEÍCULO**

ERRATA - Prefeitura Vidal Ramos

No Processo do Pregão Presencial nº. 32/2010 - (Aquisição um
Veículo novo tipo Furgão Passageiro), serão aceitas propostas de
veículo Nacional, como também Fabricação Importada, desde que
comprovada a existência de representação comercial e assistência
técnica nesta Praça.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Vidal Ramos, 23 de novembro de 2010.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação N. 54/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, co-
munica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 23/11/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS RELA-
CIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DIS-
TRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.

FORNECEDOR DIRETO: FARMÁCIA EDSON JOSÉ COLLE LTDA EPP.
Valor R\$: 6.400,77 (seis mil, quatrocentos reais e setenta e sete
centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 04/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2010 - FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, co-
munica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2010 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 23/11/2010

CONTRATADA: SAILIN VIEIRA - MEI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA SER UTI-
LIZADO NO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE PELA SECRETARIA DE
SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.967,00 (quatro mil, novecentos e ses-
senta e sete reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CIMVI

Concurso Fotográfico Vale Europeu - 2011

CONCURSO FOTOGRAFICO VALE EUROPEU - 2011

EDITAL DE ABERTURA

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO
VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, torna pública a abertura de inscrições
e convoca os interessados a participarem do CONCURSO FOTO-
GRÁFICO VALE EUROPEU - 2011 do CIMVI, na forma deste edital.

DA FINALIDADE

1. O concurso tem por finalidade estimular a prática da fotogra-
fia entre os munícipes. Criar Banco de Imagens de atrativos. Au-
mentar acervo fotográfico de equipamentos, atrativos e recursos
turísticos da região.

DO TEMA

2. O Concurso Fotográfico Vale Europeu - 2011 têm por tema:
"Turismo na Região do Vale Europeu", abrangendo as áreas de
gastronomia, aventura, natureza, arquitetura, religião, festas, ar-
tesanato, folclore e rural.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3. Poderão participar do concurso fotógrafos profissionais ou ama-
dores, brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que retratem
o tema solicitado.

3.1. O trabalho deverá ser individual, sendo vedada a co-autoria.

3.2. O trabalho deve abranger o tema "Turismo na Região do Vale
Europeu" (gastronomia, aventura, natureza, arquitetura, religião,
festas, artesanato, folclore e rural) nos Municípios de Apiúna, As-
curra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio
dos Cedros, Rodeio e Timbó, integrantes do CIMVI.

3.3 O autor deverá participar com 9 (nove) fotos originais, respei-
tando a modalidade opcional por Município e única. Uma de cada
Município que compõe o CIMVI.

3.4. As fotografias deverão ser coloridas, foscas ou brilhantes, no tamanho de 15 X 21, sob suporte rígido (com margens em branco e dimensão de 20 X 26).

3.5. As fotografias entregues deverão ser isentas de marcas que identifiquem o autor

O envelope deverá conter os dados do remetente (nome completo, endereço, telefone, e-mail, número de CPF, número de Identidade) e, na parte externa frontal, os seguintes dizeres: Concurso Fotográfico Vale Europeu - 2011

3.6. Não serão aceitas imagens manipuladas e/ou alteradas manualmente ou eletronicamente, em montagens e colagens.

3.7 Não serão aceitas fotografias que não sejam inéditas, que já tenham sido publicadas ou que já tenham sido premiadas em qualquer instância.

DAS INSCRIÇÕES

4. As inscrições estarão abertas no período de 26 de novembro de 2010 a 11 de novembro de 2011, devendo o material ser entregue pessoalmente ou pelos Correios, no seguinte endereço: (A entrega das fotos deverá ser de 07.11.2011 a 11.11.2011, até as 17 horas, imprerivelmente, na sede do Consórcio)

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
Gestão de Turismo
Rua General Osório, 120 - Centro
CEP 89120-000 - Timbó - SC

4.1. Somente serão aceitos os trabalhos entregues dentro do prazo estipulado.

4.2. A inscrição estará efetivada a partir do recebimento do material no endereço citado.

4.3. Em caso de envio pelos Correios, somente serão aceitos os trabalhos recebidos até o último dia do prazo. O CIMVI não se responsabiliza pela chegada tardia do trabalho, por seu extravio ou por danos materiais a ele causados.

4.4. Para as fotografias entregues diretamente no endereço citado, serão emitidos comprovantes de recebimento. Para aquelas enviadas pelos Correios serão emitidos recibos por intermédio do correio eletrônico.

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5 No julgamento serão considerados criatividade, profundidade/cor/enquadramento, clareza de elementos e propostas do tema.

DO JULGAMENTO

6. As fotografias serão avaliadas por Comissão Julgadora a ser designada pelo Gestor de Turismo, que também estabelecerá o prazo para a conclusão dos trabalhos.

Um júri distinto, responsável e idôneo, será convidado para escolher o melhor conjunto de fotos do concurso. A decisão do júri é soberana e irrecurável, não cabendo aos organizadores a responsabilidade em suas decisões

6.1. Concluídos os trabalhos da Comissão Julgadora e divulgados os resultados do Concurso, essa será automaticamente extinta.

6.2. A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, das quais não caberão recursos.

DA PREMIAÇÃO

7. O concurso conferirá os seguintes prêmios, a saber:

a) R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e troféu para o classificado em 1º lugar;

b) R\$1.000,00 (um mil reais) e troféu para o classificado em 2º lugar;

c) R\$500,00 (quinhentos reais) e troféu para o classificado em 3º lugar;

d) R\$500,00 (quinhentos reais) e troféu para o classificado em 4º lugar;

e) R\$500,00 (quinhentos reais) e troféu para o classificado em 5º lugar.

7.1. Os vencedores deverão acessar www.cimvi.sc.gov.br para conhecer o nome dos vencedores em 20 dias a contar da entrega das fotos.

7.2. Os prêmios serão pagos por meio de cheque nominal aos vencedores.

7.3. Sobre os prêmios indicados incidirão os tributos e demais contribuições legalmente previstos.

7.4. Em nenhuma hipótese os prêmios serão fracionados, devendo a Comissão Julgadora, por unanimidade ou por maioria, decidir-se por uma obra concorrente em cada colocação.

7.5. Os prêmios serão entregues aos autores vitoriosos, ou aos seus representantes na sede da Gestão de Turismo do CIMVI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

8. A divulgação do concurso ficará a cargo da área de Gestão do Turismo.

9. Os participantes cedem os direitos autorais sobre o trabalho apresentado no concurso para utilização institucional do CIMVI, observada menção ao nome do autor.

9.1. Os participantes concordam em ceder ao CIMVI, os negativos (ou CD com resolução máxima ou ainda a mínima de 3.2 mega pixels).

10. A participação no concurso implica integral aceitação deste edital. O desrespeito às suas disposições acarretará exclusão do concorrente.

11. É vedada a participação dos membros da Comissão Julgadora bem como de seus parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau.

12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora.

Timbó, 16 de novembro de 2010
CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

